

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Isabela Vieira de Almeida Cardoso

A DIMENSÃO ESTRUTURANTE DO BRINCAR:
Uma possibilidade de intervenção orientada pela ética da psicanálise
no acolhimento de crianças institucionalizadas?

Belo Horizonte

2021

Isabela Vieira de Almeida Cardoso

**A DIMENSÃO ESTRUTURANTE DO BRINCAR:
Uma possibilidade de intervenção orientada pela ética da psicanálise
no acolhimento de crianças institucionalizadas?**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para o título de Doutora em Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Resende Vorcaro

Belo Horizonte

2021

150 Almeida, Isabela Vieira de.
A447d A dimensão estruturante do brincar [manuscrito] : uma
2021 possibilidade de intervenção orientada pela ética da
psicanálise no acolhimento de crianças institucionalizadas?
/ Isabela Vieira de Almeida Cardoso. – 2021.
193 f.
Orientadora: Ângela Maria Resende Vorcaro.

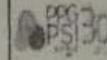
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise infantil – Teses.
3. Jogos (Psicologia) - Teses 4. Crianças – Assistência em instituições – Teses. I. Vorcaro, Ângela M. R. (Ângela Maria Resende). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



**ATA DA DEFESA DE Tese DA ALUNA
ISABELA VIEIRA DE ALMEIDA CARDOSO**

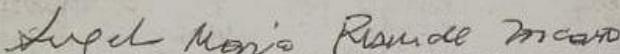
Realizou-se, no dia 16 de abril de 2021, às 09:30 horas, Plataforma on line, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *A dimensão estrutural do Fort-Da: uma possibilidade de intervenção orientada pela ética da psicanálise no acolhimento de crianças institucionalizadas?*, apresentada por ISABELA VIEIRA DE ALMEIDA CARDOSO, número de registro 2017657378, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Angela Maria Resende Vorcaro ORIENTADORA - Orientador (UFMG), Prof(a). Gilson de Paulo Moreira Ianinni (UFOP), Prof(a). Fábio Santos Bispo (UFES), Prof(a). Monica Maria Farid Rahme (UFMG), Prof(a). Julieta Jerusalinsky (PUC-sp).

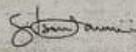
A Comissão considerou a tese:

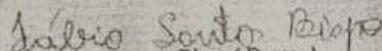
Aprovada

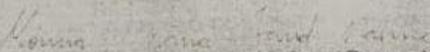
Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 16 de abril de 2021.


Prof(a). Angela Maria Resende Vorcaro ORIENTADORA (Doutora)


Prof(a). Gilson de Paulo Moreira Ianinni (Doutor)


Prof(a). Fábio Santos Bispo (Doutor)


Prof(a). Monica Maria Farid Rahme (Doutora)


Prof(a). Julieta Jerusalinsky (Doutora)

*À Pietra, pedrinha que faz rolar
atos criativos (in)familiares.
Ao Rafa, amante e amigo
da velha infância.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a parceria da professora Ângela Vorcaro por se arriscar comigo neste processo, creditando-lhe viabilidade e fomentando sua formalização. Sempre disponível em escuta sensível e orientação teórica, permite que o processo da escrita se desenvolva com rigor em um clima tão amistoso quanto desafiador.

Agradeço àqueles que contribuíram para a concretização do Projeto *Zirimel*. A todos do *Abrigo Temporário Lar de Maria*, que viabilizou a realização da nossa pesquisa de campo. Heloísa que gentilmente me concedeu a convivência na instituição. Gorete por se encantar com nossa brincadeira. Maria Lúcia pela cumplicidade e alinhamento à nossa proposta. Às crianças e adolescentes por nos ensinarem, direcionarem e transformarem nossa prática. Particularmente, por terem feito parte da minha história. Às cuidadoras pela paciência com as algazaras dos nossos encontros. À amiga Natália Perez, que desenvolveu a logomarca do projeto voluntário alinhada a suas intenções. Aos amigos e familiares que lhe confiaram êxito ao contribuir com as arrecadações recolhidas para dar-lhe início. Ao colega e padrinho Fábio Bispo, que me orientou nas escritas do Projeto *Zirimel* e do projeto de pesquisa. Ao tio Zeca pelo apelido carinhoso de infância que reverbera nessa invenção.

À minha mãe, Maria do Carmo, que registrou em mim os primórdios da brincadeira favorita da Pietra e por brincar com ela enquanto eu escrevia ‘o livro das brincadeiras do Freud’. Ao meu pai, Genival, por transmitir o hábito da leitura, incentivá-la desde a *Turma da Mônica* até as obras completas de Freud, sempre apontando sua apreciação pela academia. À minha irmã Dany por inspirar as brincadeiras de ‘mocinha’ na infância. Aos meus afilhados Teteu e Telinha por me comprovarem o valor afetivo do tempo desprendido para brincarmos. Ao meu irmão Rick por me convidar a brincar com ele e com o mundo. À minha afilhada Sofi por fazer série nessa herança. À nossa querida Iana por compor nosso lar e por, sabiamente, não ter se perdido da sua criança.

À FAFICH pelo encontro transformador que me impede de deixá-la. Aos colegas Henri, Helena, Fídias e Yeda pelo bate-papo produtivo dos corredores e cantinas. A Ju e ao Rodrigo pelas generosas e frutíferas caronas. Aos alunos da graduação em Psicologia da UFMG por localizarem o valor da transmissão nas aulas de estágio de docência e do grupo de estudo.

Ao ALEPH pelas interlocuções que fomentaram o percurso da escrita. À tia Regina por me adotar de forma tão genuína no meio familiar e psicanalítico.

À Escola de Teatro PUC Minas por me permitir experimentar o teatro. À Fê Bontempo, que me permite saborear novamente esse gosto em outras cenas.

À Ana Cecília pela capacidade de acolher o corriqueiro de forma surpreendente e incluí-lo com precisão teórica em sua escrita, e clínica em sua escuta, especialmente nas minhas sessões pós-parto.

À Marisa Decat de Moura (*in memoriam*) por me transmitir o potencial de reinvenção da psicanálise.

À Dila por revisar minha escrita em constante parceria.

Às amigas e interlocutoras indiretas desta pesquisa Bianca, Bia e Stéphanie pela prontidão de diálogos pensantes.

Ao colega Antônio César pela confiança e alinhamento clínico. Ao Dr. Aloísio pelo exercício de uma pediatria respeitosa à relação mãe-bebê. À Escola Infantil Pedacinho do Céu por resistir aos tempos com uma proposta pedagógica potencialmente estruturante.

O apanhador de desperdícios

Uso a palavra para compor meus silêncios.

Não gosto das palavras
fatigadas de informar.

Dou mais respeito
às que vivem de barriga no chão
tipo água pedra sapo.

Entendo bem o sotaque das águas
Dou respeito às coisas desimportantes
e aos seres desimportantes.

Prezo insetos mais que aviões.

Prezo a velocidade
das tartarugas mais que a dos mísseis.
Tenho em mim um atraso de nascença.

Eu fui aparelhado
para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz por isso.

Meu quintal é maior do que o mundo.

Sou um apanhador de desperdícios:

Amo os restos
como as boas moscas.

Queria que a minha voz tivesse um formato
de canto.

Porque eu não sou da informática:
eu sou da invencionática.

Só uso a palavra para compor meus silêncios.

Manoel de Barros

RESUMO

A tese aborda os processos de subjetivação de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento temporário. O risco de anonimato em que a separação compulsória de sua linhagem familiar as lança, promovido pelo Estado como medida de proteção, problematiza os limites da atenção psicológica a elas dedicados. A oferta de um espaço para brincar, compreendido como sintoma constituinte do sujeito na infância, ampliou suas condições de subjetivação. O trabalho psíquico em relação a operações em que a estruturação se fundamenta, permitiu-lhes um cuidado singularizado frente à tensão particular-universal comum às normativas institucionais. Propõe-se as operações psíquicas do *Fort-Da* e seus jogos precursores como fundamento suficientemente orientador da intervenção nesses sujeitos expostos à descontinuidade de sua existência em relação à linhagem. O campo de transposição de suas referências subjetivas primárias, enquanto *infans* para sua inscrição singular como ser falante, foi sustentado nos encontros com a pesquisadora brincante. Nessa modalidade de intervenção fora do *setting*, a psicanalista objetivou propulsar os distintos movimentos que os jogos estruturantes poderiam ganhar para fazer circular a palavra dita ou representada desses sujeitos. Abordamos os processos inconscientes das formações oníricas e dos chistes para situar a condição de linguagem do *infans*, mensagem enigmática a ser decifrada pelo adulto disposto a se restituir da materialidade com que a palavra é tratada pelas moções pulsionais primárias. Esclarecemos etapas da constituição subjetiva para a compreensão da formação do aparelho psíquico atrelado à aquisição simbólica. O dinamismo de seu funcionamento demarca as diferentes qualidades de inscrição psíquica, acentuando a necessidade de o adulto operar uma manobra com a linguagem para acolher o *infans* em sua originalidade. Apreciamos o brincar como laborioso trabalho psíquico que desperta a ação motora como via de acesso ao mundo. Através dos recursos de representação lúdicos, a criança não naufraga pela vivacidade sensível que a acomete na visita compulsória à existência. O livre trânsito das moções pulsionais primárias permite a ela inscrever elementos inconscientes mesmo sem a ação efetiva do pré-consciente pela representação de coisa. Através das imagens de suas encenações, a criança entra na rede simbólica do Outro que a constitui, articulando uma invenção do sujeito. Por isso, pensamos o brincar como uma operação psíquica de potencial criativo. As crianças e as adolescentes abrigadas puderam brincar de se encenar e inscreveram elementos psíquicos extraordinários que se tornaram operantes em sua subjetivação. Além disso, compuseram os dramas ficcionais que as acometiam através das encenações. Elas atualizaram em suas invenções o ritmo alternante dos jogos de ocultação que exercitam os elementos basilares do significante, viabilizando formas alternativas de inscrições libidinais. Assim, propomos a presença de brincantes afetados pela escuta psicanalítica no espaço institucional como possível via de acesso à subjetivação.

Palavras-chave: *Fort-Da*. Jogos estruturantes. Processos subjetivos. Criança. Instituições de acolhimento.

ABSTRACT

The dissertation approaches the subjectivation processes of children and adolescents in temporary care institutions. The risk of anonymity in which the compulsory separation from their family lineage casts them, promoted by the state as a protective measure, questions the limits of the psychological care procured to them. The offer of a play space, understood as a constitutive symptom of the subject during childhood, has broadened their subjectivation conditions. The psychic work concerning the operations in which the structuring is founded allowed them a singularized care in face of the particular-universal tension common to institutional normativities. The *Fort-Da* psychic operations are proposed as a sufficiently orienting fundament to the intervention with subjects exposed to the discontinuity of existence in relation to their lineage. The transposition field of their primary subjective references as *infans* to their inscription as speaking-beings was supported throughout the meetings with the playful researcher. In this extra-setting modality of intervention, the psychoanalyst aimed to propel the different movements that the structuring games could have in order to circulate the spoken or represented word of these subjects. We approach the unconscious processes of jokes and oneiric processes to situate the language condition of the *infans*, enigmatic message to be deciphered by the adult willing of recuperating the materiality with which the word is treated by the primary instinctual drives. We clarify the stages of subjective constitution in order to understand the formation of the mental apparatus associated to the symbolic acquisition. The dynamism of its functioning demarcates the different qualities of psychic inscription, accentuating the need for an adult to operate a maneuver with language to foster the *infans* in her originality. We appreciate playing as a laborious psychic work that awakens the motor action as a means of accessing the world. Resorting to ludic representation, the child does not sink due to the sensitive vivacity that affects her in the compulsory visit to existence. The free transit of the primary instinctual drives allows her to inscribe unconscious elements, even without the effective action of the preconscious through the thing presentation. By the images of her enactments, the child enters the Other's constitutive symbolic net, articulating the invention of the subject. For this reason, we conceive playing as a psychic operation with a creative potential. The fostered children and adolescents were able to roleplay and inscribed extraordinary psychic elements, which became operative in their subjectivation. Furthermore, they composed, through the enactments, the fictional drama that affected them. In their inventions, they have updated the alternating rhythm of the hiding games that exercise the pivotal elements of the signifier, enabling alternative forms of libidinal inscriptions. Thusly, we propose the presence of playful individuals affected by psychoanalytical listening in the institutional space as a possible access path to subjectivation.

Keywords: *Fort-Da*. Structuring games. Subjective processes. Child. Care institutions.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objet les processus de subjectivation d'enfants et d'adolescents en institutions d'accueil temporaires. Le risque d'anonymat dans lequel la séparation avec leur lignée familiale les plonge, séparation imposée par l'État comme mesure de protection, problématise les limites de l'attention psychologique qui leur est apportée. La mise à disposition d'un espace de jeu, pensé comme symptôme constituant du sujet dans l'enfance, amplifie leurs conditions de subjectivation. Le travail psychique lié à des opérations par lesquelles la structuration se fonde apporte aux enfants une attention singulière dans le cadre de la tension universel-particulier, courante au sein du contexte normatif institutionnel. Nous proposons les opérations psychiques du *Fort-Da* et ses jeux précurseurs comme fondement suffisamment conducteur des interventions auprès de ces sujets exposés à la discontinuité de leur existence par rapport à leur lignée d'origine. Le champ de transposition de leurs références subjectives primaires en tant qu'*infans*, pour leur inscription singulière comme être parlant, est consolidé dans le cadre des rencontres avec la chercheuse *joueante*. Dans cette modalité d'intervention hors setting-analytique, la psychanalyste a propulsé les différents mouvements que les jeux structurants pouvaient prendre afin de faire circuler la parole dite ou la parole représentée de ces sujets. Nous abordons les processus inconscients des formations oniriques et des mots d'esprit afin de situer la condition du langage, de l'*infans*-message énigmatique qui peut être déchiffré par l'adulte disposé à récupérer la matérialité avec laquelle la parole est traitée par les motions pulsionnelles primaires. Nous éclairons aussi des étapes de la constitution subjective pour la compréhension de la formation de l'appareil psychique lié à l'acquisition symbolique. Le dynamisme de son fonctionnement fait ressortir les différentes qualités de l'inscription psychique, renforçant la nécessité qu'un adulte manœuvre le langage afin d'accueillir l'*infans* dans son originalité. Nous apprécions le jeu en tant que laborieux travail psychique qui réveille l'action motrice comme voie d'accès au monde. Au travers des ressources de la représentation ludique, l'enfant ne naufrage pas dans la vivacité sensible qui l'assaille dans l'invitation obligatoire à l'existence. La libre circulation des motions pulsionnelles primaires lui permet d'inscrire des éléments inconscients même en-dehors de l'action effective du préconscient par la représentation de chose. Par les images de ses mises en scène, l'enfant entre dans le réseau symbolique de l'Autre qui le constitue, articulant une invention du sujet. Pour cette raison, nous concevons le jeu comme une opération psychique au potentiel créatif. Les enfants et adolescents hébergés ont pu se jouer un rôle et ont inscrit des éléments psychiques extraordinaires qui sont devenus opérants dans leur subjectivation. Par ailleurs, ils ont aussi recomposés les drames fictionnels qui les assaillent au travers du jeu de rôle. Ils ont actualisé, dans leurs inventions, le rythme alternant des jeux d'occultation qu'exercent les éléments fondateurs du signifiant, viabilisant des formes alternatives d'inscriptions libidinales. Ainsi, nous proposons la présence du *jouent* affectés par l'écoute psychanalytique au sein de l'espace institutionnel comme voie possible d'accès à la subjectivation.

Mots-clés: *Fort-Da*. Jeux structurants. Processus subjectifs. Enfance. Institutions d'accueil temporaires.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	- Esquema do aparelho psíquico.....	59
Quadro 1	- Esquema do funcionamento do aparelho psíquico.....	82

LISTA DE SIGLAS

AEMA	- Assistência em Meio Aberto
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
MSE/MA	- Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto
NCI	- Núcleo de Convivência de Idosos
PSB	- Proteção Social Básica
PSE	- Proteção Social Especial
SACAS	- Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 AS PESQUISAS ATUAIS EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO.....	23
1.1 As pesquisas de orientação freudolacanianana nas instituições socioassistenciais.....	27
1.2 Nossa pesquisa entre as produções científicas atuais.....	35
2. O PROJETO ZIRIMEL.....	41
2.1 O (im)possível de nossa prática.....	45
2.2 Um lugar para o referencial psicanalítico.....	47
2.3 A metodologia das brincadeiras.....	51
3 A CRIANÇA E A LINGUAGEM INCONSCIENTE.....	53
3.1 Os mestres de obra dos sonhos e a maestria da criança.....	53
3.2 As operações psíquicas dos sonhos e o aparelho em formação.....	58
3.3 A dramaturgia dos processos inconscientes na criança.....	62
3.4 Outras considerações sobre os sonhos e o infans.....	64
3.5 Os contos de bruxas.....	66
4 A LINGUAGEM INCONSCIENTE E SEU CARÁTER ESTÉTICO.....	70
4.1 As técnicas dos chistes verbais e seu efeito estético.....	70
4.2 A plasticidade dos chistes e o desembaraço da criança na linguagem inconsciente.....	74
5 A FUNÇÃO DINÂMICA DO APARELHO PSÍQUICO.....	77
5.1 O movimento pulsional e a cisão das instâncias psíquicas.....	77
5.2 Uma síntese do funcionamento do aparelho e a formação do psiquismo.....	81
5.3 A subversão da linguagem.....	83
6 O JOGO DO <i>FORT-DA</i>.....	87
6.1 A compulsão à repetição.....	89
6.2 A dimensão simbólica no jogo do <i>Fort-Da</i>	91
6.3 O jogo de se fazer refletir.....	95
6.4 A ‘tecitura’ da simbolização.....	96
6.5 O assassinato do desamparo.....	100

7 OS JOGOS DE FUNÇÃO ESTRUTURANTE	105
7.1 A pulsão.....	105
7.2 Os jogos de litoral.....	107
7.3 Precusores diretos do <i>Fort-Da</i>.....	112
7.4 O objeto do <i>Fort-Da</i>	114
7.5 O brincar simbólico	117
7.6 Do anonimato ao falasser	118
8 AS MOÇÕES PULSIONAIS PRIMÁRIAS E O NARCISISMO	125
8.1 Coexistência dos contrários.....	125
8.2 A organização narcísica do Eu.....	127
8.3 Da mãe-loba à bola.....	131
9 AS BRINCADEIRAS COLETIVAS NO ABRIGO.....	135
9.1 Saídas possíveis do risco de anonimato.....	135
9.2 Matando insetos-fantasmas.....	136
9.3 Brincando com a angústia de separação primordial	138
9.4 Invenções sobre a linhagem.....	144
10 BRINCANDO PARA CRESCER.....	146
10.1 Os disparos contingenciais para a sexualidade	147
10.2 A atualização do <i>Fort-Da</i> e seus precusores na puberdade.....	149
11 UMA APRECIÇÃO AO BRINCAR	154
11.1 O trabalho lúdico	154
11.2 Os princípios fundadores e inseparáveis do aparelho psíquico: prazer e realidade.....	161
11.3 A vivacidade sensível como protagonista da cena infantil	163
11.4 Invenções de criança	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS.....	184

INTRODUÇÃO

Considerando-se o risco de anonimato nos cuidados a que estão submetidas as crianças compulsoriamente separadas de sua linhagem familiar pelo Estado, em cumprimento a medidas que visam a sua proteção, problematizamos os limites da atenção psicológica a elas oferecidos. Com base em observações diretas e na investigação por meio de exames avaliativos, essa assistência psicológica está muito mais em função de suprimento de subsídios para decisões dos aparelhos assistenciais e jurídicos do Estado do que propriamente a serviço do trabalho psíquico necessário à sustentação subjetiva da própria criança. Acrescentamos a esse quadro a ausência de uma formalização que oriente as práticas psicológicas, quando ocorrem, nesse contexto, explicitando sua função, bem como a ética que as preside nessa ‘terra de ninguém’. Afinal, não se pode generalizar a incidência nessas crianças de um estado psicopatológico que exigiria necessariamente uma terapêutica. Entretanto, a dificuldade de levar a cabo um cuidado singularizado com elas pode entrincheirar sua condição de subjetivação, restringindo o campo de experimentação e, dessa forma, seu próprio trabalho psíquico em relação às operações em que a estruturação se fundamenta.

Nossa investigação gira em torno do discernimento das operações psíquicas implicadas na aquisição da grande realização cultural da criança (Freud, 1920/2020), o denominado jogo *Fort-Da*, de modo a propô-lo como fundamento suficientemente orientador da intervenção de serviços de psicologia em crianças separadas de seu núcleo familiar pelo Estado, por isso expostas à descontinuidade de sua existência em relação a sua linhagem. Considera-se que tal orientação pode sustentar, nessas condições, seus processos de subjetivação, na medida em que estabeleçam o campo de transposição de suas referências subjetivas primárias enquanto *infans* para sua inscrição singular como ser falante, nas circunstâncias de abrigo que lhe são estranhas e extraordinárias.

Em nossa experiência com crianças abrigadas, testemunhamos que a descontinuidade da linhagem convoca as crianças a atualizar o *Fort-Da* e seus jogos precursores no brincar, em geral, apenas reproduzindo continuamente seus mesmos elementos, sem operar translações de posições e de objetos nas redes significantes, o que evidencia certa paralisação subjetiva que não desdobra um funcionamento inventivo em sua circulação na linguagem. Reconhece-se a limitação imposta a essas crianças quanto à possibilidade de brincar, bem como a potencialização do jogo. A ausência de um adulto experiente, disponível e atento a

reconhecer a busca de formulações, interrogações e de outras associações que as reposicionem, parece restringir o que poderiam ser articulações inéditas dos elementos que as colocam em jogo com novas elaborações da experiência.

A aposta é que aquilo que a criança já antecipa e toma como próprio nos jogos que estabelece e em que se reencontram, seja sustentado, de modo a elevá-la a novas redes, operações e tramas simbólicas daí derivadas em que se reinventa, enovelando o cerne de sua singularidade. Não se almeja transformar a prática do brincar com crianças em um processo de análise referido a crianças abrigadas, o que, além de inviável, seria um excesso desmesurado de pretensão. Longe de propor a análise generalizada, a exposição da criança ao campo simbólico a partir de sua localização singular pode viabilizar uma orientação lúdica referida à ética da psicanálise, em que o possível possa ultrapassar a impotência dos profissionais nessas instituições.

Diante disso, nosso estudo não objetiva uma transmissão apenas entre pares, mas anseia capturar e mobilizar adultos de diferentes profissões que se ocupem das crianças, estendendo-se até os próprios familiares. Supomos que nossa contribuição teórica possa fomentar práticas distintas do psicanalista a também situar a criança como ser falante por compreender sua condição de linguagem e as operações estruturantes do brincar. Essa transmissão teria maior êxito se sustentada basicamente nos conceitos psicanalíticos trabalhados em Freud, devido à maior familiaridade da pesquisadora com sua leitura. Seguimos esse caminho, generosamente acolhido pela orientadora, sem nos abstermos de referir os muitos aportes teóricos que Lacan acrescenta à obra, o que seria um grande prejuízo para nosso estudo. Cremos que assim arejamos conceitos fundamentais para também atingir o leitor simpatizante da psicanálise e dos processos inconscientes, não necessariamente implicado com uma formação técnica na área.

Discorreremos sobre esses impasses no **capítulo 1 - As pesquisas atuais em instituições de acolhimento**, de forma a compreender o percurso histórico dessas instituições em nosso país e a inserção da psicologia nesse contexto. Vimos que atualmente a atribuição técnica do psicólogo de reintegração familiar e garantia dos direitos das crianças os lança em uma demanda institucional que restringe seu campo de ação direta junto à subjetividade da criança. Sugere-se que eles se sirvam de uma fortuna crítica para validar os modos da escuta clínica, normalmente alcançada pela *práxis* da psicanálise de orientação freudolacanianiana. Em nosso estudo, a condição de voluntária da pesquisadora viabilizou maiores manobras para esse impasse. Voltada apenas para a sustentação de um espaço para brincar com as crianças, ela pôde propor uma modalidade de intervenção capaz de criar condições para uma extensão

simbólica mais ampla em que elas pudessem circular. Nesse sentido, supomos que os resultados de nossa pesquisa podem se estender como uma orientação aplicável também para outros profissionais que trabalham com crianças, e até mesmo para os familiares que as assistem, haja vista que, nas novas configurações sociais, muitas crianças habitantes de seu próprio lar se encontram desabrigadas do convívio familiar e da condição de se estruturar pelo brincar.

No **capítulo 2 - O Projeto Zirimel**, descrevemos as particularidades de nossa pesquisa, justamente por ter se desenvolvido junto à prática de um projeto voluntário. Esclarecemos como a proposta do projeto *Zirimel* se reinventou ao considerarmos os sujeitos da pesquisa como agentes de saber, orientando nosso método frente às impossibilidades da escuta psicanalítica no contexto em questão. Estendemos alguns conceitos clássicos da teoria quando os realocamos em nossa prática. Pensamos que, dessa forma, colaboramos para o esvaziamento de certos estigmas que o senso comum atribui ao nosso saber, por exemplo, a culpabilização das mães pelo sofrimento psíquico dos filhos. Justamente porque, diferentemente da clínica infantil tradicional, escutamos crianças impedidas do convívio familiar, restrição pela qual a pesquisadora também estava submetida. E nem por isso elas ficaram impossibilitadas de lidar com sua dor. Também nos inspiramos na *práxis* psicanalítica com grupos em instituições ao aproximarmos o operador da conversação com a pesquisadora brincante: aquela que se apresenta disponível a brincar para fazer circular a palavra dita ou representada das crianças e, assim, realizar uma pesquisa teórico-interventiva. Adequamos a escuta psicanalítica fora do *setting* para uma modalidade de intervenção que opera como mediação do vazio simbólico, no intuito de propulsar os distintos movimentos que os jogos poderiam ganhar.

Em seguida, avançamos sobre os aspectos teóricos que nos orientaram. No **capítulo 3 - A criança e a linguagem inconsciente**, esclarecemos como os processos oníricos se aproximam dos modos de dizer da criança, denunciando sua perspicácia com a linguagem inconsciente. O adormecer reduz a censura do aparelho psíquico e permite ao adulto mais maleabilidade na transcrição de registro entre seus sistemas. O sistema perceptivo é destituído de memória, pois se forma no momento em que o aparelho não tem recursos de significação simbólica. Os traços mnêmicos compõem os primeiros registros do aparelho, mas ainda calcados na materialidade da experiência e pertencentes aos processos inconscientes. Só no sistema pré-consciente, incumbido das representações de palavra, que as experiências são significadas de forma a acessar a consciência. Nas crianças, essa flexibilidade é posta naturalmente devido à paulatina ação da censura do aparelho em formação. Em ambos, a

incorporação imagética compõe a língua. As palavras são substituídas por cenas que exploram as qualidades sensíveis e condensam a complexidade dos pensamentos intelectuais superiores. Dessa forma, são tratadas como coisa porque se apoiam em sua materialidade. Por isso, nos deparamos frequentemente com a forma surpreendente das crianças em operar com a linguagem. O fantástico e o absurdo da linguagem dos sonhos e das crianças são compreendidos como uma mensagem destinada à decifração que só pode ser desvendada pelo adulto disposto a se restituir da tangibilidade das manifestações inconscientes. Modos aos quais acolhemos o sonho relatado por Ísis, que juntamente com suas invenções lúdicas, pôde viabilizar meios para uma adoção bem-sucedida ao dialetizar a real aplicabilidade do bem nas encenações dos contos de fadas.

Esses esclarecimentos podem, de fato, conectar o adulto que assiste as crianças ao seu particular modo de dizer, favorecendo as vias da subjetivação. O relaxamento da censura, que viabiliza a transcrição entre os registros, também proporciona prazer ao aparelho psíquico. Isso se evidencia nos chistes, cujo efeito de linguagem promovido acarreta o dispêndio de energia psíquica viabilizado pelos processos primários. Neles a energia psíquica é livre da censura para transitar entre os registros e dribla a tensão causada pelas atividades mentais superiores de julgamento.

Assim, no **capítulo 4 - A linguagem inconsciente e seu caráter estético**, discorreremos sobre o viés estético que Freud (1905/1996) atribui ao fenômeno chistoso, também exponenciado nos modos de dizer do *infans*. A linguagem infantil opera com vestígios de linguagem assim como os chistes verbais de jogos de palavra. Impossibilitada de se expressar prioritariamente pelas palavras devido à sua condição biológica e psíquica, a criança é beneficiária de seu material plástico a transpor registros psíquicos, assim como os chistes em sua brevidade. As poucas palavras em ambos transportam conteúdos inconscientes ao pensamento pela imagem fônica, também tratada como coisa. O uso das palavras é orientado mais pela sua forma, como na rima, do que pelo seu sentido. A revisão verbal que ocorre no efeito chistoso libera o aparelho da carga de instrução intelectual, e o efeito disso são formações inconscientes parecidas com as do sonho. E o prazer como resultado do chiste também não abstém o aparelho de um laborioso trabalho psíquico, como na formação onírica. Nessa brincadeira com a linguagem que os adultos executam, denuncia-se que certas operações inconscientes remetem a uma concepção estética entrevada ao lúdico. Por isso, essa disposição é muito espontânea na criança e demarca seu hábil desembaraço com a linguagem inconsciente. Feito tais esclarecimentos, atrelamos as peculiaridades do dizer da criança a partir das formações oníricas e do efeito chistoso ao funcionamento do aparelho psíquico.

No **capítulo 5 - A função dinâmica do aparelho**, discutimos seu funcionamento efetivo para reforçar a condição de linguagem das crianças. Submetido ao constante conflito das forças pulsionais, o dinamismo psíquico incide sobre a divisão por sistemas e ultrapassa seu esquema didático. Essa divisão apenas elucida as diferentes qualidades de inscrição disponível pelos registros psíquicos. O núcleo do Eu é o sistema perceptivo porque as primeiras representações verbais do sistema pré-consciente são resíduos de palavras ouvidas na infância. Assim, ele também é composto pelo Isso, instância psíquica mais arcaica do aparelho, que armazena as primeiras transmissões da linhagem para o *infans*, carregada da defasagem dessas transcrições. Como ela se forma no período em que as percepções não podem ser significadas sem o funcionamento regular do pré-consciente, preserva-se sempre um componente intraduzível no Eu, mesmo do adulto. Todavia, a tendência do aparelho já composto é o pré-consciente mobilizar as moções pulsionais secundárias que atam a energia psíquica em uma representação verbal. Se, por um lado, esse fenômeno assegura a inteligibilidade e a lucidez, essenciais para o compartilhamento da linguagem, por outro lado, enrijece a transcrição entre os registros. Para se deixar afetar pela linguagem infantil, o adulto precisa se recolocar diante da maleabilidade dos processos inconscientes, restituindo-se da lógica dos processos primários, primado pulsional da infância. É por essa manobra, melhor compreendida pela descrição do caráter dinâmico do aparelho, que o adulto pode se consertar do embaraço provocado pela condição de linguagem do *infans*, e efetivamente acolhê-lo em sua originalidade. Localizadas essas operações psíquicas na formação do aparelho atreladas à dimensão simbólica, passamos aos esclarecimentos sobre a grande realização cultural da criança.

No **capítulo 6 - O jogo do Fort-Da**, compreendemos a rede teórica freudiana sobre o tema exponenciada pelos aportes que Lacan lhe acrescenta. Essa brincadeira permite à criança operar com os elementos basilares do significante, concatenados ao escoamento pulsional prazer/desprazer promovido pela alternância. Ao conjugar pares fonemáticos junto à ausência/presença de um objeto, representante psíquico do agente materno, ela se exercita para a apreensão simbólica. Afinal, a ausência e a presença são rudimentares à metáfora e à metonímia, que estruturam o inconsciente como linguagem. Por isso, essa variação vocal e perceptiva que acompanha o jogo de ocultação e demarca os pares de opostos, é entendida como a primeira matriz simbólica. Alternando as posições de atividade e passividade diante da situação que a angustia, referida pelo irrepresentável, a criança pode ensaiar diferentes respostas para sua posição frente ao adulto. Imprescindível à sua constituição, ele antecipa a criança pelo discurso que já ‘domina’, extrapolando os recursos de apreensão simbólica do

infans. Daí que ativo/passivo se torna o sistema linguístico pelo qual o corpo da criança se emparelha à linguagem. Esse jogo, portanto, se concatena ao fenômeno da repetição como forma de assimilar experiências não elaboradas. Por isso, as brincadeiras estruturantes das crianças insistem em se repetir, viabilizando inscrições, para além do verbo, das situações de forte impressão como forma de estabelecerem consonância com o mundo.

Mesmo antes do marco do *Fort-Da*, no qual o alicerce do significante está inteiramente desenvolvido, a criança já exercita tais operações por vias menos complexas. Por isso, já compreendemos o estágio do espelho como o jogo de se fazer refletir. Nele, a inscrição da imagem inicia a série constitutiva a compor o dentro/fora, subsidiando as relações de consonância entre o Eu e o mundo externo. A estreia dessa unidade imaginária, composta pelo reconhecimento do corpo, também permitirá ao *infans* se localizar na rede simbólica do Outro, decompondo a estrutura rígida da referência narcísica. Dessa forma, ele poderá se constituir como ser falante atrelado ao desejo do Outro e transeunte da flexibilização significante, conjugando as experiências de alienação/separação fundamentais à constituição atrelada à linguagem. Assim como podemos testemunhar com Alexandra, que investiga sua posição subjetiva enquanto moradora do abrigo, e a repetição de suas encenações acolhidas no espaço para brincar lhe permitem passar da posta em ação à palavra.

Damos continuidade ao assunto nos jogos precursores do *Fort-Da*, tratados no **capítulo 7 - Os jogos de função estruturante**. Nos jogos de litoral, as zonas erógenas são privilegiadamente eleitas nas brincadeiras entre bebê e adulto auxiliador, que extrapola a mera função de assistir-lhe o corpo biológico. Ao aceitar o convite de brincar com as discontinuidades do corpo, ele lhe implanta o significante pelo jogo de alternância. Depois de investido, o bebê reproduz essas brincadeiras ao tatear nos objetos as demarcações fronteiriças que o delimitam no espaço, efetuando insígnias da relação com o Outro. Nos precursores diretos do *Fort-Da*, o bebê instiga o adulto a recuperar os objetos que ele lança. Nos jogos de recuperação, o vaivém da troca pulsional também sustenta a série presença/ausência, enquanto no cadê/achou, ele exercita partículas da voz e do olhar, entretido com a evasão temporária do adulto auxiliador que esconde e reaparece frente à superfície de algo que lhe recubra a face. Assim, ele se capacita à significação da ocultação do objeto em seu ritmo alternante que virá a ser inteiramente desenvolvido no *Fort-Da*, condição para o brincar simbólico. Nesse brincar, as relações basilares da aquisição da linguagem se complexificam. A ausência/presença já está inserida na lógica simbólica, por isso as crianças acedem aos jogos de regras, ao faz de conta e brincam de ser adultos. Esse desenvolvimento não é cronológico, pois as operações de inscrição psíquica pelo brincar podem se conjugar em uma ou mais experiências de cada uma

dessas brincadeiras estruturantes que permitem constituir o Outro encarnado. Todavia, certas elaborações psíquicas somente são possíveis após a vivência de marco estrutural do *Fort-Da*. Em uma visão mais singular desse processo, destacamos como Núbia encenou os jogos de litoral e desenhou as trilhas para desenvolver o seu *Fort-Da* particular, acedendo à condição de *falasser*, e como sua trajetória na instituição incidiu sobre a subjetivação psíquica de sua irmã Lili.

No **capítulo 8 - *As moções pulsionais primárias e o Narcisismo***, reafirmamos a condição de estruturação psíquica do *infans* submetida à referência narcísica do Outro. Ao nascer, a criança necessita de uma nova ação psíquica inserida pelo agente cuidador para se constituir como ser de linguagem. O autoerotismo viabiliza a troca pulsional entre ele e a criança e daí se instalam as demais instâncias psíquicas: o Eu, que assegura a noção de existência, o Eu-ideal, depósito das referências e inclinações que orientam a escolha de objeto; e o Ideal-do-eu, que acomoda os ideais transmitidos pela linhagem com a cultura. O recalque se configura nesse contexto, o que fomenta as vicissitudes da pulsão e situa a infância como momento privilegiado para a reiteração das relações de objeto. Também discorreremos sobre alguns dos trajetos da pulsão no psiquismo para reforçar como as translações de posições e objetos na brincadeira pode ampliar as redes de significante das crianças, auxiliando lhes no processo de subjetivação. Fenômeno também deflagrado na linguagem, que instrumentaliza sem embargo a contradição em seu dizer, ao contrário do adulto, que se utiliza da negação para expressar pensamentos inconscientes conflituosos. Por fim, conversamos nesse capítulo sobre como Roger esvazia o sintoma da encoprese ao realocar o ideal parental e se inscrever em uma ordem de filiação conferida de autenticidade.

Já no **capítulo 9 - *As brincadeiras coletivas no abrigo***, expomos como os encontros com a pesquisadora brincante viabilizaram a circulação da palavra através das brincadeiras estruturantes. Fazendo circular o não dito do risco de anonimato, supomos que a referência ao *Fort-Da* pôde propiciar o trabalho psíquico dos processos de subjetivação como possível articulador para uma invenção do sujeito, na medida em que suas operações permitiram a elas se haver com o enigmático. Elas puderam inscrever elementos psíquicos extraordinários pela condição de abrigadas que se tornaram operáveis. Desprovidas do convívio com o agente materno, elas adequaram os objetos lúdicos a sua urgência subjetiva por meio de brincadeiras que atualizaram o objeto primordial como uma saída possível para o risco de anonimato. Assim, puderam flexibilizar a unilateralidade que impossibilita a alternância entrevada ao significante ‘abandonada’. As crianças, enquanto próprio objeto do jogo, desembolaram entre

si elementos de estruturação psíquica. As cenas lúdicas que inventaram viabilizaram a essas crianças uma inscrição na rede simbólica para além do discurso universal da instituição.

No capítulo 10 – *Brincando para crescer*, esclarecemos como as brincadeiras que tinham como tema o enigma da puberdade puderam se servir da atualização das operações psíquicas do *Fort-Da*. Elas se mostraram eficazes no momento em que a ação efetiva do recalque também faz faltar palavras, recolocado na cena traumática para além da condição de linguagem do *infans*. Através dos signos localizados em suas encenações, elas viabilizaram uma forma abreviada de acesso ao objeto da pulsão. Assim, a cena foi substituída pela palavra no encontro que elas transformaram em uma conversação e compartilharam suas experiências púberes. Elas operaram a alienação/separação frente ao enigma do desejo no campo do Outro pela via discursiva.

Supomos que a referência ao *Fort-Da* pôde orientar nossa prática frente as suas impossibilidades, tornando-se uma ferramenta valiosa para os processos subjetivos desses sujeitos ao denunciar a urgência da dialética na atualização desse jogo estruturante. Assim, foi possível propiciar um trabalho psíquico como possível articulador para uma invenção do sujeito. Essa prática fora do *setting*, que situa a abrangência do campo da ética psicanalítica de modo a sustentar a tensão singular-universal, alavanca elementos passíveis de mobilizar profissionais também de outras áreas, bem como os familiares da criança sobre suas especificidades no dizer.

Por fim, amarramos o pensamento exposto no **capítulo 11 - *Uma apreciação ao brincar***. A brincadeira é vista pela psicanálise como uma demanda das crianças em se incluírem na rede de significantes que a circundam. Através de um ensaio que não tem valor de ato, ela se permite simular diferentes respostas das quais poderá ser beneficiária na vida adulta. Como a brincadeira se dá pela motilidade, é importante distinguir o brincar do sonhar. O laborioso trabalho psíquico do brincar consiste em estabelecer consonância com o mundo nessa visita compulsória à existência. O despertar para a consciência como forma de inscrição psíquica é a força propulsora do brincar. A criança busca apoio no pré-consciente para inscrever a vivacidade sensível (inconsciente), contemporânea a suas experiências. Por isso, os restos diurnos e a ação motora, via de acesso ao mundo externo, são preponderantes na cena do brincar. É a vivacidade sensível da infância que aproxima a condição de linguagem da criança da formação onírica e dos chistes. Neles ocorre o curto-circuito da transcrição de registros que prescinde da representação verbal atribuída pelo pré-consciente. A criança materializa o irrepresentável por se apoiar na tangibilidade da experiência, de forma muito próxima à do artista, que também compõe sua criação a partir da pulsão e seus enigmas.

Todavia, a criança necessita do empréstimo dos objetos em sua criação, além de não ter embaraço com o conteúdo infantil, pois ele lhe é contemporâneo, ao contrário do artista, que já está a reviver moções primárias infantis. Por isso, compreendemos a inscrição libidinal da criança como uma forma de criação muito genuína que talvez esclareça os termos artísticos aplicados pela teoria psicanalítica ao discorrer sobre os processos psíquicos da infância. Desde o ritmo vocal presente em *lalíngua* e no *manhês*, até a encenação vivida no *Fort-Da* e seus precursores, deparamo-nos com significantes da arte para melhor situar o leitor frente a esses fenômenos. Existe uma relação entre o lúdico, a simbolização e o processo criativo, concomitante à subjetivação, que permite à criança não naufragar na vivacidade sensorial em que a descoberta de mundo a lança. Através da brincadeira, a criança se inscreve como sujeito ao ser encenado e encenar seu próprio drama ficcional.

1 AS PESQUISAS ATUAIS EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

A fim de contextualizar nossa pesquisa em meio às produções acadêmicas sobre o tema no nosso país, investigamos o que foi produzido nos últimos cinco anos. Primeiramente, utilizamos como busca, os termos: crianças abrigadas/abrigos institucionais/casas de acolhimento, psicanálise e brincar. Diversos trabalhos foram desenvolvidos sobre instituições de acolhimento infantil e adolescente por profissionais das áreas de psicologia, educação e assistência social, além de outros das áreas de psiquiatria, educação física e direito. Por isso, optamos por fazer um recorte na orientação de nossa leitura e dedicamos mais atenção aos trabalhos que consideram as perspectivas metodológicas e teóricas da pesquisa em psicanálise para a construção de nosso diálogo.

Temas como representações sociais das crianças abrigadas (Souza, 2017), impactos no desenvolvimento infantil devido à separação familiar (Souza, 2018) e problemáticas relacionadas à adoção (Felix, 2018) foram encontrados como foco de muitos estudos. Todavia, a maioria desses trabalhos se serviu de metodologias que divergem da proposta psicanalítica de pesquisa. Alguns estudos realizaram testes para avaliar o vínculo afetivo das crianças com os cuidadores, bem como, o imaginário coletivo dos próprios psicólogos sobre os adolescentes abrigados (Montezi, 2016).

A maioria das pesquisas foi realizada por meio de entrevistas abertas ou semiabertas, com participantes previamente selecionados, por isso mantiveram vínculo nas instituições (nem sempre os próprios abrigos) apenas pelo tempo suficiente para a coleta dos dados. Essas pesquisas se destacam pela relevância dos temas a serem trabalhados nas instituições de acolhimento, e por terem como objeto de estudo não só as crianças e as adolescentes abrigadas, mas os cuidadores institucionais, os familiares e os pais adotantes. Todavia, devido aos métodos elegidos, seus resultados são mais comparativos e não se aprofundam nas questões subjetivas submersas a essa realidade, ao contrário da nossa pesquisa.

Mesmo nas pesquisas em que as entrevistas psicológicas ou as rodas de conversação demonstraram preocupação com o discurso proferido pelos participantes a fim de abordar algo da subjetividade pela fala, tendo efeito de intervenção (Machado, Magalhães, & Sampaio, 2020) como em uma pesquisa psicanalítica, elas não se propunham a priorizar uma construção teórica sistemática que promovesse avançar sobre o tema e nortear novos estudos.

Vários trabalhos foram desenvolvidos sobre as relações afetivas dos bebês e das crianças abrigadas, discriminando a importância dos primeiros anos de vida para a

subjetivação do *infans* (Santos, 2019). Assim, reflexões sobre os impactos da separação familiar no psiquismo são objeto de estudo de várias pesquisas destacando os impasses para a instituição cumprir seu papel com as proximidades de um lar. Muitos trabalhos discorrem sobre a importância do brincar para o desenvolvimento psíquico do *infans*, demarcando que essa ferramenta se faz ainda mais necessária para as crianças separadas da família (Barbosa, 2017)e, não por acaso, grande parte dessas pesquisas se respaldam pelo pensamento winnicottiano. Afinal, o trabalho com crianças refugiadas no período pós-guerra e, portanto, interdadas da presença materna, viabilizou com que Winnicott desenvolvesse um conjunto de noções de extrema relevância sobre o tema, como o desvio do interesse pelo patriarcado e pelo Édipo clássico em benefício de uma redefinição do materno. Se por um lado, essa atenção reforçou a importância da percepção sobre como o sujeito se constrói numa relação com objetos parciais, destacando mais sua vida fantasística que desenvolvimentista, por outro, idealizou o conceito de mãe suficientemente boa, atenta e prestativa a todas as demandas do *infans*. Por isso, com frequência, tais abordagens recaem em uma concepção desenvolvimentista aplicada à psicanálise através de um apelo institucional, visando construir relações de objeto satisfatórias para as crianças, bem como adequar a convivência entre cuidadores institucionais e abrigados, de forma a cumprir um ideal de relações afetivas a partir de preceitos psicológicos.

A nosso ver, resultados e discussões de pesquisas que rumam para tais intervenções são pouco eficazes, pois a complexidade dessas relações restringe tal solução. A história de vida dos próprios profissionais e das crianças, a organização do trabalho em longa jornadas de turnos revezados, os dispositivos técnicos que orientam a prática profissional nos abrigos, as decisões jurídicas, e uma série de outros obstáculos dificultam consideravelmente a implantação de um modelo ideal de relações afetivas nas instituições de acolhimento. Por isso, embora essas pesquisas considerem construções importantes da teoria psicanalítica e tenham a brincadeira como parte de sua metodologia (Andrade & Lima, 2017), suas discussões e seus resultados não são concomitantes àqueles que nos propomos.

Outro tema de extrema relevância e muito discutido na atualidade é aquele que atravessa as questões de políticas públicas em que os abrigos se inserem. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, deram às instituições de acolhimento um novo formato, o que se tornou fonte de muitas pesquisas na atualidade.

Em um primeiro momento da história de nosso país, compreende-se o modelo caritativo do acolhimento de crianças e adolescentes. Compõem esse período práticas comuns

do Brasil colônia, entre elas, a roda dos expostos e os abrigos das missões jesuítas. De origem medieval, a roda dos expostos “consistia no depósito anônimo de uma criança em uma roda que girava e a colocava dentro da instituição religiosa” (Anunciação, 2019, p. 57). Se não conseguisse fugir, ela permaneceria lá até os vinte e um anos de idade, destinada à ignorância de sua própria história. Jovens europeus eram trazidos para a catequização de índios e negros porque tinham mais facilidade em aprender suas línguas e dialetos. Assim, passavam a morar em abrigos dirigidos pela missão jesuíta. Paralelamente, crianças indígenas e negras também eram alvo da separação familiar devido às significativas alterações sociais provenientes da colonização europeia e tinham como destino a mesma instituição. O período caritativo é, portanto, o modelo de assistência à infância no Brasil até o final do século XIX, quando “o destino de *crianças enjeitadas, pretas e indígenas* estava atravessado pela caridade religiosa” (Anunciação, 2019, p. 57, grifo do autor).

Já no Brasil República, com o fim da escravatura e o início das atividades industriais, a partir da vinda de imigrantes europeus para nosso país, houve um significativo aumento da pobreza, de forma que os abrigos religiosos não conseguiam acolher tantas crianças marginalizadas. Muitas delas, então, passaram a ocupar as ruas, colaborando para ao aumento da criminalidade e atormentando a ordem civil por cometerem pequenos delitos. A infância empobrecida desse período marca o início da filantropia como principal meio de assistência à criança e ao adolescente.

Anunciação (2019) afirma que “a lógica de que essas pessoas precisam ser tuteladas, assistidas, institucionalizadas, esquadrihadas pelos diferentes saberes é que dá o contexto necessário para que figure como estratégia de governo a filantropia” (p. 60). O despreparo do Estado para amparar os mais atingidos pelos prejuízos sociais da época faz com que iniciativas filantrópicas se ocupem do acolhimento das crianças abandonadas.

Posteriormente aos impactos sociais oriundos dessa transformação, já na tentativa do Estado de se organizar, cria-se o Código de Menores em 1927.

Anunciação (2019) esclarece:

Desse modo, o Código de Menores produziu um dispositivo de poder que fez emergir uma nova categoria de crianças no país: os menores. Essa estratégia tinha sucesso em implementar uma governamentalidade sobre a infância pobre, um gerenciamento da “infância desvalida” que estava marcada pela institucionalização, fosse nas instituições correcionais, fossem nos “orfanatos”, que se constituíram como verdadeiros depósitos de crianças durante todo o período de vigência do Código. (p. 65)

Acolhendo, na prática, as estratégias políticas higienistas comuns às ditaduras Vargas e Militar, esse plano jurídico colaborou muito mais para o estigma dos “menores vadios” do que para um efetivo amparo daqueles que ‘desordenavam’ a ordem e os bons costumes dessas sociedades desenvolvimentistas, promissoras de sucesso e bem-estar para seus cidadãos. Esse cenário, cuja característica principal era proferir uma educação digna aos pobres delinquentes vigiada pelo Estado através de manuais de conduta cívica e moral para crianças e adolescentes, só se transforma após a reabertura democrática da constituição de 1988.

A partir daí, as crianças e os adolescentes passaram a ser incluídos como cidadãos de direitos na sociedade, podendo, por exemplo, ser escutados nos processos de adoção e litígios de guarda.

Anúnciação (2019) explica:

Apesar disso, ainda havia um hiato entre o que determina essa política pública e sua efetivação no campo prático. Nos anos 1990 o país ainda não dispunha de um sistema que pudesse organizar as novas ações de acolhimento institucional. (p. 75)

Apenas a partir da criação do SUAS os serviços de assistência aos cidadãos considerados vulneráveis, entre eles, crianças, adolescentes, mulheres e idosos, cumprem efetivamente os direitos adquiridos após a redemocratização. Assim, foram instituídas a Proteção Social Básica (PSB) como prevenção à violação dos direitos de vulneráveis, a partir de serviços de fortalecimento de convivência e vínculos afetivos nas famílias, e a Proteção Social Especial (PSE), de média e alta complexidade, que abrange o atendimento daqueles que já tenham sofrido a violação de seus direitos. A média complexidade se caracteriza pelo atendimento de pessoas que não tiveram o vínculo familiar rompido por conta da violação dos direitos, como o Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE/MA). E a de alta complexidade, pelos serviços prestados à população que teve esses vínculos rompidos como medida protetiva do Estado, na qual se encontram os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Esses dispositivos são recentes no País; além disso, é preciso considerar a abrangência do território nacional, o desinteresse de alguns órgãos públicos com a questão, as pautas partidárias que às vezes levam os profissionais envolvidos com essa prática a atuar em nome de uma causa política. Então, podemos considerar que esse cenário ainda está se consolidando no Brasil.

Em decorrência dessa formalização prática da política pública, muitos trabalhos têm se desenvolvido sobre os abrigos institucionais, a partir de um viés político-social.

Algumas pesquisas atentam para a primazia efetiva do vínculo familiar das crianças e adolescentes no processo de institucionalização (Santana, 2020). Outros trabalhos refletem sobre as perspectivas de futuro ansiadas pelas crianças institucionalizadas (Andrade & Rosa, 2018). Alguns pesquisadores investigaram os impactos da experiência de acolhimento através de entrevistas com pessoas que passaram por instituições de acolhimento (Almeida, 2019). Certos trabalhos discorrem sobre a necessidade do diálogo entre psicologia e direito nesse cenário, uma vez que as crianças e as adolescentes abrigadas estão sob tutela do Estado, também no âmbito jurídico (Ishara, 2016). Estudos que propõem tensionar os fatores de proteção e de risco da institucionalização também existem na literatura (Maturana, Oliveira & Parra, 2019). Encontramos ainda trabalhos que intencionam certificar se alguns abrigos se adequam às normas vigentes na atualidade (Costa, 2018).

Consideramos que os aspectos políticos sociais envolvidos nessas pesquisas são de extrema relevância para o contexto dos abrigos, ainda contaminados pela trajetória histórica dessas instituições em nosso país. Por isso, tais discussões atravessam a qualidade da vida afetiva dos abrigados. Todavia, elas se distanciam do nosso tema, que pretende operar e teorizar diretamente a subjetivação das crianças e das adolescentes moradoras de abrigos institucionais.

1.1 As pesquisas de orientação freudolacanianana nas instituições socioassistenciais

Diante da dificuldade de encontrar pesquisas atuais de orientação psicanalítica freudolacanianana que considerassem o brincar como ferramenta de subjetivação para as crianças e as adolescentes moradoras de abrigos institucionais, readequamos as palavras de busca da nossa pesquisa. Ao buscar por instituições socioassistenciais e psicanálise, encontramos uma variedade de trabalhos dedicados à escuta clínica nessas instituições, priorizando a dimensão subjetiva e a prática teórico-interventiva. Embora esses estudos se desviassem da clínica infantil, que tanto nos interessa, eles reforçam como a noção de subjetividade em psicanálise também pode se efetivar no âmbito socioassistencial.

Os estudos de referencial psicanalítico nessas instituições são mais recentes. Ao contrário das pesquisas em psicanálise nas instituições de saúde que há muitas décadas já formalizam que a prática do analista não se restringe ao *setting*. Muitos livros já foram organizados sobre tema (Moura, 1999), e tal produção ainda ocorre como forma de se adequar às demandas científicas de cada época (Santos, 2016). A própria história da psicanálise, que

nasce a partir dos estudos de Freud nos hospitais de psiquiatria, colabora para essa incidência, especialmente no âmbito da saúde mental (Ribeiro, 2005). Já as pesquisas psicanalíticas nas instituições socioassistenciais previstas pelo SUAS são mais recentes. Muitas delas resultam de trabalhos desenvolvidos com os jovens incluídos nos programas de medidas socioeducativas (Costa, Cunha, Guerra & Silva, 2014).

Encontramos também pesquisas de psicólogos com formação psicanalítica freudolacanianiana (Santos, 2018) atuante no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculado à PSB; e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ligado à Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade (Merli, 2017), bem como de profissional com a mesma orientação teórica de trajetória variada pela rede socioassistencial, reunindo as experiências de psicólogo em um Núcleo de Convivência de Idosos (NCI), pesquisador-participante em um grupo de trabalho sobre desacolhimento institucional por maioria e de estagiário em um serviço de Assistência em Meio Aberto (AEMO) de Paris, como forma de transmitir pela pesquisa a formalização de sua prática nesses espaços (Bartolomeu, 2017).

Refletindo sobre os impasses e as contribuições da psicanálise no cenário socioassistencial, esses estudos permitem flexibilizar as demandas políticas dessas instituições com a noção de subjetividade em psicanálise. Tais transformações exigiram dos psicanalistas a adequação de sua prática clínica ao contexto social, precipitando uma aplicação possível da psicanálise aos impasses colocados por esse novo contexto de atuação profissional. Assim, formalizam sobre uma prática institucional alicerçada na escuta que localiza o sujeito no lugar do agente de um saber, propiciando condições para o surgimento do sujeito em sua condição de desejante.

Ainda que esse seja um viés ético da nossa pesquisa esclarecendo por qual caminho o psicanalista orienta sua prática nas instituições do SUAS, ela não abordou especificamente as instituições de acolhimento. Desse modo, optamos por detalhar as pesquisas desenvolvidas nesse espaço, de forma a apontar os pontos em que elas culminam com a nossa prática.

A pesquisa de Fraga (2017) aponta para possíveis ferramentas de subjetivação para os moradores dos abrigos institucionais. Ela atua como voluntária do projeto *Fazendo Minha História*, iniciativa do terceiro setor que objetiva viabilizar meios de expressão para que as crianças e adolescentes institucionalizados se apropriem de sua história passada e recente geralmente perdida no cotidiano dos abrigos.

Fraga (2017) esclarece:

A metodologia é baseada em atendimentos de cinquenta minutos em média, nos quais são expostos livros de literatura para que a criança ou o adolescente manuseie e escolha um deles para que o responsável pelo atendimento leia. Essa técnica é chamada de mediação de leitura. Após esse momento, inicia-se a construção de uma página do álbum da criança ou do adolescente. As páginas podem se referir a histórias do passado, do presente ou mesmo de um sonho para o futuro. Não existe uma ordem cronológica, respeitando o desejo e o momento de narrativa de cada um. (p. 22)

Nessa pesquisa, a escuta conta com o apoio de espaço e tempo para a realização das sessões, diferentemente da nossa, mas algumas elaborações também ocorreram pelos espaços de convívio comum da instituição, demarcando a urgência subjetiva das crianças e das adolescentes que também deflagramos. A pesquisa não se utiliza do brincar como ferramenta de subjetivação, mas aponta para a relevância do lúdico na intervenção com esses sujeitos. Essa investigação nos interessou também por se tratar de uma parceria entre a instituição de acolhimento e um trabalho voluntário, na expectativa de viabilizar recursos de subjetivação para as crianças e as adolescentes, à semelhança de nossa prática. As diretrizes técnicas e burocráticas que se dispõem sobre a função do psicólogo na instituição normalmente limitam a extensão de sua escuta nos abrigos, o que não acomete a prática do voluntário, que está menos impedido de exercê-la.

Assim nos atesta Bassani (2016), na função de técnica psicóloga de uma instituição de acolhimento: “Diante da quantidade de demandas e abrangências do trabalho, corria-se o risco de muitas vezes ter que serem (*sic*) exercidas tarefas burocráticas” (p. 16). A reintegração familiar e a preservação dos direitos dos acolhidos é a função prioritária do psicólogo nos abrigos. Assim, o contato com a rede socioassistencial, os trabalhos multidisciplinares, o atendimento aos funcionários e familiares, a organização da rotina dos moradores são demandas que recaem sobre esse profissional, facilitando que ele caia na armadilha de se limitar às demandas institucionais.

Bassani (2016) esclarece que:

Segundo o Manual de Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social (CFP/CEFESS, 2007), a prática do psicólogo em tais contextos deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. (p. 17)

Todavia, a própria organização das tarefas na instituição dificulta que essa fundamentação se valide. Cabe, então, ao próprio profissional se posicionar criticamente quanto ao seu modo de operar nesses locais, “para que ele não seja dominado por um fazer que se ocupe somente da multiplicidade de tarefas necessárias ao funcionamento da instituição” (Bassani, 2016, p. 16). Para a autora, a teoria psicanalítica serviu como norteadora

para atingir esse pressuposto, capacitando o acolhimento do sujeito em sua dimensão subjetiva. Em sua pesquisa, ela relata o caso clínico de um adolescente, como forma de refletir sobre os dispositivos clínicos capazes de atender demandas subjetivas apresentadas nesses locais. Assim, percebemos que as diretrizes normativas do SUAS que regulamentam a prática do psicólogo não garantem que os processos subjetivos sejam operados. Essa função está muito mais calcada na orientação teórica e ética do profissional do que nas normas institucionais.

Portanto, esse estudo reforça a hipótese inicial de nossa pesquisa, que supunha uma carência da escuta subjetiva nos abrigos assim como a pesquisa de Anunciação (2019), que também se esforça para estabelecer uma prática na instituição de acolhimento que ultrapasse as meras funções técnico-administrativas atribuídas ao psicólogo:

As primeiras tentativas de escuta na instituição eram sempre questionadas, ou mesmo, suspensas pela coordenação do serviço ou pela ONG que administrava o serviço, geralmente, sob a justificativa de não haver “sentido” naquele tipo de intervenção. Esse “sentido” está atrelado ao significante puramente *técnico* que se atribui ao trabalho, de modo que, se aquilo não está relacionado com as normas do serviço ou da política pública, simplesmente não há razão para que isso ocorra no cotidiano institucional. (p. 169, grifo do autor)

Através da análise do contexto sócio-histórico das instituições de acolhimento e de vinhetas de caso clínico, Anunciação também se esforça para formalizar o possível da prática psicanalítica nesse espaço. A análise do discurso institucional frente à subjetividade das crianças e dos adolescentes flexibiliza a eles saídas mais inventivas e particulares para a condição de abandonados.

Essas pesquisas realizadas por psicólogos contratados pelos serviços de acolhimento ressaltam a importância e as adversidades que acometem a prática da escuta psicanalítica nesses espaços. Fazer circular a palavra frente às normas diretivas é um esforço crítico que cabe a esses profissionais. Pensamos que na nossa prática não nos ausentamos de tal empenho, mas tivemos seus impactos minimizados porque a pesquisadora era uma voluntária, portanto eximida das imposições burocráticas descritas. Assim, pôde trabalhar com a escuta livre das crianças e das adolescentes pela via do brincar, sem a obrigação de atuar por todos os setores envolvidos nas redes de acolhimento e dentro da própria instituição.

Todavia, compreendemos que, no contexto dos abrigos institucionais, um trabalho singular com os profissionais também se faz muito importante, uma vez que eles passam a ser as principais referências das crianças. A dissertação de mestrado de Aguiar (2019), que também recorreu a uma instituição de acolhimento para desenvolver sua pesquisa de campo,

discute as possíveis contribuições da escuta psicanalítica aos educadores sociais nesses serviços. Vale ressaltar que, nesse caso, assim como na nossa prática, a pesquisadora não era uma funcionária da instituição.

A partir do dispositivo grupal, instrumento que permite fazer circular a palavra, a implicação da dimensão subjetiva do educador frente às crianças e adolescentes de longa institucionalização era o foco dos encontros. Foram problematizadas questões como a ausência de um processo no desacolhimento institucional por maioria, o apagamento do sujeito de desejo pelo sujeito de direito, submetido às diretrizes normativas e jurídicas que se dispõe sobre essas instituições, e a impossibilidade do educar, no sentido de que é uma aposta e não uma garantia sobre o futuro das crianças e dos adolescentes. Desprovida de intenções adaptativas das relações institucionais a um modelo ideal, a pesquisa se comprometeu com a construção de um saber singular da experiência de cada profissional, junto a cada caso.

Nessa pesquisa, a dimensão do sujeito de desejo na cena institucional ganhou voz. Aguiar (2019) enfatiza “a imprescindibilidade de viabilizar no campo da assistência espaços em que o profissional possa ser escutado e também se escutar, a fim de que possa também ouvir a criança ou adolescente de quem se encarrega” (p. 104). Assim, a escuta dos educadores sociais através dos dispositivos grupais viabilizou desdobramentos inéditos para as histórias das crianças e adolescentes em um contexto prioritariamente universalizante. Consideramos que nossa pesquisa alcançou resultado semelhante, apesar de não termos como calcular exatamente em que medida nossas intervenções afetaram o olhar dos cuidadores institucionais sobre os moradores do abrigo. Afinal, nosso objeto de estudo não foi o profissional da instituição, e sim as crianças e as adolescentes. Também fizemos circular a palavra como metodologia, mas operamos com o brincar, no que ele concerne ao modo peculiar de dizer do *infans*. Assim, supomos ter viabilizado às crianças e adolescentes uma saída mais singular e até mais autônoma para a condição universalizante que impera nas instituições de acolhimento, contando ou não com a participação da equipe como um todo.

Justamente por isso, nos questionamos se poderíamos ter sido mais incisivas em nossas observações, como forma de atingir diretamente a conduta institucional perante as crianças e as adolescentes, contribuindo, assim, para a relevância do trabalho com os cuidadores institucionais na visada da singularidade dos abrigados. Compreendemos que essa dificuldade também se deu pela reserva dos profissionais técnicos para um diálogo, já que na instituição havia uma psicóloga incumbida de tal função.

Na condição de voluntária da pesquisadora, não pretendíamos intervir sobre a estrutura institucional, muito menos nos arriscamos a ter nosso trabalho comprometido, especialmente pelo vínculo transferencial que havia sido estabelecido com as crianças e as adolescentes. Mas em sua maior parte, ela foi fruto da insegurança diante de uma experiência nunca antes vivida pela pesquisadora. Somente após a construção teórica de nossa pesquisa, concluída após o término da pesquisa de campo, pudemos compreender melhor a lógica que nos direcionava, de forma a legitimar nossas práticas de intervenção. Mesmo que muito do que já fora feito no campo da psicanálise infantil elucidasse outras práticas fora do *setting*, como a nossa, faltava à doutoranda uma elaboração teórica mais precisa para sustentar certas condições frente a instituição.

O uso de jogos infantis coletivos como ferramenta de escuta psicanalítica existe desde Hermine Hug-Hellmuth (1871-1924), primeira psicanalista a publicar artigos sobre psicanálise da criança. Melanie Klein (1882-1960) que desdobrou e formalizou o tema de forma a se tornar chefe e fundadora de uma escola, além de também compreender os jogos livres das crianças como manifestações do inconsciente, viabilizou condições teóricas para a exploração psicanalítica do funcionamento psíquico desde o nascimento. Sua discordância da datação do Complexo de Édipo e da gênese da neurose levaram a uma elucidação da relação arcaica com a mãe (estendida aqui para o adulto auxiliador) que muito ilumina a prática psicanalítica com crianças de configurações familiares não equivalentes à família patriarcal a qual se referia Freud. Ela também colaborou para que o atendimento infantil não se submetesse a uma vertente pedagógica, além de autonomizar a criança frente a sua demanda de tratamento.

Anna Freud (1895- 1982) praticou psicanálise com crianças institucionalizadas no pensionato *Jackson Nursey* para crianças carentes em Viena, bem como no abrigo *Hampstead Nurseries* que acolhia crianças órfãs no período pós-guerra em Londres. Apesar de insistir na concepção do patriarcado e de uma pedagogia psicanalítica, sua prática inspira demais intervenções psicanalíticas que também aspiram um valor social de maior impacto. Assim como René Spitz (1887- 1974) que observou como a permanência de crianças pequenas em instituições hospitalares, privadas da relação materna, podia promover graves distúrbios de linguagem.

Não deixemos de citar também a contribuição de Bruno Bettelheim (1903-1990) salientando a importância que os contos de fadas têm no desenvolvimento psíquico das crianças, na medida em que apresentam possibilidades de distinguir, equacionar tensões e inventar alternativas, desdobrando e estendendo o campo de decifração das experiências.

Não é por acaso que essas fábulas são citadas muitas vezes em nosso estudo como forma de elaboração simbólica privilegiadamente eleitas pelas crianças do abrigo em que trabalhamos. *Psicanálise dos Contos de Fadas* (1976) se torna uma obra célebre por relacionar as interpretações simbólicas dos contos de fadas e o inconsciente, e autorizar os psicanalistas a darem continuidade as tais especulações em suas escutas clínicas com crianças.

Também podemos contar com as colaborações de psicanalistas infantis lacanianos, interessados nos operadores psíquicos da linguagem. Dentre eles, Françoise Dolto (1908-1988), que desde a formação como pediatra praticava a leitura do corpo libidinal e, por isso, percebeu a sensibilidade dos bebês frente à angústia materna, bem como a capacidade de eles reagirem a isso sintomaticamente. Ao demarcar o valor das palavras dirigidas aos bebês, provocou uma difusão de conhecimentos que atingiu os cuidadores de creches, que passaram a considerar conversar com os bebês diariamente. Também Rosine e Robert Lefort que através da fundação e coordenação do CEREDA, (Centre de Recherche sur l'Enfant dans le Discours Analytique) reuniram psicanalistas de vários lugares do mundo com a intenção de devolverem a palavra às crianças e aos adolescentes de diversas comunidades, por meio da escuta psicanalítica. Dispostos a sustentarem a dimensão da falta no atendimento desses sujeitos, os Lefort elevaram os casos clínicos ao nível de paradigma, deixando-se ensinarem por essas crianças sobre o gozo, os impasses em que se encontravam e as saídas possíveis em seu encontro com a escuta psicanalítica.

Apesar de todos esses recortes incidirem sobre nossa proposta, que se favoreceu parcialmente de cada uma dessas riquíssimas contribuições, eles apareciam em nossa pesquisa de campo como recortes, o que restringia a capacidade da pesquisadora de esclarecer de forma sólida e coesa a prática que vinha desenvolvendo. Por isso, nossas intervenções frente aos adultos da instituição eram sempre mais tímidas e acanhadas, contrariamente ao que nos autorizavam e convidavam as crianças, esclarecendo porque recuamos frente a formalização de um trabalho com a equipe como um todo enquanto desenvolvíamos a pesquisa de campo.

Permitimo-nos escapar do recorte anteriormente mencionado e enquadrar aqui uma pesquisa que não aconteceu em uma instituição de acolhimento, mas suscitou questões relevantes para esse espaço. Essa pesquisa foi motivada pela prática em um ambulatório para crianças autistas, em uma unidade do CREAS. A experiência na instituição socioassistencial fomentou o tema da adoção como objeto de pesquisa e direcionou para a clínica particular da pesquisadora, casos em que os laços de filiação eram a problemática a ser tratada. Assim, a pesquisa foi desenvolvida a partir da construção de um caso clínico atendido em consultório particular. Nesse atendimento, a criança levada ao tratamento pela avó apresentava

dificuldades com a inscrição do desejo materno nos laços afetivos com a própria mãe biológica.

Para Cruz (2017):

Tornou-se obsoleta a ideia inicial de ir a uma instituição de abrigo para tratar da questão da adoção, haja vista que a clínica já havia apontado a direção mais óbvia, porém, talvez, mais árdua de que a adoção está posta para todos nós, e que está para além dos dispositivos jurídicos e sociais quando se trata da inserção afetiva e psíquica de um ser no seio familiar. (p. 29)

Assim, a autora discorre sobre a interrogação da criança perante o desejo do Outro¹, apontando para o desejo não anônimo circunscrito na constituição subjetiva. Essa pesquisa tanto nos interessa por abarcar os primórdios da subjetivação a partir da orientação teórica freudolacanianiana, quanto pela subversão que ela opera no discurso vigente sobre a adoção devido ao olhar prestado sobre o singular. Mais do que tratar as questões psíquicas envolvidas na adoção, que muito têm a contribuir para as práticas profissionais em abrigos institucionais, esse estudo nos possibilita problematizar a situação de inúmeras crianças deserdadas dentro do próprio núcleo familiar. E nós nos perguntamos se, por essa mesma lógica, há crianças que se sentem filhas da instituição e por lá querem permanecer,² contrariando as diretrizes normativas de que os abrigos devem cumprir com a função de moradia transitória para as crianças vulneráveis socialmente.

Isso porque adoção e filiação são experiências distintas, que podem ou não se conciliar em um só processo. Não significa dizer que somos todos adotados, mas que precisamos ser todos filiados, ou seja, estarmos inscritos e reconhecidos simbolicamente em determinada filiação. A identificação com ‘os nossos’ ocorre “pela nomeação, designação e reconhecimento simbólico que o Outro primordial faz do bebê” (Jerusalinsky, 2002, p120-121) e possibilita que ele se inscreva na herança de uma linhagem. Por isso podemos questionar se os programas de Famílias Acolhedoras, parceiros em alguns municípios das instituições de acolhimento, minimizam de fato as problemáticas dos ‘abrigados’ e das adoções. O objetivo desse programa é que a criança experiencie a vida em família enquanto aguarda a realização das intervenções psicossociais que almejam reintegrá-la ao lar de origem.

¹ Lacan desdobra o conceito de Outro ao longo de seus seminários de acordo com as tendências teóricas que agrega ao saber psicanalítico, mas ele pode ser entendido, substancialmente, pela tentativa do autor de registrar que a alteridade em psicanálise se distingue pelas suas determinações inconscientes, noção que não estaria implicada no uso corriqueiro da palavra outro, sem o destaque da primeira letra maiúscula. Esse assunto será melhor discutido a partir do capítulo 6 – *O jogo do Fort-Da*.

² Assim como testemunhamos uma das crianças que participou de nossa pesquisa, citada na seção 3.5 *Os contos de bruxas*.

Mas a questão que de fato se impõe sobre o risco de anonimato ao qual essas crianças ficam submetidas é a ausência de uma filiação, que não necessariamente é suprida pela família acolhedora. Apesar de haverem requisitos para a inscrição dessas famílias, não há como prever se ela será capaz de estabelecer essa função com a criança que lhe será destinada, e vice-versa.

A partir das observações em nossa pesquisa e das considerações de Cruz (2017), constatamos que alguns processos psíquicos são exponenciados pela condição da criança nas instituições de acolhimento, mas podem se apresentar em contextos variados. Assim, pensamos sobre as várias crianças que não estão separadas de sua família, muitas vezes, de classe média a alta, mas que se encontram desabrigadas da condição de ser crianças, de se estruturar pela via do brincar.

1.2 Nossa pesquisa entre as produções científicas atuais

A instituição que acolheu nossa pesquisa de campo é oriunda do orfanato *Lar de Maria*, criado em 1963, na cidade de Conselheiro Lafaiete, no interior de Minas Gerais. Henrique Tolomelli, atuante do *Grupo Espírita da Paz* e da loja maçônica *Estrela de Queluz*, ergueu, através de doações e trabalhos voluntários, o edifício onde funcionou o orfanato. Ele e a esposa Inezinha se dedicavam ao acolhimento das crianças órfãs da cidade e daquelas cujas famílias não conseguiam manter as mínimas condições de subsistência para os filhos, chamados na época de órfãos de pais vivos.

Em seguida, criaram a *Gráfica Lar de Maria*, que funcionava no primeiro andar do prédio e cuja renda era destinada à manutenção do orfanato. Segundo Souza (2013), voluntário desde a fundação do projeto e atualmente membro do Conselho Deliberativo, “as crianças assistidas moravam no segundo andar, onde eram servidas as refeições e ficavam os dormitórios. As crianças com idade superior a doze anos auxiliavam no trabalho burocrático da gráfica, como a recepção, a secretaria e o arquivo” (p. 24). Com a venda da gráfica devido a problemas financeiros oriundos do corte dos benefícios fiscais a entidades assistencial filantrópica, o orfanato passou a depender exclusivamente das doações da comunidade e do trabalho voluntário. Vale destacar que nessa época havia mais de cinquenta crianças abrigadas.

Com a promulgação do ECA, o orfanato iniciou suas adaptações às novas diretrizes, transformando-se no *Abrigo Temporário Lar de Maria* e desenvolvendo projetos vinculados a

empresas privadas e ao Estado. Atualmente, é um abrigo institucional da PSE de alta complexidade e compõe a rede SUAS, portanto, submetido a todas as suas diretrizes. Destinado a crianças e adolescentes do sexo feminino de zero a dezoito anos, e a meninos de zero a sete anos, comporta até vinte moradores. No início de nossa pesquisa de campo, ele ainda funcionava no edifício inicial, porém sua sede foi transferida para uma casa, devido às exigências atuais de que os abrigos se aproximem das condições de um lar.

Mesmo assim, a instituição que acolheu nossa pesquisa de campo não está eximida das problemáticas apontadas nos estudos atuais citados, portanto serve como objeto de estudo para os mais variados temas. Orientadas pela *práxis* psicanalítica e pelo interesse na escuta infantil, optamos por realizar uma pesquisa que priorizasse a dimensão subjetiva das crianças e das adolescentes na instituição.

A hipótese motivadora para nossa pesquisa de campo foi a suposição de que as instituições de acolhimento poderiam ser beneficiárias de uma escuta focada na dimensão subjetiva das crianças e adolescentes, o que confirmamos em nossa prática e na leitura de pesquisas similares. O histórico das instituições originárias da filantropia e o cenário sociopolítico em que elas se inscrevem denunciam não apenas as carências financeiras e administrativas com as quais elas duelam para se manter, como também a carência de subjetivação, que é uma das consequências desses entraves. Os serviços socioassistenciais se comprometem com a missão de igualar os cidadãos em termos dos direitos e deveres que lhes são assegurados pelo Estado. Essa causa é extremamente nobre e transformadora dos valores sociais. É o que observamos na breve história citada sobre a origem das instituições de acolhimento no Brasil, por exemplo. Mas por ela também observamos os obstáculos que dificultam o cumprimento efetivo dessa missão, apontando para a divergência que sempre existe entre uma ideologia teórica e a prática, especialmente no âmbito das ciências humanas. A dimensão do bem fazer dessas instituições, originárias da filantropia se depara constantemente com os descompassos que atravessam sua realidade, atrelada à singularidade dos próprios sujeitos envolvidos nelas.

Permitimo-nos afirmar que as instituições socioassistenciais se orientam pelo que Lacan (1959-1960/1991) denomina de ética dos bens de serviço em *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Nesse estudo, ele discorre sobre a direção do tratamento em psicanálise como forma de discerni-la da apropriação americana dessa ciência, cuja tentativa era normatizar os analisandos e a prática clínica, como forma de assegurar aos sujeitos a promessa de felicidade oriunda da sociedade moderna. Não o retomamos aqui como forma de elucidar a problemática no mesmo âmbito, mas de estendê-la para a realidade que atravessa

nossa pesquisa. De fato, os avanços sociais, científicos e tecnológicos da modernidade podem acarretar uma construção mais justa e próspera da sociedade, como constatamos com a promulgação do ECA, por exemplo. Por outro lado, esses avanços também contribuem para a ilusão de que uma sociedade de funcionamento ideal será alcançada pela via da universalização, desconsiderando a singularidade de cada sujeito que atravessa tais formalizações.

Dessa forma, a ética dos serviços dos bens negligencia a dimensão de falta a ser dos sujeitos em prol da primazia da universalização. Segundo Lacan (1959-1960/1991), “a organização universal tem de lidar com o problema de saber o que vai fazer dessa ciência na qual prossegue manifestadamente algo cuja natureza lhe escapa” (p. 389). Isso que dribla as tentativas de universalização pode ser compreendido como o particular de cada sujeito, que, em algum ponto, é sempre único e excepcional às unificações. Nesse sentido, a ética da psicanálise subordina a dos bens de serviço, não como forma de reivindicar sua legitimidade, pois ela porta suas relevâncias históricas, mas de torná-la mais operante no que concerne à subjetividade, desafogando-a dos aspectos universais.

Todavia, não nos propomos a fazer uma análise com esses sujeitos como forma de proporcionar-lhes um espaço de subjetivação, pois as condições da pesquisa de campo impediam esse formato de intervenção. Nossa proposta, portanto, se orienta pela teoria psicanalítica sobre o *infans*, mas difere dos atendimentos infantis tradicionais. Quando os cuidadores institucionais consideram que uma demanda de atendimento psicológico se faz necessária, as crianças e adolescentes são encaminhados para psicólogos do serviço público. Pensamos que todas as crianças e as adolescentes da instituição poderiam ser incluídas em um trabalho psíquico que os ancorasse em seu processo constituinte atravessado pela interdição do convívio familiar, mesmo que fosse temporário. Afinal, essa separação impacta drasticamente sobre as referências psíquicas das crianças e adolescentes, que ainda estão se constituindo, em maior ou menor medida, a partir delas. Incluímos, assim, todos os moradores que se dispuseram a brincar nos encontros, independentemente das necessidades terapêuticas apresentadas, por considerar que a separação de sua linhagem é condição suficiente para conduzi-los à necessidade de um apoio psíquico.

No que concerne aos processos subjetivos na instituição, pensamos que foi justamente a condição de voluntária que logrou êxito a nossa pesquisa. Assim, a pesquisadora pôde diferenciar sua prática do trabalho convencional dos psicólogos contratados como técnicos nos abrigos temporários. Compreendemos que esses profissionais precisam se servir de uma fortuna crítica para efetivarem a escuta sensível ao singular, esforço do qual escapamos na

condição de psicóloga voluntária. Alcançamos uma posição meio estéril do psicólogo frente às burocracias institucionais que se sobrepõem a essa escuta. Descomprometida de operar com as diretrizes normativas do SUAS, mesmo que submetida a elas pelo que estruturam na instituição, nossa pesquisa pôde se voltar especificamente ao brincar como via estruturante para a dimensão psíquica do *infans*.

Pudemos, então, nos orientar mais espontaneamente pelos bens que interessam à *práxis* psicanalítica, conforme Lacan (1959-1960/1991):

Não há outro bem senão o que se pode servir para pagar o preço do nosso desejo –, na medida em que esse desejo, nós o definimos alhures como a metonímia de nosso ser. O arroio onde se situa o desejo não é apenas a modulação da cadeia significante, mas o que ocorre por baixo, que é, propriamente falando, o que somos, e também não somos, nosso ser e nosso não ser – o que no ato é significado, passa de um significante ao outro da cadeia, sob todas as significações. (p. 385)

Por isso, apostamos numa modalidade de intervenção capaz de criar condições de uma extensão simbólica mais ampla, em que a criança possa circular. Acreditamos que o brincar pode instrumentalizar esse processo, pois a encenação das brincadeiras infantis viabiliza a seu modo um percurso de significação da posta em ação capaz de flexibilizar sua posição de sujeito. As próprias crianças e adolescentes exponenciaram sobre a dimensão estruturante do *Fort-Da*³ nas brincadeiras, por isso, propomos esse jogo como uma potencial ferramenta de subjetivação nesse contexto. Vimos que a descontinuidade de suas existências em relação à linhagem convoca essas crianças e adolescentes a atualizar a estrutura do *Fort-Da* como forma de franquear diferentes modos de trabalho psíquico. Na variabilidade de brincadeiras que se desdobram como menção à grande realização cultural da criança, foi possível transpor suas referências psíquicas primárias para uma inscrição singular diante das circunstâncias de abrigo que lhe eram inéditas em termos de elaboração simbólica.

Nesse sentido, supomos que nosso trabalho possa contribuir não só para o contexto das crianças abrigadas devido à interdição do convívio familiar determinada pelo Estado, cuja subjetivação clama por urgência. Ele pode ainda fomentar discussões acerca das crianças e adolescentes desabrigadas do convívio familiar e da condição de se estruturar pela transmissão de sua linhagem, devido às novas formas de organização social.

Pais que terceirizam suas funções, destinadas às escolas ou às babás, porque precisam cumprir cargas exaustivas de trabalho, ou que se preenchem delas para evitar um labor ainda mais dispendioso que é educar, também interditam seus filhos do convívio familiar. Muitas vezes, os filhos também cumprem uma carga horária de atividades enfadonhas, seja nas

³ O desdobramento teórico desse assunto será discutido no capítulo 6 – *O jogo do Fort-Da*.

escolas integrais, seja nas inúmeras atividades extraclasse específicas que frequentam. Sem tempo para o ócio criativo, as crianças ficam desprovidas da condição de brincar livremente como forma de se estruturar. Muitas vezes, quando o fazem, lhes são oferecidos brinquedos de última geração, demasiadamente estruturados para que se possa transformá-los e inventar com eles. Se o brinquedo importa tanto à criança, é porque ele “vale menos pelo que é em si do que por adaptar-se ao argumento que interessa encenar” (Jerusalinsky, 2014, p. 235). Talvez por isso, o *slime* não tenha funcionado em alguns atendimentos infantis como brinquedo da moda para substituir a massinha ou a geleinha. Apesar de extremamente maleável, muitas vezes ele já é estruturado na fôrma ostentosa que se apresenta na *web*. No *Youtube*, crianças e adolescentes de várias nacionalidades misturam cola, tinta, água boricada, espuma de barbear, *glitter*, ensinando as melhores técnicas para a produção de um *slime* eficiente. É interessante que ele tenha a capacidade de se esticar, sem grudar e nem se romper, para assumir muitas formas ao ser manuseado. Todavia, o que se percebe como verdadeiro foco dessas gravações é o mesmo fio que sustenta o adulto lançado virtualmente na *web*, “no qual o *parecer* é, sem dúvida, muito mais importante do que o *ser* e até mesmo do que o *ter*” (Jerusalinsky, 2017, p. 18). Assim, eles exibem as variadas formas, cores, brilhos, e até os fracassos no percurso da montagem de seus *slimes*, no qual o espetáculo se sobrepõe à transmissão. Talvez por isso, essas sessões com *slimes* terminavam apenas em uma boa lambança para limpá-los ao seu fim. Contrariamente ao que objetivam com os *slimes*, as crianças se vêm grudadas no anseio da sociedade moderna de que elas sejam tão eficazes. Nessa expectativa, elas são espichadas para todo lado que se ocupe do vazio, rompendo com as bordas do ócio criativo e destituindo-as dos seus recursos subjetivos.

Ainda que adolescentes não precisem mais brincar como as crianças, eles precisam realizar suas invenções constituintes para fazer a “passagem entre o lugar que se ocupa no laço familiar para o lugar que se poderá vir a ocupar no laço social, amorosa e profissionalmente” (Jerusalinsky, 2017, p. 33). Assim, eles precisam se arriscar em suas descobertas, o que não ocorrerá sem crises oriundas desse rompimento. É claro que, para isso, é necessário que os pais confiem na sua transmissão, o que lhes custa o preço do diálogo, do convívio e dos riscos de educar. Todavia, as longas jornadas na *web*, alternadas entre redes sociais e jogos virtuais, parece servir como um substituto para a dimensão da experiência real tanto dos adolescentes quanto dos pais de adolescentes. Iludidos pela segurança doméstica, eles autorizam que seus filhos naveguem por aí, certos de que isso é mais seguro que um passeio com os pares pela cidade. Assim, não se dão conta de que, dentro de casa, seus filhos estão expostos a perigos tão dramáticos quanto os da rua. Não me refiro aqui aos crimes

cibernéticos, que costumam se tratar de casos pontuais. Mas a todos os jovens que ficam mareados nessa navegação, expostos a uma enxurrada sensória que os impregnam de estímulos tão imediatos quanto fugazes, sem permitir o tempo de escansão necessário à simbolização.

Iludidas pela supressão desse mal-estar a partir das tecnologias, algumas famílias recorrem cada vez mais ao virtual para se reparar de algo que as lança ainda mais para uma renegação sob o mesmo teto. Todavia, “há uma descontinuidade produzida pela era digital nos modos de estabelecer o laço social e nas formas discursivas de sustentar subjetivamente as experiências” (Jerusalinsky, 2017, pp. 15-16). As câmeras nas casas ou nas escolas parecem assegurar os pais sobre a jornada de seus filhos, reduzindo tal desencontro. Todavia, o imediatismo do aplicativo que lhes transmite as imagens não é tão eficaz no que concerne à importância de sua presença. As frequentes respostas oferecidas pelo Google às mães de primeira viagem, embaraçadas com a inauguração da maternidade, não substituem a transmissão familiar de maternagem entre as gerações de uma família, mesmo que esteja obsoleta em relação às últimas descobertas científicas. Os dispositivos eletrônicos oferecidos às crianças e adolescentes como forma de contê-los de sua agitação e demandas, os sossegam, mas não os acalutam, como quando um adulto se oferece a ‘perder tempo’ para se entreter com eles. Assim, a transmissão aos filhos “passa a ocorrer de um modo não mediado e anônimo, esvaziando a importância de contar e dar conta do vivido na narrativa entre gerações e do registro do tempo implicado nisso” (Jerusalinsky, 2017, p. 32).

As famílias inseridas na organização social cuja necessidade de eficiência se sobrepõe ao tempo para o convívio, cometem um crime não jurídico, mas psíquico. Elas também lançam suas crianças e adolescentes a uma condição de desamparo e risco de anonimato diante de sua própria linhagem, mesmo que isso não se deflagre ao mesmo modo das instituições de acolhimento.

Por isso, pensamos que nossa pesquisa se faz relevante na atualidade, seja pelo seu viés prioritário, ao sugerir uma modalidade de intervenção nas instituições de acolhimento capaz de avançar sobre os limites da atenção psicológica prestada por elas, orientando a prática desses profissionais, seja pelos seus desdobramentos, que exponencia a relevância do trabalho psíquico no qual se fundamenta a estruturação de crianças e adolescentes, incluindo como interlocutores do nosso trabalho, os pais, ou quaisquer profissionais que se ocupem desse público. Acreditamos, assim, fazer jus ao convite de Freud (1918-1919/2020) sobre a psicanálise nas instituições:

Resultará daí para nós, então, a tarefa de adequar nossa técnica às novas condições. Não duvido de que a força argumentativa das nossas crenças psicológicas também impressionará alguém sem formação, mas precisaremos encontrar a expressão mais simples e palpável dos nossos ensinamentos teóricos. (p. 202)

2. O PROJETO ZIRIMEL

Esclarecido nosso ponto de vista sobre a relevância da psicanálise nas instituições de acolhimento, passemos à apresentação do projeto que propiciou nossa pesquisa de campo e a discussão sobre as peculiaridades da nossa prática.

O Projeto *Zirimel* foi apresentado à assistente social do abrigo institucional como um trabalho voluntário, de produção e execução independente. Em parceria com colegas que também trabalharam voluntariamente, criamos a logomarca associada ao conceito e à proposta, no intuito de arrecadar verba para o início das atividades. O valor arrecadado seria usado na compra de materiais a serem utilizados nas oficinas de arte – formato inicial da proposta – e foi recolhido entre amigos e familiares durante as festividades de fim de ano. As atividades foram desenvolvidas entre janeiro de 2015 e setembro de 2017.

Inicialmente, o projeto visava a realização de um encontro semanal para a apresentação gradativa de variadas modalidades de recursos artísticos para as crianças, já ambicioso de que o processo de criação facultasse meios de a criança encontrar subsídios para sua subjetivação. Ao fim das atividades, as crianças teriam a oportunidade de fazer sua própria construção artística, a partir daquilo que lhes foi apresentado sobre o universo da arte. Todavia, já no primeiro encontro, esse modelo se mostrou fadado ao fracasso. A diferença etária das crianças, sua agitação e sua curiosidade diante de um espaço tão diferente da sua rotina, somadas à dificuldade das cuidadoras em acompanhar as crianças se expressando e comportando tão livremente, impossibilitaram que os encontros seguissem nesse formato.

Esse impasse levou a uma inversão na proposta de escuta dessas crianças. Seriam oferecidos recursos artísticos, para que, nas brechas da execução das atividades propostas, as crianças pudessem ser escutadas, mas em vez disso, elas passaram a ser ouvidas para a construção desse espaço, condição que consideramos essencial para a pesquisa em psicanálise.

Nesse sentido, apoiamo-nos em Ferreira (2018):

Entendemos que o ponto de partida – o problema da pesquisa – está dado, mas a oferta da palavra em diferentes instrumentos de pesquisa em psicanálise deve respeitar a regra fundamental da

psicanálise: a associação livre. Assim, a questão norteadora da pesquisa, vem, às vezes, embrulhada numa riqueza enorme de temas e situações a serem acolhidas pelo pesquisador. (pp. 14-15)

Por isso, consideramos os interesses lúdicos demandados pelas crianças com os mesmos caracteres ocupados pela associação livre no método analítico, ou seja, elementos exprimidos de forma aparentemente indiscriminada, mas obedecendo uma lógica própria e não sabida, que a investigação deve considerar significativamente. Desde então, não mais optou-se por uma proposta prévia de atividade a ser desenvolvida, mas pela disponibilidade por parte da pesquisadora em fomentar condições para o brincar, de forma a acolher os anseios de criação lúdica que elas manifestavam nos encontros.

No início das atividades, elas foram conduzidas ao campo do brincar em um prédio anexo ao abrigo, onde existira um projeto anterior chamado *Recriança*, que contava com uma equipe de profissionais trabalhando música, dança e artesanato com as crianças e os jovens da cidade. Diga-se de passagem, nome bastante sugestivo, pois aponta a necessidade de restituir à criança sua condição considerada natural de brincar, mas como sabemos, dependente dos elementos e do funcionamento da linguagem, qualquer que seja o discurso dirigido a ela.

O projeto foi interrompido por falta de verba, mas o material abandonado dessa prática ainda se encontrava lá. Estavam disponíveis muitas fantasias, vestidos de coroação, violões, tambores, caixa de som amplificadora, microfone, parede de espelho, além de um espaço amplo, ideal para trabalhos coletivos com crianças. A descoberta e o uso livre desse material por parte das crianças compunham a criação que elas faziam desse espaço, atribuindo-lhe identidade, e identificando-se com ele. Essa construção parecia ser a condição oportuna para o encontro da escuta psicanalítica mediada pela arte, pois aguçava a liberdade de criação e expressão das crianças, a partir do anteparo dos elementos artísticos. No entanto, a visita a esse espaço foi interdita. De acordo com as entidades fiscalizadoras do abrigo em âmbito nacional, a instituição deveria se instalar em um imóvel mais parecido com o ambiente de uma casa, por isso o prédio deveria ser deixado, a começar pelo seu anexo.

Era preciso abandonar o espaço deixado pelo *Recriança*, bem como a crença de que os recursos ali presentes viabilizariam o desenvolvimento da pesquisa, como se o espaço artístico fosse condição para o processo criativo da criança. Passamos a brincar, na maioria das vezes, no terraço do prédio, na sala mais ampla do imóvel, que lembrava a sala de televisão de uma casa, e algumas vezes no refeitório, acompanhando o horário de almoço das crianças. E a demanda infantil direcionava novamente o formato das atividades. Elas saudavam por objetos que resgatassem a experiência lúdica e criativa no *Recriança* e, a cada encontro, algum desses objetos ou algo próximo a eles era levado pela pesquisadora para uso livre. Abarcar o

imprevisível tornou-se prática recorrente nos encontros sem, contudo, esvaziar o fenômeno da repetição. Mesmo que a cada encontro elas demandassem novos materiais, novos objetos para desenvolver novas ideias, certas relações que estruturavam conexões entre os elementos lúdicos persistiam, a despeito da substituição do material. Os objetos solicitados para o desenvolvimento de alguma atividade eram usados por elas de forma inaugural, entretanto se rearranjavam às suas demandas psíquicas.

Benjamim (2002) critica o esforço dos educadores em produzir brinquedos para as crianças, pois, para ele:

É ocioso ficar meditando febrilmente na produção de objetos – material ilustrado, brinquedos ou livros – que seriam apropriados às crianças. Desde o Iluminismo é essa uma das mais rançosas especulações do pedagogo. Em sua unilateralidade, ele não vê que a terra está repleta dos mais puros e infalsificáveis objetos de atenção infantil. (p. 57)

A criança constrói seu próprio mundo ao se apropriar de alguns objetos que servirão de instrumentos para a realização de suas fantasias, para a construção de seu drama ficcional. São elas mesmas que executam a correção mais eficaz dos brinquedos em seu próprio ato de brincar, e essa correção é a forma que elas têm de fazer coincidir a utilidade do brinquedo com suas necessidades psíquicas, passando-o do genérico ao particular. Essa cartela de variações é tão vasta quanto forem as possibilidades de manifestação do inconsciente, compreendida como propulsora da atividade criativa.

Em sequência, aconteceu a mudança para a nova casa. Houve a tentativa de criar um espaço para o projeto, inspirado nas instalações de arte contemporânea – que no momento, era um referencial teórico da pesquisa –, onde pudessem ser realizadas as atividades e guardado todo o material adquirido até então. A planta desse espaço foi desenhada e a proposta foi encaminhada para avaliação do setor público responsável, mas inviabilizada por questões burocráticas. Mesmo depois de tempo suficiente de trabalho próximo aos profissionais do abrigo para conquistar certa confiança, percebemos que fixar um espaço para o projeto seria invasivo demais e, assim, preferimos continuar no espaço de intimidade no qual nos encontrávamos. Por fim, constatamos que tivemos mais a ganhar com esse ‘não lugar’ do projeto.

As crianças continuaram demandando para o encontro algum objeto que parecia funcionar como o mote manifesto do encontro ansiado, pois não permanecia nos desdobramentos desencadeados pelo nosso compromisso de brincar. Podemos talvez reconhecer aí o caráter da educação que recebiam, mais voltada para a reposição de objetos

materiais que lhes teriam faltado do que para o trabalho psíquico no qual se envolviam. Assim, eles eram rapidamente descartados, atribuindo mais importância às relações entre si, com o espaço doméstico, com a pesquisadora e com o próprio corpo. Aos poucos, esse acordo de levar algo a cada semana foi sendo abandonado e o foco dos nossos encontros se concentrou na presença de um adulto disposto a brincar.

Apesar de brincarmos muito no quintal, os cômodos de uso rotineiro das crianças, como quarto, banheiro, sala e cozinha compunham significativamente o espaço lúdico. Cama, chuveiro, pia, sofá, vaso sanitário, portas, janelas, guarda-roupa, tudo isso estava ao bel-dispor das brincadeiras, estreitando, ainda mais e em tempo real, a relação do brincar com a subjetivação. Assim, ganhamos com o ‘não lugar’, os lugares mais surpreendentes para a realização das brincadeiras.

Aos poucos, diante dos próprios obstáculos que atravessaram a prática da pesquisa e dos convites feitos pelas crianças, escutados como um direcionamento do brincar, esvaziou-se a necessidade de um alinhamento dos discursos da psicanálise e da arte. Afinal, em termos do processo de criação infantil é quase como se essas fronteiras se dissipassem⁴. Localizar a atividade criativa em um espaço ou cronograma é limitar a própria capacidade de criar da criança.

Para Jerusalinsky (2014):

Desse modo, em um tempo primordial da constituição psíquica, as duas posições – a de criador e a de criatura – estão em cena de modo absolutamente entrelaçado: é pelo próprio modo como a criança é nomeada, alimentada, cuidada, que se dá lugar, se atribui antecipatoriamente a possibilidade de seu próprio ato criativo. (pp. 258-259)

Respalda nossa pesquisa também pela teoria artística foi se tornando um objetivo irrelevante e até considerado menos produtivo, à medida que o potencial criativo foi se orientando pelo que a própria psicanálise já indicava sobre a constituição psíquica. Apesar desse desapontamento diante dos objetivos iniciais da nossa pesquisa de campo, sentimos-nos privilegiados por estarmos em consonância com as exigências da pesquisa em psicanálise.

Segundo Machado Pinto (2018):

O fato é que o objeto do conhecimento e o método de sua produção foram construídos por Freud em uma relação que podemos chamar de dialética. Na medida em que os achados foram se adensando e adquirindo maior precisão conceitual, o método ia sendo refinado. (p. 64)

⁴ Falaremos mais dessa relação no capítulo 11 - *Uma apreciação ao brincar*.

Com o decorrer da pesquisa, nos certificamos de que a própria brincadeira infantil poderia levar a criança a percorrer os caminhos de criação e subjetivação. A criança não acede esse percurso pela simples posse de um objeto, mas pela disposição do adulto em acolher o endereçamento do seu brincar e lhe supor um saber sobre sua produção. Nesse processo, é a criança quem submete os objetos à sua condição criativa.

Não por acaso, foram elas que, ao trabalhar a tensão presença/ausência, atividade/passividade, prazer/desprazer se interrogavam como ‘objeto’ de si mesmas, colocando-se nas distintas posições do carretel do *Fort-Da*. Como objeto de estudo da nossa pesquisa, elas nos alertaram sobre a dimensão estruturante desse jogo, direcionando nosso método, consonante a afirmativa de Ferreira (2018): “o pesquisador parte sempre do saber do sujeito na pesquisa e não daquilo que ele próprio sabe” (p. 16). Durante tantos encontros, é claro que uma série de propostas lúdicas foram realizadas e solicitadas por elas. Inclusive, até algumas demandas de escuta clínica característica do *setting* analítico, em situações em que as crianças insistiam recorrentemente para brincarem sozinhas comigo. Todavia, o elemento mais constante das brincadeiras foi aquele que partia das experiências de ausência/presença e de atividade/passividade, até serem dialetizados, denunciando o protagonismo dos jogos estruturantes na subjetivação infantil. Das brincadeiras dos bebês até a brincadeira das adolescentes, esses elementos eram fonte inesgotável de criação, exponenciando a condição do sujeito do inconsciente se estruturar a partir do Outro. Foram elas, em seu saber inconsciente, que nos ofereceram o fio condutor do nosso trabalho.

2.1 O (im)possível de nossa prática

Veremos ao longo de nossa pesquisa que o Outro, como lugar e campo da linguagem, na teoria psicanalítica da clínica com bebês e crianças pequenas, normalmente é referido pelo seu mediador. No percurso natural do desenvolvimento do *infans*, é a mãe que se oferece como Outro, respondendo e dosando as relações com o bebê. Todavia, salientaremos, no decorrer de nossa exposição teórica, que a palavra ‘mãe’ pode ser substituída por ‘agente cuidador’ ou ‘adulto auxiliador’, a fim de esclarecer que o mais importante é que a criança tenha um adulto como referência psíquica, capaz de cumprir a função do agente materno. Essa função de baliza mediadora localiza a criança no campo simbólico e a correlaciona com o mundo. Somente a partir daí a própria criança poderá se investir libidinalmente. Assim, estendemos termos e conceitos comuns à teoria psicanalítica, de forma que eles também

abarcassem experiências incomuns de subjetivação, uma vez que nosso objeto de estudo foi o brincar das crianças abrigadas. Isso não significa que em um abrigo seja necessário que alguém assuma a criança como mãe, mas que, mesmo contingencialmente, algum adulto possa exercer uma função referente à de maternagem para a criança, o que não está eximido de acontecer inclusive no seio familiar.

Também extrapolamos a teoria da psicanálise com crianças, no que concerne à prática comum do *setting* analítico. Ali as entrevistas com o casal parental são geralmente consideradas fundamentais para a direção do tratamento, uma vez que a criança é compreendida como sintoma do casal parental. “Na concepção elaborada por Jacques Lacan, o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar” (Lacan, 1969/2003, p. 369). Entretanto, constatamos que a referência ao casal parental pode até destituir a criança de sua posição singular, além de culpabilizar os pais em vez de localizar na criança o modo como ela responde. Não tivemos contato com nenhum familiar das crianças nem tivemos acesso à sua história pregressa, formalmente. Tudo que soubemos sobre elas foram pequenos fragmentos contados aleatoriamente pelos profissionais da instituição, em especial, as cuidadoras, ou pelas próprias crianças e as adolescentes abrigadas. E consideramos que essa limitação não impediu que eles, submetidos à escuta psicanalítica, realizassem um trabalho psíquico.

A presidente da instituição acolheu o projeto, quando presenciou uma de nossas encenações, ao sermos interrompidos de brincar para o início de uma reunião da diretoria ainda no *Recriança*. Porém, ela não tinha formação técnica em nenhuma das áreas de atuação exigidas pela instituição e fora convidada ao cargo por ser reconhecida na cidade como uma cidadã solidária. Por isso, sua admiração pelo projeto não pôde alcançar um apoio efetivo à nossa pesquisa.

Uma psicóloga que entrou para a instituição no intermédio da execução do projeto foi muito sensível à nossa prática e se interessou na construção em parceria. Com ela muitas informações relevantes foram trocadas de maneira informal, pois as suas ferramentas de intervenção subjetiva também eram limitadas na instituição. Todavia, ela costumava validar certas hipóteses sobre o sofrimento das crianças, ao se interessar pelo material psíquico que elas forneciam durante as brincadeiras, fazendo valer certas decisões que lhe cabiam, a partir das manifestações do brincar.

Mas em geral, o que era suficientemente esclarecedor dos processos subjetivos dessas crianças para nós, não costumava servir como elemento de trabalho formal para a instituição. O peculiar modo de dizer das crianças parecia barrado pelas paredes inexistentes do espaço

dedicado ao projeto, salvo por intervenções pontuais, também atravessadas pelo descompromisso do meu convívio na instituição, mas não menos efetivas por isso.

Muitas vezes, inclusive, a pesquisadora sustentou o lugar de escuta para os profissionais que compartilhavam sua angústia de trabalhar em um espaço tão vulnerável, invocador do desamparo infantil de todos nós, especialmente quando um bebê com sérios problemas de saúde veio a falecer, o que abalou todos no abrigo.

Apesar das dificuldades em sustentar a condição de subjetivação dessas crianças, supomos que ela não foi impossível. A nosso ver, o espaço para o brincar deu conta de oferecer elementos fundamentais para que elas efetivassem uma passagem em sua construção fantasmática, e até saltos estruturais. Inclusive, foram as próprias crianças, como desejosas desse espaço, que permitiram ao projeto existir pelo tempo em que o realizamos. Tal desamparo diante das palavras, do discurso a fazer circular o trabalho psicanalítico muitas vezes enfraqueceram a aposta de que se poderia chegar a algum lugar no campo da psicanálise com tal prática. Mas a escuta das crianças, especialmente o convite delas para que eu fizesse de novo, por mais uma vez, naquele dia, e por mais ainda quando eu retornasse, anunciava que algum processo psíquico relevante estava se concretizando.

Mesmo sem mãe, sem pai, sem par discursivo e sem formalização na instituição, o desamparo da nossa pesquisa não era maior que o desamparo psíquico das crianças, um motivador suficientemente poderoso para sustentarmos nosso desejo de prosseguir com nosso estudo. As pontuações desse desafio pretendem não questionar a prática da psicanálise com crianças, mas apenas evidenciar que, na ausência de suas condições formais, ela não se vê limitada ao impraticável. Efetivamente, há algo no que nossa pesquisa ensina que pode subsistir fora do *setting* clínico, em outra modalidade de prática, como veremos.

2.2 Um lugar para o referencial psicanalítico

A condição da analista na instituição não foi menos embaraçosa que os impasses percorridos, inclusive, por não corresponder à escuta característica da clínica infantil em seus moldes tradicionais. No consultório, o analista também se serve da brincadeira como ferramenta, mas a prática tendo em vista a interpretação a partir da transferência do paciente e dos responsáveis pela criança. Atendida individualmente, a criança é a paciente do psicanalista infantil submetido a todos os recursos do *setting*: tempo da sessão, brinquedos e espaço físico do consultório, pagamento das sessões, esquecimento das sessões. Nesse

contexto, o analista se beneficia do lugar de sujeito suposto saber via transferência da criança e da família, e tem mais subsídios para assegurar a condução do tratamento.

No abrigo, esses anteparos, que supostamente assegurariam os pilares éticos da psicanálise, não estavam disponíveis, até porque não aconteciam atendimentos clínicos nos quais o brincar como método era usado. Ali aconteciam brincadeiras. Por isso, a pesquisadora, apesar de pautada pela ética da psicanálise, não se oferecia como psicanalista, pois a pretensão não era a análise das crianças. Assim, ela se colocava naquilo que tomava como espaço vazio e operava nele, como mediação. Portanto, dirigir uma interpretação a alguma criança, não era o objetivo por mais que em alguns momentos isso ocorresse. Era como um empuxo à prática clínica tradicional que se fazia preceder. Em algumas situações, a interpretação surtia efeitos legítimos para as crianças, especialmente, para as adolescentes. Em outras, dissipava-se sem credibilidade por parte delas, fazendo-se valer apenas por recolocar a pesquisadora frente a sua proposta: propulsar distintos movimentos que os jogos poderiam ganhar. Assim, fazia-se vacilar as evidências pelo apontamento de outras possibilidades, alertava-se sobre perigos e medos, fomentava-se interesses novos para fazer de outra maneira, driblando pelo jogo em si, posições subjetivas fixadas.

A pesquisadora escutava, encenava, frequentava a casa, passeava, convivia com as crianças de forma a quebrar o que aparentemente seriam fronteiras normais do brincar em análise preservadas pelo *setting*. Assim, suas respostas frente à transferência endereçada pela criança ocorriam de forma menos calculada que na clínica tradicional. A sessão com crianças no consultório, apesar de não eximir o analista das surpresas que podem fazê-lo confrontar com um não saber de sua prática, o resguardam um pouco mais das contingências que podem desconcertá-lo diante de sua função. O analista não deve responder à demanda de seus pacientes de forma a corresponder ao modo como eles o enlaçam em seu imaginário. Sua imparcialidade consiste em calcular como sua resposta pode se articular sobre a fantasia dos pacientes, já operando em consonância com o que ele colheu nas entrevistas preliminares. Os dispositivos clínicos contribuem para que o analista não caia na armadilha de responder de outro lugar, a não ser o de uma interpretação sob transferência. Como eles não nos eram disponíveis como no consultório, os pontos de não saber atravessavam também a própria condição da analista no espaço institucional.

Diante dessas incertezas, outras áreas de saber influenciaram nossa prática – desde aqueles que formalizam a prática da psicanálise fora do *setting* até as áreas interlocutoras da psicanálise como o teatro. Nas escolas de teatro, é comum que os alunos realizem as aulas com figurino todo preto, a fim de sustentar a imparcialidade necessária para a criação de um

personagem. Fisgamos essa isca como forma de restituir à analista uma parcela de reserva diante da exposição que sua condição no abrigo a lançava. Não tínhamos a intenção de criar um personagem, mas pretendíamos evitar que a presença da analista, desprovida dos anteparos clínicos, pudesse inflar o imaginário das crianças e dos profissionais, e, conseqüentemente, contaminasse os objetivos de nossa prática. Era preciso que as crianças e os cuidadores institucionais se identificassem com a oferta de uma adulta disponível para brincar, desvinculada, portanto, dos caracteres sociais que interdita as pessoas ‘crescidas’, ‘*ma-duras*’ com essa disponibilidade. Então, para preservar esse elemento transferencial, seria melhor que certas particularidades ficassem pouco acessíveis, tendo como ponto de partida a genérica cor da vestimenta.

Como não compunha o quadro de cuidadores institucionais, a analista não possuía um escaninho no qual pudesse guardar seus pertences enquanto estava no abrigo. Optamos por deixar sua mochila junto com a das crianças quando chegavam da escola. Também não queríamos que a pesquisadora se passasse por um ‘personagem criança’, até porque as próprias crianças esperam que um adulto legitime sua criação pelo ato de brincar. Mas ansiávamos demarcar que a analista estava em uma condição diferente dos demais adultos da instituição, no sentido de que poderia se aproximar do universo infantil, com o objetivo de compreender o que a brincadeira significa para as crianças. Essas sutis demarcações, influenciadas pela experiência teatral, atravessaram a construção da escuta psicanalítica em nossa prática.

Também nos inspiramos na conversação, metodologia de pesquisa utilizada fora do *setting*, de extrema riqueza para combater a segregação da qual as crianças e adolescentes são vítimas na cultura, por fazerem circular a palavra. Proposta por Jacques-Alain-Miller, a conversação tornou-se uma valiosa ferramenta de trabalho em pesquisas de campo multidisciplinares, sobretudo com crianças e adolescentes. Trata-se não de realizar uma análise com os participantes da pesquisa, mas de desenvolver um trabalho de aplicação da psicanálise, no que ela concerne à ética da subjetivação, tanto é que ser psicanalista não é pré-requisito do profissional que vai conduzir a conversação.

Ferreira (2018) afirma:

É necessário que seja alguém atravessado pela “experiência de palavra”, que seja alguém sensível à discordância entre o que se diz – enunciado – e o que se “quer” dizer (ou diz sem querer) – a enunciação. [...] Não basta que seja “bem informado” ou “benevolente” que “dá a palavra”, mas que suporte os pontos de não saber, de suspensão ou falha no discurso daqueles que vêm à conversação. (p. 133, destaques da autora)

Tal metodologia de pesquisa inspirou nossa prática, ao validar que nem toda pesquisa de campo psicanalítica necessita se adequar aos moldes tradicionais do *setting*. Uma intervenção que faça circular o discurso sustenta um espaço para o referencial psicanalítico e abarca os preceitos éticos da psicanálise.

Afinal, Ferreira (2018) localiza que “a conversação como um lugar no qual o silêncio, filho do medo, pode dar lugar à palavra onde, certamente de ‘criança sintoma’ do social, ela possa dizer de seu próprio sintoma ou das saídas inventivas a serem construídas’ (p. 134, destaque da autora). Dessa forma, a conversação possibilita que as crianças não ocupem um lugar de ilegitimidade da própria fala, em contraposição ao que normalmente ocorre na cultura. Apesar de não termos realizado apenas conversações (elas também ocorreram), possibilitamos um espaço de subjetivação pela via do brincar, adequando a validade de tais proposições metodológicas para nossa pesquisa. Desprendidas da necessidade de se fazer análise, mas não sem nos servirmos das qualidades do referencial psicanalítico, compusemos uma condição particular para a psicanalista na instituição. Num espaço transitável entre psicanálise fora do *setting* e do teatro, propusemos pensar a figura do pesquisador brincante. Nessa condição foi possível participar das encenações infantis e colaborar para a invenção⁵ das crianças sem ser nem analista, nem atriz, mas oferecendo-se como um adulto disponível para a brincadeira infantil. Sensível à palavra dita e à palavra representada e disposta a circular pela vivacidade do universo de criação infantil, acreditamos que a formação de analista e de atriz colaborou para o desenvolvimento da pesquisa. Reforçamos que a subjetividade do pesquisador, embora comprometida com a imparcialidade, sempre atravessará a pesquisa, deixando suas marcas. Por isso, em alguns momentos, não há outra pessoa aparecendo no texto senão aquela que aqui se manifesta.

Ferreira (2018) esclarece:

⁵ Apesar de o livro *A criação da Criança* (2014) ter nos servido como referência teórica fundamental, optamos por utilizar o termo invenção da criança. Pensamos que na obra de Julieta Jerusalinsky ele se faz muito oportuno, justamente por se valer propositalmente do equívoco entre o modo como a criança é educada e seu ato criativo, já que a autora destrincha o potencial da relação mãe-bebê. Nossa pesquisa atravessa essa questão, mas é mais conduzida a alinhar os recursos de subjetivação do *infans* ao processo criativo. O termo criação abrange tanto a ideia de habilidade criativa ou capacidade de inventar, quanto “tirar do nada”, fundar, o que poderia ir na contramão da nossa proposta de que as crianças do abrigo pudessem se estruturar a partir das referências de suas próprias linhagens, mesmo afastadas do lar. Invenção abarca tanto a noção de inovação, originalidade e potencial imaginativo do termo criativo, quanto de descoberta ou “mentira para enganar”. Compreendermos que o espaço de escuta oferecido pelo brincar em nossa pesquisa viabilizou às crianças e adolescentes do abrigo elaborarem ou reescreverem suas histórias ao encenarem seu próprio drama ficcional. Por isso, pensamos que a invenção da criança se adequa melhor ao nosso estudo, especificamente.

Tornar homogênea a escrita escolhendo a primeira ou a terceira pessoa seria fazer apagamento da própria dicção do texto. A primeira pessoa vai deixando ao leitor a trilha da própria solidão da escrita, necessária à transmissão do que se passou nesse encontro com o outro, vivo e falante, e mesmo com o outro da voz do texto, na pesquisa bibliográfica. A terceira pessoa é a da escrita partilhada, daquilo que parece acessível à transmissão, posto que espelha momentos nos quais ao pesquisador foi possível, usando um termo de Lacan, manter-se numa relação de extimidade – íntima exterioridade. (p. 144)

Nessa prática peculiar, o termo ‘brincante’ viria substituir o termo “operador da conversação”. Como aquele que opera com o brincar, que participa de grupos folclóricos ou blocos carnavalescos, que manifesta criatividade e vivacidade, ou mesmo, que é um ‘cara de pau’ por se propor a uma entrega ao universo infantil de forma tão descarada e ‘sem vergonha’. Contudo, sem transformar nossa prática em uma simples folia, pois as diretrizes éticas da psicanálise norteavam esse desmonte de ‘adulterza’, sustentando as fronteiras que garantiriam a prática seu caráter de pesquisa. Fazemos consonância aqui ao pensamento de Amorim (2018), pois “na situação de campo, o pesquisador se vê ocupando diferentes lugares enunciativos e o que ele procura só pode se dar como efeito de tal presença no jogo enunciativo” (p. 33).

Pensamos que a posição de pesquisador brincante define nossa forma de jogar com a enunciação nessa prática peculiar. Diante das incertezas desse lugar inventado pelas exigências da prática e pelo formato que ela foi adquirindo a partir dos convites das crianças, “todo e qualquer tipo dispositivo de pesquisa só poderá funcionar com as ‘zonas cegas’” (Diniz, 2018, p. 116). Assim, cremos que não nos deixamos naufragar pelo não saber, mas o sustentamos até a fronteira do que a pesquisa em psicanálise exige, agarradas nos fios que fazem valer sua prática fora do *setting*. O psicanalista na pesquisa de campo “nada sabe deste saber suposto, mas ele tem um saber ‘em reserva’, que lhe permite ordenar logicamente o não sabido” (Vorcaro, 2018, p. 43).

2.3 A metodologia das brincadeiras

Durante a nossa pesquisa de campo, muitos acontecimentos afetaram o desenrolar das brincadeiras desde a mudança de imóvel do abrigo às alterações do quadro dos cuidadores institucionais até as idas e vindas das próprias crianças na instituição. Afinal, o objetivo do abrigo é acolher temporariamente as crianças, por isso os encaminhamentos para adoção ou para algum familiar que se disponha a ficar com elas são constantes e muitas vezes fracassados.

Como as brincadeiras foram inúmeras, optamos por descrevê-las através de um recorte orientado pela seleção daquelas que denunciaram um aspecto de virada estrutural das crianças, cujos casos são expostos no decorrer dos capítulos porque localizamos operações psíquicas mais específicas das crianças protagonistas dessas cenas. Embora não tenhamos realizado atendimentos individuais para permitir a composição de um caso clínico no qual esse percurso seja pormenorizadamente descrito, pensamos que o conteúdo das brincadeiras e a posição subjetiva das crianças ofereceram elementos capazes de suscitar tal reflexão. E por aquelas brincadeiras que fomentaram recursos para que elas operassem com o enigmático de sua história, em que certos elementos identificatórios as conduziram em um trabalho psíquico coletivo, por isso, estão concentradas no capítulo 9 - *As brincadeiras no abrigo* e no capítulo 10 - *Brincando para crescer*.

Até houve um curto período do projeto em que tentamos brincar individualmente como forma de propiciar um espaço que melhor abarcasse o particular, por isso imaginamos que seria relevante a construção do espaço no abrigo para desenvolvermos o projeto. Assim, chamaríamos as crianças e as adolescentes uma a uma para entrarem e começarem a brincar ou falar, à semelhança da nossa prática dos atendimentos no consultório. Porém, esse espaço não foi construído nem a proposta foi aceita pelas moradoras do abrigo. Mesmo tentando me restringir a ficar num cômodo, apenas com uma criança ou pelo menos com um grupo de semelhantes, como bebês, crianças ou adolescentes, as outras invadiam esse espaço, sustentando que a riqueza do encontro estava na diversidade ou na unilateralidade que as unificavam como ‘abrigadas’.

Mais uma vez, nosso método foi orientado pela escuta das próprias crianças a partir da seleção e da atenção às brincadeiras que o grupo insistiu em repetir. Assim, o fio condutor da análise das brincadeiras no momento de decantarmos as experiências no abrigo é aquele que evidencia situações em que as crianças se serviram dos elementos lúdicos para reorganizar algum aspecto subjetivo comum entre elas, mesmo que em alguns momentos certos traços particulares tivessem se sobressaído da cena coletiva. Por isso, o percurso das brincadeiras transcritas da pesquisa de campo para a sua formalização escrita nem sempre acompanha a ordem cronológica das brincadeiras, pois se orienta pela temporalidade psíquica em jogo.

Partamos então para os pontos da teoria psicanalítica que nos permitiram formalizar nossa prática.

3 A CRIANÇA E A LINGUAGEM INCONSCIENTE

Em muitos momentos da obra freudiana nos deparamos com assertivas que legitimam à criança uma instrumentalização com a linguagem inconsciente mais perspicaz que a do adulto. Freud as aproxima tanto dos processos inconscientes que considera a infância a etiologia das neuroses. Essa sobreposição acontece porque o aparelho psíquico do *infans* está em formação, e as experiências que o atravessam motivam o curso das manifestações inconscientes, reincidindo na vida adulta e situando a infância como princípio indispensável à investigação psicanalítica. Por isso, para compreendermos a forma peculiar do dizer infantil, é necessário compreender alguns pontos cruciais sobre a linguagem inconsciente.

3.1 Os mestres de obra dos sonhos e a maestria da criança

Em *A interpretação dos sonhos* (1900/2019), Freud discorre sobre a diferença entre o conteúdo manifesto do sonho e seu conteúdo latente, que nos é valiosa por esclarecer as diferentes formas de linguagem que o aparelho psíquico abarca. Afinal, elas se apresentam como figurações de um mesmo conteúdo expresso de formas distintas. O conteúdo manifesto é de fácil compreensão e, por isso mesmo, pode nos levar a equívocos da compreensão da mensagem inconsciente de um sonho. “O conteúdo onírico se apresenta numa espécie de pictografia, cujos signos cabe traduzir um a um na linguagem dos pensamentos oníricos” (Freud, 1900/2019, p. 299). Defrontamo-nos, então, com a linguagem dos modos de pensamento que objetivam esclarecer a linguagem pictórica destinada a ser decifrada. O método interpretativo da psicanálise traduz o conteúdo onírico em seu conteúdo latente, a partir dos trabalhos de condensação, deslocamento, figurabilidade e elaboração secundária.

O trabalho de condensação seria o principal responsável por essa peculiaridade dos sonhos. Apresenta-se por omissão e traduz de forma incompleta e fragmentária a riqueza do pensamento onírico. Através da condensação, uma cadeia de associações pode adentrar o pensamento consciente e estabelecer ligações com representações que não necessariamente estavam presentes no conteúdo do sonho. “As novas associações são por assim dizer circuitos paralelos, curtos-circuitos, possibilitados pela existência de vias de ligações diferentes e profundas” (Freud, 1900/2019, p. 302).

Tomemos como exemplo *O sonho do besouro* (Freud, 1900/2019, p. 312). A paciente relatara a Freud o breve conteúdo do sonho: ela se lembrara de que tinha dois besouros-de-maio em uma caixa e precisava soltá-los para eles não se sufocarem. Abriu a caixa, e um deles voou pela janela, e o outro foi esmagado enquanto ela a fechava. Já a cadeia associativa que esse sonho gerou é de alongada complexidade. Alguns restos diurnos motivaram o sonho, como a filha que não salvara a mariposa que caíra em seu copo d'água, além do livro que estivera lendo à noite, com o episódio de garotos que matavam um gato em água fervente. Associada ao conteúdo do sonho, despertou-se a lembrança do comportamento da filha no passado, de matar borboletas com arsênio ou guardar as lagartas que acabaram morrendo. Todavia, tais atitudes no presente eram inimagináveis, uma vez que a filha se tornara muito bondosa. Ela associa a esse pasmo a discussão em um livro sobre a aparência e o caráter das mulheres, na qual uma moça é bonita porém fútil, e a outra é feia mas de caráter nobre. Conclui que quem a olhasse não poderia imaginar que era atormentada por desejos sexuais, assim como a filha bondosa não aparentava já ter sido cruel com os animais. Outras associações da paciente durante a análise desse sonho, articuladas a fragmentos de sessões anteriores, são discorridas por Freud para se concluir que o sonho porta a mensagem inconsciente de sua insatisfação sexual no casamento. Apesar de aparentar aos pais que era feliz em seu matrimônio, o sonho com os besouros lhe revelara o desejo reprimido. Ela nascera em maio, casara-se em maio, e o distrito em que morava fora abatido, anos antes, por uma praga de besouros-de-maio, que levava as crianças a matá-los sem piedade. Ela tinha medo de que algo acontecesse ao marido, uma vez que já se questionara inconscientemente sobre a senilidade dele, mas fora pega de supetão com o pensamento que visava a ele e imperava para que ele se enforcasse. Ela lera que no enforcamento o homem tem uma forte ereção e sabia que o mais eficaz dos afrodisíacos era preparado com besouros esmagados – revelando que o besouro, como principal componente do trabalho onírico, representava também a urgência de que o marido tivesse uma ereção.

Essa análise indica a multiplicidade dos elementos que a condensação abrevia no conteúdo do sonho. A figura onírica do besouro-de-maio se refere a uma imagem coletiva e composta, associável a inúmeros pensamentos conscientes, que foram suprimidos pela censura. Ela compõe uma cena cujo material (justo por não se tratar de uma palavra de sentido específico, mas de uma massa de estruturas compostas) torna-se plástico, estendendo-se a interpretações indeterminadas capazes de driblar a censura.

Nos sonhos, as palavras podem perder seu significado próprio e parecer sem sentido ao combinar diversas outras interpretações atribuíveis para si. As formas verbais absurdas são

uma realização do trabalho do sonho em termos de condensação. É esse efeito atribuído às palavras, quando condensadas nos sonhos, que lhes dá o tratamento de coisa, como se elas fossem objetos, assim como fazem as crianças ao brincar com os truques linguísticos de inventar novas línguas e formas sintáticas. Lembro-me da criança de três anos que, em atendimento no consultório, me perguntou o que o coração de pelúcia falava quando o apertávamos. Respondi que era ‘eu te amo’ em outra língua e me surpreendi com sua pergunta sobre eu ter duas línguas dentro da minha boca, uma vez que se certificara de que eu tinha apenas uma.

Vale destacar que frequentemente as crianças recorrem às formas de linguagem características dos sonhos, o que facilita a emergência de pensamentos condensados, justamente porque a censura exerce sua função de maneira limitada no aparelho em formação. Por isso, o sentido das falas e das formas de expressão infantil tende a parecer absurdo ou desconexo, assim como o conteúdo latente do sonho quando não submetido aos modos interpretativos da psicanálise. A escuta psicanalítica é, portanto, uma maneira privilegiada de compreender tanto o trabalho onírico quanto o trabalho de estruturação psíquica da criança manifestado na brincadeira. Ao brincar, a criança constrói cenas que condessam a complexidade dos pensamentos e dos afetos que a acometem, pois essa forma de linguagem lhe é mais acessível.

Já o deslocamento, como capacidade de descentrar a relevância dos pensamentos oníricos, escapando da censura imposta pela resistência, nos interessa por evidenciar que o que importa no material onírico é a sua recorrência. No sonho que elegemos como exemplo, o que reincide é o tema da crueldade com os animais, que, a partir das associações da paciente em análise, é relacionado à sexualidade. Na consciência, o que salta aos olhos, não é o mais importante elemento do conteúdo do sonho, justamente pelo trabalho de deslocamento que efetua uma transferência da intensidade psíquica no processo de formação do sonho. O mais relevante pensamento onírico é aquilo que nele está contido de maneira múltipla.

Aquelas representações que são as mais importantes nos pensamentos oníricos provavelmente também serão aquelas que neles se repetirão com mais frequência, visto que é dessas representações, como se elas fossem centros, que se irradia cada um dos pensamentos oníricos. (Freud, 1900/2019, p. 330)

Por isso, o conteúdo do sonho representa não o seu núcleo, mas aquilo que nele se repete por insistência.

Tal força psíquica é desconhecida por Freud no texto em questão, mas nós supomos que ela seja a repetição do que não cessa de se inscrever, esforçando-se por se manifestar através do sonho. Assim como a brincadeira infantil, que insiste em acontecer de novo como modo de atualização de uma experiência não elaborada.

Passemos agora à figurabilidade, técnica do trabalho dos sonhos articulada à condensação (compressão) e ao deslocamento (descentramento da intensidade psíquica), que incide sobre a figuração onírica. Quando uma expressão abstrata do pensamento do sonho tem sua forma verbal substituída por outra de termo pictórico e concreto no conteúdo do sonho, explica-se o fantástico absurdo em que os sonhos se disfarçam pela ação da figurabilidade. “A vantagem e, assim, o propósito dessa substituição saltam aos olhos. O imagético é figurável pelo sonho” (Freud, 1900/2019, pp. 363-364). Quando o pensamento onírico é transformado em linguagem pictórica, ele facilita a transposição de registros entre os diferentes sistemas do aparelho, uma vez que os termos concretos são mais ricos em associações que os conceituais.

Os disfarces verbais que a figurabilidade produz favorecem não apenas a condensação pelas formas de palavras ambíguas que expressam mais de um dos pensamentos dos sonhos, mas também a censura. “Afim, é enganador quando uma palavra equívoca é colocada no lugar de duas palavras unívocas, e a substituição de uma expressão banalmente sóbria por uma pictórica impede nossa compreensão” (Freud, 1900/2019, p. 365). Além disso, os disfarces verbais oferecem ao deslocamento um modo de descentração psíquica pela forma verbal substituída. A figurabilidade compõe o índice de trabalhos essenciais do sonho ao remodelar pensamentos inadaptáveis em uma nova forma verbal, menos usual, mas facilitadora da representação inconsciente e redutora da constrição da ação de pensar. A figurabilidade da verbalização, ou seja, o sentido da palavra substituído pela imagem visual se ajusta de forma privilegiada aos requisitos da formação do sonho.

O absurdo dos sonhos, ou o material fantástico que ele nos oferece dessa conversação pictórica muito se aproxima dos modos de linguagem da criança. Esse é o trabalho que ambos realizam para manifestar suas ideias, que tendem a ser consideradas ridículas porque escapam à lógica das atividades mentais superiores. O disfarce do absurdo nos sonhos poupa o pensamento do sonho da ação crítica da censura ao acessar o material onírico. Mesmo na elaboração secundária – trabalho intelectual dos pensamentos agregadores realizado ao despertar, na tentativa de compreensão lógica dos sonhos –, a censura também está presente, contribuindo para os equívocos da compreensão da mensagem inconsciente, por esquecer ou dissimular seu conteúdo.

Questionamos se nas crianças esse modo de formar pensamentos, caracterizado pelo absurdo dos conteúdos fantásticos oriundos da nova forma verbal ou pictórica, seria também seu modo possível de dizer. Como aprendiz do uso tradicional das palavras, a criança dispõe de um arsenal linguístico específico, recorrendo às formas de expressão sustentadas no imagético. Assim, a criança se aventura pela linguagem e erra se acertando em cheio. Erra pela tentativa de regularizar os verbos e a gramática e se acerta ao produzir com a linguagem uma invenção que se deixa afetar pelos processos inconscientes. Se, por um lado, ela dispõe de um vocabulário em formação, por outro, ela revela a riqueza oriunda da plasticidade de sua comunicação. A criança é mais suscetível à expressão do pensamento regida por uma lógica como a dos sonhos porque o inacabamento do aparelho acarreta uma ação menos potencial da censura, como ocorre durante o sono. Isso significa que nem o sonho, nem a atividade de pensamento infantil são compreendidos como formas inferiores da faculdade mental; pelo contrário, são uma maneira surpreendente de operar com a linguagem comum, pois viabilizam a tradução de um mesmo material inconsciente em linguagens distintas.

Portanto, a especificidade da fala infantil não é falta de domínio no uso das palavras, até porque no adulto isso também fracassa. Trata-se da predominância ou não de um recurso que pode até enriquecer a forma de comunicação, uma vez que compreendemos o inconsciente estruturado como linguagem. Esse aspecto não exclusivo da infância pode também favorecer os adultos mesmo quando não estão sonhando, mas ocorre com primazia nos primeiros anos de vida.

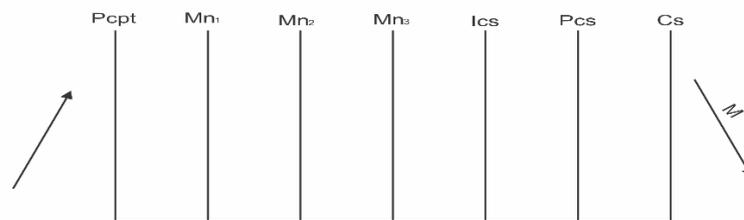
Assim, nos interessa a compreensão dos processos essenciais à atividade onírica, mestres desse trabalho, porque são peculiaridades também referentes à linguagem infantil. O material do sonho se serve de uma linguagem própria e se destina à decifração – uma vez que é entendido como uma mensagem do inconsciente. A recorrência às artes auxilia Freud a exemplificar as invenções das operações oníricas como a tradução de elementos inconscientes em linguagens distintas. As pinturas antigas continham pequenas etiquetas com caracteres escritos na intenção de representar as falas dos personagens, como forma de elas se recuperarem de certa desvantagem em relação à poesia, que se vale primordialmente das palavras. Assim como a pintura encontrou formas de expressar a intenção da fala a partir de signos e expressões de seus personagens, os sonhos podem expressar a lógica própria de seus pensamentos “por meio de uma correspondente modificação da figura onírica que lhe é característica” (Freud, 1900/2019, p. 336).

Todavia, o autor aponta que esse aspecto não incapacita os sonhos de alcançar os pensamentos superiores e destaca sua importância no funcionamento do aparelho. Assim

também nós compreendemos que a figuração característica da atividade de pensamento da criança não a impede de se expressar, mas contribui para sua maestria na estruturação pela linguagem. Não nos referimos aqui a uma maestria como a do poeta, por exemplo, que se utiliza intencionalmente da literalidade para causar seu leitor através do jogo de palavras. A criança não tem esse tipo de pretensão ao se aventurar pela linguagem pois ela é a própria vítima do equívoco que produz. Mas ela nos prova ser íntima do inconsciente ao revelar sua habilidade com a transposição de registro entre as esferas do aparelho psíquico. Por isso, não podemos discernir se ela nada de braçadas pela linguagem ou se afoga nela. O fato é que essa dupla condição da criança com a linguagem produz um passo pelo descompasso, assim como o bem-sucedido do ato falho no adulto. Reconhecer que essa limitação do *infans* com a linguagem é o que, ao mesmo tempo o recoloca em uma posição de um saber inconsciente, autentica o fascínio de sua condição estruturante. Afinal, a criança se faz valer da linguagem para representar aquilo que a afeta.

3.2 As operações psíquicas dos sonhos e o aparelho em formação

Os esclarecimentos de Freud sobre as operações ocorridas na estrutura do aparelho psíquico durante o trabalho do sonho têm muito a elucidar sobre seu funcionamento na infância. O autor se esforça para exemplificá-las através de uma de suas metáforas do aparelho, trabalhada nesse texto como o modelo de um pente. Isso porque ele não anseia localizar as instâncias psíquicas em uma locação anatômica, pois não se trata disso, mas de articular uma sequência de lugares psíquicos percorridos pela excitação no curso do aparelho. Essa transposição não ocorre de forma linear e fixa: pode ir e vir de forma alternada, em vários momentos e situações da vida do indivíduo. Todavia, o esquema é desenvolvido na intenção de uma transmissão didática desse raciocínio, que é composto sucessivamente dos sistemas perceptivo, mnêmico, inconsciente, pré-consciente e consciente.

Figura 1 – Esquema do aparelho psíquico

Fonte: Freud, 1900/2019, p. 569. Adaptação.

Em sua origem, o aparelho funcionaria como um arco reflexo objetivando apenas a descarga capaz de aliviar a excitação que o acometera. O prazer gerado por essa descarga é seu único fim e exprime o que Freud chamou de processo primário do aparelho. Sente-se fome e uma resposta como chorar é dada na tentativa de aliviar esse desconforto ou o aumento de tensão no aparelho. Apenas a satisfação dessa necessidade pode pôr fim ao incômodo gerado pelo estímulo interno. O material do sistema perceptivo como a nutrição é destituído de memória, pertencente aos traços mnêmicos que se formam gradativamente, por associação, à medida que as percepções adquirem significado. Forma-se no aparelho a identidade perceptiva, ou seja, os registros mnêmicos da excitação produzida pela necessidade, seguida de sua satisfação. Estas serão sempre reinvestidas na busca do prazer de novas descargas, à medida que o aparelho é tensionado pelos estímulos internos e externos. O aparelho é orientado pela repetição do vínculo da percepção à satisfação da necessidade.

Aos poucos, essa fórmula básica se complexifica – porque as experiências aumentam à proporção do desenvolvimento do bebê – e a busca pelo prazer não pode mais ser a orientação exclusiva do aparelho, compelido a aderir novos percursos que serão tratados mais adiante.⁶ Neste momento, é importante sublinhar que a percepção ganha significado e passa a compor o arsenal de traços mnêmicos da criança, podendo então ser associada a várias outras experiências. Os traços mnêmicos são uma indicação da percepção, que devido à incapacidade de significação, são recalçados. O aparelho tende a percorrer o caminho da extremidade perceptiva para a extremidade motora, passando dos traços mnêmicos ao inconsciente, que, ao tentar acessar a consciência por intermédio do pré-consciente, sofre a ação do recalque. Isso significa que a memória não é dignamente fiel ao acontecimento que a remete.

⁶ Este assunto será detalhado no capítulo 6 - *O jogo do Fort-Da*.

Esse movimento de transposição do material psíquico de um estrato a outro precisa vencer a resistência imposta pelo próprio aparelho, pois ele anseia por permanecer estável. Quando tal passagem acontece porque a força impulsora de uma percepção o obriga a isso, essa resistência é reduzida, acarretando a facilitação. Então, o aparelho escolherá a trilha já percorrida no caso de nova excitação. Os sistemas posteriores, como o inconsciente, o pré-consciente e o consciente só se associam aos elementos do sistema perceptivo – que contém o material bruto da memória, ou seja, a multiplicidade das qualidades sensíveis – por similitude. Por isso, quando são reevocados na consciência, eles estão tão distantes de sua origem primária e apresentam apenas uma relação ínfima com a qualidade sensorial que os gerou. A memória e a qualidade que caracteriza a consciência são mutuamente exclusivas, assim, a maioria das lembranças da primeira infância – período do aparelho em formação, sem suas camadas de estratificação concluídas – são inconscientes. Os sucessivos registros representam as variadas locações para os conteúdos psíquicos e, na fronteira entre eles, ocorre a tradução ‘incompleta’ de seu material.

Já no trabalho do sonho, as experiências inconscientes – lembranças conceituais sem acesso direto à consciência – são despertadas porque ele permite ao aparelho percorrer o caminho oposto do seu percurso natural. Ao contrário da vida de vigília, na qual só retrocedemos até as imagens mnêmicas, a passagem do material psíquico pode ser feita a ponto de alcançar a extremidade perceptiva. A regressão é esse movimento capaz de retroagir à complexidade de uma representação já significada para a matéria-prima de seus traços latentes, atingindo a mais completa vividez sensorial. Por isso, no sonho “o conteúdo de representações não é pensado, e sim transformado em imagens sensoriais, nas quais então acreditamos e julgamos experimentar” (Freud, 1900/2019, p. 563). As lembranças ávidas estão ligadas às imagens sensoriais por fazerem parte das experiências infantis, período em que o aparelho é acarretado por um bombardeio de percepções, resultantes da inaugural inserção da criança no mundo. “Segundo essa concepção, o sonho também poderia ser descrito *como o substituto da cena infantil, modificado pela transferência para algo recente*” (Freud, 1900/2019, p. 574, grifo do autor). Por isso, a notável característica dos sonhos de fundir seu material às imagens sensoriais.

Regressão e figurabilidade seriam vizinhas na metapsicologia freudiana, pois estando mais próximas da extremidade sensorial, retornam a estruturas psíquicas antigas e formalizam métodos de representação primitivos. Esses métodos dizem do período em que o aparelho em formação, ou seja, na infância, ainda é livre da potencial ação da censura, assim como no estado de sono. “O sonhar é em seu todo uma regressão às condições mais remotas do

sonhador, uma revivificação de sua infância, das moções de impulso [*Triebregungen*] dominantes nela e dos modos de expressão nela disponíveis (Freud, 1900/2019, p. 577). A reduzida ação da censura permite que as cargas de energia móvel do aparelho estejam mais disponíveis para transitar entre seus sistemas, nos permitindo retornar a um modo primitivo de viver as experiências.

A força propulsora dos sonhos está à disposição do inconsciente e é obrigada a ligar os pensamentos oníricos do sistema perceptivo ao consciente. Afinal, o sonho é sempre a realização de um desejo inconsciente, que busca reforço do sistema pré-consciente para produzir o pensamento onírico. Nesse registro, as percepções transpostas pelos traços mnêmicos são ligadas às representações verbais, o que viabiliza o prolongamento delas até consciência. Sua função é, portanto, transcrever o material perceptivo para o sistema consciente. Todavia, a censura atua nesse caminho, já que o juízo crítico, mais próximo da extremidade motora do aparelho, também pertence ao pré-consciente. Daí o trabalho de coerção do sonho possibilitado no adormecer, para se esquivar da censura. A condensação também está presente na regressão, auxiliando na transposição de uma representação para a imagem sensorial da qual resultou, a partir da plasticidade que as palavras conceituais dispõem ao pensamento. Tal como o deslocamento ao revalorizar os elementos do pensamento onírico.

Freud (1900/2019) distingue o sonho do adulto, que é a realização de um desejo inconsciente, do sonho da criança: “no da criança, em que ainda não existe a separação nem a censura entre o *Pcs* e *Ics* ou em que elas se produzem apenas paulatinamente, é um desejo da vida de vigília, não realizado e não recalcado” (p. 582). Ele esclarece que os sonhos têm a função secundária de resolver conflitos, como se fossem um treinamento para certo desafio da vida de vigília, assim como a criança que ensaia em sua brincadeira o preparo para as adversidades que as acometem. Por isso, o material inconsciente na criança encontra menos barreiras para se manifestar e se apresenta de forma mais direta, tanto nos sonhos quanto nas fantasias ensaiadas pelo brincar.

A exemplo disso, Freud (1900/2019, p. 486) relata o sonho de seu neto, o mesmo que ele observou ao retratar o *Fort-Da*, cujo trabalho onírico foi transformado, com êxito, na realização de um desejo. O pai do menino, que na época estava perto de completar dois anos, partiria para a guerra. A criança já era capaz de se separar da mãe sem desespero, pois brincara exaustivamente de lançar seus brinquedos, fazendo-os ir embora, para depois saudá-los no reencontro. Para o autor, essa brincadeira consistia em um exercício de separação na experiência real que se organizara com sucesso para a criança, justamente por tê-la

experimentado ludicamente. Todavia, na noite após a despedida do pai, a criança acordara chorando e dizendo *Papai, papai-bebê*. Esse sonho diria do desejo de que o pai permanecesse junto ao filho, embora a criança, muito disciplinadamente, tivesse concordado com a sua partida. O neto de Freud elucida, nessa situação, como a paulatina ação da censura na infância permite que o sonho realize seu trabalho sem necessitar de muitos mecanismos de coerção para manifestar o conteúdo inconsciente. Bem como a brincadeira oferece meios para a criança simbolizar suas experiências frente ao adulto cuidador.

3.3 A dramaturgia dos processos inconscientes na criança

Nós pensamos que as formas de linguagem do sonho se manifestam também na vida de vigília da criança, justamente porque o aparelho em formação ainda não se serve de todo o arsenal crítico que o pré-consciente venha dispor, liberando a censura para uma ação mais afrouxada. Assim, os fatores dominantes do processo onírico, ou seja, a condensação, o deslocamento e a figurabilidade são formas privilegiadas do seu comunicar. Jogando de forma alternada com os percursos do aparelho, ora em seu sentido progressivo, ora em seu sentido contrário, como na regressão, elas tendem a relatar suas experiências através de cenas capazes de explorar toda a multiplicidade das qualidades sensíveis. Isso é o que o contato inaugural com o mundo faz delinear. Esse revezamento flexibiliza a transposição de registros e atravessa com frequência o vocabulário em construção, conjugando cenas, imagens sensoriais e palavras numa só enunciação. Por isso, a peculiar propensão dos sonhos e da criança em fundir o conteúdo de suas mensagens em imagens sensoriais, denunciando que em ambos a característica psicológica da regressão se expõe regularmente.

Retomemos a palavra tratada como coisa, citada na descrição da condensação. Ela é expressa como uma representação de coisa que estaria mais próxima do traço mnésico reavivando ou reinvestindo a inscrição do acontecimento em si e possibilitando que a incorporação imagética componha a língua. “O sonho com muita frequência trata palavras como se fossem coisas e, por conseguinte, elas experimentam os mesmos processos de combinação que as representações de coisas” (Freud, 1900/2019, pp. 318-319). Já as representações de palavra estariam mais próximas da extremidade motora, compondo o material verbal do pré-consciente e concebendo a relação entre a verbalização e a tomada de consciência. Assim, para Freud (1900/2019), elementos de forma pictórica e concreta

característicos da figurabilidade consistem em uma enunciação, em uma forma de dizer atravessada pelas moções inconscientes.

Se o pensamento onírico, inútil em sua expressão abstrata, for convertido em uma linguagem imagética, fica mais fácil do que antes estabelecer entre essa nova expressão e o material onírico restante os contatos e as identidades de que o trabalho do sonho necessita e que cria quando não existem, pois em todas as línguas, em virtude de sua evolução, os termos concretos são mais ricos em conexões do que os abstratos. (p. 364)

Assim, a figurabilidade do material psíquico permite que o pensamento do sonho adentre seu conteúdo com menos suscetibilidade à resistência, pois o trabalho do sonho não se poupa de criar formas verbais incomuns se elas possibilitarem a figuração e driblarem a censura. Todavia, sabemos que, apesar de todo o esforço do trabalho do sonho para traduzir o material inconsciente à consciência, existe sempre um ponto que permanece intraduzível. “Este é então o umbigo do sonho, o ponto em que ele se assenta no desconhecido” (Freud, 1900/2019, p. 552). Esse intraduzível não é intransmissível. Obscuro às palavras, ele se representa na encenação: “A condensação, juntamente com a transformação dos pensamentos em situações (‘dramatização’), é a característica mais importante e peculiar do trabalho do sonho” (Freud, 1901/1996, pp. 672-673). A transformação dos pensamentos em situações é uma transmutação pictórica, viabilizadora do câmbio entre representação de coisa e representação de palavra a partir da construção de uma cena sensorial. Através da escrita pictográfica da linguagem dos sonhos é possível tratar a materialidade do seu conteúdo.

Isso muito nos esclarece sobre a forma peculiar do dizer infantil. Seja pela frouxa ação da censura, seja pela erupção de experiências a serem significadas na inaugural descoberta do mundo, seja pelo vocabulário linguístico em construção que lhe permite a peculiar maestria da habilidade com a linguagem inconsciente, a criança desfruta de forma privilegiada dos fatores dominantes do trabalho onírico em seu dizer. A disposição pictórica de seus modos de dizer nos lança o desafio de nos recolocarmos na linguagem de forma a nos desprendermos de seus modos usuais e tradicionais na vida adulta, para nos restituir da sua tangibilidade.

Por isso, pode ser exaustivo, para o adulto, acompanhar a criança em sua jornada. Mais do que o cansaço físico disposto ao conduzi-la, o adulto necessita acessar esses modos primitivos de viver uma experiência para apreendê-las, através de um intenso labor psíquico.

Supomos que a linguagem infantil merece a mesma consideração à figurabilidade que Freud atribui à interpretação dos sonhos, uma vez que os pensamentos oníricos “não se revestem da linguagem sóbria que costuma ser empregada por nossos pensamentos, mas, ao contrário, são simbolicamente representados por meio de símiles e metáforas, em imagens

semelhantes às do discurso poético” (Freud, 1901/1996, p. 677). Assim como os sonhos eram incompreendidos devido à ignorância de seu conteúdo latente, a linguagem infantil também o é, se desconhecemos a exigência criativa da qual dispõe sua interpretação. Apesar de a criança talvez não ter a intenção prévia de provocar o adulto a uma interpretação, como o poeta, ela assim o causa ao endereçar-lhe sua fala enigmática. Portanto, é preciso fornecer a esses elementos o tratamento adequado para fins de sua compreensão. “Não devemos supor que o simbolismo onírico seja uma criação do trabalho do sonho; com toda probabilidade, ele é uma característica do pensar inconsciente que fornece ao trabalho do sonho o material para condensação, o deslocamento e a dramatização.” (Freud, 1901/1996, p. 699)

Sugerimos que a atividade de pensamento infantil é uma das formas de linguagem cujo simbolismo onírico também se faz predominante, por isso a criança tende a se expressar construindo cenas que compõem declaradamente a dramaturgia das formações inconscientes. Seu modo de dizer é atravessado pela composição de cenas, da figuração com o próprio corpo ou de um desenho, a qual rascunha a autenticidade das formações inconscientes em imagens.

3.4 Outras considerações sobre os sonhos e o *infans*

A preferência por combinar os inversos em uma só coisa também é atributo peculiar dos sonhos. Os sonhos são livres para representar a categoria dos contrários a partir de seu oposto imaginário, deixando a dúvida sobre a possibilidade de o sentido de uma palavra ou ideia que tenha um oposto estar presente no sonho de forma positiva ou negativa, assim como vimos com o besouro-de-maio. Ele representava tanto a crueldade com os animais quanto o desejo da paciente de que o marido tivesse uma ereção. Esse é um dos meios de representação privilegiados dos sonhos, porque produz uma gama de distorções do material a ser apresentado que muito serve à censura, cumprindo com um efeito paralisante em sua decifração. Assim como às vezes as crianças manifestam comportamentos ou ideias que também podem estacionar os adultos em sua compreensão. Essa característica leva Freud (1910/2020) a citar o sentido antitético das palavras primitivas, esclarecendo que alguns de nossos ancestrais dispunham de uma só palavra para descrever as categorias de opostos equivalentes.

Lembramo-nos de como as crianças gostam de brincar com a inversão fonética das palavras e do quanto é frequente no trabalho dos sonhos se servir, para diversos fins, da inversão de seu material figurativo (nesse caso não são mais letras, mas imagens, cuja série é invertida). (p. 67)

A inversão pelo oposto é uma formação de compromisso oriunda do trabalho onírico que resulta em sua ambiguidade. Devido à inibição mútua dos contrários, desafia-nos à decifração de seu conteúdo. As interpretações de Freud sobre seu sonho com excrementos nos interessam porque elucidam esse aspecto do trabalho onírico, que também atravessa a atividade de pensamento infantil, e esclarecem a predileção das crianças por brincadeiras cujo objeto são aqueles que remetem aos dejetos humanos.

Freud (1900/2019, p. 494) sonhara com uma colina na qual havia um banheiro ao ar livre, como nas cidades antigas da Itália. Sua borda estava coberta por excrementos que foram limpos por um jato de urina de Freud. O que de imediato reevocaria apenas a pensamentos desagradáveis, também desperta no sonhador sentimentos aprazíveis. Entre várias associações do autor, destacamos que a colina representara a cidade em que seus filhos se encontravam no momento e sua satisfação em protegê-los do adoecimento pela descoberta da etiologia das neuroses. A Itália, apesar de possuir também um museu de excrementos humanos pela estrutura sanitária de suas cidades mais antigas, denotara as deleitosas lembranças que o país lhe suscitava. E a urina, apesar de excrementícia, metaforizara a grandeza de certos heróis de romances lidos por Freud que enfrentaram adversidades com a potência de seu jato. O resto diurno que alimentara o trabalho onírico foi a exaustiva conferência que Freud havia proferido sobre a relação da histeria com as perversões, da qual questionara a relevância, querendo “distância desse escarafunchar na imundície humana” (Freud, 1900/2019, p. 495). Ao fim da exposição, um ouvinte o enaltecera como um grande homem que muito lhe ensinou ao limpar seus preconceitos sobre a teoria das neuroses. “O conteúdo do sonho precisou assumir uma forma tal que possibilitasse a expressão, no mesmo material, tanto do delírio de pequenez quanto da superestimação de si mesmo” (Freud, 1900/2019, p. 496). O nojo e o aborrecimento do estado de vigília adentraram ao sonho oferecendo a materialidade excrementícia para compô-lo, porém em sua manifestação prevaleceu o sentido oposto de autoafirmação e honradez. Afinal, Freud era prestigiado apesar dos desafios de sua teoria.

A criança tende a combinar pares de opostos, por exemplo, ao exigir da gramática o gênero contrário para todos os substantivos ou por expressar a obviedade dos fatos através da categoria do inverso. Não é incomum que ela nos surpreenda com assertivas do tipo: eu não sou grande porque eu sou pequena. Além disso, ela se entretém com brincadeiras de massinha, argila, barro, entre outros materiais que a atraem, justamente por não terem forma definida e serem gosmentos, assim como os excrementos. Estes contornam as zonas erógenas e muito interessam à criança que se vale de sua ambiguidade ao relançá-los sem disfarce no

circuito pulsional, incluindo-os em brincadeiras estruturantes. Isso explica por que a criança abstrai prazer de brincadeiras vistas como nojentas pelos adultos, já menos suscetíveis à ambiguidade da inibição mútua dos contrários pela ação da censura, que também incide sobre as regras de higienização já incorporadas.

3.5 Os contos de bruxas

Passemos a descrição de uma das brincadeiras no abrigo que acolhe o sonho de Ísis, que aos sete anos, pelo que tivemos conhecimento, já havia passado por um processo de adoção malsucedido. Por isso, recaíam sobre ela não apenas a necessidade de elaborar a separação da mãe, mas também as idas e vindas do abrigo. Nos últimos anos, seu convívio vinha sendo revezado entre os cuidadores institucionais, que já compõem um quadro profissional de muita rotatividade, e os pais adotivos. Essas inconstâncias afrouxavam o estabelecimento de vínculo com os possíveis adultos de referência para substituir seus pais biológicos. Por mais que constatemos em nossa pesquisa que a interdição familiar não impossibilitou as crianças abrigadas do potencial estruturante de algumas brincadeiras, sabemos que certa estabilidade do cotidiano e das rotinas das crianças as favorecem em sua organização psíquica. Apesar de ser bem estruturada nesse sentido, Ísis desejava se fixar em um lar, denunciando a relevância dessa localização em seu processo subjetivo.

Ela e a irmã mais nova estavam na instituição em que realizávamos o projeto, e o irmão mais velho, na que acolhia garotos. Apesar das adversidades de seu percurso, atravessadas pela separação dos familiares e das frustrações em ter um novo lar, era uma menina muito afetiva, solidária e disciplinada. Gostava de participar das brincadeiras, sempre de forma muito produtiva, demonstrando ter recursos eficientes de elaboração psíquica.

Com as máscaras que tínhamos disponíveis, pedia que eu fosse a bruxa, e ela, alguma das princesas dos clássicos contos de fadas. Ficava varrendo o quarto, arrumando a cama e se desgastava de tanto trabalhar, enquanto eu a xingava e desprezava a qualidade dos serviços prestados. De repente, a bruxa olhava pela janela do quarto e avistava a vizinha. Preocupada se ela poderia ter escutado seus gritos e testemunhado seus maus-tratos, disfarçava o que se passava, elogiando a garota para a vizinha e demonstrando um afeto cínico por ela. Quando fechávamos a janela e saíamos das suas vistas, a encenação hostil recomeçava.

Os profissionais técnicos do abrigo realizavam entrevistas com os pais que pretendiam adotar as crianças, na intenção de avaliar as condições do casal de se responsabilizar pela

adoção. Se habilitados, eles poderiam realizar visitas supervisionadas às crianças na instituição, até que fossem autorizados a passar os fins de semana com elas, enquanto aguardavam a conclusão do processo de adoção. A brincadeira inventada por Ísis parecia denunciar que algo dissimulado nessa avaliação não estava sendo percebido, afinal, a bruxa só a tratava bem quando suspeitava poder ter sua hostilidade revelada.

Em uma das brincadeiras de bruxa, ela e as colegas eram as princesas que se rebelavam contra a tirania da vilã. Elas me atiravam travesseiros e me mandavam ir embora, demonstrando que já sabiam, em certa parcela, reconhecer o inimigo e se defender dele. Todavia, Ísis, que escolhera ser a Branca de Neve, fingia ficar hipnotizada quando via a maçã e parava de me enfrentar. Mantinha o olhar fixo no fruto proibido, expressava um sorriso meio apetitoso e meio abobalhado, e erguia os braços, autorizando-me a levá-la comigo. Na cena, ela parecia representar um desejo que não conseguia controlar, mais forte que sua capacidade crítica. Talvez ela houvesse capturado, mesmo sem saber, que não seria salva em seus processos de adoção, assim como acontece com as princesas dos contos de fada diante da maldição que as acomete injustamente. E se rendia ao desejo de ser adotada, de pertencer a um lar como as outras crianças, mesmo não estando certa de que seria realmente acolhida nessa demanda.

Certa vez, relatou um sonho angustiante. A irmã jogava uma boneca no espelho que, em vez de quebrá-lo, penetrava-o e ficava presa lá dentro. Sua irmã havia declarado não mais querer ser adotada, mas os protocolos de adoção determinam que irmãs e irmãos não sejam separados. Tal resistência à adoção se tornava um obstáculo para que o desejo de Ísis se concretizasse. Ele não só representava a condição especular⁷ que essas diretrizes as dispunham, no qual o desejo de Ísis ficava aprisionado à resistência da irmã, como também sua própria localização subjetiva frente a ela. Ísis se inscrevia como aquela que protegia e cuidava da irmã, atualizando nessa relação os cuidados dos quais estava desprovida junto ao processo de adoção fracassado. Desacolhida ora pela instituição, ora pelos pais adotivos, tinha dificuldade de deixar para trás a referência de linhagem que até então a acompanhava. As determinações do Estado exponenciavam como ela se via frente à irmã, como se estivessem coladas, aprisionadas uma à vontade da outra.

As determinações jurídicas foram flexibilizadas, e Ísis foi adotada pela segunda vez, enquanto a irmã ficou no abrigo. Insatisfeito com a experiência, o casal adotivo a devolveu para a instituição em menos de três meses. Ísis parecia indignada e começou a ser hostil com

⁷ O sonho também atualizava a dimensão especular do estádio do espelho, que esclarece como a criança pequena enxerga seu reflexo submetido ao Outro, melhor tratado na seção 6.3 *O jogo de se fazer refletir*.

algumas colegas do abrigo, especialmente com a irmã, em vez de protegê-la como antes. Talvez Ísis estivesse condenando-a pelo fracasso da experiência, lançando sobre a irmã sua própria dificuldade de separação, esforçando-se por se desassociar da posição subjetiva que as ligava, ou até odiando-a pela capacidade de prescindir de uma adoção, elegendo o abrigo como seu lar e se preservando das investidas malsucedidas nas quais Ísis insistia. Além do mais, estava enraivecida pela felicidade da irmã com seu retorno, pois, mesmo dividida, ela desejava conseguir um lar. O fato é que Ísis não sabia o que se passara e projetava na irmã a hostilidade sobre a insuficiência de seu saber.

Ela se sentia uma criança querida e com potencial de despertar o desejo de adoção de vários casais. Mostrou-me um caderno com mensagens saudosas de sua presença no abrigo, escritas pelas outras crianças e pelas cuidadoras institucionais. Ela se confirmava como desejada e, por isso, não compreendia por que não conseguia pertencer a uma família. A rebeldia que começou a manifestar parecia ser resultado de um questionamento sobre as recompensas prometidas pelos adultos às crianças obedientes. Valeria a pena ceder às renúncias pulsionais e aderir ao pacto social? Afinal, distinguir-se das crianças desobedientes não lhe permitia nem a satisfação imediata, nem a recompensa de ser amada.

Apesar desse momento turbulento, aos poucos, Ísis voltou a se relacionar de forma afetuosa com a irmã, as colegas e as cuidadoras. Mas, dessa vez, a brincadeira de bruxa assumira novos elementos. Ela não era mais uma princesa, mas uma menina ‘malcriada’ que tentava se defender da bruxa ao ligar para a polícia. Ísis parecia ter compreendido que as bruxas dos contos de fada existiam por aí, pois se trata de uma representação romântica de uma série de atos ilícitos cometidos pelos adultos. Por isso, não bastava que ela fosse uma princesa para ter um final feliz. Era também necessário barrar esse Outro transgressor da lei e do pacto social.

Uma colega pegou o estojo de maquiagem que ela usava e deixou no sofá para ir ao banheiro. Ao retornar, pediu-o de volta, mas a colega não o cedeu. Ela combinou de emprestá-lo depois e pediu para a colega só esperar ela terminar de usá-lo, mas não obteve êxito na tentativa de negociação. Ísis ficou brava, se dispôs a disputar o estojo na força, e ganhou. Foi para o seu quarto com a maquiagem e disse: “Agora eu só vou ter educação com quem me respeitar”.

Ao encenar as narrativas dos contos de fada, ela pôde elaborar as situações que a acometeram na experiência real. Supomos que esse trabalho de desromantizar as promessas milagrosas de final feliz dos contos clássicos, viabilizou a essa criança condições mais palpáveis de aceder ao seu desejo. Pelo brincar, Ísis operou com os conflitos éticos que a

dividiam, concernentes com a real aplicabilidade do bem e da moral na cultura, viabilizando meios mais eficazes de aceder ao seu desejo. Aproximadamente um ano depois, Ísis foi adotada novamente sem a irmã, e até onde temos notícias dela, parece ter ocupado o lugar no seio de uma família.

4 A LINGUAGEM INCONSCIENTE E SEU CARÁTER ESTÉTICO

Em sua obra, Freud traz elucubrações sobre o caráter estético de certas manifestações inconscientes. Elas são compreendidas de formas variadas porque perpassam objetos de estudos diversos, mas estão quase sempre às voltas com a ideia de que uma manifestação inconsciente atravessada por seus efeitos estéticos é capaz de driblar a censura e provocar prazer, ao permitir a liberação de fantasias imorais disformes. Tais considerações esclarecem, portanto, o aspecto econômico dessas operações, uma vez que viabilizam a formação de compromisso entre o recalçamento e o relaxamento da censura. Estes nos interessam porque são recorrentes também na atividade de pensamento infantil.

4.1 As técnicas dos chistes verbais e seu efeito estético

Em *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, Freud (1905/1996) revisa o tema dos chistes com base na leitura de autores notórios sobre o assunto e acrescenta contribuições psicanalíticas preciosas. Apesar da dificuldade em enquadrar o chiste numa categoria específica, ele o captura pelo seu efeito de linguagem, associando-o tanto à estética quanto às operações inconscientes. O autor nos esclarece que o desconcerto da percepção imediata do chiste seguido de seu esclarecimento pelo pensamento também seria responsável pelo seu caráter cômico. A solução do desarranjo que nos engana por um instante faz rir. Ancorado nesse lapso de segundo, Freud afirma que a alma do chiste é sua brevidade, ou suas palavras poucas, insuficientes aos modos usuais de pensamentos e de expressão. Esse é o ponto ao qual nos atentaremos para pensar a formação do chiste e a atividade de pensamento da criança, também de certo caráter jocoso e reveladora das operações psíquicas.

Num primeiro momento desse texto, o efeito estético do chiste é associado ao descomprometimento da contemplação em oposição ao trabalho. O prazer de nos desligarmos das necessidades sérias ou preocupantes quando nos reservamos tempo livre para desfrutar do efeito de uma obra seria, então, uma atividade estética ou lúdica. No desenrolar de sua construção, Freud demarca a empreitada em jogo na formação dos chistes, esclarecendo que seu efeito cômico está longe de ser um descompromisso. Portanto, “um chiste é um juízo que produz contraste cômico” (Freud, 1905/1996, p. 18), ou um juízo lúdico, mas que compõe um criterioso trabalho psíquico e não corresponde a uma desocupação. Pensamos que essa lógica deve orientar a análise da função do brincar, se tomarmos a atividade lúdica como um

respeitável trabalho de estruturação psíquica da criança, afinal “o oposto da brincadeira não é a seriedade, mas a realidade [*Wirklichkeit*]” (Freud, 1908/2020, p. 54).

Se o efeito chistoso não reside no pensamento sistemático das atividades mentais superiores, o autor nos convida a refletir sobre a verbalização que o exprime como a essência do chiste. Ele destaca que os chistes de técnicas mais simples são mais valiosos porque evidenciam a questão chistosa. “Tratou-me como um seu igual, muito familiarmente” (Freud, 1905/1996, p. 27), por exemplo, menciona o dispêndio da simplicidade do chiste. O poeta esclarece de forma sucinta que a condescendência de um homem rico envolve algum juízo de valor monetário.

A alteração no rearranjo do material verbal oriundo da palavra construída, que funde os contrários dos valores morais afetivos com interesses financeiros, seria a estrutura de brevidade que atribui caráter cômico ou prazeroso ao chiste. Isso significa que o que está em jogo não é uma brevidade qualquer, mas aquela que resulta na formação de um substituto como um vestígio na verbalização dos chistes. Assim, Freud (1905/1996) descreve inúmeras formas de reordenar o uso múltiplo das palavras nas expressões chistosas, orientado pela assertiva de que “as palavras são um material plástico, que se presta a todo tipo de coisas” (p. 41).

Um critério básico que define as técnicas dos chistes escapa a Freud. Alguns elementos da linguagem dos sonhos, como deslocamento, *nonsense* e representação pelo oposto são alinhados à criação das expressões chistosas. Afinal, “os trajetos associativos que partem das *palavras* são, no inconsciente, tratados do mesmo modo que se partissem de *coisas*” (Freud, 1905/1996, p. 166, grifos do autor).

Assim como nos sonhos, a peculiaridade da linguagem dos chistes também contribui para a crítica de desvalia atribuída ao caráter desagregador das atividades mentais superiores, mas que são retomados por Freud como muito significativos. Todavia, entre os métodos técnicos de produzir uma forma chistosa de expressão, esses elementos da linguagem dos sonhos elucidam o processo de criação do chiste, e não seu efeito.

Já a condensação, acompanhada da formação de substituto, seria a categoria mais ampla das técnicas do chiste, esclarecendo de forma mais apropriada o efeito de prazer causado por eles. Ela compõe o núcleo dos chistes verbais e é orientada pela tendência à compressão, pela economia em palavras enunciadas em dispêndio do esforço intelectual, responsável pelo efeito de prazer cômico.

Para Freud, o chiste alinhado à categoria do cômico pelo riso é uma atividade que visa derivar prazer das atividades mentais. A técnica do chiste com tendência à economia se ata à

produção de prazer e “é essa a condição que governa toda a ideação estética” (Freud, 1905/1996, p. 96). A satisfação indispensável provocada pelo chiste desassocia o descompromisso estético da inutilidade, apontando que essa brincadeira de rearranjos verbais é notória para o aparelho psíquico no que concerne à dispensa da economia psíquica. Apesar do prazer desse alívio de tensão, a formação do chiste exige o esforço de rearranjo do material verbal a fim de escapar à crítica moral, o que significa que um trabalho antecede a leveza do prazer.

Ao discorrer sobre os chistes pornográficos, Freud conclui que essa relevância é atribuída à capacidade do chiste de driblar o obstáculo da repressão moral para atingir o propósito de prazer. Afinal, o sentimento de vergonha perante os conteúdos sexuais reevoca o sentido resguardado da sexualidade na infância, “idade em que há como que uma cloaca dentro da qual pouco ou nada se distingue do que é sexual e do que é excrementício” (Freud, 1905/1996, p. 98). Existe sempre algo proibido a dizer no chiste, e nós perguntamos se esse interdito pode se tratar também de uma impossibilidade de dizer.

Nos chistes verbais de jogos de palavras, em que o som importa mais que o sentido, a imagem acústica da palavra toma sua significação. “Pode-se justificadamente suspeitar que, ao fazer isso, estamos operando um grande alívio no trabalho psíquico e que, ao utilizar as palavras seriamente, obrigamo-nos a um certo esforço ao nos abstermos desse procedimento confortável” (Freud, 1905/1996, p. 117).

A técnica desse chiste se manifesta também no hábito infantil de jogar com as palavras ao tratá-las como coisas, esperando que palavras de fonética semelhante tenham o mesmo sentido, o que faz os adultos rirem. E conclui:

O prazer em um chiste, emergente de um tal “curto-circuito”, parece ser também maior quanto mais diferentes sejam os dois círculos de ideias conectados pela mesma palavra – quanto mais longe estejam, maior é a economia que o método técnico do chiste fornece ao curso do pensamento. Podemos também notar aqui que os chistes estão utilizando um método de conexão das coisas, rejeitado e cuidadosamente evitado pelo pensamento sério. (Freud, 1905/1996, p. 118)

Já nos chistes verbais compostos de métodos técnicos como, similaridade do som, modificação de expressões familiares, alusões e citações, o prazer seria oriundo da gratificação pela redescoberta do que é familiar. Através do chiste, o adulto se reencontra com uma forma de linguagem que já lhe foi facilmente acessível, como era recorrente na sua infância. A simples qualidade da familiaridade acarretaria a economia da despesa psíquica por ser acompanhada da sensação de conforto.

A exemplo disso, citamos a criança de três anos que nos seus primeiros dias de contato com um binóculo, chamava-o de Pinóquio, como forma de memorizar e associar o novo e ainda desconhecido objeto, pelo menos pela via da sonoridade, com outro já bastante familiarizado pelas histórias de contos de fada.

Nesse texto, Freud inclusive afirma que o fundamento do prazer estético para Aristóteles está na alegria procedente do reconhecimento. “Se o ato do reconhecimento suscita de tal modo o prazer, poderíamos esperar que aos homens ocorra a ideia de exercerem essa capacidade por ela mesma – isto é, a experimentarem como um jogo” (Freud, 1905/1996, p. 119). Tomamos a liberdade de alinhar esse aspecto dos chistes às trilhas da facilitação percorridas pelo aparelho em sua origem, descrito quando usamos a metáfora do pente para exemplificar a transcrição de registros. O conforto da familiaridade nada mais é que a transposição do material psíquico de um estrato a outro num percurso já vencido pela resistência.

Esse seria também o prazer gerado pelas rimas, pelas aliterações e pelos refrões que exprimem repetição de sons verbais semelhantes e apontam para o fator da atualização nos chistes. Ao adquirir o vocabulário da língua materna, a criança reúne as palavras sem respeitar seu sentido, de forma a se deleitar com o efeito gratificante da rima ou do simples exercício de experimentar o funcionamento do aparelho fonador. Esse prazer lhe é proibido à medida que ela demonstra apreender essa língua, mas posteriormente pode ser atualizado no efeito chistoso. A sucessão da faculdade da racionalidade rejeita o propósito desse jogo, exceto se o indivíduo crescido preservar uma disposição semelhante à da euforia infantil e suspender a inibição da crítica. A liberação da carga de instrução intelectual e o reconhecimento de algo familiar gera prazer pelo alívio psíquico.

Portanto, o primeiro estágio dos chistes é demarcado pelo jogo que a criança muito despreziosamente faz com as palavras, mesmo que já possamos observar jogos de palavras intencionais em crianças maiores, que estão sendo ou já foram alfabetizadas, por exemplo. Testemunhamos isso com Róger, um dos garotos do abrigo que ao ver a colega tropeçar em um cavalo de madeira, disse: “É Lili, você caiu mesmo do cavalo”. É a alternância entre o reconhecimento do chiste como sem sentido e sensato que “nos ensinou que um chiste deriva do jogo com as palavras ou da liberação do *nonsense* e que o significado dos chistes pretende simplesmente proteger o prazer contra sua supressão pela crítica” (Freud, 1905/1996, p. 127). Os chistes enfraquecem a repressão e fazem com que seus impulsos se tornem conscientes. Freud anuncia que a criança possui uma habilidade com a linguagem próxima à dos chistes e pretendemos melhor desdobrá-la.

4.2 A plasticidade dos chistes e o desembaraço da criança na linguagem inconsciente

A condensação e o deslocamento característicos da linguagem onírica também propiciam ao chiste uma revisão verbal. A tradução do material inconsciente ao consciente por intermédio do pré-consciente ocorre pela formação de imagens conceituais ou pictóricas, igualmente aos sonhos. Facilitadoras do trânsito livre do material inconsciente pelos sistemas do aparelho, essas imagens fazem valer o pré-consciente mais pelo seu conteúdo imagético do que pelo seu conteúdo verbal. O prazer oriundo do relaxamento da tensão intelectual efetua uma equação econômica porque implica a compressão e a descentralização que viabiliza a transcrição de registros no aparelho.

Nesse aspecto, ela se diferencia da revisão verbal dos sonhos porque eles também contam com a ação da regressão. Nos sonhos é possível acreditar viver uma representação alucinatória do desejo em tempo real, pois os materiais correspondentes às percepções sensoriais e das estruturas de pensamento transitam quase livremente no aparelho com o afrouxamento da censura. Assim, “chega-se a uma situação plástica que é o núcleo do manifesto ‘quadro onírico’” (Freud, 1905/1996, p. 154).

Todavia, as técnicas dos chistes que dispõem da condensação e do deslocamento também atribuem plasticidade à verbalização nos chistes. A imagem que sintetiza inúmeras palavras abrevia a construção de ideias. Daí o prazer e a intenção dos chistes, “coisa permitida no estágio do jogo, mas estancada pela crítica racional no curso do desenvolvimento intelectual” (Freud, 1905/1996, p. 159).

O chiste também se distingue do sonho porque anseia produzir prazer e não evitar o desprazer. Além disso, se constitui no compartilhamento social, preso à condição da inteligibilidade, ao contrário do sonho, que é composto de forma insociável e não objetiva ser transmitido. Todavia, ambos operam com a transcrição de registros entre as instâncias do aparelho, conclusão que resulta do gesto inaugural de Freud em relacionar os chistes à elaboração onírica.

Em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900/2019) busca compreender por que as crianças são menos inibidas a transformar os restos diurnos na realização de um desejo e conclui que é devido à paulatina ação da censura no aparelho. Essa questão se recoloca no chiste, pois as condensações próprias de suas técnicas emergem espontaneamente nos processos inconscientes da criança. No jogo com as palavras, ela efetua condensações agradáveis, efeito que se cumpre no adulto através do chiste.

Freud (1905/1996) afirma:

O infantil é a fonte do inconsciente e os processos do pensamento inconscientes são exatamente aqueles produzidos na mais tenra infância. O pensamento que, com a intenção de construir um chiste, mergulha no inconsciente está meramente procurando lá a antiga pátria de seu primitivo jogo com as palavras. Se já sabemos disso através da psicologia das neuroses, devemos ser conduzidos pelos chistes à suspeita de que a estranha revisão inconsciente nada mais é que o tipo infantil de atividade do pensamento. (p. 160)

Comprendemos que a frouxa ação da censura habilita a criança a puxar as cordas do simbólico de todo lugar devido a sua disposição aos rearranjos verbais dessas operações. Apreendendo a linguagem materna, ela ainda pode, despachadamente, subverter as regras gramaticais e sintáticas da linguagem e nos surpreender com a perspicácia de fazer dela uma enunciação. Em termos da linguagem atravessada pelo inconsciente que a estrutura, a criança usufrui do privilégio de sua expressão por excelência. Ao jogar com as palavras, balizando som e imagem acústica, sentido e *nonsense*, ela se implica num trabalho psíquico estruturante, no qual sua condição diante do Outro é sabiamente exercitada. O chiste nos esclarece que o infantil, ou o lúdico, se alinha ao cômico em certo despojamento por também não ser compelido pelos rigores da censura, mas isso não abstém a criança de um esforço meritório de se estruturar enquanto brinca. Desembaraçada dos padrões normativos da linguagem e da moral, ela pode instrumentalizar com primor as ferramentas da subjetivação.

Freud descobre “que um método técnico adotado em muitos chistes é o de dar trânsito livre a modos de pensamentos, usuais no inconsciente, mas que podem ser julgados apenas como exemplos de ‘raciocínios falhos’ no consciente” (Freud, 1905/1996, p. 190). Supomos que os pensamentos defeituosos rejeitados pelo consciente são oriundos dos equívocos da linguagem. As imagens conceituais, como convergência de inúmeras associações de ideias, desnorteiam a compreensão lógica da linguagem. Nos sonhos e nos chistes, o livre trânsito da energia entre as instâncias psíquicas se dá porque as imagens conceituais têm mais condições de driblar a censura do que as palavras. Os chistes revelam que “a euforia que nos esforçamos por atingir através desses meios nada mais é que um estado de ânimo comum em uma época de nossa vida quando costumávamos operar nosso trabalho psíquico em geral com pequena despesa de energia (Freud, 1905/1996, pp. 218-219), período da infância.

A nosso ver, o afrouxamento da censura no aparelho em formação facilita esse trânsito, revelando o modo próprio de a criança se servir disso, ao capturar e denunciar aquilo que é restrito pelo simbólico. O caráter estético do chiste, também compreendido como lúdico, diz do curto-circuito que a brevidade das poucas palavras causa no aparelho, ao transportar conteúdos inconscientes ao pensamento pela via do imagético ou da palavra como

coisa. “Em um jogo de palavras, segundo nossa concepção, a palavra é também apenas uma imagem fônica, a que se atribui um ou outro significado” (Freud, 1905/1996, pp. 52-53).

O jocoso na linguagem infantil é a atualização no adulto da plasticidade das palavras permitida no estágio do jogo, quando este compõe a língua. É disso que se trata na situação em que uma criança arrancou gargalhadas dos adultos ao assoprar a blusa de frio antes de vesti-la, porque eles haviam dito que em dias frios devemos usar roupas bem quentinhas. O dispêndio de economia pode ser compreendido como uma etapa que se pula no pré-consciente, poupado da energia gasta com a censura e a fixação da palavra, uma vez que a condensação dribla as atividades mentais superiores de julgamento. Naturalmente posta nessas condições, a criança opera com os vestígios da verbalização do impossível de dizer, desfrutados na vida adulta apenas pelas formações inconscientes como o chiste e os sonhos. Se, por um lado, a criança tropeça nas formas gramaticais e sintáticas da língua, por outro, ela denota um hábil desembaraço com a linguagem inconsciente.

Para compreendermos melhor a dinâmica energética, ou pulsional do aparelho psíquico, propomos uma leitura de seu funcionamento alinhada à condição de estruturação pela linguagem do *infans*.

5 A FUNÇÃO DINÂMICA DO APARELHO PSÍQUICO

Freud se esforça por esclarecer a formação do aparelho psíquico em esquemas didáticos que muito nos auxiliam nessa compreensão, desde que não se sobreponham ao seu caráter dinâmico. A ambiguidade está presente nas díades mundo interno e mundo externo, inconsciente e consciente, impossibilitando uma distinção clara entre os processos arcaicos e os atuais no aparelho.

No adulto esses trânsitos são um pouco mais enrijecidos, o que reduz a incidência dos equívocos em sua forma de agir, de pensar e de falar. Já na criança, a incidência dos processos primários no funcionamento do aparelho breca tais decomposições, exigindo-nos explorar melhor a função dinâmica do aparelho. Percebemos que essa compreensão é esclarecedora e possivelmente norteadora para os adultos que se dedicam às crianças.

5.1 O movimento pulsional e a cisão das instâncias psíquicas

A facilidade de transpor seu material de um registro ao outro que o aparelho psíquico em formação possui torna desafiadores para o adulto os modos de dizer da criança. A transcrição entre os registros implica o caráter dinâmico do aparelho, uma vez que é resultante de um conflito das forças pulsionais. Afinal, o material do sistema inconsciente precisa vencer a força da censura imposta pelo pré-consciente para acessar o consciente e se manifestar como pensamento. Isso não significa que as palavras são apenas conscientes, mas que essa é a condição para que algo acesse a consciência. Aquilo que não encontra um representante verbal, permanece reprimido.

Já que é didático o modelo do aparelho psíquico como um pente, precisamos considerar que a separação entre os sistemas não se dá de forma tão esquemática. Assim, é como se o inconsciente se dividisse em duas formas de material reprimido: uma que pode vir a ser representada pela ação do pré-consciente, chamada de conteúdo inconsciente latente, e outra que jamais adquirirá significação porque algumas percepções são vividas num período tão remoto da formação do aparelho que são escassas de quaisquer capacidades de representação.

Portanto, temos a repressão que conserva o material desconhecido da consciência e a resistência, ou seja, a forma como a repressão é percebida pelo consciente. Do ponto de vista dinâmico, a distinção entre os sistemas não se delimita à ordem didática e topológica, o que

leva à ambiguidade também presente na distinção entre consciente e inconsciente. O Eu⁸, onde coabitam todos esses registros, tem como função organizá-los em processos mentais coerentes.

Freud (1923/1996) explica:

Deparamo-nos com algo no próprio ego⁹ que é também inconsciente, que se comporta exatamente como o reprimido – isto é, que produz efeitos poderosos sem ele próprio ser consciente e que exige um trabalho especial antes de poder ser tornado consciente. (p. 31)

Assim, nem todo material inconsciente se mantém reprimido, e nem tudo que acessa o Eu é consciente. Isso ocorre porque as representações verbais, que permitem ao inconsciente o acesso à consciência, são resíduos de palavras registradas pelos traços mnêmicos, segundo Freud (1923/1996): “Em essência, uma palavra é, em última análise, o resíduo mnêmico de uma palavra que foi ouvida” (p. 35). Por isso, elas podem vir a se tornar conscientes novamente, mas já sob a ação dos fenômenos repressores do aparelho.

Tomamos como exemplo o bebê que se assusta com o latido de um cachorro e seu cuidador se prontifica a atender sua necessidade de apaziguamento ao traduzir seu sentimento, dizendo que ele sentiu medo. A percepção interna tende a se formar em percepção externa mediante a fala do outro e, a partir do emparelhamento dos traços mnêmicos, poderá adquirir consciência e ser reevocada em outras experiências de medo para o bebê. A esse respeito Santos e Vorcaro (2018) esclarecem: “Em decorrência do vínculo assim estabelecido, no próximo despertar da necessidade surgirá uma moção psíquica que reinvestirá a imagem mnêmica da percepção e reevocará a própria percepção, restabelecendo a situação da satisfação original” (p. 98).

Os traços mnêmicos podem se tornar conscientes porque constituem o vínculo intermediário entre as percepções internas e externas, pois são os resíduos verbais registrados por eles que atribuem ao pré-consciente o vínculo com as representações verbais. Esses resíduos tentam se transformar em representações externas ao se associar às representações verbais, porque o aparelho tenta encontrar um representante compartilhado para as percepções que se formam no pré-consciente e, conseqüentemente, no consciente. É como se houvesse

⁸ O Eu é a instância psíquica que confere ao aparelho psíquico a noção de existência e será melhor esclarecido no capítulo 5 *A função dinâmica do aparelho psíquico* e na seção 8.2 *A organização narcísica do Eu*

⁹ Mantivemos o conceito de ego pela fidedignidade à citação extraída da tradução das obras de Freud do inglês para o português. Sabemos que o conceito de Eu é oriundo da tradução mais adequada dos textos de Freud, que se dá do alemão para o português. Todavia, muitos de seus ensaios ainda não estão disponíveis nessa versão.

duas qualidades de percepção que vão se regulando, se associando e se intercalando na tentativa de se identificar e transcrever à medida que o aparelho vai se desenvolvendo, sendo relido e reelaborado.

Freud (1940/2020) argumenta:

O ganho trazido à luz pelo trabalho científico de nossas percepções sensoriais primárias consistirá na compreensão das conexões de relações de dependência presentes no mundo exterior, que podem de algum modo ser confiavelmente reproduzidas ou refletidas no mundo interior de nosso pensamento, e cujo conhecimento nos capacita a “compreender” algo no mundo exterior, prevê-lo e, possivelmente, alterá-lo. (p. 151)

Isso acontece porque o aparelho procura associar o mundo interno ao mundo externo. Freud afirma (1915/1996): “Mas as apresentações da palavra, também, por seu lado, se originam das percepções sensoriais, da mesma forma que as apresentações da coisa” (p. 207).

Assim, o âmago dessa nomeação acontece nos processos inconscientes do sistema perceptivo, por isso essa tradução é sempre incompleta. Portanto, no curso dos eventos mentais, resquícios do material inconsciente são sempre preservados, mesmo que de forma muito obscura, o que permite a Freud afirmar que o Eu é cindido em elementos conscientes e inconscientes.

A porção inconsciente dos elementos psíquicos que se estende até o Eu é chamada de Isso, instância psíquica regida pelo processo primário e pelo princípio de prazer. Compete ao Eu controlar as motilidades pulsionais pelo processo secundário e pelo princípio de realidade¹⁰, que regula as satisfações colocadas à prova na relação com o mundo, compelindo-as a se efetuar através do adiamento exigido pelas condições impostas pelo mundo externo.

O imediatismo da satisfação da necessidade de um recém-nascido não pode perdurar a vida toda e à medida que se abre para as experiências no mundo, o bebê precisa aprender a aguardar por elas. A satisfação imediata que a princípio é regulada pelo cuidador da criança será posteriormente internalizada por ela, a fim de conter a força das vicissitudes libidinais do Isso. Essa instância psíquica contém as forças pulsionais mais obscuras e potentes do psiquismo, derivadas justamente de seu período mais arcaico, ou seja, do investimento pulsional que se faz circular junto à satisfação das necessidades do bebê. Diz Freud (1940/2020): “Chamamos a mais antiga dessas províncias ou instâncias psíquicas de *Isso*. Seu conteúdo engloba tudo que foi herdado, trazido com o nascimento e que foi constitutivamente estabelecido (p. 17, grifo do autor).

¹⁰ Falaremos mais desse conceito nas seções 6.1 *A compulsão à repetição* e 11.2 - *Os princípios fundadores e inseparáveis do aparelho psíquico: prazer e realidade*.

Por isso, certas experiências e comportamentos se repetem com frequência e intensidade no legado de uma família, pois se trata de impressões de experiências preservadas pela transmissão. O cuidador registra no bebê marcas do seu próprio inconsciente que integrarão seu Isso, que é a mais importante instância psíquica da vida anímica.

Esse também é o conflito psíquico da vida de um adulto, cujo Eu é apenas uma parte indiferenciada do conteúdo desconhecido do Isso. Na vida psíquica de um adulto, cabe ao Eu obter o domínio das exigências do Isso e decidir se sua satisfação deve ser concedida, adiada para o momento oportuno ou mesmo suprimida.

Todavia, na criança essa cisão é ainda mais evidente e motivo de embaraço para o adulto em compreender sua condição de linguagem. A criança ainda não se discerniu estruturalmente do seu agente cuidador, pois está formando seu Eu. Por isso, ela pode se expressar em terceira pessoa, bem como se pronunciar a partir do nome próprio – como é chamada pelos adultos –, em vez de utilizar a primeira pessoa do singular. Talvez seja por isso que o desenho *Pocoyo*¹¹ interessa tanto às crianças. Nessa animação, os personagens não falam, mas são falados pelo narrador. Este se presentifica como a voz de alguém que conversa e interfere na ação dos personagens, questionando o que eles sentem, o que fazem ou intencionam fazer. A partir de alguns gestos ou expressões dos bonequinhos, o narrador é capaz não só de traduzir o que eles querem expressar, mas também de orientá-los em suas descobertas. Todavia, o olhar do *Pocoyo* e de seus amigos dirigidos ao narrador indicam que ele está fora da tela, como se ele não fizesse parte do desenho ou até mesmo correspondesse aos pensamentos do espectador. De forma muito criativa e lúdica, esse desenho captura a criança justamente por testemunhar a sua condição estruturante diante do agente cuidador que está simultaneamente dentro e fora do seu psiquismo. Esse é o lugar que o adulto auxiliador ocupa na vida anímica do *infans*.

No aparelho psíquico já formado, as formações inconscientes atravessam a fala e se fazem presentes os processos primários e o princípio de prazer regidos pelo Isso. Todavia, com o Eu já constituído, espera-se que os processos secundários e o princípio de realidade, verificador do vínculo entre a representação interna e externa, se sobreponham às moções pulsionais primárias. E é justamente esse curso natural dos eventos mentais que exigem dos adultos uma manobra com a linguagem para compreenderem as formas de expressão da criança. No aparelho psíquico do *infans*, esses processos não são decompostos de forma tão

¹¹ *Pocoyo* é um desenho animado britânico em 3D, destinado a crianças em idade pré-escolar. Conta as aventuras de um garotinho de 3 anos, vestido de azul e cheio de curiosidades. Recuperado de <https://portugueseembadajoz.wordpress.com/2007/09/22/pocoyo-em-portugues/>.

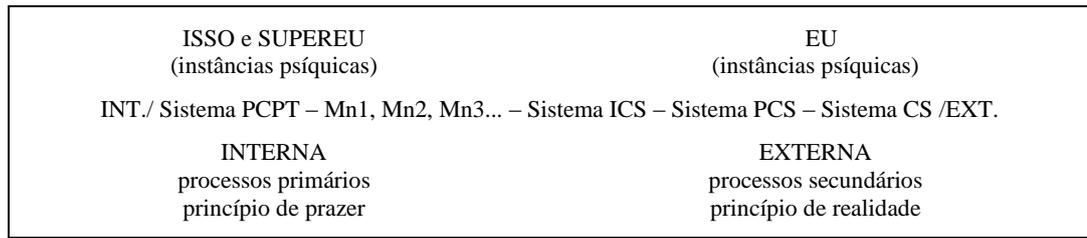
clara quanto no adulto, o que exacerba a ambivalência Isso/Eu, princípio de prazer/princípio de realidade. Afinal, a primazia dos processos primários em seu funcionamento plastifica a transcrição dos registros, evidenciando os conflitos do caráter dinâmico do aparelho. Por isso, a exigência de um constante exercício do adulto de se recolocar diante da maleabilidade dos processos inconscientes ao abordar a linguagem infantil.

5.2 Uma síntese do funcionamento do aparelho e a formação do psiquismo

Vimos, então, que a constituição do aparelho é decorrente da tentativa de transcrever as experiências do mundo interno, vivenciadas pelo sistema perceptivo, situado didaticamente na porção interna do aparelho. Nesse percurso vão se formando os traços mnêmicos compostos pelos resíduos das percepções de palavras, que possibilitam ao sistema pré-consciente se associar às representações verbais. Delimitando o esquema, na extremidade externa do aparelho, em contato com o mundo exterior, se encontra o sistema consciente. Os sistemas são, portanto, localizações distintas do aparelho que indicam a qualidade da representação. Todavia, sabemos que essa distinção não é tão nítida, uma vez que o movimento pulsional entre os sistemas estabelece uma dinâmica no aparelho que embaralha tais delimitações.

As moções pulsionais incitam o aparelho ao trabalho e seu trânsito por ele também pode ser pensado numa lógica esquemática. Os processos primários e o princípio de prazer são mais atuantes na primeira metade do aparelho, ou seja, até o sistema inconsciente, abordando o sistema perceptivo e os traços mnêmicos. E os processos secundários e o princípio de realidade ocupam a segunda metade do aparelho, a partir do sistema pré-consciente até o consciente.

A motilidade pulsional engendra as instâncias psíquicas como componentes estruturais do aparelho. O Isso é uma instância arcaica assim como o Supereu, adjacente a ele, por isso ambos são regidos pelas moções pulsionais primárias, supostamente localizadas na primeira metade do esquema do aparelho. A instância do Eu é regida pelas moções pulsionais secundárias, compondo a segunda metade do aparelho nesse esquema. Teríamos então:

Quadro 1 – Esquema do funcionamento do aparelho psíquico

Fonte: Elaboração da autora.¹²

Se pudermos comparar o aparelho psíquico com uma máquina, sugerimos que os sistemas seriam as divisões das unidades que a compõem; as instâncias seriam as peças desse maquinário, e a pulsão seria o combustível capaz de fazer engrenar seu funcionamento.

Vimos que o núcleo do Eu é o sistema perceptivo, por isso o material inconsciente e as moções pulsionais primárias se estendem até a consciência. À medida que as experiências do bebê acontecem e são nomeadas pelo cuidador, os resíduos de palavras vão formando os traços mnêmicos e, decorrente deles, o pré-consciente. Freud (1940/2020) afirma: “Como traços mnêmicos podem tornar-se conscientes da mesma maneira que percepções, especialmente por sua associação com restos de fala, há então a possibilidade de uma confusão que levaria a um mau reconhecimento da realidade” (p. 157-158). Daí a necessidade dos processos secundários, pois o princípio de realidade é que possibilita ao aparelho discernir quais experiências internas podem encontrar uma percepção externa representante.

Nos seres humanos, a infância demarca o período de dependência da criança dos seus cuidadores, o que acomete a formação do aparelho. A instância do Supereu é constituída pela interiorização das exigências e das interdições do agente cuidador que transmite as regras e leis impostas pela socialização. Ele funciona como um censor do Eu, auxiliando-o sobre quais satisfações aceder, retardar ou renunciar, orientado pelas ordens obtidas na infância. Por isso, ele mobiliza no aparelho moções pulsionais secundárias, como o princípio de realidade, mas é conservado no Eu como uma instância guardiã de conteúdos desconhecidos. Assim como o Isso, ele herda a transmissão dos antepassados através do registro fragmentário dos traços mnêmicos, de tal forma que sua representação é inconsciente. Segundo Freud (1940/2020): “É difícil declarar algo sobre o comportamento da libido no Isso e no Supereu. Tudo que disso sabemos diz respeito ao Eu, no qual está inicialmente armazenada toda a quantia disponível

¹² Supomos que esse esquema de apelo didático não suporta incluir a retórica envolvida na segunda tópica das pulsões. Preferimos desdobrá-la a partir do capítulo 6 - *O jogo do Fort-Da*, especialmente na descrição das brincadeiras que o sucedem.

de libido” (p. 29). O Eu fundido ao Isso elucida que sempre haverá um conteúdo desconhecido atravessando as qualidades de representação disponíveis no aparelho.

O pensamento é a atividade preponderante do Eu, capaz de avaliar as exigências pulsionais de sua satisfação. Ele é o supervisor da motilidade pulsional oriunda de todas as esferas do aparelho, cada qual necessitando satisfazer sua necessidade conforme o contato com o mundo externo as acometeu. Freud (1940/2020) explicita: “Portanto, o Eu combate em duas frentes: ele tem que defender sua existência contra um mundo exterior que o ameaça com aniquilação, bem como contra o mundo interior demasiadamente exigente” (p. 159).

Portanto, a dinâmica pulsional impossibilita que o esquema do aparelho seja seguido à risca. “Não se trata de restringir uma ou outra das pulsões fundamentais a uma das províncias anímicas. Elas devem se encontrar em toda parte” (Freud, 1940/2020, p. 27). Afinal, o Isso, como instância mais antiga do aparelho e mais fiel ao implacável princípio de prazer, acaba contando com a companhia das outras instâncias que não conseguem liquidá-lo, apenas suspendê-lo.

Como no *infans* o Eu está em formação, a ambivalência e os paradoxos desses percursos ocorrem de forma mais intensa e aparente. Não é fundamental que um adulto conheça a formação do aparelho para ser capturado pela forma como as crianças se expressam, mas entendemos que essa compreensão teórica pode instruí-lo na intervenção com as crianças.

5.3 A subversão da linguagem

Cientes da especificidade da psicanálise entre o discurso das ditas ciências humanas, vejamos com mais detalhes por que a dimensão inconsciente faz a diferença em uma escuta orientada por essa técnica especialmente para a compreensão da linguagem infantil.

Quando nos deparamos com a fala de um paciente, sabemos que ela é atravessada pela pulsão, que é determinante, inclusive, das formas sintáticas e gramaticais da língua. O que pareceria sem sentido para outros discursos, portanto considerado irrelevante, na psicanálise, é foco de seu maior interesse. Se o paciente diz “meu pai” ao se referir ao pai de seu filho, o analista não considera de forma ingênua esse lapso e intervém para que o paciente reflita sobre as moções inconscientes que o levaram ao trocadilho. Afinal, os deslizos da linguagem são manifestações do inconsciente.

Essas manifestações podem aparecer nos atos falhos, nos chistes, nos sonhos e até nos sintomas físicos, compreendidos como o adoecimento de um órgão, que se destina como uma mensagem a ser decifrada. Se um paciente relata, por exemplo, que não aceitou a discussão vivida no trabalho porque precisou se conformar com diretrizes com as quais não concorda e, em seguida, teve vômitos dos quais não identifica a origem, o psicanalista não deixa que isso passe despercebido. Ele convida o analisante a ‘digerir’ na análise tal episódio, elaborando as ideias inconscientes recalcadas e relacionadas ao fato. A pulsão define as prioridades da técnica psicanalítica porque invade a vida anímica, efeito que atestamos tanto na fala quanto no corpo. “A psicanálise parte de um pressuposto básico, cuja discussão permanece reservada ao campo filosófico e cuja justificação está contida em seus resultados” (Freud, 1940/2020, p. 15). Os processos mentais conscientes, que podem ter uma localização exata no cérebro não são a essência do psiquismo, mas uma qualidade do psiquismo, pois, para a psicanálise, o protagonista da vida anímica é o inconsciente.

Assim, as palavras tratadas como coisa são alvo da compreensão psicanalítica, pois estão mais próximas dos traços mnêmicos, conservando com mais fidedignidade o material inconsciente. Todavia, justamente por isso, são de difícil compreensão aos moldes da linguagem comum. O vínculo que o pré-consciente estabelece entre a representação de coisa e uma palavra que a represente, ao mesmo tempo, a significa e a distancia do material perceptivo de origem. O inconsciente significa um conteúdo da vida anímica através do investimento no objeto, ou seja, pela tangibilidade da experiência, enquanto o pré-consciente registra esse mesmo conteúdo associando-o às palavras que podem representá-lo.

Freud (1915/1996) esclarece:

Agora parece que sabemos de imediato qual a diferença entre uma apresentação consciente e uma inconsciente. As duas não são, como supúnhamos, registros diferentes do mesmo conteúdo em diferentes localidades psíquicas, nem tão pouco diferentes estados funcionais de catexias na mesma localidade; mas a apresentação consciente abrange a apresentação de coisas mais a apresentação de palavra que pertence a ela, ao passo que a apresentação inconsciente é a coisa apenas. (p. 206)

Nessa transposição, o processo primário, no qual a energia do aparelho é livre para transitar entre os registros, é sucedido pelo secundário, cujo recalque do pré-consciente ata a energia a um representante psíquico. Pelo processo secundário, a vida anímica alcança maior êxito na compreensão que concerne à inteligibilidade, além de subtrair o aparelho do excesso pulsional de uma experiência. Isso o obriga a se enveredar por essas vias no intuito de estabelecer o contato do Eu com o mundo exterior, o compartilhamento da linguagem, dos afetos, conservando a lucidez. Por outro lado, no automatismo desse exercício durante o

desenvolvimento do aparelho, distanciamos-nos dos moldes comuns da linguagem inconsciente, regidos pelo processo primário. Assim, torna-se sempre necessária uma manobra para operarmos com sua forma de expressão original.

Freud (1915/1996) assinala que esse “processo pode ir tão longe, que uma única palavra, se for especialmente adequada devido a suas numerosas conexões, assume a representação de todo um encadeamento de pensamento” (p. 204). Constatamos isso, por exemplo, no bebê que, ao cruzar com alguém que o conhece e tenta lhe cativar a atenção durante seu passeio, abana as mãos acenando um *tchau*. O adulto conhecedor do bebê que assiste, compreende que seu aceno não se trata de uma saudação, mas de uma despedida. Sensível à forma de o bebê se comunicar, entende que ele não quer interromper sua divertida caminhada se dedicando a corresponder aos chamados de quem, para o bebê, é um estranho, e conduz gentilmente o contingente encontro a um desfecho. A mesma situação, assistida por um adulto já muito enrijecido no manejo da linguagem inconsciente, poderia terminar numa reação bastante adversa do bebê. Preso à educação orientada pelo bem comum, o adulto poderia forçar o bebê a ser gracioso com alguém que, como desconhecido, não lhe suscita afeto, restando-lhe pôr fim a isso com uma boa pirraça.

Daí a necessidade de certas manobras dos adultos que convivem e trabalham com as crianças, pois eles precisam se recolocar na lógica dos processos primários do aparelho para compreender o modo de dizer das crianças. É claro que existe algo muito pouco compartilhado disso nos adultos em geral, causando-lhes certa estranheza essa forma de pensar.

Freud (1915/1996) já anunciara que:

Quando pensamos em abstrações, há o perigo de que possamos negligenciar as relações de palavras com as apresentações inconscientes da coisa, devendo-se externar que a expressão e o conteúdo do nosso filosofar começam então a adquirir uma semelhança desagradável com a modalidade de operação dos esquizofrênicos. (p. 208)

Guardadas as devidas proporções dessa comparação, certa loucura é muito bem-vinda no tratamento com as crianças, pois, ao lidar com elas tendo como foco sua subjetivação, supomos que ela detém um saber autêntico que deve ser respeitado. Ao contrário da pedagogia clássica, pensamos que a educação de uma criança implica muito mais doutrinar o adulto a sua forma peculiar de expressão. “Trata-se de elucubrar com a criança um saber ao alcance dela, à medida dela, que possa lhe servir” (Miller, 2012, p. 9). Se na educação tradicional, é o adulto quem conduz a criança, naquela atravessada pelos pontos sensíveis que

a psicanálise elucidada sobre o *infans*, é a criança quem convida o adulto a se aventurar pela sua atividade de pensamento, minimizando os equívocos da incompreensão dos seus ditos.

Para aceitar esse convite e atribuir o saber à criança, é necessária certa loucura por parte dos adultos, pois assim se subverte a lógica da linguagem. “É uma questão interessante pensarmos o quanto nossa intervenção não implica certa *loucura necessária do clínico* [...]” (Jerusalinsky, 2014, p. 258, grifos da autora), bem como dos adultos que se ocupam da criança no seio familiar ou em outros âmbitos profissionais. Convém que o adulto aprenda a se conter do enrijecimento da linguagem inconsciente, processo natural percorrido pelo aparelho que tende a subsumir o processo primário pelo secundário, nesse caso, a representação de coisa pela representação de palavra. Daí o trabalho de cuidar das crianças, esforço oriundo da energia psíquica gasta em reevocar o aparelho aos seus moldes primários de representação das moções pulsionais.

6 O JOGO DO *FORT-DA*

A brincadeira do *Fort-Da* é reconhecida pela psicanálise como uma invenção da criança em seu exercício de efetuar operações psíquicas estruturantes. A constatação de que nela haveria um jogo psíquico implícito, que extrapola uma leitura inocente e descompromissada do brincar, é constatada pelos testemunhos de Freud ao observar seu neto. O garoto de um ano e meio gostava de lançar seus brinquedos pela casa para que eles sumissem, de forma a muito fatigar os adultos na tarefa de recuperá-los. O avô psicanalista percebeu que o neto insistia em lançar um carretel diante de algo que o fazia sumir emitindo um som arrastado com a vogal o, seguido de outro com a vogal a, ao resgatá-lo. A mãe do garoto concorda com Freud sobre o fato de esses sons não serem uma simples interjeição, explicando que eles se articulam à palavra *Fort* [longe] e *Da* [ali] em alemão, reevocando a expressão “ir embora”. Com o auxílio da tradução materna, Freud percebe que essa brincadeira, aparentemente enigmática para os adultos, tinha um significado para seu neto.

O jogo de brincar de ir embora, no desaparecimento e no retorno de um objeto, remetia o garoto a um exercício de se disciplinar diante da ausência da mãe. “A interpretação da brincadeira estava clara, então. Ela estava associada com a grande realização cultural da criança, com a renúncia pulsional levada a cabo por ela (renúncia à satisfação pulsional), ao consentir, sem oposição, que a mãe fosse embora” (Freud, 1920/2020, p. 79). Ao adiar o prazer de uma satisfação imediata, cedendo à necessidade de aguardar o retorno da mãe, essa brincadeira opera a lógica que nos permite viver na cultura, exigente do adiamento ou da inibição da realização de todas as nossas vontades.

Nos primórdios do funcionamento psíquico, o curso mental dos processos psíquicos tende a evitar o desprazer regulando as excitações que o invadem, de forma a manter sua homeostase. Essa situação é hipotética, pois não conseguimos precisar quando o aparelho psíquico começa a funcionar, nem temos recursos para avaliar tal fato. Mas imaginemos um feto que, ao nascer, experimenta as sensações de fome, de frio, do toque. Bem como da luz, dos sons e das imagens, como o são fora do útero. Todo estímulo interno ou externo que o desacomode da condição fetal é sentido como desprazer (aumento da quantidade de excitação no aparelho) e o coloca a serviço de descarregar a tensão que o instabiliza, atingindo o prazer (redução da excitação) que se harmoniza com a tendência à estabilidade do aparelho psíquico.

Tal descarga ocorre a mando do princípio de prazer, hegemônico nos primórdios do funcionamento do aparelho, que objetiva evitar o desprazer.

Freud (1920/2020) argumenta:

Os fatos que nos levaram a acreditar no domínio de prazer na vida anímica também encontram sua expressão na suposição de que haveria um empenho do aparelho psíquico em manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou, pelo menos, constante. (p. 63)

Todavia, as circunstâncias da realidade atravessam essa tendência e nem sempre os processos mentais acedem ao prazer. Aos poucos, o princípio de realidade regula a satisfação das necessidades, uma vez que ela não mais se efetuará pelos caminhos mais curtos, e o recém-nascido terá de se haver com as condições impostas pelo mundo exterior. O bebê que necessita encontrar uma percepção externa que represente a interna, não o fará de forma libertina, pois será submetido a uma série de representações culturais já estabelecidas.

Freud (1920/2020) acrescenta que esse princípio

Sob a influência das pulsões de autoconservação do Eu, o princípio de prazer é sucedido pelo *princípio de realidade*, que, sem desistir do propósito de uma obtenção final de prazer, exige e estabelece, no entanto, o adiamento da satisfação, a renúncia às diversas possibilidades dessa satisfação e a tolerância temporária do desprazer pelo longo desvio para chegar ao prazer. (pp. 65-67, grifo do autor)

As experiências desagradáveis são inevitáveis, e o aparelho precisa articulá-las a satisfação das necessidades. Por isso, a brincadeira do *Fort-Da* é compreendida como um recurso do *infans* para exercitar os dois princípios reguladores da satisfação pulsional, abrangida como uma operação psíquica incidente na economia do aparelho psíquico.

Para o avô psicanalista, a motivação desse jogo consiste na passagem da posição passiva da criança na experiência de separação da mãe para uma posição ativa. Afinal, na brincadeira, é ela quem determina quando o carretel irá desaparecer e reaparecer. Freud (1920/2020) esclarece que “nesse caso ela estava passiva, foi afetada pela vivência, e colocou-se então em um papel ativo, repetindo-a como brincadeira, embora tal vivência tenha sido desprazerosa” (p. 81). Assim, ela poderia até se vingar da mãe por se afastar e lança tal objeto para o ocultamento, no desafio de autorizá-la a partir, mesmo diante de sua dependência em relação aos cuidados maternos. Freud (1920/2020) então, constata: “Vemos que as crianças repetem na brincadeira tudo aquilo que lhes causou forte impressão em sua vida, que ao fazê-lo ab-reagem à intensidade da impressão e tornam-se, por assim dizer, senhoras da situação” (Freud, 1920/2020, p. 83).

Por isso, não é incomum que a criança brinque de reproduzir a ida ao médico na qual tomou uma injeção, por exemplo. As experiências desagradáveis, nas quais a separação da mãe é pivô, não são elementos inapropriados para as brincadeiras infantis.

6.1 A compulsão à repetição

Diante dessa assertiva, Freud se questiona por que motivo as crianças insistem em repetir em suas brincadeiras as impressões desprazerosas, uma vez que o princípio de prazer seria predominante na origem do aparelho. A tendência a esse princípio muitas vezes é contrariada por circunstâncias outras e nem sempre se harmoniza com o sentimento de prazer. A brincadeira completa do *Fort-Da* consistia no aparecimento e no retorno do carretel, representante psíquico da mãe, e o ato do desaparecimento, depositário do desprazer, era repetido mais vezes do que o retorno saudado com o prazer do reencontro. E Freud (1920/2020) explica: “Talvez queiramos responder que o desaparecimento teria necessariamente de ser encenado como a precondição do reaparecimento confortante, e o verdadeiro propósito da brincadeira residiria neste último” (p. 79). A criança transforma sua experiência de separação em jogo e seu fim agradável não é o protagonista da cena. Essa constatação evidencia o enigma mais obscuro e inacessível da mente, no qual os sentimentos de prazer e desprazer se conjugam nos processos psíquicos e encurralam a psicanálise a travar contato com tal conflito.

Façamos nossa a pergunta de Freud (1920/2020): “Mas então, em que relação com o princípio de prazer se encontra a compulsão à repetição, que é a manifestação de força do recalçado?” (p. 91). A compulsão à repetição é uma operação psíquica indômita, que coage o sujeito a reproduzir sequências de atos, ideias ou pensamentos que resgatem experiências enigmáticas, e, por isso, causadoras de angústia. Através dela, o que permaneceu incompreensível para o sujeito retorna, mesmo que seja sob as penas da lembrança dolorosa, como argumentam Santos e Vorcaro (2018): “A compulsão à repetição indica o fracasso do recalçamento, apresentando-se, paradoxalmente, como medida de defesa diante desse fracasso” (p. 102).

Por isso, ela é o fator irredutível do compromisso formado entre o princípio de realidade e o princípio de prazer, expresso numa dinâmica conflitual. Se, por um lado, o sujeito sofre ao rememorar a experiência desagradável, por outro, ele tem uma nova chance de acomodá-la nos processos mentais, alcançando prazer por isso. Essa dinâmica leva Freud a

pensar em algo para além do princípio de prazer, que não desconsidera sua supremacia no funcionamento do aparelho, mas que o coordena com o desprazer numa espécie de resíduo que escapa a sua determinação. Freud (1920/2020) aponta: “Assim, ficamos convencidos de que mesmo sob o domínio do princípio de prazer existem meios e caminhos suficientes para fazer daquilo que em si é desprazeroso objeto de recordação e elaboração anímica” (p. 85). A repetição do desprazer é a força pulsional que exprime a inexorabilidade do retorno a uma experiência inconsciente desassimilada da consciência.

A compulsão à repetição que sobrepuja o princípio de prazer é o impulso que leva a criança a brincar com os jogos estruturantes. Lembrando que nem toda brincadeira tem essa função, e, por isso, nem sempre parte desse pressuposto, bem como, nem toda repetição é estruturante. Segundo Freud (1920/2020), nas brincadeiras infantis que insistem em se repetir, como no jogo do *Fort-Da*, a “compulsão à repetição e satisfação pulsional direta e prazerosa nesse caso cruzar-se em íntima associação” (pp. 97-99), porque a repetição é a via de elaboração mais genuína da experiência de forte impressão. Assim, a criança elabora suas experiências marcantes, sejam elas fontes de prazer ou desprazer, ou, simplesmente por ainda não terem condições de as inscrever simbolicamente.

No adulto, espera-se que o aparelho psíquico já formado subsidie recursos outros para a elaboração das experiências inconscientes – mesmo que isso não os poupe da repetição. Já nas crianças, cujo aparelho psíquico ainda está em formação, essa é a forma mais abreviada de exercitar a atribuição de sentido das experiências inconscientes.

Pensamos que a criança não repete apenas pelo que Freud (1920/2020) nos esclarece, afirmando que “com essa atividade ela adquire um controle mais profundo sobre a forte impressão do que seria possível em uma experiência meramente passiva” (p. 129). No que concerne ao *Fort-Da*, as crianças repetem porque, no automatismo da repetição, elas se entreveem com a conjugação dos fonemas no jogo de ocultação do objeto. Esses são operadores derivados dos elementos que constituem a lógica formal, discernida pelos binários opostos, que se articulam como complementares, não recíprocos e insuficientes para se neutralizarem, forçando sua repetição.

Fundamos nosso pensamento no que Lacan (1953-1954/1986) acrescenta sobre o jogo como estruturante no *infans*: “Se o jogo é valorizado para a criança, é porque se constitui o plano de reflexão sobre o qual ela vê manifestar-se no outro uma atividade que antecipa a sua” (p. 204), extrapolando seus recursos de apreensão do discurso. Assim, a repetição do *Fort-Da* e das brincadeiras que têm função estruturante para a criança, se dão pelo esforço de

elas necessitarem se posicionar em consonância com o universo significativo que antecede à própria aquisição da linguagem e incidem na formação do aparelho psíquico.

Por isso propomos pensar em quatro pares de opostos complementares e não recíprocos que movimentam o jogo do *Fort-Da*:

1. Ausência/presença como as operações basais da subjetivação e função essencial da linguagem;
2. Atividade/passividade que representam o sistema linguístico pelo qual o corpo do *infans* se emparelha à linguagem;
3. Prazer/desprazer como reguladores da economia libidinal;
4. Prazer/repetição cujo exercício da conjugação dos fonemas (*fort e da*, ou quaisquer outros que os substitua) viabiliza uma inscrição para o enigma do significante.

Daí que a corriqueira brincadeira desse garotinho se torna tão preciosa. Lida e relida pela psicanálise, que nunca deixa de se encantar por toda riqueza de sua trivialidade, esclarece-se que o evento primário do jogo do *Fort-Da* consiste no exercício de articulação da lógica simbólica. A criança está, desde então, comprometendo-se com o significante. Alternando o objeto com as primeiras interjeições que o representam, a criança tenta compensar, através da repetição, a perda que a entrada na linguagem provoca na subjetivação, como veremos melhor no capítulo seguinte.

6.2 A dimensão simbólica no jogo do *Fort-Da*

Pensamos o “[...] o jogo do *FORT-DA* como paradigma do funcionamento econômico da brincadeira infantil[...]” (Iannini & Bedê, 2020, p. 240), revelado por Freud, de forma inaugural, como o deslizamento entre o prazer e o desprazer na situação de separação seguida do retorno do objeto que capacita a regulação da economia do aparelho psíquico. Todavia, ele não conclui qual evento primário incide sobre o aparelho psíquico do *infans* de forma a propulsioná-lo em sua invenção. Ele próprio questiona se a passagem do papel passivo para o ativo, que permitiria à criança se assenhorar da experiência perturbadora, sustentar-se-ia como um fenômeno primordial. Pensamos que a leitura de Lacan sobre o *Fort-Da* exponencia a rede teórica freudiana sobre o tema e esclarece tais questões.

Para Lacan, o jogo de ocultação observado por Freud em seu neto demarca o momento de entrada na linguagem, conservando seu aspecto de realização cultural para além da questão econômica. Mais do que adiar sua satisfação, exercitando se assenhorar da situação, o garoto

aduba o terreno no qual será fecundada a linguagem. As experiências de presença e ausência, operação basal da subjetivação e função essencial da linguagem, são antecipadas pelo fazer aparecer e desaparecer o objeto. Quando falamos, não precisamos ter tangível o objeto que representamos pela palavra, ou seja, uma árvore não precisa estar diante de nós para tratarmos dela em nossas ideias. Essa é a operação elementar para o uso da linguagem que viabiliza aos seres falantes a capacidade de “fazer entrar aqui os elefantes seja qual for a estreiteza da porta”, conforme Lacan (1953-1954/1986, p. 250). A linguagem permite que o objeto representado pela palavra não esteja presente, e sua aquisição o prescinde de assiduidade.

Para que a criança aceda à capacidade de simbolização, é fundamental que ela experimente a ausência do adulto de referência, que será o primeiro objeto que ela vai exercitar representar. Uma vez adquirida essa capacidade, ela poderá significar os outros objetos da realidade, habilitando-se ao jogo da linguagem. Essa ausência engendra no bebê a necessidade e a capacidade de produzir um apelo ao Outro, compreendido como primeiro tempo da palavra. Lucero e Vorcaro (2018) afirmam: “O grito é a primeira forma sonora com que o neonato vai demarcar as presenças e ausências da mãe, as sensações de prazer e desprazer, tensão e apaziguamento” (p. 23). Supomos que às vezes ele solicita a presença, às vezes clama pela ausência.

Nos jogos de ocultação, a criança brinca de testar o apelo frente ao seu contrário; afinal, segundo Lacan (1956-1957/1995), “se o apelo é fundamental, fundador na ordem simbólica, é na medida em que aquilo que é chamado pode ser rejeitado” (p. 186). Por isso, a articulação essencial da brincadeira que encena a ida e a vinda do adulto de referência – normalmente, a mãe – é o seu caráter decepcionante. E Lacan (1956-1957/1995) continua: “É claro que esta escansão do apelo está longe de nos dar, desde a abordagem, toda a ordem simbólica, mas ela nos mostra seu começo” (p. 68), que tem como ponto de partida, a frustração. O jogo se faz valer pelo que a criança ali suporta perder, na “simbolização primordial dessa mãe que vai e vem, que é chamada quando não está presente e que, quando está presente, é repelida para que seja possível chamá-la” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 189).

Desde as primeiras relações objetais, quando a criança chora de fome e reencontra a saciedade e o aconchego no seio materno, ou em quem a amamente, a partir da alternância fome/saciedade, já existe simbolização. Para que a criança avance pela lógica simbólica, ela precisa, primeiramente, ter negados seus objetos de satisfação primários, para assim passar a representá-los. A falta desses objetos, encenada no *Fort-Da* pela alternância entre o desaparecimento e o aparecimento do carretel, é a fórmula primitiva da linguagem que capacitará a criança para adentrá-la.

O *Fort-Da* reside na alternância de um par significante em relação com um pequeno objeto, seja ele qual for. O elemento em questão pode ser uma bola, ou também um pedacinho de barbante, qualquer coisa desfiada na ponta da fralda, desde que agüente e possa ser rejeitado e trazido de volta. (Lacan, 1958-1959/2016, pp. 444-445)

No *Fort-Da*, o par simbólico composto pela dicotomia dos fonemas (vogal o/vogal a) se efetiva alicerçado à concretude do objeto (carretel), anunciando que a criança começa a se comprometer com a lógica da linguagem. Lacan compreende que, nesse momento, o objeto a ser ocultado é menos importante que a distinção fonética que a criança conjuga com o aparecimento e o desaparecimento. “É nesse nível que o *Fort* é correlativo ao *Da*. O *Fort* só pode expressar-se na alternância a partir de uma sincronia fundamental” (Lacan, 1959-1960/1991, p. 85) manifestada pela variação vocal e perceptiva que faz revezar a ausência e a presença, propriedade primeira da linguagem para Lacan.

O importante não é que a criança diga as palavras *Fort/Da*, o que, na sua língua materna, é *Longe/Aqui* – ela as pronuncia aliás de maneira aproximativa. É que há aí, desde a origem, uma primeira manifestação da linguagem. Nessa oposição fonemática, a criança transcende, introduz num plano simbólico o fenômeno da presença e da ausência. (Lacan, 1953-1954/1986, p. 200)

O prazer não seria exatamente reencontrar a mãe, mas a capacidade de significar a ocultação do objeto em seu ritmo alternante. Quando o objeto está presente, a criança o manda embora para fazê-lo comparecer em sua reapresentação. As interjeições desse jogo introduzem o ponto que liga o objeto à palavra que o representa, sob os modos da ausência que se constitui na presença e vice-versa. “Por esses primeiros jogos, o objeto passa como que naturalmente para o plano da linguagem” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 206), atestando que o evento primário que propulsiona a criança em sua invenção é a articulação da lógica simbólica.

Muito precocemente constatamos sua aparição primitiva na estruturação inconsciente do *infans*. “Dia e noite são códigos significantes, na medida em que o dia empírico só existe como nomeação de uma correlação imaginária do significante dia, em oposição a noite” (Lucero & Vorcaro, 2018, p. 27). Para a criança, o dia já não é apenas um fenômeno que regula sua rotina, pois também se trata do simbolismo implicado na alternância do vocal que se opõe à noite. “Aí está uma propriedade primeiríssima da linguagem, já que o símbolo é como tal conotação da presença e da ausência” (Lacan, 1955-1956/1988). Assim, o *infans* testemunha em suas experiências a ordem do discurso que o cerca, e o *Fort-Da* é a marca

distintiva do exercício da apreensão dos dispositivos da linguagem observado na brincadeira infantil.

Nessa simples experiência de par de opostos que se articula ao acoplamento presença/ausência, a criança já participa da ordem simbólica, denunciando que o brincar tem uma função estruturante para ela:

Sem dúvida, este elemento não basta por si só para constituir-la, já que é necessário, em seguida, uma série, agrupada como tal, mas já há virtualmente na oposição mais e menos, presença e ausência, a origem, o nascimento, a possibilidade, a condição fundamental, de uma ordem simbólica. (Lacan, 1956-1957/1995, p. 68)

Lacan, então, avança sobre a perspectiva freudiana do *Fort-Da*, apontando que ele porta um caráter mais constituinte que econômico. É necessário à criança, inicialmente, ser exposta a uma unidade seguida de seu oposto para internalizar concepções simbólicas complexas. Essa é uma forma de proporcionar consonância entre a imaturidade real de seu corpo e o enredamento da linguagem que a antecede, pois “a criança começa a se comprometer com o sistema discursivo concreto do ambiente, reproduzindo mais ou menos aproximativamente, em seu *Fort!* e em seu *Da!*, os vocábulos que dele recebe” (Lacan, 1953/1998, p. 320).

É nesse *modus operandi* que as primeiras sensações, apoiadas no corpo do agente cuidador, são organizadas pelo bebê como percepções: voz/ruído e silêncio, fome/saciedade, frio/calor, seio/vazio. É a partir dessa lógica que a criança em sua primeira infância depreende as mais variadas distinções simbólicas do mundo que a circunda, como sim/não, certo/errado, bom/mau, seguro/perigoso, dentre outros.

As substituições e as representações da lógica do *Fort-Da* se complexificam, estabelecendo o jogo metonímico/metafórico que torna sincrônicas a aquisição da linguagem e a constituição subjetiva, mostrando que são regidas pelo mesmo estofa e validando a máxima lacaniana de que inconsciente e linguagem têm a mesma estrutura. Por isso, a relevância em reconhecer a linguagem implícita no brincar desde os seus tempos mais remotos, anteriores às brincadeiras propriamente faladas pelas crianças, nas quais o uso habitual das palavras é atestado e melhor compreendido pelos adultos. Antes disso, o dizer de seus jogos e as brincadeiras já cumprem de forma imprescindível com o processo subjetivo.

6.3 O jogo de se fazer refletir

Ainda no primeiro ano de vida do bebê, ele já brinca de se reconhecer no espelho e reproduz ludicamente uma série de gestos e expressões ao experimentar sua duplicidade. Devido à puerilidade de sua maturação biológica, o adulto cuidador interfere nessa construção, ao acompanhá-lo em seu júbilo. Seja por segurar o bebê no colo diante do espelho, seja por lhe segurar as mãos e sustentar a marcha até seu reflexo, seja por nomeá-lo, esclarecendo que aquela imagem é o bebê, esse momento inaugural é mediado pela ação de um agente externo que aceita o convite feito pelo bebê de brincar diante do espelho.

A apreensão da imagem do corpo no humano, instauradora da distinção imaginária do dentro/fora, acontece num movimento de báscula entre o bebê e o ser falante que o assiste, o que viabiliza com que essa experiência se respalde pela simbolização. O bebê reconhece sua imagem através da identificação¹³ com o adulto cuidador, que também aparece no espelho como referência, bem como intermedia com ações e palavras facilitadoras tal processo.

Lacan (1953-1954/1986) afirma:

O *eu* se constitui inicialmente numa experiência de linguagem, em referência ao *tu*, e isso, numa relação que o outro lhe manifesta o quê? – ordens, desejos que ela deve reconhecer, do seu pai, da sua mãe, dos seus educadores, ou dos seus pares e camaradas. (p. 193, grifos do autor)

A brincadeira do bebê na frente do espelho tem então uma função estruturante, por isso “essa articulação não se produz uma única vez. Ela se repete. E ao longo desse ciclo, seus desejos são reintegrados, reassumidos pela criança”, diz Lacan (1953-1954/1986, p. 207). O autor cunha a expressão *estádio do espelho*¹⁴ e revalida como a maturação biológica e psíquica do ser humano depende da intercedência do cuidador que intermedia a relação do *infans* com a cultura. O aspecto alienante é basilar à estruturação psíquica, justificativa pela qual o Outro se torna um conceito na obra lacaniana.

O jogo de se fazer refletir inaugura a unidade de corpo e instala a série das categorias do semelhante. Essa inscrição imagética favorecerá as futuras representações verbais e motivará a dinâmica das relações afetivas.

¹³ A identificação é um conceito da psicanálise que exprime a operação pela qual o sujeito se constitui. Ela assimila certas propriedades de uma ou mais pessoas que participam de sua dinâmica pulsional, por isso lhe servem como modelo. Esse atributo pode ser uma característica física, emocional, um traço de personalidade, tal qual uma forma de investimento objetal.

¹⁴ Veremos no capítulo 8 – *As moções pulsionais primárias e o Narcisismo*, que o estágio de espelho acontece simultaneamente ao Narcisismo primário e ambos denunciam como a dependência biológica e psíquica do *infans* junto ao adulto auxiliador os acomete em sua subjetivação.

Lucero & Vorcaro (2018) afirmam:

As formas como esse Outro é afetado pelo simbólico, sua própria posição subjetiva, interfere no modo como a cultura será transmitida para o bebê, fazendo com que cada ser humano tenha uma experiência absolutamente singular de relação com a linguagem. (p. 34)

Ao brincar com a imagem, a criança se prepara para a entrada na linguagem porque a dimensão imaginária também está atrelada à capacidade de representação simbólica. Por isso compreendemos o estádio do espelho como uma brincadeira prematura e valiosa que media a passagem da imagem à palavra. Os ensaios dramáticos da cena que reflete a relação com o Outro sustentam a função estruturante dessa brincadeira. Por isso “o *estádio do espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação” (Lacan, 1949/1998, p. 100, grifo do autor), demarcando que a alienação ao Outro, oriunda de suas condições de maturação biológica e psíquica, “marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento” (Idem).

Contudo, “interessa notar que tais registros mnemônicos estão na origem das representações verbais”, como afirmam Rezende e Vorcaro (2018, p. 62). Pela mediação das encenações frente ao espelho, a criança fomenta tanto sua constituição como ser falante atrelada ao desejo do Outro, quanto transeunte da flexibilização significante. A brincadeira com a imagem refletida viabiliza a dimensão imaginária da experiência e condiciona o significante a sua estrutura própria, como veremos a seguir.

6.4 A ‘tecitura’¹⁵ da simbolização

A articulação do par de opostos viabiliza o deslizamento do significante de um significado a outro, compondo uma rede de significações da qual se constitui o discurso. Por isso, a estreia de uma unidade é fundamental para a composição da sequência, viabilizando a formação da rede simbólica e permitindo ao *infans* se recolocar diante do discurso herdado pela sua linhagem. Como a criança ainda não domina todas essas ferramentas, ela repete e exercita os recursos basilares para a apreensão simbólica, específicos em cada brincar e consonantes com a estruturação do inconsciente na linguagem.

¹⁵ A palavra “tessitura” remete ao contexto musical. Ela discrimina a disposição das notas para se acomodarem a uma determinada voz ou instrumento. Por acolhermos o comentário de Julieta Jerusalinsk, membro da banca de qualificação de nossa pesquisa, optamos pela adaptação de sua escrita por ‘tecitura’. Assim, fazemos referência tanto à voz que inocula o significante no Outro, quanto ao ‘textural’ implicado na composição de um tecido, apontando a dimensão corpórea da estruturação no *infans*.

O bebê chora, e o cuidador pode compreender que ele é chato por não lhe dar uma folga ou que ele é amoroso e gosta da sua presença. A partir daí, instala-se uma bateria de significantes ao mesmo tempo que se restringe outra série possível no desenrolar dessa cadeia dirigida ao bebê. Pela sua dimensão metonímica, um significante pode ser substituído por outro, variando as possibilidades de interpretação dessa mensagem pelo bebê e flexibilizando o discurso que o comprime.

Diante do factício significante forte, por exemplo, existe a suspensão oriunda dos variados significados como determinada, persistente, rude e agressiva, sobre a qual a criança pode se colocar. “A origem da multiplicação dessas significações que caracterizam o enriquecimento do mundo humano” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 25).

Assim, a mensagem vinda dos adultos a ser decifrada pela criança se trata de uma captura para além do verbo, articulada entre metáfora e metonímia.

É nesse intervalo, nessa hiância que se situa a experiência do desejo. Ela é inicialmente apreendida como sendo a do desejo do Outro, e é dentro dela que o sujeito tem de situar seu próprio desejo, o qual não pode situar-se em outro espaço que não esse. (Lacan, 1958-1959/2016, p. 26)

Diferentemente do que atestamos na articulação languageira, na qual as palavras se restringem à finalidade de comunicação compartilhada pelo pacto linguístico, a palavra em suspensão decorrente desse entremeio é não descartada, mas resgatada como a pedra angular sobre a qual se ancora a dialética do desejo.

Nessa dialética, o sujeito se descobre como um pedaço do Outro justamente porque o inconsciente é constituído pela via do significante. Assim, ele é composto pelo Outro e, ao mesmo tempo, pode se distinguir dele. Embora a matéria-prima da sua constituição se componha dos significantes vindos do Outro, a não equivalência entre significante/significado permite ao *infans* se recolocar na rede simbólica pelas brechas da linguagem.

Por estar sempre aquém ou além do que é demandado pela criança, em falta ou em excesso, esse Outro real enigmático induz a interrogação da criança sobre o que ele quer, franqueando à criança constatar, no dizer, a distância entre enunciado e enunciação, além da insuficiência dos significantes do Outro para contentá-la. (Lucero & Vorcaro, 2018, p. 41)

A rubrica do desejo da criança, rascunhada pelo desejo inconsciente que ela captura do adulto, será sempre atravessada pela repetição da pulsão de satisfação escoada pelas trilhas da facilitação. Apenas pela aquisição da linguagem a criança poderá flexibilizar o não dito que ela físgara do adulto. As variáveis interpretações que a metáfora e a metonímia facultam à estrutura do significante flexibilizam a rigidez desse percurso.

Submetido à condição de regulação pela sua sucessão ou diacronia, o significante complica as relações humanas, distanciando-nos da realidade dos outros animais. A criança nasce com o desafio de se posicionar diante da cadeia de significantes dirigida a ela pelo ser falante que a assiste, adentrando-a com relatos desde os primórdios de sua história, antes mesmo de seu nascimento.

Chamamos de alienação essa coerção inelutável pela qual o *infans* é submetido na experiência com o Outro, e de separação, a possibilidade de ele se recolocar no universo significante que o antecipa. Diante do berço significante que antecede à criança e diante das contingências que atravessarão suas experiências, existe a incomensurável resposta do sujeito. São inúmeros os convites a serem feitos às crianças pelos cuidadores, constituídos a partir do desdobramento das fantasias inconscientes dos adultos sobre a leitura que eles fazem dos episódios e dos fatos que acometem as experiências delas. Sempre à frente da capacidade que as crianças têm de se expressar sobre isso pelas palavras, mas a tempo de confirmarem o impacto do significante em sua constituição.

O *Fort-Da* nos atesta para essa captura além da linguagem, na medida em que nessa brincadeira já “há apelo ao Outro como presença, presença sobre fundo de ausência” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 23), lógica genuína da simbolização, legitimada antes mesmo de sua aquisição pela criança, junto à pergunta sobre o que ela quer, dirigida ao Outro que tem seus meios de realização.

Isso significa que a criança está às voltas com um posicionamento a ser assumido perante os desejos dos adultos que a assistem, manobrado pelas mesmas operações de linguagem que regem a lógica significante: metáfora e metonímia. As operações basais da subjetivação, da alienação e da separação procedem porque são regidas por esse mesmo estofo. Assim, não importa muito se a característica que a criança apresenta a acompanha desde o nascimento, se foi introjetada pelo discurso de sua linhagem ou de seu convívio social, se é de origem fisiológica, biológica, genética ou psíquica. Afinal, sobre todas essas concatenações se desenrolam os significantes, viáveis de se rearticular pela metáfora e pela metonímia, recompondo a cadeia pela qual a posição assumida pela criança irá diferenciá-la. Mesmo a inexorabilidade de um fato – como nascer deficiente, por exemplo –, incidirá das formas mais variadas sobre cada bebê, dependendo de como os adultos circundarão essa experiência na linguagem, tal qual ele optará por se recolocar na cadeia simbólica que o penetra.

Cada significante só pode ser compreendido em referência a outro significante. Só se compreende o que é o escuro, ao saber o que é o claro, além da necessidade de localizá-los em

um contexto. O claro e o escuro podem ser simplesmente a presença ou a ausência de luz, como a salvação e as trevas, numa linguagem espiritual e até mesmo a inteligibilidade, no caso de uma explicação ser compreensível ou não.

Esse emaranhado de sentidos no qual deslizam os significantes de forma a compor uma série, contribui tanto para as complicações da linguagem em seus equívocos quanto para as possibilidades de manejá-las enquanto incidentes na estruturação psíquica. Assim, padecemos dos efeitos do significante ao mesmo tempo que nele residem nossas chances de nos colocarmos diante do *pathos*. Esse conflito também é experimentado pela criança na puerilidade de sua maturação biológica e encenado na dramatização de suas brincadeiras, na qual se exercita para a apreensão simbólica.

O sujeito primeiro se submete à penetração das palavras do Outro (alienação), para depois extrair desse conjunto específico de significantes as significações com as quais se identificará (separação). Ele se constitui a partir das relações de preeminência, submissão e derrota vivenciados com o Outro, estendendo-se para além deste através da submissão a esse vínculo previamente delimitado.

É por isso que é falso dizer que o significante no inconsciente está aberto a todos os sentidos. Ele constitui o sujeito em sua liberdade em relação a todos os sentidos, mas isto não quer dizer que ele não esteja determinado. (Lacan, 1964/2008, p. 244)

Embora a criança esteja submetida a uma bateria de significantes transmitidos por sua linhagem e não por outras que poderiam se compor caso ela viesse de outra família, o jogo da linguagem lhe permite operar a separação, salvando-a do desamparo da coisa opaca que é a transmissão inconsciente. Por isso, em psicanálise entendemos que o simbólico humaniza o desejo, suscetibilizando ao sujeito a mediação de seu reconhecimento descolado do tudo que é o Outro, compondo uma imagem mais indulgente dessa relação, atravessada pela dimensão da palavra.

Como o significante não se define por si só, ou seja, tem mais de um significado, as brechas para que o inconsciente se manifeste entre seus intervalos se viabilizam. Por isso, a mensagem vinda do adulto é portadora de um enigma a ser decifrado pelo *infans* através das suas faculdades de interpretação. Ainda caloura na estrutura de linguagem dominante no adulto, a criança é coagida pelos mecanismos inconscientes da repetição, expressos na insistência pulsional do brincar. Pelo deslize da cadeia significante e pela condição do *infans* em se habilitar a operar com seus elementos basais pela brincadeira, a criança pode se recolocar diante da rigidez da alienação que a acomete em sua estrutura. “Foram esses jogos

de ocultação que Freud, numa intuição genial, produziu, a nosso ver, para que nele reconhecêssemos que o momento em que o desejo se humaniza é também aquele em que a criança nasce para a linguagem” (Lacan, 1953/1998, p. 320).

O balizamento entre metáfora e metonímia, alienação e separação é exercitado pelas crianças nas brincadeiras de presença e ausência. Conforme Lacan, (1955-1956/1998), a cadeia de significantes “se desenvolve segundo ligações lógicas cuja influência sobre o que há por significar, ou seja, o ser do ente, se exerce pelos efeitos de significante descritos por nós como metáfora e metonímia (p. 582).

Nesses jogos de ocultamento as crianças se apresentam para as primeiras distinções simbólicas, compondo séries a serem repetidas como forma de se conciliarem com a complexidade da rede simbólica que as circunda e funda a dialética do desejo.

Por isso, as brincadeiras que conjugam a ausência e a presença são o berço da simbolização, no qual se apoia a estruturação do inconsciente como uma linguagem. Seja pela ludicidade com que o bebê reconhece sua imagem, seja pela oposição fonética na qual a criança emprega o alicerce do significante, “já inteiramente desenvolvido no *Fort-Da*” (Lacan, 1959-1960/1991, p. 208), o jogo de desaparecimento/retorno, dentro/fora, se faz frutuoso para estruturação, bem como em várias outras brincadeiras conhecidas como jogos estruturantes do sujeito que antecedem à marca distintiva do *Fort-Da*. As experiências de ausência e presença são rudimentares à metáfora e à metonímia, operações linguísticas que se sincronizam com a constituição subjetiva pela consonância com os operadores subjetivos da alienação e separação.

6.5 O assassinato do desamparo

Passemos à uma compreensão mais prática do pensamento exposto. Alexandra chegou à instituição quando nossos encontros já aconteciam, por isso permitiu-nos acompanhar mais de perto os comprometimentos psíquicos da interrupção abrupta da família. Sua urgência subjetiva levava a demanda de brincar sozinha comigo ou incluir na brincadeira em grupo, um elemento particular que os outros não se interessavam em compartilhar. Como certa vez em que ela exagerou no efeito de um tropeço durante o jogo de queimada e me convidou a encenar que ela estava doente, precisando de um médico, atrapalhando o jogo que acontecia. Assim, ela foi ficando antipatizada pelas crianças e pelos cuidadores institucionais, pois sua demanda de elaboração psíquica era sempre considerada incômoda. Algumas vezes brincou

de desmaiar na frente do grupo, dizendo que estava morta. Ela declarava na encenação o risco de sua morte subjetiva, imantando o que também poderia ser sentido pelas demais crianças. A recente saída abrupta do lar a feria gravemente, o que muito provavelmente já havia abalado em intensidade semelhante as outras crianças.

Noutra ocasião, os bebês começaram a brincar de entrar dentro das cestas de fazer quitanda e estar presos. Alexandra entrou nessa brincadeira com uma fita na mão, fingindo estar chicoteando-os e dizendo que eles estavam largados no orfanato. As mães não os queriam mais porque eles brigavam com os irmãos. Nessa encenação ela parece ter representado sua resposta imaginária para estar no abrigo. Acreditando que sua mãe não a queria mais, confundiu os episódios comuns do desenvolvimento infantil com punições e castigos vividos por adultos. Ela parece se sentir culpada por ter sido ‘expulsa’ de casa, por isso está pagando sua pena em uma prisão, sentindo-se escravizada.

Ao brincar de teatrinho com as máscaras, interpretou a Cinderela. É interessante apontar que essa princesa se salva das injustiças que acometeram seu destino ao ir morar com a tia após a morte da mãe, pelo reconhecimento de um aspecto muito particular. O príncipe descobre por quem se apaixonou realmente no baile, ao encontrar a dona do pé de sapato perdido na escadaria do castelo. O sapatinho de cristal é o elemento que a diferencia de todas as outras jovens do reino. Ele pode ser lido como a estreia de uma unidade que recoloca a Cinderela em uma posição distintiva, da qual o abandono que a separação do agente materno a privara.

Alexandra também insistia em se reencontrar, restituindo-se das particularidades provindas de sua linhagem que a localizavam como sujeito. Dizendo ser a princesa do pai, também inventou sua releitura do conto clássico. Com a máscara da Cinderela, que lhe permitia se representar pelo anteparo da encenação, interpretou a briga que presenciou em casa, na qual defendeu o pai da agressão do tio. Segundo ela, eles brigavam porque o tio influenciava a mãe a usar drogas. Nessa interpretação ela revelava se sentir responsável pela dor do Outro, condição que rescindia em situações no abrigo. Seu desejo se recolocava na instituição como uma forma de sustentar a posição imaginária que a localizava diante do casal parental. Frente ao incompreensível desse novo contexto, o fenômeno da repetição fazia-se recorrentemente incidente. Aquilo que a localizava como objeto de desejo do Outro havia despencado e ela ansiava se reinscrever como sujeito pelas trilhas da facilitação.

Muitas vezes ela era penalizada por defender as crianças que ela julgava injustiçadas, uma vez que os adultos encaravam seus questionamentos como atrevidos ou desrespeitosos. Quando o bebê que morava no abrigo morreu, ela disse que na noite em que ele passou mal,

tentou ajudá-lo cantando música para ele se acalmar. Relatou ter percebido quem quando ela cantava, ele melhorava, mas que não pôde cantar mais quando ele foi para o hospital, sugerindo que sua presença poderia ter o livrado daquilo que parecia ser inevitável.

A responsabilidade pelo Outro que ela assumia indevidamente tinha como efeito a culpabilização, comprometendo a forma como ela compreendia a saída abrupta de casa. Depois da morte do bebê, situação contingencial à sua história, mas da qual ela se apropriou com certa parcela de responsabilidade, esse imaginário se acentuava. Roger¹⁶ fora internado por problemas intestinais ocasionados pela encoprese. A cada vez que tocavam a campainha da casa, ela dirigia o olhar para o portão na expectativa de que fosse ele voltando, como se sua torcida para o retorno de Roger fosse suficiente para evitar que essa internação também o levasse à morte. Ela parecia tentar controlar aquilo que lhe escapava à ação, por isso encenava a questão. Sempre se metia em situações que a levavam a uma penalização, talvez almejando de fato uma absolvição para o julgamento interior em que se colocava.

Para ela, suas travessuras infantis eram como crimes penalizados pelo abandono dos familiares. Sofrendo pela solidão de estar separada da família, não conseguia equalizar tal abandono no abrigo. Repetir a forma de inscrição subjetiva frente ao casal parental, além de não funcionar no abrigo, era motivo de castigo. As cuidadoras a repudiavam pelos enfrentamentos, e as colegas já tinham seus pares. Por um tempo, ela pôde compor seu par com a irmã de Ísis, mas quando ela voltou da adoção fracassada, viu-se novamente abandonada. Nesse retorno, todas as crianças de faixa etária próxima à sua tinham irmãs também na casa. Esses pares compartilhavam cumplicidades das quais ela ficava excluída. Ainda no esforço de se organizar, ela decide se declarar para Roger, o único garoto do abrigo, apostando que sua igual solidão o motivasse a formar uma parceria e talvez reevocar a dupla que formava com o pai. Todavia, o jovem garoto ainda não investia de forma romântica nas meninas e recusou sua cartinha.

Já com o alicerce significativo inteiramente estabelecido pelo *Fort-Da*, que suas habilidades psíquicas demonstravam já terem acedido, suas invenções não operavam com os elementos basais do significativo. O jogo de presença/ausência dessa brincadeira, rudimentar à metáfora e à metonímia em sua origem, já se presenciava articulado à aquisição da linguagem, na capacidade de se historicizar pelo brincar. Assim, ela exercitou a experiência de alienação/separação pela pesquisa feita na instituição sobre sua posição subjetiva. Desencontrada de suas relações de objeto, ela mesma se lançava como o objeto trazido e

¹⁶ Esse caso será relatado na seção 8.3 *Da mãe-loba à bola*

rejeitado, em prol da pergunta que suas encenações rascunhavam: o que o Outro quer de mim? Só que na instituição, sua tentativa de resguardar a dor do Outro fracassava, ao contrário da função subjetiva que lhe era garantida na cena familiar. Por isso, seus esforços nesse sentido eram rejeitados, o que a impulsionava à repetição de suas ações como fracasso e medida de defesa para o recalque.

Seu imaginário, cada vez mais desmedido com o insucesso de se inscrever na instituição que recusava acomodar sua posição subjetiva, bem como as contingências que a acometiam, transbordara na brincadeira. As crianças estavam brincando de pique-pega e Alexandra tropeçou no pé da irmã de Ísis. Dizendo que ela pôs o pé de propósito, arranjou um verdadeiro tumulto, querendo brigar e bater na garota. Ísis tomou a iniciativa de defender a irmã e todas as outras tomaram seu partido. A princípio, elas estavam brincando de brigar, pois ao mesmo tempo em que gritavam, riam e se divertiam com a reação descontrolada e raivosa de Alexandra. Até que ela diz que vai matar a colega e pega uma faca de serrinha na cozinha. As crianças se desesperam e eu interrompo a cena, dizendo que ela não precisa resolver seus problemas como fazem em sua casa. Depois da catarse que escoara pela encenação, ela chorou e disse que nenhuma das meninas ligava para ela, que só brincavam entre si, principalmente depois que Ísis voltou e ela não dividia mais o quarto só com sua irmã. Ponto que isso que ela está sentindo se chama ciúmes e que temos de encontrar outras formas de matá-lo. Nesse caso, o auxílio da tradução do adulto brincante pelo empréstimo de palavras, subsidia que o brincar como função estruturante ordene a lógica simbólica.

Ainda desdenhada pelas outras meninas, Alexandra se colocava novamente em uma grande confusão. Elas tomaram um brinquedo de sua mão como forma de afastá-la do grupo. Alexandra o pegou na caixa novamente, resistindo à exclusão e insistindo em uma inscrição no espaço institucional. Isso se repetiu algumas vezes, até que a pedagoga chegou e o que ela viu coincide com o que o grupo denunciou: Alexandra estava tirando os brinquedos do lugar, enquanto elas tentavam arrumar a sala. Ela é ordenada a ir para seu quarto de castigo e não pôde mesmo brincar. Demonstrou sua indignação diante da injustiça sofrida, mas que ela própria se colocara, dessa vez, sem querer agredir a colega. Talvez, de alguma forma, ela já se desse conta de que a culpa pelo que ela sofre não é só do outro, desresponsabilizando-se também por assumir a dor dos que ama. Nessa cena ela pôde dialetizar tais posições e dar-lhes uma inscrição outra, capaz de fazer deslizar o significante. Depois de muito insistir em instaurar nas relações do abrigo sua posição fantasmática frente ao casal parental, ela arrisca uma elaboração pela palavra. Tão revoltada quanto irresoluta, joga o brinquedo na caixa e vai chorando para o quarto, onde desabafa.

Diz que tudo mudou no dia em que umas pessoas procuravam por ela e pelo irmão na saída da escola. Os colegas compactuaram em dizer que não os conheciam, como se ela fosse mesmo uma fugitiva procurada, mas um aluno apontou para ela e, de repente, ela não voltou mais para casa e foi parar no abrigo. Nesse não voltar para casa, ela foi destituída não apenas de um espaço físico, mas também da posição subjetiva que a localizava em sua linhagem. A tia lhe disse que aquilo se passou porque a irmã a denunciou para o juiz, e por isso agora ela estava presa em um orfanato. Eu lhe expliquei que as crianças não são condenadas pelo juiz nem ficam presas, apenas os adultos, como forma de permitir-lhe trilhar um caminho rumo a sua absolvição.

Essa criança não se conformou com as lacunas que a saída abrupta do lar causou em sua fantasia e lutou, com tanto esforço quanto tropeços, para aceder às migalhas de uma criação sobre si. A partir do clima policial que ela aderiu às brincadeiras, carregados de suspense, perigo, feridas e punições, ela infestou o abrigo com o mesmo terror de que estava acometida subjetivamente. Diante do insuportável que causou na convivência institucional, parecia ter encontrado uma forma de sair com urgência da sua prisão imaginária. Em poucos meses organizaram sua saída do abrigo para morar com a tia. Talvez ela ainda estivesse na condição de expulsa, mas livre da prisão a que fora condenada imaginariamente, assassinando o inimigo real que é o desamparo. Se para a Cinderela morar com a tia foi o que a anulou como sujeito, para Alexandra, parece ter sido o que lhe permitiu se reinscrever como lugar de desejo frente a sua linhagem, aquietando-a da turbulência subjetiva que a interdição do convívio familiar lhe causou.

7 OS JOGOS DE FUNÇÃO ESTRUTURANTE

No exercício de alternância – inscrição indelével dos jogos e das brincadeiras da primeira infância –, localizamos uma forma de saber inventada pela criança surpreendida e desafiada pelas complicações da linguagem que a circundam. Entendemos que a criança necessita de um franqueamento palpável para adentrar na dimensão simbólica, tendo em vista que, em seu peculiar modo de dizer, a representação de coisa prevalece sobre a representação de palavra.

No aparelho em formação, a frouxa ação da censura favorece a transcrição entre os registros, e a tradução do material inconsciente não se restringe às formas verbais emprestadas pelo pré-consciente como no adulto na vida de vigília, e por isso, num primeiro momento, o próprio corpo serve de objeto tateável para os jogos de subjetivação. Posteriormente, outros objetos compõem a cena do brincar, como o carretel, no *Fort-Da*, para desenrolar o processo constituinte atrelado à aquisição da linguagem.

Os elementos da brincadeira do *Fort-Da* incluem a criança no brincar simbólico, pois “nesse jogo há uma oposição presença-ausência; e, além de tal oposição ser produzida, também é designada, nomeada por ela, na oposição de significantes – produzindo a passagem do *infans* ao sujeito da enunciação” (Jerusalinsky, 2014, p. 244).

Mas antes de aceder às brincadeiras simbólicas, como os jogos de regra e o faz de conta, o bebê faz ensaios de sua inscrição simbólica através de brincadeiras menos complexas que os alicerçam à vivência do salto estrutural do *Fort-Da*. Para compreendermos esse processo vale dedicarmos algumas linhas para um breve esclarecimento sobre o conceito de pulsão.

7.1 A pulsão

Compreendemos a pulsão como um estímulo corporal para o psíquico ou “como representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma, como uma medida de exigência de trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua relação com o corporal” (Freud, 1915/2019, p. 25). O estímulo pulsional é oriundo do próprio organismo como uma força constante da qual é ineficaz se esquivar. O alívio dessa pressão é

disponibilizado pela satisfação, mesmo que ela seja indireta e não imediata, através da descarga pulsional em um objeto.

Assim decomposmos seus elementos, no qual a *pressão* da pulsão é uma força, cuja *fonte* endógena estimula sua representação na vida anímica, que coloca o aparelho psíquico insistentemente ao trabalho, e sua *meta* é sempre a satisfação. O *objeto* se dispõe junto à meta, pois é aquilo que, sob as mais variadas formas, possibilita sua satisfação. Não é necessário que o objeto seja algo externo ao sujeito. Pode ser uma parte do seu próprio corpo e “pode ser substituído incontáveis vezes no decurso dos destinos vividos pela pulsão, sendo a tal deslocamento da pulsão atribuídos os mais significativos papéis” (Freud, 1915/2019, p. 27).

A exemplo disso, vemos a série de excitações promotoras de prazer na infância, que se apoia na satisfação das necessidades fisiológicas básicas como a nutrição e a eliminação dos excrementos. Freud (1914/1996) ensina: “As primeiras satisfações sexuais autoeróticas são experimentadas em relação com funções vitais que servem à finalidade de autopreservação” (p. 94). Isso porque em psicanálise, a sexualidade se projeta para além das atividades que dependem do aparelho genital.

Na sexualidade infantil, as pulsões têm funcionamento anárquico, ou seja, elas transitam por todo o corpo de forma a extrair um prazer fragmentário pelo investimento das zonas erógenas. Boca, ânus, genitália, bem como os demais orifícios do corpo são explorados pela criança nessa busca pelo prazer orientada pelas pulsões parciais. Constatamos isso no bebê que usa chupeta, ou na criança que coloca o grão de feijão no nariz, ou brinca de fazer cócegas em suas partes íntimas.

Portanto, na infância, as pulsões parciais inicialmente se orientaram a partir do apoio nas atividades de conservação para localizar uma cartografia de zonas erógenas que já incluem a excitação genital. Depois de permanecerem em latência até a puberdade, quando a excitação endógena é preponderante, uma segunda onda sexual reevoca as experiências infantis, agora privilegiando os órgãos genitais. Somente na vida adulta elas se organizam de forma específica para o primado da genitalidade, reconhecíveis no senso comum como pulsão sexual. Todavia, os “destinos das pulsões dependem de fatores os mais diversos, ligados às contingências dos encontros e desencontros da vida de um sujeito” (Iannini & Tavares, 2019, p. 8). A sexualidade infantil rascunha trilhas a serem percorridas pela pulsão ao atingir o objeto, mas apesar desse tempo direcionar as formas como o sujeito investe nos objetos, ele desenha um mapa com caminhos variáveis porque a “pulsão coloca o psiquismo a trabalho, importando menos o objeto do que a busca da satisfação” (Santos & Vorcaro, 2018, p. 101).

Os jogos estruturantes da primeira infância são todos desdobramentos dessa troca pulsional entre bebê e cuidador que, ao extrapolar as necessidades vitais no bebê, localiza em seu corpo o circuito pulsional. Se esse momento é crucial na estruturação por cartografar as zonas erógenas e motivar a dinâmica pulsional do *infans*, muito nos interessa compreender os jogos em que o bebê se lança como recurso para elaborar tais experiências.

7.2 Os jogos de litoral.

Esses jogos são compreendidos pelas brincadeiras que possibilitam a inscrição psíquica do corpo do bebê frente ao agente cuidador e ao espaço, integrando o processo de constituição subjetiva. Normalmente, esse agente é referido pela psicanálise como a mãe, devido às condições mais habituais da chegada do bebê ao mundo. No entanto, compreendemos que outros adultos podem exercer essa função, já que nem sempre o bebê permanece sob os cuidados da mãe progenitora, em especial, as crianças objeto de estudo desta pesquisa. Em nossa pesquisa, observamos como outras pessoas podem exercer a função de referência psíquica da criança ao compor seu processo de subjetivação, daí os termos ‘agente cuidador’ ou ‘adulto auxiliador’. Compõem esse arsenal de brincadeiras os jogos de superfície ou de esburacamento, que dizem de um tempo do brincar em que as zonas erógenas são privilegiadamente eleitas pelo neonato como forma de compor o corpo diante de sua descontinuidade.

Julieta Jerusalinsky (2014) destaca:

Para o humano as bordas não estão dadas. Sobre as descontinuidades do real é preciso que se inscreva uma alternância simbólica, e é sobre tais descontinuidades que se joga eroticamente o jogo de presença e ausência sobre as bordas do corpo. (p. 245)

As regiões que são funcionalmente sede de excitação denunciam com seus buracos a intermitência do corpo que muito intriga o *infans*. Em sua busca tateante, a sequência da superfície corporal é interrompida por um intervalo e precisará ser recomposta para que sua pesquisa persista. Implicado em traduzir o bombardeio de experiências na sua inaugural relação com o mundo, o bebê se põe a brincar com essas zonas de troca.

Assim, ele incita o adulto que se ocupa das bordas de seu corpo em seus cuidados triviais à tomada de um jogo em torno dos orifícios corporais, como nariz, boca, orelhas, narinas, ânus, viabilizando os primeiros movimentos de presença e ausência como série

simbólica capaz de circunscrever a realidade descontínua do corpo. Se o agente cuidador aceita esse convite e supõe um brincar nas manifestações do bebê, ele extrapola a mera função de assistir o corpo biológico do qual é responsável e, em parceria com ele, viabiliza-lhe acesso às funções de significação primária.

Esse primeiro brincar circula entre o próprio corpo do neonato e o do agente cuidador, no qual o bebê “ao furungar na boca e nos demais buracos do rosto materno, implica-se num jogo de tentar capturar com a própria mão o objeto de satisfação que a pulsão circunda em seu circuito” (Jerusalinsky, 2014, p. 246). Durante a amamentação, o ninar, um banho ou uma troca de fralda, o bebê investiga os furos de seu próprio corpo, do corpo do adulto auxiliador, bem como os intervalos entre um corpo e outro que participam dessa cena.

Segundo Jerusalinsky (2014), a mãe que, ao amamentar, não interrompe bruscamente esse momento por perceber que o bebê já saciado, agora se põe a brincar, “não achata a pulsão oral sobre a ingestão de alimento nutritivo; ela extrapola, brincando de morder as mãozinhas e pezinhos do bebê” (p. 247). Nesse momento primordial, travam-se jogos de invasão e expulsão derramados entre cuidador e bebê que particularizarão as vicissitudes da pulsão no aparelho em formação.

Ao acolher o bebê em suas necessidades, o adulto auxiliador coloca em movimento a pulsão que circulará entre os corpos dessa cena lúdica que o prepara para a aquisição da linguagem.

Atribuindo sentido ao choro do bebê (fome, dor, etc.), bem como o ritmo da alternância presença/ausência materna para apaziguar o que parece ser signo de um desconforto (em termos freudianos, aumento de tensão) no organismo, os adultos que se ocupam da criança estabelecem a primeira matriz simbólica. (Lucero & Vorcaro, 2018, p. 22)

Aí se instaura o circuito do princípio de prazer no aparelho, carimbando a forma de investimento libidinal nos eventuais circuitos pulsionais com os quais o *infans* irá se entrever. A organização da memória perceptiva trará como consequência as marcas da trilha da facilitação como atalhos a serem percorridos pela pulsão, atravessados pela incidência do adulto, que se constituirá como referência psíquica da criança. Santos & Vorcaro, (2018) afirmam: “O sujeito nasce dividido pelos ecos do dizer: numa face inscreve-se o campo do Outro; noutra face, as pulsões cartografam o corpo” (p. 109).

A percepção se vincula à satisfação da necessidade primordial pelo objeto seio, e uma vez registrada no aparelho como traço mnêmico, poderá se desdobrar para outros objetos. “No reaparecimento da urgência e do desejo que almejam a repartição da satisfação, esse traço é

reativado como lembrança da satisfação antes obtida” (Santos & Vorcaro, 2018, p. 98). Por isso, dizemos que o objeto primordial primitivo, representado pelo seio materno, é na verdade um objeto alucinado que anseia ser reencontrado, mas nunca será, como diz Lacan (1957-1958/1999): “A satisfação tende, assim, a se reproduzir, pura e simplesmente, no plano alucinatório” (p. 223).

A criança fantasia satisfazer sua necessidade – inicialmente apoiada na função da nutrição, pelo objeto seio, e posteriormente em objetos outros que o substituam –, sem nunca se bastar por completo. “O *seio*, o *cíbal*, o *olhar*, a *voz*, essas peças destacáveis e, contudo, fundamentalmente religadas ao corpo – eis o de que se trata o objeto *a*” (Lacan, 1966-1967/2008, p. 15, grifos do autor). O objeto *a* é, portanto, um objeto oculto, capaz de se tornar qualquer outro que reevoque as experiências primordiais de satisfação, fundando uma trama de representações que se atraem segundo as leis da memória, orientadas pelas trilhas da facilitação e reguladas pelo princípio de prazer.

Assim, o processo simbólico encontra-se tramado de forma inexorável ao objeto *a*. As representações que irão suceder no aparelho psíquico, compondo a forma verbal que o pré-consciente atribui às experiências inconscientes são decorrentes do modo como o traço mnêmico irá registrar o fracasso da satisfação primordial ou a perda do objeto, “haja vista que o pré-consciente possui um boné auditivo que capta singularmente as percepções acústicas, deixando detritos no psiquismo” (Rezende & Vorcaro, 2018, p. 62).

As representações de palavra desse sistema, decorrentes do esforço do aparelho em significar as experiências primárias, atestam que o inconsciente se constitui na estrutura mesma do significante. Através de associações e combinações múltiplas, operamos com seus fenômenos pelo uso do deslocamento e da condensação, como Freud nos propõe na interpretação dos sonhos, ou pela metáfora e pela metonímia, como ressalta Lacan em sua releitura da obra de Freud.

Portanto, vale destacar a importância da repetição nos jogos constituintes do sujeito, bem como das brincadeiras simbólicas. Esse fazer de novo implica um fazer o mesmo mais uma vez, para tentar capturar o que nele havia constatado ser inapreensível. Também por meio do que a repetição permite pressupor, a criança acede à antecipação significante. Num aparelho psíquico já constituído, o pré-consciente – sob a ação dos processos secundários – inibe a descarga das moções pulsionais livres do aparelho, censurando-as e, ao mesmo tempo, representando-as através de formas verbais que as deslocam para, assim, acessar o consciente.

A tentativa de fixar as impressões sem representação, portanto inapreensíveis e traumáticas, estabelece a própria experiência de repetição. Nas crianças, o fenômeno da

repetição se intensifica porque a cadeia de representações verbais ainda é precária e “os traços recalçados de lembranças são incapazes de viger no processo secundário” (Santos & Vorcaro, 2018, p. 102). Assim, a carga móvel das moções pulsionais no aparelho é intensa tanto pela precariedade da censura quanto pela insuficiência psíquica e linguística. Não por acaso, escutamos na análise de adultos os atos falhos, os chistes e os relatos de sonho como formações do inconsciente e testemunhamos nos atendimentos infantis o brincar como expressão de um inconsciente em formação.

Por isso, já nos primeiros jogos infantis, a insistência pulsional das brincadeiras que têm como tema a exploração das zonas erógenas é de extrema relevância para a subjetivação do *infans*. No jogo de interromper e resgatar a sequência pela superfície corporal esburacada, o bebê referido ao corpo do agente cuidador, articula os desencontros da relação com o objeto. O jogo de ocultamento é demarcado pelo próprio corpo em sua descontinuidade, pois suas frações evocam a unidade e a multiplicidade. A impossibilidade real de reencontro do objeto da satisfação inaugura a série dos objetos substitutivos a partir da perda do objeto primordial e principia as insígnias da cadeia simbólica.

Nesse brincar inaugural com a superfície do corpo, o bebê já se exercita para o simbólico e seu trabalho psíquico consiste em travar um caminho do objeto *a* ao significante. Estendendo seu campo de ação, a face externa dos corpos é ultrapassada num segundo momento desses jogos de superfície, quando o bebê se relança para além das fronteiras do corpo do cuidador e se projeta pelo espaço, que passa a ser alcançável com seu próprio movimento de engatinhar ou ensaiar a marcha.

Assim que o bebê começa a experimentar deslocamentos espaciais, pelo engatinhar ou caminhar, passa a furungar em todos os buracos, fendas, perfurações da casa, e a deter-se sobre seus cantos, bordas, degraus. Passa a ter interesse nas relações continente-conteúdo, explorando gavetas, tirando e pondo objetos em caixas, interessando-se pelo transbordamento de líquidos, tais como o da água do banho ou copos, na hora das refeições. (Jerusalinsky 2014, p. 247)

Na ampliação para o espaço que o circunda, o bebê reproduz a pesquisa de continuidade e descontinuidade da sensação na pele em objetos e substâncias que lhe tenham sido oferecidas, como comida, água, areia, peças de brinquedo ou pedrinhas. Essa extensão dos jogos de bebês para outros espaços depende de uma oferta de substituição por parte do cuidador, que lhe oferece algum objeto, como uma naninha, por exemplo, para que, entretido, o bebê experimente a ausência materna, sem despencar nesse intervalo. “Somente assim haverá, entre um e outro, espaço para a circulação de objetos substitutivos” (Jerusalinsky,

2014, p. 248), cuja autorização do adulto auxiliador enviará a criança para um segundo tempo dos jogos precursores do *Fort-Da*.

O bebê passa do corpo do Outro para outros objetos de satisfação, cumprindo com as primícias da cadeia significante. Instala-se uma série (naninha, chupeta, chocalho, ursinho) a partir do reconhecimento da unidade seio. O cuidador que se permite transacionar para o bebê, viabiliza que ele execute um encadeamento consonante com as operações da linguagem.

No intervalo pelo qual o adulto auxiliador se autoriza faltar para a criança, opera-se a metáfora paterna como terceiro e essencial elemento dessa trama.

Essa posição situará um agente de interdição, em geral o pai (ou aquele a quem a mãe se submete), que lhe garante os instrumentos significantes com os quais ela deslocará na busca de acesso à edificação de sua nomenclatura e de seu desejo. (Santos & Vorcaro, 2018, p. 110)

Portanto, a criança pode ser interditada por uma pessoa ou por ideias, instituições, religiões, bem como várias outras formas de organização cultural. “O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 197). Essa tríade calcada no modelo tradicional da chegada de uma criança ao mundo com o pai e a mãe é apenas uma referência a partir do que é mais habitual (por isso aparecem nos nomes dos conceitos), mas pode ser composta por vários outros objetos que atuem no estabelecimento das moções pulsionais primárias.

O agente cuidador que se serve da metáfora paterna possibilita que sua relação com o bebê seja mediada, concedendo espaço para o advir da série que sustentará o simbólico. “Através dessa simbolização, a criança desvincula sua dependência efetiva do desejo materno da pura e simples vivência dessa dependência e alguma coisa se institui, sendo subjetivada num nível primário ou primitivo” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 188).

O objeto primordial autorizado a transacionar sequencia-se para o bebê na tangibilidade das coisas do mundo e engrena as leis da cadeia significante. A não resposta ao apelo do bebê viabiliza que o cuidador se descole do objeto de satisfação da criança, o que a permite compor a série estruturante de simbolização a partir de outros objetos. Assim, o bebê incita os adultos cuidadores aos jogos de ocultação, desafiando-os a se esquivar de seu apelo na demanda de encontrar “numa intimação banidora a provocação do retorno que a reconduz ao seu desejo”. (Lacan, 1953/1998, p. 320). Na fluidez dessa construção lúdica, a propriedade metonímica batizará o deslize entre o objeto e sua representação. Inicia-se aí a matriz simbólica da série que virá a ser recoberta pelos significantes que constituem uma língua,

permitindo que futuramente a criança manuseie as leis da linguagem e se submeta às leis sociais.

Entendemos essa matriz simbólica como a redução da experiência concreta à sua estrutura, ou seja, a diferença pura entre tensão e apaziguamento, ausência e presença da mãe, grito e ação necessária para cessá-lo. Note-se que a oposição entre esses termos indica a diferença entre eles, ao mesmo tempo em que se articulam. Na medida em que um referencia o outro, ambos se opõem e se aproximam, substituindo-se, concatenados numa cadeia mínima, a que chamamos matriz simbólica. (Lucero & Vorcaro, 2018, p. 22)

Um avanço posterior permitirá ao bebê atravessar a fronteira para as brincadeiras propriamente simbólicas, embora esses jogos já o permitam fazer circular a pulsão pelo corpo e pelo espaço a partir de recursos de representação que lhe são acessíveis, operando com as experiências de ausência e presença como insígnias da linguagem. Os jogos de perda e recuperação, bem como o cadê/achou, compõem o terceiro tempo das brincadeiras da criança como precursores diretos do *Fort-Da*.

7.3 Precursores diretos do *Fort-Da*

Nos jogos de recuperação os outros precisam recuperar os objetos lançados pela criança. Para que ela chegue a fazê-lo, é necessário que antes um Outro tenha respondido ao seu apelo e lhe devolvido aquilo que ela lançou, na tentativa de ter o investimento do cuidador voltado para a relação com a criança.

Quando isto está instaurado na relação com seu Outro é usual que o bebê de seis meses vocalize ou olhe expectante para a mãe em uma clara demanda de que ela recupere o objeto que ele deixou cair do berço, da banheira ou do cadeirão de comer. Assim como é usual que os pais falem do árduo trabalho de sustentar a série de perdas e recuperações de objeto, de ausência e presença, considerando-o, ao mesmo tempo, exaustivo e necessário para o estabelecimento da satisfação e insatisfação do bebê. (Jerusalinsky 2014, p. 249)

Nessas brincadeiras o adulto se presta ao trabalho de recuperar e reendereçar os objetos lançados pela criança, estabelecendo nesse vaivém uma relação de troca pulsional que sustenta a série presença/ausência. Lembrança da vivência de satisfação, esse jogo demanda mais que o objeto a ser recuperado, pois “clama pela presença do outro que propiciou uma sensação prazerosa” (Lucero & Vorcaro, 2018, p. 24), demarcando a fusão do Eu infantil com o adulto auxiliador. Ainda não é a criança que esconde o objeto nem que ritma a brincadeira com entoações oscilantes da voz, mas já se trata do prazer extraído da repetição oriunda da ocultação.

O cadê/achou diz da brincadeira clássica de se esconder da criança atrás de algo que recubra o rosto do agente cuidador para, muito brevemente, em seguida, reencontrar seu olhar. Os objetos voz e olhar entram em cena nesse jogo de intervalos brindados com a festividade do retorno. Esse é um exercício para que a criança tenha anseio, mas não desespero, ao experimentar a efêmera ausência do agente cuidador, “em que as repetidas experiências de aproximação e afastamento franquearão a distinção entre o *desespero primário* e o posterior *estado de anseio*” (Lucero, Martins & Vorcaro, 2018, p. 214, grifo das autoras).

A função estruturante do cadê/achou não é substituída pelos novos brinquedos que simulam o ocultamento, mas suspendem o esforço da relação do adulto com a criança, como um ursinho famoso nas redes sociais, que leva as mãos aos olhos com um paninho, para depois deixa-lo recair. Esse brinquedo pode até divertir o bebê, mas não instaura o circuito pulsional fundamental à subjetivação. Quando ela é exercida junto ao ser falante, ele subsidia o bebê nessa brincadeira que, segundo Lacan (1958-1959/2016), “trata-se da experiência com o semelhante no sentido de que ele é olhar, de que ele é o outro que te olha, de que põe em jogo certa quantidade de relações imaginárias” (p. 28). Os movimentos ritmados da encenação do adulto no jogo de ocultação reúnem as partículas que virão a compor as experiências da voz e do olhar na relação com o Outro.

Por isso, uma relação temporal também se estabelece nesses jogos. A voz e os movimentos do adulto auxiliador nessa parceria com o corpo do bebê inscrevem um ritmo que exponencia a expectativa da realização. A surpresa no desvelamento daquilo que está oculto é dramatizada nas expressões faciais do cuidador, acompanhadas de alterações do tom da voz. Entre graves e agudos, urros e sussurros, rupturas e extensões, o adulto viabiliza que os jogos de precipitação se coloquem desde muito cedo para o *infans*, potencializando “a necessidade essencial que a criança tem de receber esses gritos modelados e articulados que se chamam palavras, e o interesse que ela tem no sistema de linguagem em si mesma” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 192).

Capturada pela transitoriedade lúdica posta em cena, a criança arrisca se precipitar na realização da ação esperada, e os cuidadores “passam a atribuir a ela o saber sobre isso, passam, então, da posição dos que sustentavam uma certeza antecipada para a de surpreendidos diante da realização de um suposto sujeito ao qual atribuem a autoria do ato” (Jerusalinsky, 2014, p. 255).

Os precursores diretos do *Fort-Da* preparam o terreno para que a criança alcance os recursos psíquicos necessários para o vivenciar diferido do momento em que o Outro ainda é coautor da brincadeira. Nos jogos de recuperação e no cadê/achou, a ausência é introduzida na

presença do Outro incumbido da função de manipular os objetos e de emprestar as palavras que dão ritmo às cenas, fazendo circular a pulsão. Já no *Fort-Da*, o Outro realmente está ausente e a criança desenrola sua criação por conta própria. A incessante circulação de troca pulsional pela posição de sujeito e objeto experimentadas pelo bebê e o agente cuidador farão advir o jogo do *Fort-Da*.

7.4 O objeto do *Fort-Da*

Uma vez vividos os jogos precursores do *Fort-Da*, a criança pode repetir a encenação do desaparecimento do adulto de referência, representada pelo objeto que ela faz sumir e aparecer, ao sincronizar a alternância ausência e presença. Tentando regular o que há de real na experiência de perda do objeto primordial pela figura do cuidador, a criança se apropria de um objeto eletivo como o carretel do neto de Freud, destituindo-o de sua função devida e fazendo dele uma ferramenta para sua invenção. A posição constituinte da criança em seus jogos de repetição a habilita a instrumentalizar “jogos de domínio sobre um objeto perfeitamente indiferente em si mesmo e sem nenhuma espécie de valor biológico” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 67).

O uso do objeto no *Fort-Da* assemelha-se à apropriação do objeto na arte da época, que o faz perder sua identidade funcional ao torná-lo depositário do *nonsense*, via de regra, enigmático e efeito de um jogo de palavras. O *ready-made* no âmbito artístico refere-se à apropriação de objetos em prol da criação de um conceito ou de uma ideia.

No *ready-made* a palavra é fundadora, a obra é reduzida à sua função enunciativa. Nesse caso, o objeto é sacrificado à obra: ele é desnaturalizado, não corresponde à sua função; ele é apenas suporte do significante (Grossi dos Santos, 2004, p. 103).

O objeto do *Fort-Da* “é, pois, um objeto transformado, um objeto de função simbólica, um objeto desvitalizado, que já é um signo” (Lacan 1953-1954/1986, p. 206). As inscrições mnêmicas que promovem a passagem do processo primário para o secundário, na origem do aparelho, são relidas por Lacan como signo, que “se situa numa certa relação com outros significantes – por exemplo, com o significante que lhe é diretamente oposto, e que expressa sua ausência” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 228). Eles seriam o que Freud chamou de representação de coisa, reelaborada na obra lacaniana pela disposição que o autor atribui do inconsciente com a linguagem, na medida em que a conjunção da ausência e da presença são uma expressão discreta e ultraprecoce da lógica simbólica.

No processo secundário do aparelho, a libido se ata a uma representação verbal a mando do pré-consciente, e a defluência das identificações permanece devido à estrutura própria do significante. A pulsão se fixa a uma representação de palavra, mas um significante nunca é igual ao outro, podendo cada experiência ser ressignificada através dessa “articulação constantemente giratória do jogo da linguagem” (Lacan, 1962/2003, p. 137).

O significante é a linguagem, e o signo é o caractere que o antecede na formação do aparelho, ambos dispostos sobre a satisfação das moções pulsionais primárias do sujeito. O signo inscrito nas experiências de corpo do bebê representa o objeto *a* como prólogo do significante e subsidia a introdução da lógica simbólica no aparelho psíquico do *infans*.

Isso distingue o significante do signo como um sinal que intercede na comunicação e no envio de uma mensagem, mas que não possui a mesma escorregadura. Enquanto o significante é o que representa o sujeito para outro significante, o signo representa alguma coisa para alguém, trajando uma matriz simbólica. Se vemos uma placa com desenho de fogo e um X em cima, trata-se de um signo, por isso sabemos que é perigoso fazer uma fogueira ou acender um cigarro nesse local, ou seja, recebemos uma mensagem de alerta, de cuidado com um perigo. Todavia, se alguém diz “Fogo”, precisamos avaliar o contexto para concluir se seu dito exprime risco, calor, apetite sexual, ardência, fogão, churrasqueira, brilho, luz, enfim, toda a variedade de sentidos que um significante pode ter para cada pessoa, delimitado pela sua trajetória psíquica.

Há uma sequência de alternâncias em que o significante volta a bater na água, se posso dizer, do fluxo pelas palhetas de seu moinho, sua roda levantando, a cada vez, algo que jorra para de novo recair, enriquecer-se, complicar-se, sem que nunca possamos, em nenhum momento, apreender o que domina; a partida concreta ou o equívoco. (Lacan, 1962/2003, p. 140)

Se, por um lado, o signo não possui a mesma escorregadura que o significante, por outro, ele compõe a massa de estruturas compostas da palavra tratada como coisa. Ele conserva a relação com a imagem ou com a tangibilidade da experiência e, ao mesmo tempo, cumpre com a função simbólica, na medida em que sustenta as relações de presença/ausência, inaugurando os moldes da linguagem. Ele não é, por si só, nem a coisa a ser representada, nem o seu representante. A placa de fogo com um X, não é nem o fogo de verdade – o que, normalmente, não permitiria nenhuma escansão sobre o perigo –, nem o significante fogo, que pode se alternar de forma a gerar o equívoco.

O objeto do *Fort-Da* conjuga a ausência e a presença “introduzindo essencialmente o *e* que as liga” (Lacan, 1958/1998, p. 600), demarcando que seu ritmo alternante se dispõe sobre

a condição de permuta do signo entre os diferentes registros do aparelho, como uma espécie de atalho para a assimilação do material inconsciente, de modo a ensaiar a estreia do significante no psiquismo em formação.

Todavia, não compreendemos o significante como uma linha evolutiva do signo, afinal, mesmo quem já adentrou no simbólico não está desimpedido de se expressar através deles. Seja na linguagem dos sonhos, como nos atestou Freud sobre a representação de coisa, seja no cotidiano, os adultos também se servem dos códigos. Um marido entende que a esposa está zangada com sua preguiça porque ela deixou sua roupa suja em cima da cadeira dele no escritório. Ela não precisa dizer que está incomodada por perceber que ele espera que ela as guarde no cesto e sinaliza sua chateação através de um signo que traduz o limite de sua paciência, colocando suas roupas num lugar inescapável a sua atenção.

Além disso, toda a organização social concreta e virtual se utiliza dos signos como forma de poupar palavras. Vemos isso nas sinalizações de trânsito, por exemplo, ou nos ícones que representam as redes sociais. Seja pela praticidade ou pela urgência da economia de palavras, seja pela economia pulsional da frouxa ação da censura, seja pela falta de maturação biológica para a fala, os signos, com muita frequência, atravessam a linguagem dos adultos e, mais ainda, das crianças.

O signo é, portanto, uma forma abreviada de acesso ao objeto *a*, que constituído nos intervalos da linguagem, carrega consigo o caráter metonímico do significante, portando-se como um objeto eletivo que pode ser substituído por vários outros objetos. Nessa lógica, é a partir da unicidade (objeto de satisfação primordial = seio) que se alcança a multiplicidade (objetos substitutos), equação representada pelo objeto *a*. “Esse objeto, com efeito, já está introduzido como tal no processo de simbolização, e desempenha um papel que introduz no mundo a existência do significante” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 231).

O objeto da brincadeira do folclore analítico é um signo que faz menção ao objeto *a*, pois cumpre com “qualquer suporte do jogo de alternância do sujeito no *Fort-Da*” (Lacan, 1962/2003, p. 144). A repetição dessa brincadeira, “que se exercita com a ajuda de um carretelzinho, quer dizer, com o objeto *a*”, (Lacan, 1964/2008, p. 232) alinha a subjetivação ao aparelhamento de linguagem, de forma distintiva e mais precisa que os jogos estruturantes.

7.5 O brincar simbólico

A partir do salto estrutural do *Fort-Da*, implicado na apreensão simbólica por parte da criança, uma série de brincadeiras passa a ser executada por ela com os adultos, com outras crianças companheiras de jogo e até mesmo sozinha, pois já se habilita, em certa medida, a confeccionar uma parcial tecitura estruturante em solitude.

Algumas brincadeiras operam com a palavra que incide no corpo e comanda não só o propósito do jogo, mas também a pulsão que ritma o tangível e o simbólico. A criança passa a se engajar nas cantigas e parlendas oferecidas pelos adultos e aguarda ansiosa pelo momento em que sua fala coincidirá com a ação esperada pela melodia, como se abaixar na hora do ‘miau’ da cantiga *Atirei o pau no gato*.

Nesses jogos é o próprio corpo da criança que é lançado à precipitação, como na brincadeira de estátua, morto-vivo e pega-pega. “Todas estas são versões que vão tornando mais complexos, mediando com mais regras, estes jogos de expectativa e precipitação no ato” (Jerusalinsky, 2014, p. 255). Por isso, as brincadeiras antigas, transmitidas de uma época em que o cotidiano favorecia o ócio criativo são tão potenciais à estruturação. Nelas a palavra se apresenta cantada, na forma ritmada que coabita a pulsão.

A autoria das brincadeiras e a tomada de decisão dos jogos projeta a criança para uma condição de detentora de saber, permitindo que ela reverta as posições passividade/atividade em organizações mais elaboradas que a do *Fort-Da* e seus jogos precursores. Quando a criança se esconde do adulto para fazê-lo vacilar no susto que ela lhe causa, ela se torna detentora da precipitação, comungando com a preponderância do adulto que tanto a fascina. Por isso, a criança também cria monstros e fantasmas assustadores, pois, ao nomeá-los e imaginar suas formas, sua autonomia sobre o desconhecido se faz soberana, apaziguando-a da angústia do inominável.

Já inserida na linguagem e dominante da marcha, ela experimenta na brincadeira o domínio adquirido pelo corpo e exibido com brio em sua constante inquietação. Essas habilidades biológicas estreitam sua dissonância com o mundo e refletem em sua estruturação psíquica. Assim, ela não só põe a prova a palavra do Outro, testando-a em suas travessuras, como também brinca de faz de conta, ensaiando resoluções para seus conflitos éticos e dramas morais ao encarnar os ideais transmitidos.

A brincadeira do faz de conta difere do ritual lúdico, no qual já existe uma encenação amparada pelos objetos, mas ainda não há uma narrativa na qual o gesto e as palavras dão

lugar à cena. Nesse caso, a criança repete uma sequência de cenas com palavras a contorná-las. Ela representa brincar de carrinho na varanda, cair, machucar a testa, deitar na cama chorando e pedir que chamem a médica. Pronuncia palavras e interjeições como “lá fora”, “machucou”, “unhééé”, “doutora”, que servem para adornar o protagonismo de sua encenação composta pelo movimentar entre os cenários da varanda e da cama no quarto. Isso é diferente da narrativa, na qual a criança pode substituir a representação do espaço pelas palavras e usufruir da amplitude imaginária sem precisar sair do lugar, mas já se anuncia como seu antecedente.

Todos esses exercícios viabilizam que ela possa brincar com os jogos de regra, de forma a ensaiar uma série de exigências postas à prova pela cultura, desenrolados desde a condição transicional do cuidador que viabiliza a metáfora paterna. No *jogo da vida*, por exemplo, o percurso do tabuleiro reproduz experiências comuns à vida adulta. Dependendo do quadrante ao qual o dado enviar o jogador, a criança jogadora casa, tem filhos, profissionaliza-se, viaja, compra imóveis, divorcia-se ou promove-se no emprego, ensaiando-se para a maturidade.

Depois de muito se exercitar pelas brincadeiras primárias dos jogos estruturantes e do *Fort-Da*, que cadenciam o princípio de prazer e o princípio de realidade, as crianças podem se lançar na atraente encenação de ser adultos. Todavia, a condição do ocultamento como estruturante persevera, e “os jogos de mágica, que tanto fascinam crianças e adultos, colocam em cena os deslocamentos espaciais nos quais o objeto nunca está no espaço e no tempo onde se espera, ou aparece no momento ou lugar menos esperado” (Jerusalinsky, 2014, p. 255), metaforizando com excelência a condição do objeto *a* na subjetivação.

7.6 Do anonimato ao falasser

Apesar de não considerarmos necessária a incidência de um estado psicopatológico para nossa proposta, a presença de duas crianças irmãs no abrigo nos chamou atenção. Lili, aos dois anos, não falava, não interagia com o grupo e não coordenava movimentos motores simples, como segurar o lápis e riscar o papel ou levar o alimento à boca com os talheres. Nos primeiros encontros, eu percebia que ela se divertia sozinha, apenas com os tambores ou com os sons que produzia no microfone. No dia em que levei uma massinha, ela preferiu brincar de soprar a embalagem e escutar o barulho produzido. Denotávamos, em seu comportamento, a curiosidade do bebê em brincar com o ritmo e o aparelho fonador, antes da aquisição da

linguagem. Núbia, de três anos, tinha a fala pouco desenvolvida, aproximava-se muito cautelosamente de mim, mas interagia com as outras crianças. Ambas faziam constantemente movimentos rítmicos de repetição com o corpo, compondo um balanço pendular, lembrando o que tem sido disseminado na atualidade como um estereótipo autista. Trabalhamos com a hipótese de que esses corpos poderiam estar resgatando os embalos e os aconchegos característicos das funções do agente materno do qual elas estavam desprovidas. Mas devido aos impactos da institucionalização sobre a subjetividade, caminhamos em sentido oposto ao que os analistas têm demarcado na atualidade como esforço de esvaziar as inúmeras classificações que levam ao diagnóstico precoce. Atentamos a cuidadora que costumava nos acompanhar sobre os riscos psíquicos em que elas se encontravam, como forma de convidar a instituição a lançar um olhar mais atento a elas.

Essas crianças também eram estrábicas, o que reforçava nossa hipótese de que algo mais agravante poderia estar afetando sua subjetivação. A leitura psicanalítica do estrabismo considera que, em certos casos, uma dissonância entre o Eu e o Outro está manifestando como um sintoma no corpo, afinal, o desvio do olhar provocado por essa disfunção nos impede definir para onde e para quem a criança olha. Tal transvio no encontro de olhares afeta a dimensão especular de olhar e ser visto, imprescindível para a constituição subjetiva, como forma de a criança se proteger da invasão que pode lhe acometer ao se constituir pelo Outro, resguardando-se desse esforço pelo isolamento.

Núbia não usava pronomes pessoais ao referir a si mesma e não se olhava no espelho. Ao pintar, coloria o chão, o papel e seu corpo como se tudo se tratasse da mesma extensão. Apesar de sua idade não categorizá-la como bebê, ela não havia se inscrito como imagem de um corpo, estando ainda a pesquisar as fronteiras que o delimitam no espaço, o que parecia ecoar nas funções gramaticais que operava e no desfalque da percepção visual. Supomos que a saída abrupta do lar intencionava lhe preservar alguns aspectos importantes para o desenvolvimento infantil, como a integridade física e moral, mas ao mesmo tempo extraiu-lhe a condição fundamental de brincar com os jogos estruturantes tão ricos para os bebês em seu desenvolvimento psíquico, e mais propício a acontecer no ambiente doméstico. Por isso, o conceito de permanência adquirido pela criança através do exercício de alternância do jogo do *Fort-Da*, não lhe era interiorizado, o que a levava a me perguntar, insistentemente, se eu ainda estaria no espaço do *Recriança* enquanto ela descesse com as outras crianças para lanchar.

Ela era muito repreendida por colocar tudo na boca e fechar a porta de algum cômodo com as outras crianças dentro, deixando-as amedrontadas. Entendemos que com essas travessuras ela não só atualizava experiências inconscientes de ausência e presença, como

reinvestia na relação com o objeto pelo caráter primitivo da zona oral. Justamente porque esse era um comportamento que se repetia como forma de dar vasão à vida psíquica, ela propôs uma brincadeira na qual me xingava, me colocava de castigo e me mandava chorar. Através dessa invenção, ela subsidiou meios de realizar a alternância do papel passivo para o ativo diante da situação que lhe causava angústia, afinal, era ela quem chorava e ficava de castigo devido à forma como vinha expressando sua subjetividade na instituição.

Certa vez, as crianças parodiaram o chamado da cuidadora, que disse: “Núbia, está na hora de tirar seu tampão”. Elas inventaram um breve refrão musical, resumido por “Núbia tira tampão”, que, associado aos seus saltos ritmados no colchão e aos batuques produzidos, transformou em diversão a situação desagradável por obrigá-la a interromper a brincadeira. Ela se envolveu nessa espécie de reverência ao momento que era dela, antes visto como segregador, numa distinção capaz de particularizá-la. Não por acaso, começou a se assumir em primeira pessoa. No dia que um cisco caiu em seus olhos e pela primeira vez, que eu constatasse, ela fez uso de um pronome possessivo dizendo “meus óculos”.

Depois dessa brincadeira, Núbia insistiu para se ver no espelho através das máscaras que haviam sido levadas para o encontro. Sob a proteção desse anteparo, ela pôde brincar com o drama que movimentava o bebê no estádio do espelho. A pesquisadora a auxiliou, mas não por lhe sustentar a marcha ou por a nomear diante do espelho, como se faz com os bebês pequenos. Afinal, Núbia já sabia andar e compreender a lógica do reflexo e, por isso mesmo, defendia-se dele. Mas por elevá-la à altura do espelho que ficava sobre a bancada do banheiro e sua estatura não alcançava. Apoiando-a e incentivando-a a crescer, não em tamanho, mas em ascensão psíquica, a pesquisadora a levantou várias vezes para que ela enxergasse seu reflexo com a máscara. Apesar de não ser um bebê em seus primeiros meses de vida, ela denunciou que o jogo especular merecia ser atualizado, confirmando que o brincar não segue um desenvolvimento linear.

Núbia se fez ver como encenadora e expectadora de seu jogo, demarcando a ambivalência pulsional dessa brincadeira. Sua reação de pedir para se ver, seguida da vontade de descer dos braços, para depois retornar ao encontro de seu reflexo, articula o prazer/desprazer dessa experiência. Impulsionada pelo além do princípio de prazer, ela arriscou se precipitar da insuficiência à antecipação de não ser reconhecida como sujeito, denotando, pela especularidade, a condição de indistinção do Eu infantil. Através da concatenação presença/ausência diante do seu reflexo no espelho, ela pôde contornar a opacidade do objeto pelo uso da máscara, inventando com ela uma brincadeira que acolhesse sua demanda subjetiva de estruturar o corpo imaginário.

Tendo acedido a dimensão da unidade de seu corpo, ela pôde nomear e sofisticar sua invenção, ao convidar-me: “Vamos brincar de bebê?”. Nesse ritual lúdico, ela deitava sobre a pesquisadora – demarcando a necessidade de se estender pelo corpo do Outro – e a mandava fazer xixi, cocô, vomitar e soltar pum. Assim, eu produzia sons e expressões que remetiam a tais ações. Às vezes, ela alternava nossos lugares na cena e passava a ser o bebê, repetindo as encenações que haviam sido criadas. Essa brincadeira parecia ser uma tentativa de resgatar os jogos de borda, momento de instauração do funcionamento corporal subjetivado pelos cuidados iniciais do bebê por seu agente cuidador, nas primeiras manifestações do brincar, evidenciando o excrementício como eleição privilegiada das crianças. Sua necessidade de explorar as zonas erógenas como forma de subjetivação ganharam forma no brincar.

Com o tempo, a brincadeira se tornara mais interessante para ela, se eu atendesse o pedido de repetir os vômitos do bebê contínua e ininterruptamente, de forma que o movimento do meu corpo entrava num ritmo próximo ao do ninar. Disfarçadamente, ela curti esse aconchego, pois ainda estava formulando seu desejo de ser desejada. Afinal, ela começara a construir as bordas de seu corpo a partir das experiências de laço com o Outro encarnado. Segundo Jerusalinsky (2014): “Em um tempo em que o *falasser* não está estabelecido, trata-se de tecer a borda, a inscrição, o traço primordial, desde o qual um sujeito poderá vir a se situar” (p. 242). É somente por receber o endereçamento de um desejo não anônimo que o bebê pode se constituir como ser de linguagem. Núbia, padecida pelo anonimato, tentava encontrar um lugar para ser o bebê de alguém, anseio que fora acolhido nessa brincadeira.

Jerusalinsky ainda destaca:

No início da vida, a partir da instauração de um funcionamento pulsional que tome o outro em seu circuito, ou seja, a partir da produção de um Outro-erotismo é estabelecido um jogo sobre as zonas erógenas em torno dos buracos corporais – olhos, boca, narinas, orelhas, ânus, uretra –, zonas de trocas, onde o jogo simbólico de presença e ausência se introduz sobre a descontinuidade real. (p. 245)

Não por acaso, a brincadeira de bebê é posteriormente transposta do meu corpo para os espaços da casa. Núbia brincava de tomar banho e fazer cocô no banheiro, de dormir e se adoentar na sua cama, arrastando os outros bebês a imitá-la e entrar no jogo. Nesse momento, o próprio espaço físico colaborava para os processos subjetivos, uma vez que no novo imóvel do abrigo, as crianças tinham seus quartos e banheiros separados por pequenos grupos. No primeiro andar, ficavam os quartos dos bebês e dos meninos, com seus banheiros e objetos de higiene separados. No segundo andar, o quarto das meninas e das adolescentes, já que, ao atingirem certa idade, os meninos eram transferidos para outra instituição. Assim, as crianças

tinham seus pertences separados nos seus próprios guarda-roupas e quartos, bem como uma cozinha com suas canecas diferenciadas e uma sala de televisão.

Nós nos questionamos se a posição que ela passara a assumir legitimou-a, perante as cuidadoras institucionais, a uma espécie de ‘promoção’ subjetiva. Ela passara a se alimentar sozinha na mesa das crianças, e não mais junto com os bebês. Depois da autorização em realizar os jogos estruturantes atualizados na brincadeira, ela teve condições de se inscrever como as outras crianças da sua idade. O brincar permitiu que diferentes respostas diante do Outro se fizessem reconhecidas.

Em suas invenções também houve espaço para um *Fort-Da* muito particular. Bambolês haviam sido levados para uso livre das crianças e ela se apropriou deles para criar um jogo de regras, cujos operadores psíquicos remetiam à brincadeira que marca o salto estrutural da criança, reafirmando a lógica psicanalítica de que as divisões cronológicas do desenvolvimento psíquico e suas manifestações são muito mais de ordem didática do que cronológica ou linear. Nessa brincadeira, deveríamos lançar o bambolê de pé sobre a rampa para que ele rolasse ao longo dela. Esse lançamento era acompanhado de um som contínuo durante o rolamento do brinquedo e interrompido por outro som, dessa vez em *staccato*, no momento de sua queda. E para participar, era necessário entrar na fila, algo que ela exigia que eu fizesse, mas resistia em fazer, como se testasse se as aplicabilidades da lei também a incluía.

Comprendemos que essa brincadeira demarcou sua entrada para o universo simbólico, cuja alternância ausência/presença é experimentada na dualidade da queda do objeto e da emissão de sons opostos. Nesse caso, o carretel e os célebres fonemas da língua alemã correspondiam ao bambolê e ao som contínuo/interrupto. E as leis da cadeia simbólica se concretizavam na renúncia pulsional de aguardar na fila a sua vez de brincar. Núbia não parece ter elegido a brincadeira de bebê por acaso, pois, como afirma Jerusalinsky (2014): “A criança só poderá chegar a produzir este marco do *Fort-Da* se, em um tempo anterior, se encontrar com um agente da função materna que acolha e se implique no cálculo com o gozo da criança” (p. 252).

Daí em diante, observamos algumas manifestações da capacidade simbólica habilitada pelo seu *Fort-Da*. Ela reconhecia minha bicicleta no pátio do abrigo e, mesmo antes de me ver, gritava meu nome. Começou a brincar com as letras do alfabeto e me mostrara as roupas no varal correspondentes a cada criança do abrigo. Aos poucos, suas invenções me desfocaram da cena, e ela mesma era a protagonista da escrita de sua ficção. Ela brincou que um papelão era uma piscina e fingiu estar afogando. Uma adolescente disse que ela estava

contando o dia em que quase se afogou em um passeio, denunciando que o espaço do brincar que promovemos influenciou o olhar de algumas pessoas na instituição sobre a condição de linguagem da criança. Na cena de seu afogamento, eu, como coadjuvante, deveria apenas resgatá-la. Núbia abandonava as brincadeiras que remetem aos primórdios do *Fort-Da*, tempo em que, segundo Jerusalinsky (2014), “o bebê precisa radicalmente desse Outro encarnado para sustentar-se psiquicamente” (p. 251), pois já era capaz de se reconhecer descolada daqueles que atuam, em sua subjetivação, como agentes da função materna. Em uma atividade de desenhar, ela contornou a palma das suas mãos sobre a folha branca, e ofereceu essa preciosa reconstrução da própria imagem, compreendida por nós como uma assinatura de seu processo de invenção subjetiva.

Supomos que o trabalho psíquico da brincadeira por ela proposta tenha se estendido à irmã, em termos dos efeitos causados na instituição. Uma vez que ela passou a ocupar outra posição subjetiva no abrigo, a irmã se serviu do convite para um novo olhar sobre aquelas meninas que eram diferentes das outras, arejando as brechas também para o seu processo subjetivo. Apesar de Lili não participar efetivamente das brincadeiras de bebê inventadas por Núbia, ela costumava estar sempre por perto, beneficiando-se como testemunha do brincar de sua referência de linhagem na instituição. Ela via a encenação da irmã e pedia apenas para rolar em cima de mim no tatame, interessando-se pela vibração do som no meu corpo enquanto eu cantava ou falava, incluindo o Outro naquilo que era antes um movimento pendular solitário e reafirmando seu interesse pelo aparelho fonador.

Nas brincadeiras pela casa, enquanto Núbia estava adoentada na cama esperando pelo médico, ela tirava seus sapatos do armário, calçava-os, organizava-os em pares e os levavam até mim, fazendo série simbólica e reconhecendo o lugar do Outro nessa lógica. Se as crianças estavam a jogar queimada no quintal, ela se interessava por correr com um balde na cabeça brincando com a amplificação de sua voz. Supomos aí também a estimulação do som e do ritmo como uma demonstração primitiva do interesse pela linguagem, como discorreremos sobre *lalíngua*. Ela também enchia e esvaziava uma bolsinha com as peças do jogo da memória, lançando e recuperando os objetos que estavam libidinizados pelo brincar das crianças maiores, rejeitando-os e trazendo-os de volta como nos jogos precursores do *Fort-Da*. Apesar de não participar efetivamente da recuperação, eu registrava a presença do Outro a partir de comentários passageiros sobre o que ela fazia, mesmo tomada pela brincadeira aderida pelo grupo.

Lili também pôde se introduzir no plano simbólico pela experiência de presença/ausência conjugada pela oposição fonemática. Ela constantemente estava a jogar

bolinhas ou novelos de lã pelo quintal enquanto emitia sons ritmados, introduzindo a variação vocal e perceptiva como uma matriz simbólica, reduzindo a experiência concreta à sua estrutura. Além de ter usado os balões do aniversário de uma criança para jogá-los para o alto enquanto emitia palavras sem sentido, até que eles caíssem no chão e a brincadeira se reiniciasse. Seu *Fort-Da* fora menos sistemático, mas não menos eficaz, pois Lili o atualizou a seu modo, bem como seus jogos precursores através das brincadeiras de ocultação por ela inventadas.

Ela passou a acompanhar o grupo, brincar de bola e interagir à sua forma com as outras crianças. Seu próprio olhar sobre a brincadeira das crianças lhe permitia ser também olhada. No dia em que precisávamos de alguém para empurrar um carrinho, as crianças sugeriram Lili, pois ela era a mais forte (já que estava sempre batendo em alguém), como forma de o grupo autorizá-la a exercer uma função social e não desagregadora de suas particularidades. Assim, Lili pôde ser inscrita e se inscrever a partir de um lugar menos ‘primitivo’ na relação com o Outro.

Testemunhamos, então, a emissão de suas primeiras palavras com intenção de comunicação, que, apesar de meio emboladas, eram compreendidas pelas cuidadoras que atendiam suas demandas. Foi desfraldada e passara a dizer quando queria fazer cocô ou xixi. Apesar de não termos desenvolvido com ela o mesmo processo que o da irmã, consolamo-nos por pensar que fora disparado o gatilho para seu desejo de ser sujeito. Ao brincar com a língua de sogra, frustrou-se por não conseguir soprar como as outras crianças, demonstrando as primícias de seu desejo em ser incluída no pacto social, naquilo que é compartilhado. Pensamos, então, que cada uma a seu modo foi autorizada e convidada a existir como sujeito da linguagem.

Através da encenação do brincar, elas realizaram a travessia do anonimato, para o ser falado e, assim, conceberam-se como *falasser*. Suas condições de isolamento exponenciavam o exílio cultural da criança como aquele que ainda não fala. Pelo brincar, lhes foi possível operar com a cifra, em vez de ficarem capturadas pelo enigma daquilo que não se traduz pelas palavras, desdobrando aí um saber-fazer. Afinal, “criar”, que deu origem à palavra “criança”, no latim, significa engendrar, inventar, fundar, produzir uma coisa que até então não existia. Nesse caso, é o próprio sujeito capaz de construir seu drama ficcional.

8 AS MOÇÕES PULSIONAIS PRIMÁRIAS E O NARCISISMO

Temos visto como as brincadeiras estruturantes orientaram a subjetivação das crianças abrigadas, justamente por operarem translações de posições e objetos em suas redes de significante. Esse exercício é importante porque na condição de ser cuidado por alguém, o bebê se vê alienado ao Outro, ao mesmo tempo em que é acossado pelo movimento pulsional que destoa e se contrapõe à alienação narcísica. A fronteira do mundo interno com o externo está se formando, por isso as brincadeiras que revezam as posições de atividade/passividade, ausência/presença ou dentro/fora, fazem operar elaborações psíquicas que enovelam o cerne da subjetividade. O conceito de Narcisismo reforça o esclarecimento sobre como a constituição psíquica está atrelada ao Outro encarnado e à apreensão da linguagem, assim como o estádio do espelho.

8.1 Coexistência dos contrários

Vimos anteriormente¹⁷ como a trajetória pulsional é versátil, mas pretendemos destacar três destinos da pulsão que interessam à nossa pesquisa: (a) a reversão pelo oposto, (b) o retorno em direção à própria pessoa e (c) a inversão de conteúdo. Não trataremos aqui do destino que Freud localizou como sublimação porque, em nossa pesquisa, pretendemos sublinhar a coexistência do contrário como percurso ordinário na vida anímica infantil, uma vez que está se configurando a distinção entre os elementos psíquicos internos e os externos.

A reversão pelo oposto consiste na passagem da atividade para a passividade, incidindo sobre a meta da pulsão. No caso do sadismo, por exemplo, a meta, que era atormentar e contemplar, é substituída pela sua forma passiva de ser atormentado e contemplado. Assim, a manifestação da vida pulsional compõe o par de opostos fundamental sadismo-masochismo.

Nessa situação, também se articula o retorno em direção à própria pessoa, uma vez que o sadismo voltou para o Eu como o masochismo. Nesse caso, a variabilidade incide sobre o objeto e não sobre a meta. Porém, nos dois exemplos, as moções pulsionais contrárias coexistem simultaneamente através dos opostos atividade/passividade e Eu/mundo externo, o que caracteriza a ambivalência da pulsão com o objeto.

¹⁷ Este assunto foi tratado na seção 7.1 *A pulsão*.

A ambivalência, mais do que a descrição própria do sadismo-masochismo, é o elemento que pretendemos sublinhar sobre os destinos da pulsão aqui citados porque caracteriza a forma como a criança investe nos objetos. “O retorno em direção ao próprio Eu e a reversão da atividade em passividade dependem da organização narcísica do Eu e trazem consigo a marca distintiva dessa fase” (Freud, 1915/2019, p. 47). Como até certo período da infância a criança está alienada à referência narcísica, ela ainda não assimilou sua distinção do mundo externo. “Em princípio, o que é mau, o que é alheio ao Eu e o que se encontra fora dele é-lhe idêntico” (Freud, 1925/2020, p. 307). Mas antes de esclarecer do que se trata a organização narcísica do Eu, abordaremos a inversão de conteúdo.

A inversão de conteúdo é um desdobramento da reversão pelo oposto, entendida pela transformação de uma pulsão em seu contrário, ou seja, do amar ao odiar. A introjeção dos objetos amados (fonte de prazer) e a rejeição dos objetos odiados/desprezados (fonte de desprazer) demarca os primeiros exercícios em prol dessa distinção. “Reconhecemos como a primeira dentre essas fases a de *incorporar* ou *devorar*, como uma forma de amor compatível com a suspensão da existência em separado do objeto, podendo, portanto, ser caracterizada como ambivalente” (Freud, 1915/2019, p. 61, grifos do autor). Na introdução à alimentação sólida, paralelamente ao nascimento dos dentes, os bebês ensaiam esses movimentos tanto com os alimentos quanto com os objetos em geral. Eles levam à boca tudo que descobrem como forma de avaliar as qualidades do objeto e decidirem se irão engoli-los ao aceitá-los ou expulsá-los ao rejeitá-los.

Essas moções pulsionais primárias se manifestam de modo mais complexo no adulto, mas já apontam sua condição rudimentar na estruturação da criança. A função do juízo, por exemplo, nada mais é que a antiga pulsão oral que expressara “isto eu quero introduzir em mim e isto eu quero tirar de mim” (Freud, 1925/2020, p. 307), compreendida na vida adulta pela ação de pensar. “Como é tarefa da função intelectual de juízo afirmar ou negar conteúdos de pensamento, as observações precedentes nos levaram à origem psicológica dessa função” (Freud, 1925/2020, p. 306). Todavia, o adulto manifesta a ambivalência das ideias que lhe invadem a consciência por um disfarce. Ao negar a ligação do afeto com algum representante que lhe venha à mente, ele, na verdade, está permitindo que essa vinculação acesse a consciência.

O desempenho da função de julgamento só se torna possível pelo fato de que a criação do símbolo da negação permitiu ao pensar um primeiro grau de independência dos efeitos do recalçamento e, portanto, também da coerção [*Zwang*] do princípio de prazer. (Freud, 1925/2020, pp. 309-310)

É isso que está em jogo quando um adulto, por exemplo, nega em análise que a figura onírica do sonho relatado represente sua mãe, afirmando “minha mãe não é”. Ou quando se recusa a avaliar o esquecimento da sessão como uma resistência ao tratamento e diz “não tive a intenção”. Mas Freud (1925/2020) diz que esse “não” pode ser desprezado, pois é exatamente da mãe que se trata: “Na interpretação, tomamos a liberdade de ignorar a negação e extrair o conteúdo puro da ideia que ocorreu” (p. 305). O representante pulsional desprazeroso acessa a consciência sob a exigência de que seja negado.

O embaraço do adulto com a ambivalência de sentimentos o leva expressá-lo pela via da negação, diferentemente do que ocorre na criança, que, ainda edificante do dentro e do fora do organismo, estende essa polaridade para o uso da linguagem e a instrumentaliza sem embargo a contradição.

O sim e o não para as crianças pequenas não têm sentidos tão antagônicos quanto para o adulto. Uma criança pode dizer no almoço que não gosta de macarrão, mas pode pedi-lo na hora do jantar. Ela pode ser o lobo e assoprar com toda a força uma casinha de palha e, num lapso de segundo, durante a brincadeira, trocar de posição e se esconder na casinha como se fosse o porquinho amedrontado. Uma criança pode perguntar “você gostou?” ao expressar a satisfação de uma experiência assim como é interrogada sobre ela, ou diz “a mamãe quer pintar de roxo”, para expressar sua própria vontade. Esses são exemplos que atestam como as moções pulsionais primárias comparecem na linguagem infantil. Sem uma clara distinção entre o Eu e o mundo externo, as crianças pequenas escorregam entre as posições dentro/fora assim como entre as construções gramaticais.

8.2 A organização narcísica do Eu

O Narcisismo é um conceito usado em psicanálise para descrever a etapa do processo constitutivo em que o sujeito é supra investido libidinalmente. Por parte dos adultos cuidadores, a maturação biológica do bebê exige que ele seja assistido e isso leva a uma concentração da atenção e dos olhares para ele. Por parte do próprio bebê, a dependência biológica dificulta com que ele explore outros objetos, que não seu próprio corpo entrevado ao dos adultos que se prestam aos seus cuidados. Por isso dizemos que há nessa etapa um desinvestimento do mundo externo ao bebê, o que esclarece a referência do conceito ao mito de Narciso.

Apoiados nos cuidados vitais do bebê, os adultos investem nele afetivamente, e isso tem consequências na formação psíquica do *infans*, para além dos cuidados essenciais que lhe são prestados. Em termos freudianos, a energia implicada na condição vital do ser, uma vez atravessada pela relação com o ser falante que o assiste, torna-se libido e passa a compor o substrato das variações da pulsão sexual. O autoerotismo, disposição endógena para a sexualidade, passa a compor a subjetivação quando submetido a essa nova ação psíquica, efeito do significante. No Narcisismo primário, etapa inaugural desse processo, a criança é tomada como objeto de amor dos pais e de si mesma. Seu próprio corpo é fonte de extração de prazer como observamos, por exemplo, nas crianças que chupam dedo. Esse movimento de investimento entre o bebê e o cuidador se dá como uma gangorra, transitando entre os corpos de forma a oferecer o substrato da articulação que se explicita, posteriormente, no investimento dos objetos que o substituem. Quanto ao o psiquismo do bebê, “só haverá mudança de seu estado por meio do auxílio externo, que leva a uma vivência de satisfação, pondo fim ao estímulo interno e inaugurando um traço mnêmico” (Santos & Vorcaro, 2018, p. 98).

Nessa nova ação, o adulto cuidador transmite ao bebê o próprio Narcisismo há muito abandonado. O sentimento de onipotência de quando ele também foi um bebê tratado como uma majestade é revivido e retransmitido à criança da qual ele cuida. Freud (1914/1996) esclarece: “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior” (p. 98).

Diante disso, nos vemos obrigadas a recolocar tal premissa, uma vez que em nossa pesquisa constatamos que nem todos os bebês são investidos dessa forma. As crianças abrigadas são interditadas de viver com sua família justamente porque estão em situação de risco psíquico e físico, na qual muitas delas poderiam ficar gravemente feridas ou falecer, inclusive, no aspecto metafórico, subjetivo. Todavia, a assertiva de Freud evidencia a revisitação feita pelo adulto de sua mais tenra infância ao cuidar de um bebê.

Lucero e Vorcaro (2018) afirmam: “Ao nascer, a presença do organismo do bebê, será, de imediato, interpretada imaginariamente pelos pais a partir do lugar simbólico de filho que lhe é designado” (p. 22). Seja de forma majestosa, seja de forma ‘digna’ da hostilidade dirigida à mais baixa plebe, em termos de subjetividade, o adulto tende a investir libidinalmente no bebê da mesma forma que experimentou quando viveu as primeiras etapas de sua constituição. As ideias culturais e éticas que o sujeito irá absorver em seu

amadurecimento poderão afrouxar esse padrão, distanciando-o de seu próprio Narcisismo, mas sempre ocorrerá alguma revivescência desse período quando um adulto cuida de um bebê.

É desse investimento que o bebê desenha os primeiros esboços do Eu, instância psíquica que atribuirá à consciência a noção de existência. Junto a ela, estruturam-se o Eu-ideal e o Ideal do eu, compondo a organização narcísica do Eu. O Eu-ideal decorre da projeção narcísica dos pais, cuja forma de investimento libidinal é tomada pelo aparelho como ideal, não exatamente por ser a mais adequada, mas por ser a mais reconhecida pelo *infans*. Assim, a forma como uma criança é investida nessa fase determina como ela irá investir nos objetos e, por isso, é idealizada e exaltada quase como um modelo insuperável pelo aparelho. Essas condições reverberam nos padrões libidinais da criança, mas se tornam contingentes devido a seus efeitos dependerem do que disso foi capturado e do modo como foi processado singularmente pela criança. O que foi transmitido pelos pais ou cuidadores na mais tenra infância pode ser submetido a uma revisão orientada pelas diretrizes do Narcisismo, mas reanimadas pelo Ideal do Eu, onde a herança do Narcisismo dos pais poderá concordar com os ideais da cultura ao regular a satisfação nas relações de objeto. No Ideal do Eu, portanto, repousam as condições para o processo civilizatório.

Só após vividos esses processos reguladores das moções pulsionais primárias que instalam as instâncias psíquicas, a criança poderá efetuar sua distinção do mundo externo. Por isso, nos primeiros anos de vida, o eclipsamento entre sujeito e objeto demarca a condição de estruturação da criança, na qual o Eu da criança é interposto ao do adulto que lhe assiste, o que não significa que esse reconhecimento é dual ou plenamente recíproco.

Jerusalinsky (2002) esclarece:

Mas é justamente por ser endereçado a este ideal que um bebê poderá, um dia, vir a constituir suas próprias versões de respostas a partir de uma referência simbólica, assim como o fizeram seus pais, seus avós ou seus bisavós. Ser inscrito na filiação, ser endereçado aos ideais parentais e sociais, é condição para que um sujeito possa constituir-se, para que tenha desde onde constituir uma versão própria de sua vida, ainda que escolha situar-se em uma contraposição aos mesmos ou que fracasse na realização de alguns deles. (118)

No estágio do espelho, concomitante ao Narcisismo primário, testemunhamos esse processo psíquico materializado na cena em que o bebê se aliena à imagem que o Outro lhe apresenta e designa como sua. Conforme Jerusalinsky (2002): “Tal imagem virtual é um reflexo do espelho constituído pelo investimento do Narcisismo materno no bebê, e efeito da antecipação imaginária que a mãe produz e sustenta para o bebê” (p.120). Podemos afirmar

então que um bebê só se reconhece ao ser reconhecido por um Outro que tome seu corpo como carne, ou seja, que lhe sustente uma condição desejante para além da tutela. Afinal, “o adulto que supõe no bebê uma vontade, uma intenção sanciona simbolicamente no bebê a autoria de uma atividade” (Idem, p.125).

No Narcisismo secundário, a libido já narcisada e investida nos objetos retorna ao Eu. Superposto ao Narcisismo primário, trata-se da libido que flui pelas identificações e pela escolha de objeto orientadas pelo estado narcísico anterior e regressam para o sujeito, conforme diz Freud (1914/1996): “A libido afastada do mundo externo é dirigida para o ego e assim dá margem a uma atitude que pode ser denominada de narcisismo” (p. 82). Justamente esse regresso que possibilita uma realocação do Narcisismo primário e os reconhecimentos simbólicos pela criança de uma determinada filiação.

Esse movimento fica mais evidente nas patologias, por exemplo, no caso da melancolia na qual o sujeito se exime da relação com o mundo. Porém, mesmo que o psiquismo saudável tenda a investir nos objetos, movimentos de introjeção são comuns a todo sujeito e compõem a dinâmica paradoxal entre a libido do Eu e a libido objetual, pois imaginariamente, estamos sempre a reescrever e reinserir essas fronteiras. No Narcisismo secundário, a gangorra pulsional inclina mais para o lado do Eu, como quando estamos envolvidos em algum projeto pessoal no qual depositamos todo o nosso investimento.

O Narcisismo, portanto, é o momento em que o autoerotismo, submetido à nova ação psíquica do ser falante que lhe assiste, instaura as instâncias psíquicas. A referência narcísica do *infans* ao Outro encarnado é conferida pelos seus modos de dizer e de brincar, assim como no jogo de se fazer refletir. A brincadeira com a imagem de si mesmo, reconhecida e designada pelo Outro encarnado, materializa a formação de uma cena cujo percurso ordinário da pulsão escoo pela coexistência dos contrários dentro/fora.

O recalque é concomitante a essa etapa constitutiva e comparece no adulto de forma mais efetiva porque, segundo Freud (1901/1996): “No caso dos adultos – e isto decerto se aplica sem exceção a qualquer pessoa na plena posse de seus sentidos –, já ocorreu no material psíquico uma diferenciação que não está presente nas crianças” (p. 694). Essa distinção está a se formar no *infans* e, por isso, comparece na forma como a criança investe nos objetos e circula pela linguagem. O “modo como Freud descreveu a gramática de nossas escolhas e desejos” (Iannini & Tavares, 2019, p. 7) aponta que, na infância, período designado pela vicissitude pulsional, a reiteração da pulsão na relação com o objeto ocorre de forma privilegiada. Por isso as brincadeiras estruturantes são potenciais ferramentas de intervenção a

incidirem sobre a construção da filiação das crianças, como podemos testemunhar no caso a seguir.

8.3 Da mãe-loba à bola

Roger sofria de encoprese quando começamos nossos encontros. Muitas vezes defecava na roupa e as crianças debochavam dele, chamando-o de cagão e fedorento. Coloriu sua geleinha de marrom e quis encher e soltar o ar dos balões devagarzinho dizendo que eram sons de pum. Ele privilegiava o investimento na zona anal em suas brincadeiras ao eleger representações do excremento cocô para compô-las, como um convite para elaborar seu sintoma. Assim, emparelhava elementos internos aos externos, viabilizando meios de representá-los como signos numa forma abreviada de acesso ao objeto *a*. Ao brincar de massinha, fez cobrinhas que soltavam pedaços e eu completava a cena dizendo: “Tchau cocô!”, como forma de acolher sua demanda pelo brincar.

Numa piscina de bolinhas vazia, já coberta por folhas secas caídas das árvores e molhadas pela água da chuva, formando um lamaçal, brincou que eu era um monstro que nunca morria, mas que ele insistia em cortar os membros, enquanto me lambuzava da mistura marrom que ali se formara. Compreendemos aí o imaginário que o conduzia na sustentação do sintoma. Roger se via impedido de fazer cocô porque o compreendia como uma parte de seu corpo. Por isso, exercitar a dialética necessária para a separação do objeto primordial, como vimos no *Fort-Da* e seus precursores, fazia-se urgente e se atualizava na brincadeira.

Lembremos com Jerusalinsky que (2002): A mãe, ao situar-se ora como sujeito, ora como objeto que se oferece ao bebê, sustenta a partir de seu próprio circuito pulsional o funcionamento do circuito pulsional do bebê” (125). Supomos então, que a pesquisadora brincante estava a encarnar essa função no exercício dessa brincadeira. Os jogos precursores se fizeram valer para essa criança, mesmo que ela não tivesse a idade cronológica de um bebê, em decorrência da condição de separação material dos pais e devido ao efeito traumático de uma separação que, mesmo virtual, pode incidir como tal antes que ela possa desdobrar essa experiência. Afinal, o infantil é imperecível.

Assim, ele pedia para brincar de lobo, que às vezes era mau e o perseguia, mas, por ora era bom e o acalentava do medo. Por isso, às vezes ele o atacava, e outras o abraçava. Mesmo que preferisse brincar com o lobo mau, para repetir a resposta de atacá-lo, destruí-lo,

tornando-se um animal mais forte que o lobo na floresta, assim como fazia com a bola, uma vez que era muito habilidoso no futebol e driblava todas as crianças. O lobo mau e o lobo bom dessa brincadeira eram os pares de opostos que movimentavam as flutuações da libido em sua economia. No revezamento dos personagens dessa narrativa, instrumentalizava-se a alternância dos papéis passivo e ativo pelo brincar simbólico.

Nos primeiros encontros, ele estava sempre com muita coriza no nariz e não conseguia se limpar sozinho, o que era motivo de nojo para as crianças, que o desdenhavam por isso e se afastavam dele. Ao espirrar e se sujar ainda mais, limpou a meleca com a blusa e disse: “Tô nem aí”. Os excrementos meleca e cocô não se separavam dele, de forma a ser ele o próprio resto a ser rejeitado, apesar de parecer estar em um intenso esforço psíquico para equalizar tal experiência. Tal condição psíquica era projetada em mim nas brincadeiras, afinal, o monstro imortal e lambuzado deveria ser retalhado, cortado, e o lobo, rendido por um animal mais forte ainda. Lutando para não ser apenas um ‘cagão’, um covarde, ele encarava com muita coragem o lobo, a bruxa, o tubarão, o vampiro, ou quaisquer representantes de ameaça das brincadeiras em geral.

Quando fizemos os desenhos sobre as famílias, ele dissera ter o mesmo nome do pai. Não sabemos precisamente como esse relato afetava seu imaginário, mas supomos aí certa localização de seu desejo situado no campo do Outro. O fato é que, vendo-me brincar de bebê com Núbia, ele pediu para depois brincar com ele de mãe-lobo, repetindo toda a cena de enfrentamento vivida com o lobo da floresta, mas seguida de uma nomeação que sugeria se relacionar com algum elemento de seu romance familiar. Ao ouvir uma conversa minha com a psicóloga receptiva à nossa prática, que se indagava se existe alguém que não gosta de abraçar os pais, ele disse: “Eu”. De alguma forma, essa figura ambígua do lobo-mãe que precisava ser enfrentada, associada a encoprese e sua não distinção dos excrementos, parecia ser atravessada pela sua relação com o casal parental. Ele dissera ter recebido o mesmo nome do pai e não podemos desconsiderar que essa nomeação o introduz numa ordem simbólica sobre sua linhagem, demarcando o endereçamento de um desejo vindo do Outro. Afinal, sabemos que uma mulher na posição de mãe se reporta à função paterna, ou seja, àquilo que intermediou sua relação com o Outro primordial.

Jerusalinsky (2002) esclarece:

A função paterna marca o atravessamento de uma legalidade no exercício da maternidade – dado que o bebê não pode ficar situado como um simples objeto de satisfação da mãe, ele tem que responder ao sobrenome que carrega, que o situa em família, em uma cultura” (p. 121)

Por isso, numa dessas encenações, em que ele conduzia a brincadeira para que numa hora eu fosse mãe e noutra lobo, enquanto ele também se alternava entre filho e lobo, lançando-se como próprio objeto do jogo, eu intervim: “Você não precisa ser lobo só porque é filho de loba”. Pouco depois, ele pediu licença para ir ao banheiro e quando voltou, disse que fez cocô. Mesmo sem termos precisão de como as nomeações apresentadas nesse jogo o localizavam na relação parental, supomos que o jogo de alternância mãe-lobo/filho-lobo dessa brincadeira, lhe permitiu operar com o enigma do seu desejo situado no campo do Outro. A conjugação da atividade/passividade, sistema linguístico pelo qual o corpo da criança se emparelha à linguagem, foi atualizada pelo brincar simbólico e lhe permitiu uma ordenação dos significantes vindo do Outro. Pelos jogos constituintes “a criança articula o ensaio de uma versão própria a respeito das marcas simbólicas nelas inscritas, armando uma passagem da passividade à atividade sustentada no ‘faz de conta’” (Jerusalinsky, 2002, p. 124). Nesse caso, não por Róger se esconder ou reaparecer para o agente cuidador através de alguma superfície, como no cadê/achou, ou como o próprio carretel do *Fort-Da*, mas por se revezar no plano ficcional com a adulta brincante, entre os personagens filho, mãe, lobo, bom, mau, que compunham sua dramaturgia.

Nessa atualização dos jogos estruturantes, Roger pôde introduzir o enigma no plano simbólico, através de um exercício de significação para além do verbo, esvaziando a dimensão corporal do seu sintoma. Acontece aí a atualização da função paterna como efeito de linguagem que permite a transição do sujeito da família para a sociedade, constituindo de forma mais efetiva para esse garoto, a ordem de filiação resultante da passagem para o narcisismo secundário. Roger recupera pela brincadeira algo de sua história e lhe dá uma nova tradução, implicado como invenção de sentido ou como efeito de interpretação. O exercício de alternância viabilizou um descolamento do significante e ele pôde fazer série a partir de seu nome ‘próprio’, ou seja, da apropriação de uma autenticidade acerca de si mesmo.

Lembremos Jerusalinsky (2002):

Este traço inaugural, ao inscrever o nome, permite ao bebê ter desde onde tecer o seu próprio conto, sua própria vida – ou seja, ter desde onde situar-se para estender a série simbólica de tudo aquilo que poderá vir a ser a partir do que, para o Outro, ele já é. (p. 117)

Ele, que afirmara não dormir à noite por ter medo de o lobo aparecer em sua janela, precisava se destemer de algum fantasma, de algum enigma subjetivo que o assombrava. Por isso, sempre demarcava como era forte, esperto, veloz e grande, dedicando-se com toda potência aos jogos que praticava. Supomos que nossas brincadeiras, seguidas da intervenção,

o levaram a encontrar uma saída para seu sintoma, flexibilizando os destinos da cadeia significativa. Suas habilidades de animal mais forte que o lobo, desenvolvidas a partir do medo imaginário, não passaram despercebidas na escola, que sugeriu sua participação numa equipe de futebol formadora de futuros atletas e vinculada a um dos grandes times mineiros. O paradigma econômico do *Fort-Da*, destacado pelas flutuações da libido exercitadas nas brincadeiras com os representantes do cocô, permitiu-lhe uma inscrição. Pelo signo cocô, impulsionador do seu brincar, pôde ultrapassar a condição homeostática do aparelho e transpor registros psíquicos. De cagão a animal tão forte quanto seus fantasmas, ele fez um giro com o significativo que o situava frente ao Outro, prescindindo da fixação como resto. Ele se precipita a brincar por um além do princípio do prazer dialetizado nas brincadeiras com a loba, recolocando-a na bola que ele dribla.

Roger já não podia mais brincar em todos os encontros, afinal, ia jogar futebol e se mostrava orgulhoso com seu uniforme de jogador e lanche de craque. Quando ele participava por estar de castigo e não ir ao futebol, as meninas o excluía, dizendo que ele já tinha uma vantagem sobre elas, pois saía sempre para treinar. Compreendemos que elas emparelhavam os benefícios psíquicos de ambos os jogos (as brincadeiras no abrigo e o futebol) e achavam que Roger já estava a se servir de um deles. Reforcei a importância de ele se transformar num atleta, afinal, muito em breve ele iria para a instituição só de meninos grandes e precisaria saber se virar por lá. Meses depois, ele foi transferido, e ainda nos perguntamos se está sendo um animal mais forte que o lobo, na expectativa de que sua invenção possa assegurá-lo dos desafios que, muito provavelmente, viria a encarar.

9 AS BRINCADEIRAS COLETIVAS NO ABRIGO

Passemos então para a descrição das brincadeiras coletivas no abrigo. Pretendemos decantar a experiência com as crianças e as adolescentes institucionalizadas para apreender como a referência do *Fort-Da*, enquanto matriz do funcionamento da linguagem habitada por um sujeito, ou seja, sob efeito do Outro que fomenta o funcionamento metafórico e metonímico no aparelho, pôde propiciar o trabalho psíquico de seus processos de subjetivação, como possível articulador para uma invenção de si pelo brincar.

9.1 Saídas possíveis do risco de anonimato

No início das atividades, percebemos como a saída do lar contribuía para o risco de anonimato das crianças. Muitas delas não sabiam porque estavam lá, pois não havia um trabalho de acolhimento nesse sentido. No imóvel inicial, a refeição acontecia num refeitório como o de uma creche ou de uma escola pública. Os banheiros também seguiam esse formato coletivo. Havia alguns quartos nos quais se tentava separar meninos de meninas, crianças de adolescentes, todavia nas cômodas e nos armários se amontoavam as roupas que não eram individualizadas. Gênero e numeração eram os critérios de seleção para vestir os moradores do abrigo. Dessa forma, a própria distribuição do ambiente físico dificultava elementos para a subjetivação, e isso refletia nos profissionais. Algumas cuidadoras pouco sabiam sobre as crianças que acompanhavam e não tinham conhecimento sobre as preferências ou a idade delas.

Algumas brincadeiras foram sugeridas no intuito de ventilar as arestas desse abandono subjetivo. Brincamos, então, de nos apresentarmos, e cada um dizer seu nome e o que mais gostava de comer. Os bebês e as crianças menores que ainda não falavam, eram falados pelas maiores. Por isso, supomos que, embora a participação de cada criança não ocorra da mesma forma, pois cada uma se manifesta e se coloca na brincadeira de acordo com suas condições e necessidades psíquicas, algo pode atravessar suas experiências, nem que seja como resto. Se elas estão juntas a compor a encenação, umas de forma mais proponente, outras de forma mais passiva, algo as acomete como resquícios da elaboração de umas ou de outra. Na Páscoa, brincamos de ganhar chocolates que vieram em um saquinho em que estava escrita a idade

das crianças, informação coletada com a assistente social e compartilhada com elas, pois muitas também não souberam me dizer quantos anos tinham.

Nesse momento, pudemos perceber que as invenções das crianças alinhavam o aspecto sob o qual elas se identificavam: a angústia de separação do objeto primordial ou do(s) adulto(s) de referência psíquica para a criança. Em outras palavras, a estranheza à qual ficam submetidas essas crianças arrancadas de sua linhagem e pertencentes a essa ‘terra de ninguém’.

9.2 Matando insetos-fantasmas

Pensamos que a brincadeira com os insetos pôde oferecer elementos de reconhecimento à elaboração das crianças diante dessa desapropriação do espaço, sobreposta à desapropriação de sua própria linhagem. Como elas estavam a descobrir o *Recriança*, (projeto cultural que existira anteriormente no prédio anexo ao abrigo), pois mesmo que o frequentassem antes, não o exploravam, parece que aguçaram também o desejo de reconhecer onde estavam. A cada novo cantinho descoberto ao percorrermos o trajeto do abrigo ao prédio anexo como um passeio, elas ‘enxergavam’ insetos que as amedrontavam. Uma delas dizia ter visto uma barata ou uma aranha e todas se punham a correr e gritar. Então, brincamos de ver um inseto asqueroso em frente ao espelho. Alguém gritava: “Socorro, uma barata!” E nós nos amontoávamos, compartilhando o terror que nos acometera, abraçávamos, protegíamos as crianças menores no colo (que tinham mais dificuldade em distinguir esse medo brincado do medo de verdade) e nos deparávamos com nossas expressões assustadas diante do espelho, para subitamente começarmos a rir.

Alternavam-se os sentimentos de prazer e desprazer como os princípios reguladores da satisfação, assim como vimos acerca do *Fort-Da*. Essa brincadeira também foi motivada pelo desprazer, no caso da generalização oriunda do risco de anonimato. Postas a trabalho por um além do princípio de prazer, elas se dispuseram à repetição desse brincar, carentes de uma inscrição psíquica que as localizassem.

Nessa cena lúdica, viabilizava-se o vaivém do jogo pulsional, permitia-se escoar a libido que assumia nova forma pela alternância da expressão facial. Aqui não era um objeto a ir e vir, mas a própria pulsão escancarada nas faces refletidas no espelho. A atividade/passividade se efetuava na sensação que elas provocavam ao mesmo tempo que se acometiam dela. Os pares de opostos fonemáticos grito/riso demarcavam a variação vocal que

acompanhava o jogo de alternância ao qual se atinham. Os olhos arregalados e as bocas abertas, que gritavam de susto e medo, atingiam seu clímax efetuando a virada da fronteira com a surpresa e a admiração. Essa catarse, que reafirma o paradigma do funcionamento econômico envolvido no jogo do *Fort-Da*, fragilizava a rigidez da expressão que transbordava pelos risos e pelas gargalhadas, reduzindo as muralhas do medo que se edifica sobre o desconhecido, sob o anteparo da cena que elas criavam.

Também como menção ao estádio do espelho que essa brincadeira remete, elas exercitaram o reconhecimento da imagem como forma de inscrição psíquica, nesse caso, não pela ação do agente cuidador que demarca a antecipação que acomete a criança. Elas mesmas, enquanto próprio objeto do jogo alternante, reconheciam-se umas às outras no reflexo que compartilhava elementos psíquicos identificatórios. Necessitadas do reconhecimento do Outro capaz de circunscrevê-las nesse espaço, desembolaram entre si elementos para que essa condição estruturante se efetivasse.

A mistura de imagens compartilhadas pelo reflexo cumpriu com a estrutura de massa composta que viabiliza uma tradução abreviada dos elementos inconscientes pela transposição de registros. Consideramos que assim, elas ‘narraram’ afetos relacionados ao risco de anonimato pelas expressões oriundas da vivacidade sensível despertada por essa encenação. Assim, franquearam a dimensão simbólica, circunscrevendo meios de se consonar com sua realidade. O desconhecimento dessa nova terra retratada por um território cheio de insetos assustadores, potencializado pelo que era irrepresentável de si mesmas, pôde ser localizado e compartilhado.

A fim de propulsar os distintos movimentos que os jogos inventados pelas crianças poderiam ganhar, a pesquisadora propôs, em encontro posterior, que saíssem à caça dos insetos por toda a instituição. Com um inseticida em mãos, que produzia muita fumaça e barulho cada vez que esguichado, compondo o clima assombroso da cena, matamos baratas imaginárias, aranhas, pulgas, percevejos e besouros nos banheiros, nos quartos, no refeitório e no jardim. Ao mesmo tempo, permitimos às crianças abrir portas e gavetas, vasculhar quinas e cantos, circular pela instituição, reconhecer esse espaço. Oferecemos uma arma suficientemente poderosa para que elas encarassem o desafio dessa exploração. Mais do que o inseticida, na companhia da pesquisadora, elas não estavam fazendo bagunça, xeretando onde não deviam ou mexendo em coisas de adulto. Elas estavam apenas a brincar com a psicóloga voluntária. Mas assim, debulharam-se sobre seu misto de curiosidade e medo, tornando essa ‘terra de ninguém’ um pouco mais delas, a partir do momento em que a percorreram, em que a enxergaram, matando, assim, alguns de seus insetos-fantasmas.

9.3 Brincando com a angústia de separação primordial

Se as crianças se encontravam a beira do anonimato, desprovidas de acesso para recuperar algo sobre sua linhagem, ao mesmo tempo, elas se identificavam por estarem interdidas do convívio familiar. Esse traço de identificação parece ter sido eleito por elas no início de nossos encontros, uma vez que, com a angústia de separação à flor da pele, toda proposta de brincadeira acabava levando a encenações cujos elementos remetiam a isso.

Os retalhos de tecidos que foram levados na intenção de realizarmos dança livre, foram transformados em mantinhas de ninar. As crianças encontraram cantinhos no espaço, nos quais construíram caminhas aconchegantes para ninar umas às outras, de forma a encontrar seus pares nessa reprodução imaginária do hábito cultural de acolher os bebês. A música cheia de ritmos, que pretendia ser estimulante de movimentos corporais pulsantes, dignos da energia física de uma criança, foi envelopada e subsumida pela necessidade pulsional que seus corpos almejavam emparelhar. Como se não existisse no ambiente, a música foi adequada à realidade psíquica das crianças, transformando-se, de forma súbita pelo universo imaginário, num ritmo embalante como as cantigas de ninar, restituindo pelo brincar certa parcela do desamparo no qual as crianças se encontravam.

Assim se passou com o jogo de boliche. As bolas foram esquecidas e o objetivo do jogo totalmente desconsiderado. Os pinos que deveriam ser alvos de uma queda entusiasmada daquele que marcaria mais pontos, foram literalmente derrubados de sua função primeira. Em sua originalidade, as crianças os transformaram em mamadeiras e chupetas. Reuniram-se ao meu redor no chão do pátio e se aconchegaram umas sobre as outras para se embalar num sono que reproduzisse o acolhimento do qual se encontravam desprovidas. Ouvindo uma cantiga de ninar cantada e improvisada pelo que a urgência de suas invenções atentava, elas dormiram, acordaram, sonharam, impediram a outra de dormir, brigaram por espaço, choraram. Enfim, fizeram-se falantes ao encenarem seus anseios pulsionais.

Mesmo desprovidas dos elementos concretos que compõem a difusão cultural do ninar, como mãe, naninha, berço, colo, mamadeira, bico, meia-luz, múrmuros rítmicos e aconchegantes, elas adequaram os objetos lúdicos à sua urgência subjetiva. Essa invenção reforça como a dimensão estruturante do *Fort-Da* e seus precursores, alertadas a nós pelas crianças, parece servir como intervenção de subjetivação nesse contexto. Elas reconstruíram, como lhes foi possível, as flutuações da libido em jogo quando o adulto cuidador extrapola sua mera função de assistir o corpo biológico do bebê. É a partir dessa forma de acolher em suas necessidades que esse adulto coloca a pulsão em movimento.

Supomos que ao se ninarem, as crianças possibilitaram a inscrição de uma memória perceptiva orientada pelo princípio de prazer tal qual faz o adulto que cumpre com a função de referência psíquica da criança nos primórdios da constituição e fecunda o terreno da linguagem pela qual elas poderão se constituir. Interditadas do convívio de suas referências psíquicas, elas fantasiaram ter sua satisfação atendida nessa brincadeira, representando como acolhida a demanda de adormecer e rascunharam registros a serem percorridos pela pulsão com a qual precisavam se entrever.

O objeto primordial, embora não disponível de fato na rotina das crianças, fazia-se presente nas atualizações das brincadeiras estruturantes que elas propunham. Todavia, diante dos desafios e das indagações que essa realidade suscita, o discurso institucional ainda “procura totalizar as respostas a partir dessa noção de criança abandonada” (Anuniação, 2019, p. 137). Ditas pelo Outro como crianças interditadas de mãe e pai, elas respondiam ao discurso que as acometia. Talvez, por isso, esconderam o Cascão numa caixa de sapatos e não me deixaram retirá-lo dali. Compreendemos que assim, elas exprimiram como a forma que o discurso do Outro as acomodava, no qual estavam impedidas de saudar festivamente o retorno do objeto primordial, como vimos ser comumente exercitado no *Fort-Da* e em seus jogos precursores.

Nesse momento, compreendemos que o movimento que a brincadeira deveria assumir, era subsidiar meios para que elas elaborassem essa localização do agente materno morto ou adormecido pelo discurso institucional, ainda que muito vivo em suas invenções. Então, fizemos o velório do Cascão. Elas escolheram o que colocar em seu caixão-caixa de sapato e ele recebeu desenhos de papel, desenhos em seu corpo, escritas como paz e amor, corações recortados, medalhinhas de santo, pétalas de flores, pedacinhos de papel picotado, encenando a seu modo um ritual de despedida como nos velórios. Optaram por enterrar o Cascão no jardim, ao lado do galho das rosas despetaladas por elas, sob a decisão de uma das crianças porque na terra elas deveriam renascer.

Nessa brincadeira elas não encenaram a ida e a vinda de um objeto, como com o carretel do *Fort-Da*, representante psíquico do agente materno. Vimos ser necessário à mãe negar o apelo ao filho para que ele se enverede pela potência estruturante dessa brincadeira. A criança demasiadamente assistida pode ser fixada na unilateralidade da presença, ficando desfavorecida de operar pelo mérito do jogo, que é justamente a alternância; assim como a criança reconhecida pelo Outro como abandonada, significante capaz de estacionar a dialética estruturante. Pensamos, então, que a encenação desse velório denunciou como o discurso institucional as localiza diante da separação do agente primordial. Esse processo se mantinha

no nível do irrepresentável, uma vez que não se falava nem nas mães nem nos demais familiares das crianças e muito menos por que elas haviam sido retiradas do lar. O direito à sua linhagem lhes era privado como um tabu, talvez pela própria incerteza e angústia dos profissionais sobre o futuro dessas crianças e pela própria resistência das crianças em abordar diretamente um tema de difícil elaboração para elas.

Ao enterrar o jogo de ocultação presença/ausência, que exercita recursos basilares para a apreensão simbólica junto com o Cascão morto, elas pareciam encenar a dissonância acometida pelo discurso do Outro. O discurso institucional que adormecia os motivos do sofrimento das crianças, as privava de lidar com ele, nesse caso, potencializado pela escassez de palavras dos cuidadores institucionais ao falar por elas e circunscrevê-las no simbólico. Assim, o que talvez as crianças expressaram com esse enterro foi a dificuldade de se estruturar a partir de uma nomeação limitante, como se não fosse possível se constituir sem a presença real de seus adultos de referência. Todavia, o que elas nos ensinam pela pesquisa, confirma que o prazer envolvido no jogo do *Fort-Da* e seus precursores não é exatamente o reencontrar a mãe, mas a capacidade de significar a ocultação do objeto em seu ritmo alternante, ultrapassando a questão da presença real do agente materno. Por isso, entendemos que o ‘renascer’ ao enterrar, ao morrer, metaforiza a capacidade das crianças de flexibilizar o discurso institucional que sustentava suas referências psíquicas como mortas ou adormecidas, apontando algum recomeço ou outras formas de se inscrever nesse contexto.

Por isso, a mediação das brincadeiras cujo tema é o desamparo que a institucionalização lança as crianças frente ao agente materno, trata-se de uma prática interventiva. Ela viabiliza que as crianças localizem, inscrevam certos elementos psíquicos, para depois poderem operar com eles.

Assim compreendemos a releitura das crianças mais velhas sobre o conto clássico da Branca de Neve. Nessa brincadeira, elas disputavam entre si quem seria a princesa e colocavam as crianças menores para serem os anões. A personagem principal vestia branco, usava véu e uma espécie de grinalda, mesclando as figuras de princesa e o imaginário de uma noiva, uma vez que nesses contos, as princesas são salvas das maldições que as acometeram ao serem escolhidas pelos príncipes. Os anões não tinham nome, nem nenhuma característica própria que demarcasse suas particularidades como no conto. As crianças menores eram indiscriminadamente chamadas de anão e deveriam apenas obedecer à Branca de Neve. Talvez, por isso, a personagem principal era duelada, pois apenas a ela eram destinados traços peculiares e um desejo não anônimo, encenado pela eleição do príncipe. Aos anões restava a

indistinção, insuficiente para compor a série que permite à criança se localizar na rede simbólica do Outro.

A Branca de Neve da releitura das crianças dava ordens aos anões, como: “Vão fazer dever!”, “Fiquem quietos!”, “Vão tomar banho!”, “Façam silêncio!” A princesa que elas representavam não reconhecia a singularidade dos anões, ao contrário do que testemunhamos no conto infantil. Elas pareciam, assim, encenar com os menores a condição universal acometida pela institucionalização. Na tentativa de conciliar uma representação interna com o mundo externo, elas se apoiaram na narrativa clássica, mas incluíram nela elementos psíquicos que eram próprios a elas mesmas. Revertendo as posições passividade/atividade em organizações mais elaboradas que a do *Fort-Da* e seus jogos precursores, elas puderam transpor às crianças menores como as ordens disciplinares na instituição as acometiam. Disciplinando generalizadamente os anões, elas dialetizaram a alternância alienação/separação. Ora anão, ora princesa, balizavam as formas de inscrição diante da dissonância do discurso institucional e da necessidade de se constituírem como série no discurso do Outro, restituindo-se em certa parcela de sua linhagem.

Já adornadas pela construção da narrativa ficcional que seu psiquismo as habilitava, puderam atualizar o endereçamento de suas travessuras. A metáfora paterna como função primordial da constituição psíquica do *infans*, também atua sobre a regulação entre o princípio de prazer e o princípio de realidade, demarcando a inscrição da lei no psiquismo. Daí muitas das travessuras infantis servem para fins de seus testes, demarcando a experiência na qual elas põem à prova a palavra do Outro. Sem poderem testar a inscrição da lei frente aos adultos de referência, suas travessuras não compunham uma rede simbólica capaz de inscrevê-las diante do Outro. Eram apenas repreendidas de forma generalizada, como se todos os desvios às normas fossem uma desobediência sem endereçamento. Por isso, relançaram tais questões sobre as crianças menores, e a si mesmas quando não eram a princesa, recolocando-se como objeto do próprio jogo e viabilizando formas de dialetizar as experiências internas e externas.

Sem subsídios para compreenderem por que saíram de casa, representaram-se pela princesa, que também foi expulsa do reino. Resposta subjetiva que muito bem representa o que Freud teorizou em *Inibição, Sintoma e Ansiedade* (1996/1926), ao afirmar que, frente as exigências de um Supereu severo e rude, “o ego que, por um lado, sabe ser inocente, é obrigado, por outro lado, a ficar cômico de um sentimento de culpa e a arcar com uma

responsabilidade pela qual não pode responder” (p.118). Afinal, a angústia de castração¹⁸ está atrelada ao medo do Eu ser abandonado pelo Supereu protetor, uma vez que ele se trata da instância parental introjetada no psiquismo.

O medo da perda objeto primordial, necessária para a entrada na cultura e ao mesmo tempo acolhedor do desamparo infantil é a principal fonte de angústia psíquica. Nos primeiros meses de vida, reagir automaticamente a essa interdição é uma resposta de salvação do bebê frente ao seu desamparo mental e biológico. Em outras etapas do desenvolvimento infantil esse medo aparece realocado em outras formas de separação, o que não deixa de sempre vincular a relação entre dependência/independência e um perigo real ou uma ameaça subjetiva.

Freud (1996/1926) esclarece:

É verdade que, à medida que continua o desenvolvimento do ego, as situações de perigo mais antigas tendem a perder sua força e a ser postas de lado, de modo que podemos dizer que cada período da vida do indivíduo tem seu determinante apropriado de ansiedade¹⁹. Assim o perigo de desamparo psíquico é apropriado ao perigo de vida quando o ego do indivíduo é imaturo; o perigo da perda de objeto, até a primeira infância, quando ele ainda se acha na dependência de outros; o perigo de castração, até a fase fálica; e o medo do seu superego, até o período de latência. Não obstante, todas essas situações de perigo e determinantes de ansiedade podem resistir lado a lado e fazer com que o ego a elas reaja com ansiedade num período ulterior ao apropriado; ou, além disto, várias delas podem entrar em ação ao mesmo tempo (p. 140)

Assim como testemunhamos com as crianças e adolescentes da instituição. Mesmo sem sabermos os pormenores de suas histórias, deduzimos que por estarem institucionalizadas e pelo que denunciavam nas brincadeiras, elas haviam de alguma forma, experienciado perigos externos frente a imaturidade biológica ou situações traumáticas mais primitivas ou até sociais. Seja pelos bebês e crianças menores do abrigo, cuja angústia de separação se manifestava pelo desamparo de uma separação precoce do objeto primordial, antes de comporem libidinalmente sua estruturação psíquica. Ou pelas crianças maiores, cuja ação do Supereu já inseria o medo da castração em uma angústia moral, situação que faz coincidir os conflitos psíquicos internos com as ameaças de uma situação real, potencializando o sentimento de angústia pela culpa. Inseridas na linguagem e entendedoras de certos pactos sociais, o sentimento de culpa pelos conflitos psíquicos da ambivalência amor/ódio frente ao casal parental já se manifestava, e, por isso, elas pareciam consentir com a sentença de terem

¹⁸ Não pretendemos avançar sobre os desdobramentos desse conceito nas obras de Freud e Lacan, pois em nossa pesquisa basta compreender que a castração se refere à dimensão cultural, no que isso concerne a proibição da lei constitutiva da ordem humana, condição para a aquisição da linguagem.

¹⁹ Optamos pela palavra ansiedade para manter a citação como no original, mas salientamos que a palavra angústia se adequa melhor a contribuição lacaniana sobre o tema da perda de objeto.

sido expulsas do lar. Assim, elas se castigavam como forma de punição²⁰, mesmo sendo vítimas das ações dos adultos ou até mesmo do Estado.

Sabemos que para que a criança renuncie à satisfação imediata ao aceder à cultura, ela precisa ser repreendida, orientada ou até castigada. A privação da satisfação é, portanto, uma ferramenta instrumentalizada no processo constituinte e educacional. Todavia, a interdição real do objeto de satisfação primordial pode embolar as negociações que a criança precisa efetivar entre as instâncias psíquicas para internalizar a lei. A interdição do Estado sobre o convívio familiar em prol da proteção da criança sugere que o castigo sob uma transgressão recaia sobre ela, que é obrigada a sair de casa. Ainda que por uma via equivocada, essa encenação viabilizou meios de representação da condição de abrigada capaz de aceder-lhes uma detenção de saber. Nessa dramatização, elas também expressaram os conflitos éticos que as atravessavam, como o sentimento de culpa por terem sido expulsas do lar.

Enquanto se representavam pelos anões como crianças más e desobedientes que devem ser punidas com a vivência no abrigo e o tratamento generalizado, elas representavam uma via de saída possível para a atualização do objeto primordial. O duelo para representar a Branca de Neve localiza que o privilégio da subjetivação, demarcado pelo desejo não anônimo capaz de inserir à criança na rede simbólica do Outro, poderia ser restituído a elas pela dramatização do que as acometia, mas não sem esforços.

Assim, *a posteriori*, elas puderam exprimir de forma mais precisa o desamparo pelo qual naufragavam em sua angústia de separação. Num dia em que brincávamos com dentes de vampiro e insetos pegajosos, disponíveis nas lojas de artigos infantis por ocasião do *Halloween*, as bruxas ficaram realmente às soltas. Depois de uma série de brincadeiras de gritos, assombros e medo, parecia que elas se sentiram autorizadas a uma verdadeira catarse que encenava suas reais assombrações psíquicas. Duas das crianças brincaram de estar enjauladas no berço de ferro, aparentemente inútil e esquecido no terraço do abrigo, e soltaram os animais ferozes que pareciam adormecidos. Meio leões, meio lobos e meio meninos abandonados, urgiam, uivavam e gritavam, de forma que em meio a essa mistura pulsional e primária de expressar uma indignação, aos poucos, articularam a frase revoltada: “Mãe, cadê você?” É fato que não obtiveram resposta nem das mães, nem de mim, nem das cuidadoras que acompanhavam nosso brincar. Mas puderam olhar pelo anteparo do terraço,

²⁰ Também percebemos essa dinâmica na seção 6.5 - *O assassinato do desamparo*, em que Alexandra encena a escravização dos bebês e corrobora inconscientemente para situações de punição no abrigo; na seção 8.3 - *Da mãe loba à bola*, quando Róger se desdenha como o resto da relação objetal; e na seção 10.2 - *A atualização do Fort-Da e seus precursores na puberdade*, em que as crianças púberes se punem pelo redespertar da sexualidade infantil.

no qual se encontrava encostado o berço-jaula, e avistar a imensidão dos prédios e casas da cidade, como se pudessem projetar ali seu imaginário de que em algum canto estariam suas mães, e talvez pudessem ouvi-los, atestando que tais palavras soltas ao vento não eram em vão. Afinal, o sentimento de abandono fora legitimado, verbalizado pela encenação, que, nesse caso, também contara com os espectadores da plateia. E aquelas que não se sentiram tão provocadas pela brincadeira a ponto de também encenar tal manifesto, os testemunharam, por isso não passaram ilesas aos seus efeitos. A partir dessas primeiras brincadeiras, compreendidas por nós como um processo semelhante às entrevistas preliminares da análise tradicional, as crianças puderam localizar elementos psíquicos comuns à condição de abrigadas. Algumas invenções já as habilitaram a operar com atualizações da relação com o objeto primordial. Outras rascunharam inscrições que lhes permitiram a detenção de um saber, para fazerem algo com isso em momento posterior, como vimos nas brincadeiras descritas em capítulos anteriores.

9.4 Invenções sobre a linhagem

Em um espaço livre para desenho, uma criança de cinco anos, que passou rapidamente pelo abrigo, desenhou sua família, demonstrando ter conhecimento de quem eram aquelas pessoas: pais, tios avós e primos. As que não tinham isso tão claro, por estarem abrigadas desde muito cedo, desenharam as pessoas que conheciam ou se lembravam de conhecer, e inventaram outras, muitas vezes, copiando os desenhos e os nomes de familiares do colega e até misturando com profissionais do abrigo. Algumas denunciavam a ‘mentira’ das outras, afirmando que sabiam que a mãe de um havia morrido, que o pai de outro estava preso, de forma a tentarem ter um ganho sobre as outras, já que nenhuma delas estava inscrita nos padrões normativos de família. Elas também inventaram com o desenho das menores, determinando quem era ou não da família delas, o que também levou a certo desentendimento. Todavia, elas puderam brincar e brigar de construir uma linhagem mesmo fictícia denunciando que tais ‘mentiras’ nada mais eram que a manifestação de um desejo.

O livro de comemoração dos cinquenta anos do abrigo circulou pela instituição e as crianças o trouxeram para a brincadeira. Ficamos a folheá-lo próximo das cuidadoras, que tentavam reconhecer as pessoas das fotos. As crianças que estavam há mais tempo no abrigo, se interessaram por esse exercício de memória. Começaram a brincar de pensar com muito esforço qual era o nome de quem estava na foto, o que essa pessoa fazia na instituição, porque

ela foi embora, se eles a conheceram, a fim de imitar as cuidadoras em sua real curiosidade sobre os colegas de trabalho. Assim, as crianças foram inventando funcionários e outras crianças que passaram pela instituição, apontando para elas nas fotos, fazendo essa invenção às vezes coincidir com a realidade, às vezes não. Muitas até se viram nas fotos, estando de fato ou não no livro. Em certos momentos, concordavam entre si e inventavam juntos; em outros, se contradiziam ou desbancavam a afirmação do colega, criando um diálogo de memórias entre a ficção particular de cada um e a realidade.

A partir dessa brincadeira, foi-lhes oferecido um jogo da memória. Era muito curioso perceber uma dupla de crianças com idade suficiente para executar as habilidades intelectuais exigidas pela lógica do jogo, mas que não conseguiam executá-la. Não por acaso, elas eram duas das crianças que estavam há mais tempo na instituição, tendo chegado ali ainda na primeira infância. Nas primeiras vezes, elas se divertiam de forma totalmente aleatória com as peças do jogo. Só depois de insistir bastante e absorver naturalmente a minha forma de jogar, que elas compreenderam o objetivo do jogo da memória e passaram a jogar entre si, prescindindo da minha participação. De fato, a memória era mesmo algo a ser trabalhado, investido, resgatado na história dessas crianças. Essas contações de histórias inventadas, reunidoras do desejo de se inscrever numa linhagem, lhes permitiram construir retalhos de suas próprias lembranças, habilitando-as também para os pensamentos mentais superiores.

Por essas brincadeiras, supomos que engatilhamos junto das crianças os caminhos para um processo de subjetivação. À medida que os elementos mais individuais foram se apresentando em suas invenções, constatamos como os impactos subjetivos do brincar atingiram algumas crianças específicas, como vimos em alguns capítulos anteriores, mesmo sem termos realizado atendimentos individuais ou validarmos o espaço para o brincar individualizado.

10 BRINCANDO PARA CRESCER

Vimos que algumas crianças se apropriaram de forma muito particular das brincadeiras após as invenções coletivas que as conduziram a uma saída do anonimato, a uma elaboração psíquica sobre o que era indizível. Observamos outro momento em que as encenações em grupo ganharam força porque as favoreciam em sua subjetivação, nesse caso, por estarem diante do impossível da puberdade.

Se, no seu primeiro momento, a sexualidade não está concatenada ao ato sexual e se orienta difusamente pelas pulsões parciais, em seu segundo tempo, ela privilegia os órgãos genitais ao reevocar as experiências infantis. Stevens (2004) explica que, “após a infância, certas escolhas são feitas, mas não de maneira definitiva, e elas são reatualizadas na adolescência. São as escolhas de objeto, hetero ou homossexuais, e as escolhas de posição quanto à sexuação, particularmente” (p. 27). Na sexualidade infantil, o objeto de amor é o agente cuidador, que, na puberdade, deverá ser ajustado ao desejo genital e realocado em objetos representantes. Afinal, a modificação real do corpo e da imagem de si, convoca o púbere à questão sobre o que fazer quanto ao sexo. Porém, sempre haverá um fracasso do significativo ao dizer dessa eclosão, atualizando a urgência de consonar o mundo interno ao externo. Toda transmissão sobre a sexuação, seja entre os pares, seja entre as gerações, não abarcará o real da experiência disso que irrompe o corpo na puberdade.

Para a psicanálise, o que se faz enigma não é a mudança biológica em si, nem o investimento pulsional que privilegia os órgãos genitais. Afinal, Stevens (2004) observa que, nesse momento, “o órgão de que se trata é um órgão marcado pelo discurso e esse real da puberdade não é o aparecimento brusco hormonal, mas, antes, esse órgão marcado pelo discurso” (p. 32). A adolescência, compreendida pelo campo social como a problemática de um momento crítico do desenvolvimento, é lida pela psicanálise como um sintoma da puberdade. As inúmeras polêmicas que os jovens e crianças púberes causam com seus comportamentos são escutados como mensagens dirigidas ao Outro, na tentativa de encontrar respostas possíveis a esse vazio do dizer. Seguimos com Stevens (2004), que propõe: “o real da puberdade é a irrupção de um órgão marcado pelo discurso na ausência de um saber sobre o sexo, na ausência de um saber sobre o que se pode fazer em face do outro sexo” (p. 35). É a partir dessa leitura sobre a adolescência que acolhemos as brincadeiras inventadas no abrigo.

10.1 Os disparos contingenciais para a sexualidade

Uma jovem fugiu de traficantes em sua cidade em busca da proteção do pai, que morava no distrito onde se localiza o abrigo. Ela foi levada para a instituição ao ser encontrada na rua, vagando à procura dele. Ele não falava com a filha desde que ela engravidou, pois reprovou sua atitude. Diante das rupturas com os ideais familiares que os jovens movimentam na adolescência, na busca de representantes para o objeto de amor primordial, é comum que eles recorram as insígnias da função paterna, como forma de revalidá-la. Supomos que tais moções psíquicas esclareçam as transgressões realizadas por essa jovem, escutadas por nós como manifestações de seu sintoma.

Ela movimentava a assistente social para lutar na justiça pela guarda de seu filho, que estava com a madrinha, pois sua mãe vivia uma relação de agressões com o padrasto. Não aceitava se submeter às regras da instituição que limitavam sua autonomia e enfrentava as cuidadoras num entrave menos dissonante que as crianças, pois possuía argumentos suficientes para uma discussão com um adulto. Não permitia que a desrespeitassem e isso atravessava sua relação com as crianças, que costumavam não se atrever a mexer com ela. Obviamente, não se interessava mais por brincar, mas rodeava os encontros com perguntas sobre a importância das brincadeiras, interessando-se por compreender o modo peculiar do dizer da criança, lembrando suas próprias experiências infantis e compreendendo melhor as do filho.

Pensamos que mais do que sua postura firme e enérgica, era o fato de ter um filho que concatenava sobre sua presença polêmica e privilégios. Para as cuidadoras institucionais, ela era motivo de perseguição, pois já avançara certos limites e deveria ser vigiada, desde as roupas que vestia, até como se comportava durante as aulas de maquiagem realizadas à noite. Entre as moradoras, distinguia-se por já saber sobre a sexualidade. Sob decisão judicial, ela conseguiu ir morar sozinha, mesmo não tendo completado a maioridade. Sua breve passagem pela instituição foi suficiente para remexer as perguntas que intrigavam as jovens meninas diante dos enigmas da sexualidade.

Com a chegada das irmãs de Núbia e Lili, essas questões se acentuaram. Elas tumultuaram o abrigo não só por fazerem evocar algo da linhagem desconhecida das crianças, mas por estarem vivendo o despertar da puberdade e não se intimidarem em expressar essas questões. Tão logo começaram a brincar, propuseram brincadeiras que abriram o espaço dos

encontros para as questões da puberdade, convidando as outras meninas da instituição a também se colocar nessa cena.

Lideraram a apresentação das adolescentes, nas quais deveriam vestir *shorts* curtos e dançar *funk*. Apresentaram às meninas do abrigo a coreografia da *Metralhadora*, imitando o gingado erótico dos adultos ao dançarem esse ritmo musical e brincaram de participar de um programa de televisão competitivo, que consistia na disputa das participantes pela melhor apresentação de dança. Depois de suas *performances*, elas deveriam responder à pergunta feita pela apresentadora: “O que os homens querem?”, frase enigmática sobre o desejo, que se tornou o título do programa televisivo que inventaram, cujas respostas perpassavam suas questões sobre como deve ser uma mulher. Essas crianças púberes tentavam organizar que iriam se tornar mulheres, e Stevens (2004) recorda que “no ‘vai tornar-se’ há um certo despedaçamento do imaginário, há uma regulação da imagem que é problemática” (p. 34), cuja brincadeira viabilizava que elas aventurassem tal complicador. No final, Roger, único garoto do abrigo, deveria decidir quem venceu. Mesmo alheio às investidas românticas que elas lhe dirigiam enquanto dançavam, demandando ser as vencedoras, ele compunha a encenação e decidia sobre o resultado do concurso.

Outras três meninas chegaram à instituição, algumas na companhia de seus irmãos bebês. E de repente, o abrigo estava ocupado por um número majoritário de meninas entre nove e doze anos. Paralelamente a isso, o fato de a pesquisadora estar grávida, colaborava para as questões sexuais que precisavam ser organizadas por elas. Elas queriam saber como o bebê foi parar na sua barriga, qual o seu tamanho, se ele a chutava e, por isso, a machucava, se era casada, entre outras perguntas que acobertavam suas questões sobre a relação sexual pela via da maternidade. Tantas mudanças na convivência, no corpo e na vida psíquica, levaram-nas a uma verdadeira desordem em um dos encontros. Nenhuma brincadeira ia em frente, pois elas se desentediavam, resmungavam, rebelavam-se umas contra as outras, sem motivo relevante. Inventamos o banco das reclamações, no qual cada uma delas teria sua vez de subir e reclamar sobre o que as incomodava. Uma série de queixas e indignações sobre a instituição, a escola, as colegas e a família foram expressadas e compreendidas por nós, como pano de fundo para contornarem o desconcerto do irrepresentável da sexualidade.

10.2 A atualização do *Fort-Da* e seus precursores na puberdade

Diante das questões suscitadas, as meninas inventaram a brincadeira de cabaninha. Essa foi a forma de elas se incluírem na brincadeira que os bebês faziam ao tomar banho, usar o vaso e dormir enquanto eu cantava algo para niná-los. Iniciaram atrapalhando a brincadeira deles, apagando a luz para que sentissem medo. Aos poucos, começaram também a acalmá-los do pavor causado, cobrindo-os e aconchegando-os. Assim, foram construindo cabaninhas pelo quarto, delimitadas por cobertores espalhados entre berços, colchões e camas, nas quais definiam onde e com quem cada um morava. Em cada uma dessas casinhas, uma criança mais velha morava com pelo menos uma mais nova, e deveria tomar conta dela enquanto a luz era apagada e acendida, suscitando o medo dos menores para depois, lhes dar aconchego.

Essa brincadeira parecia evocar os jogos estruturantes do sujeito, afinal, “são precisamente essas fantasias da primeira infância que são recolocadas em jogo” (Cottet, 1988, p. 104), no despertar da puberdade. Aqui, as alternâncias claro/escuro e medo/acochego eram os pares opostos que compunham a cena dos jogos precursores memoriados por elas, e vividos pelos bebês separados dos agentes cuidadores. Assim, as meninas ensaiavam certa maternagem, não desprovida da erotização na relação mãe-bebê que já as acometia. Elas atualizavam a função do agente materno para os bebês, investindo-os para além do corpo biológico, enquanto brincavam de ser adultas. Nesse sentido, esse brincar não era tão descomprometido quanto o vivido na infância. Por isso, era necessário estabelecer alguns limites para o que poderia compô-lo. No dia em que um dos bebês tirou a blusa e ficou correndo de barriga de fora, os outros bebês o imitaram e algumas delas quiseram entrar nesse jogo. Demarquei que essa brincadeira só valia para eles e que elas deveriam inventar outra coisa para fazer. Apenas eles estavam autorizados a um uso do corpo livre e curioso, pois se encontravam no primeiro momento da sexualidade. As meninas já haviam percorrido essa trajetória, precisando encontrar outros meios de organizar a pulsão que as acometia.

Nesse ensaio memorativo dos jogos estruturantes, elas atualizavam as experiências infantis. Não só encarnavam o agente materno para os bebês abrigados, fazendo elas mesmas a função do Outro que sustenta um desejo não anônimo, beneficiando-os com seu brincar, como também compunham parte de sua pesquisa sobre o sexual, no que se refere também à maternidade. Talvez isso estivesse em evidência para essas meninas, devido à problemática envolvida na separação das mães. Nessa época, algumas delas até cuidavam de verdade dos bebês, e eram autorizadas pelas cuidadoras a dar banho, trocar a fralda e alimentar, podendo,

pela extensão da brincadeira de cabaninha no próprio cotidiano, ensaiar respostas de maternagem.

Na sequência, inventaram a brincadeira da *Loira do Banheiro*. A pesquisadora devia entrar nesse cômodo usando batom vermelho, amarrar seu cabelo de forma a ter uma longa franja caindo sobre os olhos e aguardar ser invocada. As meninas batiam na porta e chamavam “*Loira do Banheiro*” por três vezes consecutivas, momento em que eu deveria sair de lá e persegui-las como se fosse uma aparição invocada por uma espécie de ritual místico. Assim, elas corriam pela sala e pelos quartos do segundo andar, escondendo-se debaixo das cobertas, protegendo os bebês e gritando apavoradas. Por ora, subiam no sofá para ficarem da minha altura e me enfrentavam, fingindo dar golpes que me abatiam.

Também identificamos nessa brincadeira elementos que remetem às elaborações psíquicas do *infans* nos jogos estruturantes. A ausência/presença desses jogos, como paradigma da lógica simbólica, era representada pelo dentro/fora do banheiro. Nessa alternância, a personagem que eu interpretava representava as próprias meninas a se lançarem como objeto do jogo de ocultação. A passividade/atividade também era retratada nas posições de fuga, medo, desprazer; e de embate, superação, prazer que se alternavam com o fantasma da loira que emergia do banheiro, demarcando o aspecto tanto econômico quanto o linguístico desse jogo. Nessa luta elas também se entrevavam com a alienação/separação pelas diferentes respostas frente ao ‘fantasma’ encenado. Todavia, os elementos eróticos se desdobravam sobre essa atualização dos jogos estruturantes, demarcados pelo batom vermelho e pelos cabelos loiros a cair sobre os olhos, num misto de sedução, mistério e suspense, dignos de representar o indizível da sexualidade. Por isso, foi preciso repeti-la muitas vezes, o que chegou a ser questionado pela instituição. A certa altura, a diretora do abrigo orientou a pesquisadora a não fazer mais essa brincadeira que gerava muito tumulto, argumentando que assustava os pequenos.

No encontro que se tornara o último, pois alguns dias depois a pesquisadora entrou em trabalho de parto, elas estavam reunidas com uma cuidadora para ler uma página do livro *Minutos de sabedoria*. A mensagem era sobre como devemos evitar que os problemas nos impeçam de encontrar a felicidade. Algumas delas reproduziram belas lições de superação, mas quando a cuidadora finalizou sua participação e começamos a brincar de *Loira do banheiro*, insistiram para que eu respondesse o que era a marca da besta. Era como se as regras morais do livro instrutivo desmoronassem junto com a saída da cuidadora, arejando as vias de expressão do enigmático frente à presença da pesquisadora brincante.

Elas queriam compreender quem Deus salvaria no fim do mundo, parecendo terem misturado os encontros de leitura inspirados na filosofia cristã com a maldição que diziam estar assombrando o abrigo. A prova disso era que um dos bebês ficou preso no banheiro sem ao menos alcançar a fechadura da porta, e isso só poderia ter sido causado por uma assombração. Uma delas disse que a viu e que ela tinha corpo de homem e perna de fogo. Insistiam para que eu descrevesse como era o desenho dessa marca, na intenção de reconhecerem qual delas a possuía no corpo. Acreditavam que essa assombração estava a sondar aquelas que entre elas eram pecadoras e não seriam salvas no julgamento final. Ao se referir a ela, uma menina comete o ato falho de trocar perna de *fogo* por perna de *funk*. Compreendemos então, que o fantasma a amaldiçoá-las era uma representação da pulsão sexual na puberdade, então todas elas estavam correndo o risco de não ser absolvidas nesse julgamento. *A Loira do Banheiro* nada mais era que a nomeação pela corporificação do indizível que as amedrontava, fazendo jus à relevância da figurabilidade nos modos de dizer do aparelho em formação. Cottet (1988) afirma que os jovens “verificam a maldição que pesa sobre o sexo e que ilustra o combate do sujeito com seu destino anatômico” (p. 106).

Ao me responderem o que é pecado, disseram que era falar palavrão e começaram a dizer palavras obscenas, não censuradas por mim. Isso foi suficiente para desencadear o relato de uma série de experiências sexuais, seguidas de tantas dúvidas quanto anseio e agitação causados pelos próprios testemunhos. Denunciaram, assim, que suas pesquisas sexuais infantis foram atravessadas pelo comportamento de um adulto transgressor. Algumas delas descreveram situações sugestivas de abuso sexual infantil, enquanto outras relataram muito claramente terem vivido essa experiência.

Aos poucos, as encenações da brincadeira foram perdendo importância e o lugar da palavra, ganhou o papel principal. O exercício de alternância como instaurador da lógica simbólica exercitado na brincadeira da *Loira do Banheiro*, viabilizou o espaço de uma conversação. Supomos, então, que ele pode ser eficaz para além da condição de linguagem da criança devido à maturação biológica, afinal, foi recolocado no momento em que a ação efetiva do recalque também faz faltar palavras. Pela atualização da dimensão estruturante do *Fort-Da*, as crianças puderam afiar as ferramentas do brincar que ordena a lógica simbólica. Assim, elas transpuseram os registros psíquicos que fixavam a experiência traumática. O ritual lúdico preparou o terreno para a linguagem e suas invenções eróticas as levaram ao saber. Do enigma à significação, elas foram esclarecendo umas às outras aquilo que já sabiam.

Uma adolescente demarcou que o que havia acontecido com a colega não era um namoro, e sim, um abuso, pois namoro é com alguém da mesma idade e que não pertence à

família. Algumas ficaram surpresas em saber que ‘essas coisas’ não podiam acontecer entre os familiares, outras se sentiram aliviadas por saberem que só teriam um bebê se já tivessem menstruado. Uma criança disse que namorar não era pecado, pois era daí que vinham os bebês, levando a colega a se decepcionar comigo por concluir que eu tinha ‘feito aquilo’, afinal, estava grávida. Nas palavras de uma delas, foi possível conversar sobre várias “feridas do coração” a partir do deslize de significantes que esse encontro fez circular. Ao circundar o imaginário pela via discursiva, elas se lançaram pela linguagem, humanizando a questão do desejo.

O fantasma da loira parecia encarnar uma condição comum a essas meninas: a submissão a uma lei transgressora. Não por acaso, elas compreenderam as lições do *Minuto de sabedoria* como profecias amaldiçoadas, representadas pela aparição ritualística da *Loira do Banheiro*. Stevens (2004) adverte que “o religioso visa a um pai simbólico da lei, enquanto que, no fundamentalismo e nas seitas, o que está em jogo é o pai gozador, aquele de todos os excessos, ainda que sejam cometidos em nome da lei”. (p. 38)

Seus relatos na conversação denunciaram que elas foram expostas a uma série de situações nas quais, os familiares, como transmissores dos ideais culturais, eram os próprios transgressores da lei, seja por efetivarem os abusos, seja por se silenciarem diante dele. Por meio da máscara da educação, eles submetiam as crianças ao seu bel-prazer, invalidando, assim, a própria função da lei em psicanálise, que visa o advir do sujeito em relação ao seu próprio desejo. Mais do que uma desorientação em relação a essa busca, tais fatos as lançaram a um percurso ainda mais assombroso pela puberdade. Além de lidar com os desafios do impossível da sexualidade, elas precisavam reorganizar o desvario da própria experiência sexual infantil.

Cottet (1988) afirma que “todas as pulsões na primeira infância podem se satisfazer com o mesmo objeto: a mãe, um irmão, um parente” (p. 103). Sabemos que, após esse momento, a pulsão deve encontrar um novo objeto erótico, a partir da própria interdição dos adultos. E nos perguntamos: Quais os efeitos psíquicos do atravessamento desse investimento após a primeira infância, atingindo a vida púbere dessas meninas, quando não barrados pelos adultos cuidadores, mas, ao contrário, até incitados por eles? Se toda criança precisa se haver com o imaginário punitivo do Supereu, instância regulamentadora dos ideais transmitidos pelos pais, o que se passa quando ela confirma que a punição pode ser real, pois ela realmente foi submetida a uma transgressão, a um ato ilícito?

Lacadée (2007) afirma:

Existiria para todo sujeito, por um lado, uma tensão entre o ideal do eu, que lhe diria como fazer com a sua vida e, por outro lado, esta região obscura que habita profundamente o ser e que diz respeito à sua parte pulsional. Esta mancha negra no coração do ser humano diz respeito, a essa parte de sofrimento bizarro que faz, justamente, uma mancha em sua existência, e que é para a adolescência, surpreendentemente atual porque esta mancha corresponde a alguma coisa nova, que aparece com frequência e de forma contingente. (p. 4)

Essas meninas, então, precisavam se haver com uma mancha que já havia se inscrito no corpo como gozo, representada pela enigmática e perseguida marca da besta. Impulsionadas pela dimensão estruturante que a brincadeira da *Loira do Banheiro* lhes permitiu atualizar, conjugaram sua posição de alienação/separação frente ao Outro, já circunscritas na via discursiva da conversação. Apostamos que assim elas tenham recorrido a recursos menos apocalípticos para lidar com suas inscrições psíquicas, reinscritas pela conversação nessa transição da infância à vida adulta. Afinal, “a transição é antes de tudo para nós uma figura retórica que permite passar de uma palavra à outra” (Lacadée, 2007, p. 8), ou, da posta em ação à palavra. Acreditamos que pelo brincar as crianças acederam do objeto *a* ao significante e puderam enxugar o transbordamento imaginário que as acometia. Escutamos como sintomas seus atos infringentes (tanto os memorados como os recentes) e demos-lhes um lugar pela palavra.

Na tentativa de responder ao mal-estar dessa puberdade particular, as meninas manifestaram muitas dessas infringências na instituição, que as compreendia como imorais e dignas de punição, acentuando o que já lhes era por demais exacerbado. Chegaram a avaliar a possibilidade de levar os bebês meninos para o abrigo de garotos, na expectativa de que a separação por gêneros pudesse pôr fim ao movimento pulsional que rebentava. A pesquisadora apontou para a diretora do abrigo a importância da maternagem vivida pelos bebês com as meninas, sugerindo ser mais importante para eles tal benefício, que o afastamento do comportamento erotizado delas. Talvez esse comentário tenha sido considerado, já que essa mudança não ocorreu. Todavia, essas meninas foram, quase que sequencialmente, adotadas ou reencaminhadas para os familiares. Lemos tal episódio como o impossível da sexualidade deflagrado pelo púbere, que leva os ‘aborrecentes’ a tanto amolar os adultos. Afinal, essa é a condição escancarada da própria sexualidade humana.

11 UMA APRECIÇÃO AO BRINCAR

Vimos pela descrição das brincadeiras no abrigo que o corpo está prontamente presente na elaboração psíquica das crianças, mas também demonstramos as semelhanças dos processos psíquicos envolvidos no brincar com o trabalho dos sonhos. Cabe-nos agora demarcar os pontos em que esses processos se diferenciam, partindo do pressuposto fundamental dessa distinção: as crianças não estão dormindo quando brincam. Pelo contrário, estão em seu pleno despertar para a vida. Por isso, dedicamos este capítulo a um esclarecimento mais amplo da função do brincar na perspectiva psicanalítica, partindo da concepção de que a brincadeira é a ferramenta por meio da qual a criança se inscreve psiquicamente no mundo, operando, assim, uma invenção de si mesma pela criação lúdica.

11.1 O trabalho lúdico

Freud (1900/2019) traz dois exemplos interessantes de sonhos nos quais a vida de vigília tem um papel fundamental para a elaboração onírica. No sonho do *Filho em chamas* (p. 535), o pai, que acompanhara o adoecimento do filho acamado e febril até a morte, repousava em outro quarto, enquanto um senhor de idade vigiava durante a madrugada o corpo da criança rodeado de velas. Ele sonhou que o filho ia até ele para dizer: “Pai, você não vê que estou queimando?” Esse elemento onírico recomenda ao pai acordar o mais rápido possível, ação pela qual ele constata que o filho está, de fato, pegando fogo, devido à queda de uma das velas sobre seu corpo. Elementos da vida de vigília, como o arder em febre do adoecimento do garoto ou a desconfiança de que o senhor idoso não conseguiria passar a noite acordado, contribuem para a formação do sonho assim como o clarão das chamas do quarto em que repousava o corpo do filho invadiu o sonho, como um alerta para o despertar do sonhador.

No sonho *Sobre o simbolismo urinário* (Freud, 1900/2019, p. 391), um elemento da vida de vigília não só interfere no percurso do sonho como também convida a sonhadora a acordar, embora ela, ao contrário do pai do filho em chamas, resista fazê-lo. O sonho relatado em um jornal humorístico retrata uma babá sonhando estar em um passeio com a criança que insiste em fazer xixi. Diante dessa urgência, ela o leva a um poste e a urina dele começa a inundar a rua, de forma a permitir circular uma canoa, depois uma gôndola, em seguida um

veleiro, até um grande navio a vapor. O sonho termina com a babá percebendo que a criança estava tentando acordá-la para fazer xixi durante a noite. A sucessão de imagens de veículos flutuantes penetrara no sono como representação dos chamados da criança, que também cresciam em intensidade, à medida que a babá insistia em permanecer adormecida.

Freud demarca que os elementos da vida de vigília têm papel significativo na formação dos sonhos, mas os posiciona como fatores secundários nesse trabalho, uma vez que essa observação não dispensa a afirmativa de que a força propulsora dos sonhos é um desejo inconsciente. No caso do sonho do *Filho em chamas*, trata-se do inconsciente do pai manifestando sua culpa insuportável por não ter reagido ao fato do filho estar ‘queimando’ ainda vivo, ou seja, de que a febre poderia indicar um grave adoecimento que poderia o levar a morte. No sonho da babá, o desejo é não ter o sono perturbado, pois ela atende o pedido da criança em sua produção onírica, evitando o despertar. A vida de vigília, pertencente às instâncias do pensamento normal, também é submetida pelo trabalho do sonho ao determinismo psíquico. Assim também é a elaboração secundária que se esforça por atribuir uma leitura racional e inteligível ao conteúdo do sonho após o despertar. Ambas não são improvisações arbitrárias para a produção onírica, pois a representação inconsciente penetra no sonho, como sugere Freud (1900/2019), “ao se ligar com uma representação inofensiva, já pertencente ao pré-consciente, transferindo a ela sua intensidade e se deixando cobrir por ela” (pp. 590-591). Os restos diurnos e a elaboração secundária, portanto, servem de apoio à eleição privilegiada que o material inconsciente exprimirá no material onírico, por transferência.

Alcançar os pensamentos normais também é um recurso do sonho que trabalha em favor da distorção de seu conteúdo. Os restos diurnos desviam a atenção de forma a evidenciar não os elementos intensos do sonho, mas seus elementos mais fracos e indistintos, coagindo-nos a considerar o conteúdo do sonho como insignificante através de uma distorção menos tangível. Por sua vez, a elaboração secundária se esforça para esclarecer os conteúdos oníricos através da consideração ao mundo exterior.

Freud (1900/2019) conclui:

Porém, agora já sabemos que entre os pensamentos oníricos e o sonho ocorreu uma completa transvaloração de todos os valores psíquicos; a distorção só foi possível pela subtração de valor, sendo que em geral se expressa nela e com ela ocasionalmente se contenta. (p. 543)

Diante de tais considerações sobre as instâncias do pensamento normal que atravessam o sonho com a função de distorção, localiza-se a distinção crucial entre o sonhar e o brincar,

em termos metapsicológicos. Na brincadeira, a criança não objetiva distorcer a relação dos modos de trabalho psíquico com o mundo exterior, mas estabelecer consonância a ele. Se o aparelho psíquico já concebido do adulto se esforça por sustentar o processo secundário, o aparelho em formação do *infans* insiste em acedê-lo como forma de reconhecimento pelo Outro.

Freud (1900/2019) esclarece que:

O processo primário almeja a descarga da excitação para, com a quantidade de excitação assim acumulada, produzir uma *identidade perceptiva*; o processo secundário abandonou essa intenção e em seu lugar assumiu outra, a de conseguir uma *identidade de pensamento*. (p. 630, grifo do autor)

Afinal, é pela renúncia ao princípio de prazer que a criança adquire o juízo de realidade, subsidiando a composição dos sistemas psíquicos que caminham da extremidade sensitiva à motora, das percepções ao mundo exterior, facultando-lhe as capacidades do pensamento e da fala.

Sabemos que esse percurso não é definitivo, ou seja, uma vez que o aparelho e suas instâncias estão formados, não se define um sentido único e progressivo para as excitações que o engrenam. Como vimos, a disposição espacial do rearranjo psíquico é didática. Sobre os sistemas que compõem o aparelho, Freud (1900/2019) não nos deixa dúvidas de que “bastanos que a hipótese estabeleça uma sequência fixa – que durante certos processos psíquicos os sistemas sejam percorridos pela excitação numa sequência *temporal* determinada” (p. 565, grifo do autor). Todavia, espera-se que, ao longo do desenvolvimento, linguagem e processos psíquicos se concatenem de forma a não ocasionar um isolamento do mundo externo, conservando a lucidez. Nos processos psíquicos da vida de vigília dos adultos, o aparelho se acomoda aos processos secundários e resiste em retornar aos seus modos de trabalho primário, daí todo o esforço de distorção do trabalho onírico para viabilizar a regressão. Se o preço a ser pago pelo reconhecimento do Outro é a renúncia ao princípio de prazer e a fixação da energia móvel como forma de nomear as percepções, desfundando o aparelho de um naufrágio pelo próprio mundo interior, o adulto se sente ressarcido pelas recompensas culturais dessa troca.

Na infância, os processos psíquicos estão investidos no sistema perceptivo de forma semelhante à regressão onírica. Em sua descoberta inaugural do mundo, o bebê anseia por conciliar as percepções internas com seus representantes externos, mas seu aparelho psíquico não sofre a mesma resistência do adulto em excitar a vivacidade sensível no sonho. Afinal, não há o que se recuperar, pois a primazia do mundo perceptivo é contemporânea à realidade

psíquica do bebê. A excitação no aparelho em formação tem concessão para um trânsito fluido entre os processos primários e os processos secundários, demarcando as operações de linguagem testemunhadas pelo brincar – sempre orientado pelo desejo da criança de ser reconhecida pelo Outro. Esse desejo de reconhecimento atravessa o trabalho psíquico envolvido desde os precursores do *Fort-Da*, no qual as vicissitudes pulsionais estão evidentemente em jogo, até o brincar simbólico, já instituído de certa contenção da satisfação em prol das regras civilizatórias.

Jerusalinsky (2014) demarca:

Percebe-se aí como o brincar é uma produção ampla que se estende ao longo de toda a infância, mas que não permanece sempre igual, pois, ainda que apresente uma insistência em torno de certos temas, vai articulando diferentes respostas da criança diante do Outro. (p. 236)

Portanto, o trabalho do sonho almeja percorrer o sentido regressivo do aparelho psíquico para que o sistema perceptivo alcance a consciência via distorção do material inconsciente. O inconsciente se apoia no material pré-consciente (provido das qualidades linguísticas), dos restos diurnos e da elaboração secundária e obtém êxito por essa transferência. Para que isso aconteça, o pré-consciente incita o aparelho ao desejo de dormir e afrouxa a ação da censura, mesmo que o resultado desse adormecimento seja o despertar do inconsciente. Para Freud (1900/2019) “nada deve acontecer no pensar; o *Pcs* exige dormir” (p. 603). O trabalho lúdico se presta ao mesmo fim, ou seja, tornar consciente o material do sistema perceptivo. Todavia, seu objetivo é encontrar meios de representação para o mundo interior, e não retornar a uma condição anterior do funcionamento do aparelho como forma de legitimar o material inconsciente. Pelo contrário, ao brincar, a criança anseia validar os modos de trabalho do pré-consciente como meio de aceder à cultura.

Por isso, o brincar também dispõe significativamente dos atributos do pensamento normal característicos da vigília, como a atenção e as qualidades linguísticas e motoras. Parafraseando Freud,²¹ supomos que o despertar para a vida adulta precisa de tempo, e é nesse tempo que acontecem as brincadeiras. Por isso, supomos que, no brincar, é o pré-consciente que se apoia por transferência no inconsciente, incitando no *infans* o desejo de despertar. Ao se animar para a vida, o material inconsciente da criança também é despertado como nos sonhos, mas no sentido não de estar entorpecido, e sim de procurar uma inscrição. Aguçada pelo desejo de reconhecimento do Outro, a criança se presta ao trabalho de estabelecer

²¹ “[...] O sonho não ocupa outro tempo senão o do período de transição entre o sono e o despertar. O despertar precisa de tempo; nesse tempo ocorre o sonho”. (Freud, 1900/2019, p. 603)

consonância com o mundo, submetendo-se aos modos de trabalho psíquico secundários. Estaria aí um esclarecimento a ser acrescido às teorias que tentam compreender a resistência dos bebês e das crianças pequenas em dormir?

O fato é que, pela brincadeira, a criança encontra subsídios para compor o aparelho psíquico, prescindindo o trabalho lúdico da distorção necessária à formação dos sonhos. Se, na regressão onírica, a excitação do aparelho vai do sistema consciente ao sistema perceptivo via elementos distorcidos, no trabalho lúdico, a excitação vai do sistema perceptivo ao consciente sem precisar resistir prontamente à ação da censura, o que não exige a criança de laborioso trabalho psíquico. É que o trajeto progressivo do aparelho na vida adulta, como percurso natural do desenvolvimento dos seres de linguagem, não manifesta obstáculos. Já na criança, o aparelho ainda não formado e disponível ao trânsito fluido entre os processos primários e secundários, exige um intenso dispêndio de energia psíquica para aderir ao percurso progressivo. O obstáculo primordial, nesse caso, é não a ação da censura, já que ela ainda opera paulatinamente, mas o inacabamento dos materiais e instâncias psíquicas que compõem o pré-consciente, via de acesso para a consciência como acesso ao mundo externo.

A mola propulsora do brincar se encontra no desejo de despertar para a consciência, no sentido de fazer consonância com o mundo. Para Freud (1900/2019), “a excitação estabelecida pela necessidade interna buscará um escoamento na motilidade, que podemos chamar de ‘alteração interna’ ou de ‘expressão da emoção’” (p. 593). Por isso, diferente do sonhar, o trabalho lúdico não é isento das ações do aparelho motor, o único meio de o psiquismo fazer consonância entre o mundo interno e o externo, seja pela ação, seja pela palavra. O aparelho motor no brincar tem uma função essencial para o teste de realidade que a subsidia ao se colocar no mundo. Insistimos com Freud (1900/2019): “quando o segundo sistema terminou seu trabalho testador de pensamento, também suspende a inibição e o represamento das excitações, deixando que escoem para a motilidade” (p. 628). Assim, os modos de trabalho psíquico do brincar se assemelham aos do sonho em suas operações, mas prescinde da anestesia motora que o estado de adormecer impõe ao aparelho para produzir o sono. O vigia dos sonhos tem a chave para a motilidade e insiste em trancar suas portas.

Freud (1900/2019) comprova:

Quaisquer que sejam as moções oriundas do *Ics*, normalmente inibido, que se agitem no cenário, elas podem ser deixadas à vontade; elas permanecem inócuas, pois não são capazes de colocar em movimento o aparelho motor, o único capaz de influenciar o exterior de maneira transformadora. O estado de sono garante a segurança da fortaleza a ser vigiada. (p. 596)

O sonho se forma no adormecer para privar o sonhador da relação com o mundo, dificultando a ressignificação das representações internas que já fizeram o percurso até a consciência. Já o brincar tem função oposta ao isolamento social dos sonhos. Seu vigia é mais disperso ou, às vezes, ainda nem se presentificou, o que libera a criança para realizar suas experiências no mundo. É fato que elas, em certa idade, já brincam na intenção de elaborar um material recalçado e, nesse aspecto, o brincar estaria mais próximo da função de sonhar. Não por acaso, muitas vezes, a criança não permite que os adultos assistam certas brincadeiras, já submetidas à resistência psíquica. Jerusalinsky (2014) observa que “até mesmo antes de poder formular tal pedido de privacidade é frequente que a criança, entretida com sua produção de faz de conta, suspenda o brincar e iniba tal produção quando se percebe observada por um adulto” (p. 238). Todavia, o brincar não se restringe a uma propulsão sempre inconsciente, no sentido de uma experiência recalçada.

Dependendo da sua idade, a criança também pode sonhar com materiais reprimidos ou recalçados, e não apenas com resoluções de conflitos inalcançados na vida de vigília, como afirma Freud. Afinal, é ele mesmo quem (1900/2019) relata o sonho do garoto de doze anos que não conseguia dormir por medo de uma aparição com rostos verdes e olhos vermelhos. A mãe relatara que anos antes ele convivia com um garoto malcriado, de rosto esverdeado e olhos avermelhados, que incitava o filho a cometer desobediências que ela repudiava.

Freud (1900/2019) explica:

A fonte dessa aparição é uma lembrança reprimida, mas anteriormente consciente, de um menino que ele via com frequência quatro anos antes e que lhe oferecia uma imagem aterrorizante de muitas má-criações infantis, entre elas a do onanismo, pela qual ele próprio agora se censura *a posteriori*. (p. 572, grifo do autor)

Todavia, apenas na criança o resto diurno pode servir de excitação suficiente para a formação onírica, ao contrário dos adultos, que precisam do reforço sensitivo das moções inconscientes para produzir um sonho. Para Freud (1900/2019), essa impossibilidade se dá porque, “com o domínio progressivo de nossa vida impulsional [*Triebleben*] pela atividade do pensamento, renunciamos sempre mais, como a algo inútil, à formação ou à conservação de desejos tão intensos quanto os conhecidos pelas crianças” (p. 580). As experiências diurnas da criança contêm a força própria do que é o infantil, ou seja, são atravessadas pela vicissitude pulsional e abertas à variabilidade de inscrições psíquicas devido ao trânsito fluído entre o princípio de prazer e o princípio de realidade, entre os processos primários e secundários, franqueando a transcrição entre os registros psíquicos do aparelho. Por isso, o infantil é tão

suficiente para incitar a formação onírica do adulto, em modos de retorno, quanto a brincadeira em sua contemporaneidade às experiências sensoriais da criança.

Isso significa que o inacabamento do aparelho também dificulta delimitar tão nitidamente quando o material inconsciente infantil é sem representação porque foi traumático e, por isso, recalcado e ansioso em ser elaborado ou, simplesmente, porque ainda não se inscreveu psiquicamente, ainda não encontrou um representante no mundo exterior.

Freud (1900/2019) observa que:

O inconsciente é o psíquico propriamente real, tão desconhecido para nós segundo sua natureza interna quanto o real mundo externo; ele nos é dado pelos dados da consciência de maneira igualmente tão incompleta quanto o mundo externo pelas informações de nossos órgãos sensoriais. (p. 640, grifo do autor)

Por isso, os restos diurnos têm papel preponderante para a formação das brincadeiras. A invenção do brincar no aparelho pré-formado é uma resposta à urgência da criança em se inscrever psiquicamente. Já no sonhar dos adultos, a mola propulsora é sempre um desejo inconsciente reprimido. Se ele é normalmente atravessado por elementos de disfarce extraídos da vida de vigília em sua formação, inclusive, a preocupação com conflitos não solucionados durante o dia, necessita se submeter às exigências das formações do inconsciente para serem incluídos no sonho. Assim, propomos que a distorção do material inconsciente na criança está não na construção da brincadeira, como na produção do sonho, e sim em seu resultado. Pelo brincar, a criança adequa, enquadra o mundo interno ao externo por meio de uma representação que substitua, de forma parcial e, por isso, meio disfarçada e distorcida, o representante perceptivo.

Freud (1900/2019) afirma que:

Assim, se tornou necessária uma segunda atividade – em nossa linguagem, a atividade de um segundo sistema – que não permitisse que o investimento mnêmico avançasse até a percepção e a partir dela ligasse as forças psíquicas, mas que conduzisse a excitação proveniente do estímulo de necessidade por um desvio que, enfim, passando pela motilidade voluntária, modificasse o mundo externo de tal maneira que a percepção real do objeto de satisfação pudesse entrar em cena. (p. 627)

Então, vemos que, embora também favoreça a transcrição dos registros devido à restrita ação da censura, o brincar não visa manter o sono, mas franqueia a descarga psíquica. Nas crianças, calouras da linguagem habitual, essa descarga é privilegiada pela ação motora e não pelo uso das concatenações linguísticas de palavras. Por isso, o brincar não significa apenas repetir o funcionamento do trabalho onírico porque exige a ação motora, que não é assegurada pelo sonho.

O deslocamento, a condensação e a figurabilidade são recorrentes no pensamento infantil porque a imagem e as palavras conceituais expressam, por excelência, a dualidade oposta conjugada na ambivalência, dando plasticidade às palavras. Assim, é comum que o pensamento infantil seja beneficiário da inversão pelo oposto como formas de expressão primária da ambivalência. Essa transferência também é efeito da referência narcísica que impacta a linguagem da criança. O corpo próprio é também o corpo do Outro e a criança confunde sua ação com a ação exercida por aquele que a estrutura. Assim, a inversão, a ida e a volta, a direção da ação podem ser mais facilmente transpostas, transitivadas, e mais explícitas do que no funcionamento psíquico do adulto.

Concluimos, portanto, que o trabalho lúdico opera a partir dos mesmos laboriosos modos de trabalho psíquico dos sonhos, mas com objetivo distinto. O sonho pretende, pelo adormecer, desconectar o sonhador da consciência e anestesiar seu aparelho motor como forma de excitar o sistema perceptivo e engrenar o aparelho nas marchas do processo primário. Já o brincar, com passaporte livre para excitar elementos dos dois processos psíquicos, é uma resposta da criança despertada para o trabalho de consonar seu universo perceptivo à realidade, situação na qual a motilidade se faz fundamental.

11.2 Os princípios fundadores e inseparáveis do aparelho psíquico: prazer e realidade

A instalação do princípio de realidade no aparelho do *infans* é compreendida por Freud (1925/2020) como uma contraposição que subjaz ao princípio de prazer, uma vez que a satisfação da necessidade alucinada jamais coincide exatamente com a oferta do adulto auxiliador. A busca pela equivalência representacional do registro da percepção interna ao mundo externo é decepcionante e esse desencontro é o que impulsiona a criança a se voltar para o mundo. Freud (1900/2019) esclarece que “as carências da vida perturbam essa função simples; a elas o aparelho também deve o estímulo para seu desenvolvimento subsequente” (p. 593). A necessidade de representar os elementos do sistema perceptivo bombardeado pelas experiências do neonato coagem o aparelho a se desacomodar de sua homeostase, uma vez que ele se movimentará em direção à busca da satisfação original. “No *juízo de realidade*, trata-se de saber se algo que está disponível na forma de uma representação psíquica (‘dentro’ do *eu*) pode ser reencontrado também na esfera da realidade” (Lucero & Vorcaro, 2018, p. 37, grifo das autoras). Em sua matriz psicológica, esse juízo se inicia apoiado na nutrição e é traduzido na linguagem pelas pulsões orais a partir da introjeção do alimento que é engolido

como pretensão de compor o Eu, ou que são rejeitados na aspiração de permanecer do ‘lado de fora’. Cada vez mais distante da satisfação da necessidade primordial, o bebê se vê obrigado a enveredar pelas impossibilidades de reciprocidade entre seu mundo interno e o externo, já que, segundo as autoras, “a realidade se impõe ao prazer e obriga o adiamento ou a antecipação da satisfação” (Lucero & Vorcaro, 2018, p. 36), viabilizando que o *infans* instrumentalize os primeiros recursos para adentrar à linguagem.

Na relação entre a representação e a percepção, joga-se com a experiência de existência. Lucero e Vorcaro (2018) dizem que “é por tudo aquilo que não pode ser assimilado ao eu que este se atenta ao mundo das percepções” (p. 37). Essa partida conta com a nova ação psíquica instaurada pelo adulto auxiliador que inscreve os caracteres libidinais e linguísticos na identidade perceptiva do bebê. Santos e Vorcaro (2018) retomam a ideia destacando que, “mesmo que necessidade e satisfação primariamente estejam em relação direta, uma univocidade entre elas só existe antes da instalação de um traço de memória, que inaugura e orienta o funcionamento psíquico complexificado pela ação de um próximo” (p. 99). Como a necessidade alucinada do bebê perdura, ele precisará se enveredar pelo processo secundário do aparelho como forma de discernir sua ludibriez da satisfação efetiva, “ao qual se adapta por meio de mecanismos de julgamento (atenção, antecipação) e da fixação a restos de palavras, estratificando qualidades perceptíveis à consciência” (Santos & Vorcaro, 2018, pp. 98-99).

A suspensão do sujeito em relação ao objeto primordial ocorre devido ao princípio de realidade, inseparável do princípio de prazer. Na incessante busca pelo objeto perdido, resta o encontro com um objeto outro “que deve por definição reencontrar alguma coisa que é de empréstimo” (Lacan, 1955-1956/1988, p. 104), capaz de perpetuar as moções pulsionais primárias em sua distinção. Assim como o carretel que o neto de Freud usa em sua invenção. Lacan (1962-1963/2005) nos propõe que, na brincadeira do *Fort-Da*, “há sempre um certo vazio a se preservar, que nada tem a ver com o conteúdo, nem positivo nem negativo, da demanda” (p. 76), mas com a falta estrutural à condição humana.

Por isso, é tão relevante respeitar a condição da criança que instrumentaliza sua estruturação pela via do brincar. Ao brincar, a criança não só se dispõe a elaborar as experiências desagradáveis e traumáticas, mas também estabelece consonância com o mundo que a recebe numa visita compulsória à existência. Lucero, Martins e Vorcaro (2018) apontam: “fato é que uma nova percepção da realidade não coincide jamais com a recordação, sendo disfuncional a identidade entre elas que, nesse caso, dispensaria a função do *juízo*” (pp. 208-209, grifo das autoras). Nesse esforço de se representar no mundo, a criança se emparelha

junto ao enfrentamento de existir na realidade que a antecede, contrapondo-se à tendência avassaladora da homeostase no aparelho. Os traços mnêmicos, como indicadores da percepção, são signos que fazem coexistir os elementos mais apartados de cada extremidade do aparelho. Vicinal à vividez sensorial das percepções e transeunte das formas verbais, o signo pode ser lido como “indicativo de ultrapassagens da condição homeostática do aparelho” (Lucero, Martins & Vorcaro, 2018, p. 219). Ao operar com as insígnias do significante em seus jogos estruturantes, a criança pode percorrer a via dupla dos princípios fundadores e inseparáveis do aparelho, decompondo sua tendência homeostática pelas pulsões que as expurgam à realidade.

Por isso, também podemos pensar os jogos estruturantes como uma atividade universal que compõe os elementos da cultura, desenvolvidos no intuito de representar a realidade de forma imaginativa. Roza (1993) aponta que “o jogo se baseia na manipulação de imagens, sua função é a de representar a realidade. Essa realidade – matéria, natureza – é recriada pela metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras” (p. 25). Situado entre as faculdades mentais e as percepções, o jogo é como uma evasão temporária da realidade de incomensurável valor para a formação cultural. Como atividade privilegiada da infância motivadas pelas representações sensíveis, as brincadeiras infantis podem ser compreendidas como potenciais ferramentas criativas que facultam a invenção da criança no mundo, no sentido de que inventar é transpor registros psíquicos.

11.3 A vivacidade sensível como protagonista da cena infantil

Percebemos como Freud compara a vida anímica infantil aos mais ricos trabalhos psíquicos, como os sonhos e os chistes. Eles se convergem pelas formas variadas de linguagens disponíveis para expressar o conteúdo inconsciente, justamente porque o aparelho não se encontra inibido de excitar o sistema perceptivo. A vivacidade sensível da criança seria, portanto, o elemento a conciliar o infantil com o criativo.

Na atividade de pensamento infantil, assim como nos chistes e nos sonhos, a brevidade das poucas palavras é um trampolim para que o material inconsciente acesse a consciência, sem se submeter totalmente às ações do pré-consciente. A transposição do experimentado ou do fantasiado em imagens para a encenação privilegiada na criança se faz habitual devido à restrita ação da censura em sua vida de vigília, aproximando-as da linguagem inconsciente, como ocorre nos sonhos dos adultos. Daí o curto-circuito que conecta o material inconsciente

às suas diferentes qualidades no aparelho, em especial, as perceptivas, pois, como Freud (1920/2020) sugere, “no inconsciente os investimentos podem ser facilmente transferidos, deslocados e condensados de modo integral (p. 125).

Essas peculiaridades dos modos psíquicos e linguísticos do *infans* ocorrem porque a vivacidade sensorial é contemporânea às suas experiências de mundo e não são um retorno ao infantil, como acontece nos adultos quando experimentam a regressão onírica ou os chistes de técnicas linguísticas. Na brincadeira da criança se evidencia o modo arcaico e original da pulsão, no vaivém em que ela estrutura corpo e linguagem.

Lacan (1964/2008) destaca que:

Não há nenhuma necessidade de ir muito longe numa análise de adulto, basta ser alguém que pratica com crianças para conhecer esse elemento que constitui o peso clínico de cada um dos casos que temos que manipular e que se chama pulsão. Parece então haver aqui referência a um dado último, ao arcaico, ao primordial. (p. 160)

Afinal, o contorno da pulsão sobre a zona erógena, tão presente nas brincadeiras, é uma forma de o objeto *a* se inscrever no organismo, com toda a condição do impossível a que isso remete. Na tentativa de estabelecer consonância entre as experiências sensíveis e o mundo, a partir do caráter transformador da motilidade, as instâncias psíquicas se constituem a fim de legitimar a estreiteza do laço entre pulsão e vida anímica infantil. Nos adultos, a pulsão também é presente, mas, devido ao acomodamento aos processos secundários do aparelho, ela não é experimentada de forma tão declarada quanto na infância.

Ao bordejar e interromper esse investimento pelo contorno do objeto, o movimento da pulsão revela uma montagem desorganizada e não captadora de seu fim, diferentemente do instinto. Lacan (1964/2008) explica que a “pulsão é precisamente essa montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar com essa estrutura de hiância que é a do inconsciente” (p. 173). É justamente a força constante da pulsão, o seu ritmo, que a diferencia das funções biológicas. O instinto sexual visa a reprodução e a conclui, enquanto a pulsão, em sua constância e variabilidade, nunca se totaliza.

Lacan (1964/2008) reforça:

Se a pulsão pode ser satisfeita sem ter atingido aquilo que, em relação a uma totalização biológica da função, seria a satisfação em seu fim de reprodução, é que ela é pulsão parcial, e que seu alvo não é outra coisa senão esse retorno em seu circuito. (p. 176).

Ela é sempre descontínua e cíclica em relação ao objeto da satisfação. Como a criança vive o primeiro tempo da sexualidade, no qual o erótico está dissociado do ato sexual, só se chega ao segundo tempo da sexualidade, na qual o erotismo adquire valor inteligível pela sua finalidade reprodutiva, através da exploração da diversidade das pulsões sexuais, já que “a sexualidade só se realiza pela operação das pulsões, no que elas são pulsões parciais” (Lacan, 1964/2008, p. 174). A partir da invenção erótica, a criança se vê obrigada a iniciar um saber sobre si no mundo. Não eximido de originalidade, esse saber estará sempre entrevado na relação com o Outro. Afinal, a pulsão se legitima na reversão fundamental que conclui sua função de só se realizar no campo do Outro, preconizado pela condição do *infans*.

Lacan (1964/2008) retoma o pensamento freudiano dizendo que o autor nos “adianta isto por razões puramente gramaticais, de inversão do sujeito e do objeto, como se o objeto e o sujeito gramatical fossem funções reais” (p. 167), sincronizando-o com o inconsciente estruturado como linguagem, no vaivém do movimento pulsional. O atormentar e o ser atormentado, ressaltados por Freud ao discorrer sobre o sadismo e o masoquismo nas vicissitudes pulsionais, denunciam para Lacan (1964/2008) que “o sujeito se faz objeto de uma vontade outra” (p. 182), ao articular a pulsão ao campo do Outro. Por isso, ativo e passivo, em termos pulsionais, não são nada mais que o sistema linguístico pelo qual o corpo se emparelha na linguagem, e por esse motivo são tão evidentes nos modos de dizer da criança. Todavia, apenas em uma visão estritamente biológica da sexualidade eles se resumiriam em dois elementos. Pela via psíquica, eles fazem suspender um terceiro elemento que se trata do inesgotável jogo de forças pulsionais no qual o sujeito do inconsciente se constitui.

Assim, a ambiguidade das pulsões parciais se instala no limite da homeostase, denunciando o para além do princípio de prazer em jogo no brincar. O desprazer gerado pela insuficiência biológica, linguística e psíquica em equalizar o transbordamento pulsional na experiência de mundo é o que coloca a criança a trabalho nas brincadeiras estruturantes. Desse modo, o *infans* se vê coagido a se inventar diante do que o antecede, ultrapassando o princípio de prazer, ao mesmo tempo que instaura certo limite às pulsões parciais ao equacioná-las em suas experiências lúdicas.

Se isso fica muito claro pelo movimento dos jogos estruturantes, no brincar simbólico só se localiza com certo esforço. Até mesmo nos jogos em que as renúncias pulsionais são compartilhadas em prol das regras civilizatórias, percebemos a ultrapassagem do princípio de prazer. É possível observar um ponto da brincadeira em que a criança subverte as regras a favor de um excesso numa espécie de jogo de quem pode gozar mais. Lembro-me do

atendimento de uma criança de seis anos que inventara um circuito a ser percorrido no consultório, com trajetos e regras muito custosos ou até quase inatingíveis para a proporção física de um adulto. Submeter-me a ele era uma forma travestida de me colocar ao bel-prazer de seus caprichos, desejosos de que eu pensasse durante o circuito, enquanto ela saboreava de um gozo extraído da regra, reproduzindo sua relação com o casal parental. Tal encenação criada por essa criança no *setting* analítico nos faz lembrar a formulação de Lacan (1964/2008):

O sujeito se aperceberá de que seu desejo é apenas vão contorno da pesca, do fígamento do gozo do outro – tanto que, o outro intervindo, ele se aperceberá de que há um gozo mais além do princípio de prazer. (p. 180)

Vale lembrar que numa análise é importante localizar para a criança que sua dependência subjetiva do Outro não a impede de se distinguir dele, de forma a conduzi-la nessa diferenciação.

A encenação da criança, é, portanto, uma forma de fazer ver a pulsão, que ganha o estatuto de protagonista na cena infantil. Afinal, não nascemos com os prazeres e desprazeres determinados, eles vão se compondo à medida que o aparelho se constitui. Mas nesse caso, o se fazer ver não intenciona um expectador, e sim o escoamento pulsional: do prazer/desprazer, ou do para além do prazer, como forma de encontrar um representante no mundo exterior que dê conta da vividez sensorial da criança.

Freud (1920/2020) ressaltara:

Chamemos ainda a atenção para o fato de que nos adultos a encenação artística e a imitação, que, diferentemente da conduta da criança, visam à pessoa do espectador, não os poupam, a exemplo da tragédia, das mais dolorosas impressões, e ainda assim podem ser sentidas por eles como um elevado deleite. (pp. 83-85)

Tal deleite se refere ao efeito catártico das tragédias gregas, oriundo das emoções de terror e compaixão do espectador perante a situação do herói trágico, conciliando, em um só momento, prazer e desprazer diante do mesmo objeto. Essa conjugação, segundo Freud, metaforiza o conflito pulsional constituinte do aparelho psíquico, no qual a pulsão necessita renunciar à satisfação para aderir ao princípio de realidade, submetendo-se a certa medição de seu excesso. Freud (1905-1906/1942) sugere que o conflito em jogo nas tragédias é o pulsional: “na vida anímica do próprio herói o sofrimento acontece numa luta criada entre diferentes moções, uma luta que não deve terminar com o declínio do herói, mas com o declínio de um afeto, ou seja, como uma renúncia” (p. 49). Assim como na criança, que,

obtendo prazer em outro lugar servindo-se ou não de um expectador, faz da brincadeira um recurso para a invenção de seu sintoma.

Jerusalinsky (2014) afirma:

O brincar é sintoma constituinte do sujeito na infância. Com ele a criança produz resposta ao paradoxo temporal ao qual está confrontada: entre a antecipação simbólica – que se situa, desde o inconsciente parental, seu lugar na filiação, sexuação e identificação – e a imaturidade real de seu corpo (p. 232)

Nesse momento privilegiado das inscrições psíquicas que é a infância, a brincadeira acontece no intuito de que a criança se estruture como sujeito do desejo do Outro, uma vez que o adulto aí está presente quase como um braço. Esse que a assiste provoca um destempo entre a insuficiência real do corpo e a antecipação simbólica. Por isso, a criança se conta, se reconta, se historia como forma de ter um lugar na série do Outro produzindo uma narrativa ficcional que exige uma leitura. “Afinal a psicanálise concebe que o corpo falante comporta um *dizer de sua existência que difere da função da fala*” (Vorcaro, 2020, p. 242, grifo da autora). No brincar está sendo encenada uma metaforização que não está clara porque é enigmática e exige, em termos constituintes, que o adulto cuidador se introduza naquilo que a criança manifesta. Pensamos que a criança demanda que sua manifestação pelo brincar possa ser incluída numa rede significante que ela pode pressentir, mesmo sem saber exatamente como se posicionar. Se o outro se dispõe a ler essas linhas que a criança escreve supondo que há ali um texto, uma história, uma cena a ser decifrada, ela pode sair do afogamento no vazio e vir a ser.

Por isso, o brincar é o trabalho psíquico da infância, privilegiado por não ter valor de ato. Na brincadeira, a criança pode ensaiar todo um arsenal de respostas ao Outro, para que, quando for convocada de fato, na vida adulta, ela seja beneficiária desse treino. Jerusalinsky (2014) nos lembra que “isso não tira a *seriedade* do brincar, na medida em que, com ele, a criança liga, elabora, *faz série* singular dos acontecimentos de sua vida” (p. 233, grifo do autor). A brincadeira é uma produção ativa que coloca em ato o fantasiar, com toda a notoriedade que esse processo merece no psiquismo.

Assim Lacan (1964/2008) caracteriza a fantasia:

Na fantasia, frequentemente o sujeito é despercebido, mas ele está sempre lá, quer seja no sonho, no devaneio, em não importa quais formas mais ou menos desenvolvidas. O sujeito se situa a si mesmo como determinado pela fantasia. A fantasia é a sustentação do desejo, não é o objeto que é a sustentação

do desejo. O sujeito se sustenta como desejante em relação a um conjunto significante cada vez bem mais complexo. (p. 181)

Ao encenar suas fantasias, a criança se apropria de uma construção ficcional que a subsidia em seu arremesso para o mundo. Por isso, supomos que a vivacidade sensível da infância direciona os meios da criança de se inventar no mundo, potencializando-a em uma atividade de criação a partir do lúdico, no sentido de que inventar é transpor registros.

11.4 Invenções de criança

Nessa cena, com a qual se brinca, são forjadas ferramentas dramáticas que viabilizam um manejo operante sob o escoamento pulsional. Para Roza (1993), o jogo do *Fort-Da* “é situado como um movimento de passagem do trágico ao prazeroso” (p. 51), pertencente ao campo da estética, pois, assim como algumas criações artísticas, o jogo do *Fort-Da* necessita submeter a liberdade de criação à métrica. Vale lembrar que, para Freud (1905/1996), o efeito estético de uma manifestação inconsciente está associado à capacidade de uma representação sensível driblar a censura e provocar prazer pela dispensa de energia psíquica na transposição de registros. Nesse contexto, o fígamento que punciona mutuamente sujeito em devir e objeto *a*, compreendido como algo ilegível, franqueia a hipótese de que a criança recorre a uma forma de tratamento do objeto próxima à do artista. Em vez de deslocar o conflito pulsional da relação de objeto para discursos outros que o escamoteie, a criança e o artista se propõem ao desafio de convidar a pulsão e seus enigmas a compor suas respectivas criações como personagens principais. Assim, “colocam em movimento uma ‘dialética da alteridade’, uma vez que tornam possível a inscrição da pulsão no campo da cultura” (Chaves, 2020, p. 34).

No jogo do *Fort-Da*, a criança efetivamente ultrapassa a relação imediata e imaginária com o objeto lançado e recuperado ao fazer disso um jogo, ou seja, ao transpor essa relação para o campo simbólico, transformando-a na trama da alternância a que se atém. No jogo, importa a relação que baliza, numa cadeia, o desaparecimento do objeto, qualquer que seja ele. Insuficiente e inalcançável mesmo quando apreendido, o objeto se torna, então, o próprio jogo. Quando realiza seus jogos constituintes, a criança movimenta a pulsão rumo à cartografia de seu corpo, num momento em que ela ainda não pode se servir das representações de palavra, recorrendo a outras ferramentas para se inscrever. A criança organiza sua posição subjetiva na relação com o Outro, sincronizando esse desencontro

através de movimentos concatenados de presença e ausência com os quais contorna a opacidade do objeto ao substituí-lo por seus representantes. Ela o explicita, fazendo o carretel – ou qualquer outro signo que represente o objeto *a* –, ir e vir, num jogo de balança com o desejo do Outro.

Quinet (2019) destaca que “no brincar, a figura do Outro do olhar personificado no espectador está oculto – o que não quer dizer que esteja ausente da subjetividade da criança” (p. 75). Oculto em relação às dramatizações características do teatro adulto, que conta com a plateia para se concretizar. Na encenação da criança, ela é o próprio espectador, uma vez que o Narcisismo, no qual ela está submersa, nos atenta para a ambivalência pulsional de sua constituição.

Jerusalinsky (2014) esclarece:

Apesar de que o brincar implique uma posta em cena, uma *encenação lúdica* que, tal como a encenação teatral, possibilita acesso a um gozo, é um jogo no qual a criança joga com o deslocamento de posição entre ator e espectador de seu próprio drama deslocado a um marco ficcional. (p. 237, grifo da autora)

Em sua brincadeira, a criança materializa o irrepresentável ao lançá-lo como um objeto concreto, passível de compor a dramatização mesma que a constitui.

A partir de nossa leitura do *Fort-Da*, colocamos à prova e desdobramos a assertiva freudiana (1908/2020) de que a criança se comporta como um poeta. As experiências do artista e da criança se atravessam não apenas pelo fato de ambos devanearem ou fantasiarem, mas pela forma como suas invenções viabilizam meios de circundar a opacidade do objeto, explicitando-o em suas criações. As vias possíveis para o tratamento do objeto na criação da criança e do artista, franqueadas pelas distorções das representações de palavras por formas substitutivas, podem esclarecer a metapsicologia em jogo no processo criativo. Freud (1908/2020) sustenta que “toda criança brincando se comporta como um poeta, na medida em que ela cria seu próprio mundo, melhor dizendo, transpõe as coisas do seu mundo para uma nova ordem, que lhe agrada” (p. 54). O processo de criação causa prazer à criança e ao poeta, não exatamente por permitir a liberação de fantasias imorais disformes pela atividade imaginativa, mas pela certa dispensa de representações de palavras no escoamento da energia fixa do aparelho.

Assim como na linguagem dos sonhos, a distorção que nos interessa é a transcrição de registros que a representação de coisa faculta ao aparelho, comunicando os conteúdos do sistema inconsciente com os do pré-consciente/consciente, certo dos desenganos desse diálogo. A brincadeira prazerosa e lutuosa, num só tempo, se desdobra aqui como o jogo de

alternância que a criança adota para lidar com a ausência de objeto, materializando-a em sua encenação. Para Freud (1908/2020), ela “empresta, com prazer, seus objetos imaginários e relacionamentos às coisas concretas e visíveis do mundo real. Não é outra coisa do que este empréstimo que ainda diferencia o ‘brincar’ da criança do ‘fantasiar’” (p. 54). Não por acaso, Lacan (1964/2008) ressaltara esse empréstimo que a criança extrai dos objetos que, devido à sua habilidade na transcrição dos registros, é viabilizado pela representação de coisa que faz do carretel do bebê algo “ligado a ele próprio por um fio que ele segura” (p. 66).

Tanto o brincar da criança quanto o criar do artista comportam um elemento do desejo, todavia eles operam em direções opostas. Através da brincadeira, a criança trilha o percurso do objeto *a* ao Eu-ideal; e vai da exploração do prazer na parcialidade pulsional à validação das insígnias simbólicas diante do desejo do Outro, constatado pelos sorrisos, pelas palminhas e demais gracinhas que o bebê faz para lhe causar. Em seguida, sua brincadeira caminha do Eu-ideal para o Ideal-do-eu, “procurando os pontos de identificação simbólica que implicam o longo caminho de só poder obter prazer por meio da busca de realização de certo ideal cultural” (Jerusalinsky 2014, p. 237).

No artista, suposto depositário das formações do inconsciente, o percurso criativo percorre o caminho regressivo desse trajeto, denunciando a embaraçosa relação entre a pulsão e as experiências mais infantis atualizadas na vida adulta.

Freud (1908/2020) conclui:

Já o adulto é bem diferente: por um lado, sabe que se espera que ele não brinque mais ou que não fantasie mais, mas que aja no mundo real e, por outro lado, que sob suas fantasias se produzem muitos desejos que, de qualquer modo, devem permanecer necessariamente ocultos; por isso, se envergonha de suas fantasias como coisas de crianças e proibidas. (p. 56)

A brincadeira da criança acontece no tempo mais maleável das vicissitudes pulsionais, o que implica certo caráter transformador ou constituinte ao seu ato de criação. No artista, boa parcela da pulsão já está fixada, e sua criação pode levá-lo à estabilidade ou ao apaziguamento dos circuitos pulsionais, mesmo que, em alguns casos, artistas enlouqueçam com a lucidez de sua criação.

Supomos que o processo criativo aparente na brincadeira infantil denuncie o desafio da criança em se inscrever em termos libidinais, em se reinventar em consonância com o mundo que a cerca. Nesse labor, a criança se vê obrigada a ordenar as moções pulsionais primárias, submetendo-as ao princípio de realidade, de forma original e inovadora. Se a pulsão e a relação de objeto são as forças motivadoras da brincadeira e do processo criativo,

não nos surpreendemos com a constante recorrência a termos artísticos para contornar a teoria psicanalítica ao dizer do brincar.

Freud (1920/2020) divide a brincadeira do *Fort-Da* em atos, termo usado para demarcar a divisão de uma peça teatral ou ópera:

Essa era então, a brincadeira completa, sumir e retornar, da qual, na maior parte do tempo, só nos era dado ver o primeiro ato, e este era por si só incansavelmente repetido como brincadeira, embora o maior prazer estivesse sem dúvida atrelado ao segundo ato. (pp. 77-79)

Inúmeras vezes Freud recorre à palavra cena para descrever a experiência de aparecimento e desaparecimento inventada pela criança. Os debates psicanalíticos precursores sobre as brincadeiras infantis já apontam para “uma construção simbólica em *status nascendi*” (Pfeifer, 1919/2002, p. 266 citado por Bedê; Iannini, 2020, p. 245) como forma de a criança abordar o inacessível, nos permitindo aproximar a remota associação entre o lúdico e a simbolização de uma invenção como ocorre no processo criativo.

Supomos que essa relação pode ser articulada à linguagem inconsciente que escoia pelo processo de criação dos adultos e da criança em suas invenções diante das adversidades que os acometem. Pelo menos, é isso que constatamos nos chistes ao produzirem uma nova forma de expressão linguística na qual prevalece o som das palavras sobre seu sentido, como a rima e a musicalidade. Ou nos sonhos, que elegem, prioritariamente, imagens sensórias, sobretudo de caráter visual, como forma de se representar. Assim, o material inconsciente acessa o consciente pelo trampolim da representação de coisa, o que efetua sua disposição ao pictórico e à plasticidade das palavras, como ocorre com as crianças e com alguns artistas.

Todavia, as cenas contemporâneas à experiência em si aparecem apenas nas brincadeiras infantis. Mesmo no caso das *performances*, que, como afirma Glusberg (2005) incorporam aspectos “tanto individuais quanto sociais, vinculados com o princípio básico de transformar o artista na sua própria obra, ou, melhor ainda, em sujeito e objeto de sua arte (p. 43)”, já se trata de uma reevocação das moções pulsionais primárias, e não da vida anímica infantil em sua ação primordial.

Pensamos que por isso a forma mais genuína do sonho, na qual a realização de um desejo ocorre com menos rodeios, elucida que no *infans* também se localiza a forma mais arcaica e original de criação. Para Quinet (2019) “a brincadeira do *fort-da* é um jogo teatral em que o bebê ator representa a si mesmo e a mãe” (p. 65). Vale ressaltar que a brincadeira é representante não só da mãe mas também daquele que cumpre a função de agente materno nessa cena tão particular quanto atual. Os conteúdos desconcertantes das moções pulsionais

primárias nos adultos são muito bem acomodados na vida anímica infantil. Relembremos Freud (1901/1996): “O trabalho do sonho gosta particularmente de reproduzir duas representações *contrárias* por uma mesma formação mista” (p. 672, grifo do autor), e completamos que também é assim com as crianças. A criança se serve tão livremente da ambiguidade verbal quanto o trabalho onírico, porque o pictórico, franqueador da plasticidade verbal e do efeito estético das manifestações inconscientes (economia da descarga libidinal) é muito familiar a ela.

Freud (1901/1996) reconhece que a condensação e o deslocamento estão presentes em outras formas de manifestação inconsciente, mas garante à figurabilidade uma exclusividade ao trabalho onírico: “A transmutação numa forma pictórica, por outro lado, permanece como uma peculiaridade do trabalho do sonho” (p. 687). Arriscamo-nos a confrontar tal afirmativa freudiana, sugerindo que essa qualidade também se declara no labor da brincadeira infantil. Inclusive Lacan (1961/2003) afirma que, se a criança no jogo do *Fort-Da* faz sumir e aparecer o objeto, é porque, “sem isso, não há meio de se demonstrar, não há nada que se forme no plano da imagem” (p. 52). Afinal, o primeiro objeto que se forma para o bebê, como indicativo da presença do mundo externo, é a imagem de seu corpo, mesmo que ela ainda seja uma sombra do adulto cuidador, como observamos no estágio do espelho. É ela que, por antecipação, constitui a primeira unidade de objeto que, no decorrer do desenvolvimento psíquico, permitirá ao bebê estruturar os objetos do mundo. Destacamos que, embora o objeto seio seja o primeiro objeto de investimento libidinal do bebê e componha uma unidade que fará série simbólica *a posteriori*, ele não abarca a dimensão de unidade de corpo do bebê, como ocorre com a imagem reconhecida no espelho. Para Marcos (2018), “o momento do estágio do espelho estrutura o corpo imaginário e funda as categorias do semelhante, do mesmo e do idêntico” (p. 99).

Pela relação imaginária, podemos afirmar que, desde os primeiros dias de vida do recém-nascido, já existe toda a multiplicidade de objetos, mesmo não tendo ainda se instaurado o Outro da dimensão simbólica. Cabe aqui distinguir o outro imaginário como o semelhante-objetos, do Outro simbólico, no qual se operam as leis de funcionamento significante. Talvez por isso Freud destaque a percepção visual entre as qualidades sensíveis marcantes da infância que se atualizam nos sonhos pelo seu caráter pictográfico. É claro que, passado esse momento marcado pela especularidade da constituição psíquica, o simbólico cumprirá a função de regulador do pacto linguístico e social, nomeando os objetos e dando-lhes uma identidade compartilhada. Mas antes disso, eles já estão disponíveis às experiências perceptivas do bebê, franqueando-o para a entrada na linguagem.

Lacan (1955-1956/1988) sublinha:

A criancinha que vocês veem brincar fazendo um objeto desaparecer e tornar a aparecer, e que se exercita assim na apreensão do símbolo, mascara, se vocês se deixam fascinar por ela, o fato de que o símbolo já está ali, imerso, englobando-o por toda a parte, de que a linguagem existe, enche bibliotecas, transborda, rodeia todas as suas ações, guia-as, suscita-as, de que vocês estão engajados, que ela pode solicitá-los insistentemente a todo momento para que vocês se desloquem e sejam levados a alguma parte. Tudo isso vocês esquecem diante da criança que está se introduzindo na dimensão simbólica. Portanto, coloquemo-nos ao nível da existência do símbolo como tal, enquanto nós aí estamos imersos. (p. 100)

O pictórico, portanto, se faz relevante porque é uma forma abreviada com a qual representações inconscientes acessam a consciência, sem se submeter às condições impostas pelo pré-consciente, instância já submetida ao funcionamento simbólico. Na urgência subjetiva da criança de fazer consonância com o mundo, tal abreviação se faz tanto possível quanto valiosa, “no sentido de que a imagem tem a propriedade de ser um sinal cativante que se isola da realidade, que atrai e captura uma certa libido do sujeito” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 233), cujo investimento desde a fase neonata franqueará a dimensão simbólica. Através desse recurso, a criança pode fazer sua invenção com o rebento pulsional que necessita se ajustar ao mundo para devir como sujeito.

A libido que faz capturar o sujeito pela imagem se configura pela sua estreita relação com a representação de coisa. Lucero e Vorcaro (2018) explicam que “nas representações de coisa encontramos as mais variadas representações visuais, acústicas, táteis e cinestésicas etc.” (p. 26), suficientemente atrativas quanto presentes no *infans* em seu curioso desafio de descobrir o mundo. Por isso, tendemos a acolher o desamparo do neonato a partir de balanços ritmados com o corpo, sussurrando sons e palavras que compõem as cantigas de ninar, enquanto os acariciamos ou, simplesmente, tomamos afetuosamente seu corpo em nossos braços. Rezende e Vorcaro (2018) esclarecem que, “ao oferecer o próprio corpo como marcador do ritmo que embala o *infans*, o agente cuidador procura sincronizar-se à criança, possibilitando ressoar em seu corpo o que Freud (1905/1996) denominou de ‘prazer do *non-sense*’” (p. 48). A partir das reações do bebê a esse investimento, o cuidador interpreta seu corpo e corrobora uma conexão musical e dançante que se interpõe nessa relação desde já, subsidiando os elementos que virão a compor a dimensão simbólica.

Nesse ritmo entre corpo e voz do cuidador e as reações do bebê, que posteriormente passa a também emitir os sons do grupo linguístico em que é criado, pensamos na musicalidade envolvida no balbucio, compreendida como *lalangue* ou *lalíngua* em psicanálise. Antecipado pela linguagem que já o interessa, o bebê responde a essa afetação

antes mesmo de distinguir as unidades que a compõem em conformidade com o compartilhamento dos códigos linguísticos. Rezende e Vorcaro (2018) explicam que “o que o *infans* diferencia como unidade é, em verdade, um bloco privilegiado por ele singularmente, a partir do modo como apreende as imagens sonoras (em termos lacanianos: *lalíngua*)” (p. 51, grifo das autoras).

Antes da fala gramatical e da intenção de comunicação através dela, o bebê brinca com o aparelho fonador. Quinet (2019) esclarece que *lalíngua* “trata-se de um conceito que Lacan cria para se referir ao efeito de linguagem no sujeito, extraído o seu efeito de sentido” (p. 207). Pensamos *lalíngua* como mais uma das brincadeiras estruturantes motivada pelo interesse do bebê em também emitir sons, que resulta em um monte de ‘baboseiras’ emitidas pelo prazer do *nonsense*. Ele estala a língua, pressiona os lábios provocando ruídos, deixando transbordar pela baba desse ensaio fonador, através da excrementícia saliva, o caráter gozoso que atravessa a dimensão da palavra. Ele oscila graves e agudos em seus gritinhos e parafraseia a entonação da fala adulta calcado na melodia composta quando direcionamos os significantes a ele.

Essa forma própria de falar com os bebês compartilhada pelos adultos, transbordante de ritmo e afeto, é tratada pela psicanálise como o *manhês*. Supõe-se que o bebê, familiarizado com a voz materna desde a vida uterina, extrai prazer do reconhecimento dessa musicalidade. A mãe, na tentativa de se adequar às suas necessidades, inicia com um bebê uma ‘protoconversa’. Ressaltamos que na ausência concreta de quem gerou a criança, o *manhês* pode ser instrumentalizado por qualquer outro cuidador que se ocupe da criança, pois esse reconhecimento é apenas um dos elementos desse bate-papo.

A adequação da fala às condições do aparelho perceptivo do bebê, segundo Rezende e Vorcaro (2018), “testemunha a potência do agente materno ao inocular a linguagem na criança” (p. 48), o que não deve ser confundido com “[...] a tolice própria que denota o *sentimento de superioridade do adulto em relação à criança*” (p. 49, grifo das autoras). Ritmar a fala direcionada ao bebê diz muito mais a respeito do modo como o efeito da musicalidade incide sobre o *infans* do que sobre recobri-la de exageros para compensá-lo da inteligibilidade gramatical. Palavras cantadas, pronunciadas no diminutivo ou de forma equivocada e incompleta no sentido gramatical – como fazem os bebês no início da aquisição da linguagem – de nada servem senão se deixarem perpassar pelo equívoco próprio da linguagem.

Jerusalinsky (2014) destaca:

O uso dos picos prosódicos e o *manhês* só produzem um efeito constituinte para o bebê e pequena criança se introduzem cortes e articulações simbólicas que incidem no real de suas funções orgânicas, e se produzem como efeito a construção imaginária de um corpo do qual o bebê possa vir apropriar-se, caso contrário caem do lado de uma pantomima de maternagem. (p. 83)

Nessa brincadeira com os sons e o aparelho fonador, o bebê se banha da tempestade rítmica dos significantes da língua característica de cada idioma, transmitidas pelos adultos como material sonoro, tão ambíguo e equivocado quanto o próprio significante. Rezende e Vorcaro esclarecem que “seja pronunciado em *manhês* ou em qualquer outra modalidade de fala, é a estrutura de linguagem que se coloca em jogo, muito além de uma consonância aparentemente facilitadora” (p. 50). Portanto, o que captura a criança no anzol da linguagem é a composição descontínua da língua, declarada na musicalidade. Para Quinet (2019), “o ritmo musical é o modo como as notas e o silêncio se organizam num espaço de tempo. Esse ritmo existe em *lalíngua* antes mesmo do advento da fala” (p. 212). A conjugação rítmica presente no *manhês* e em *lalíngua* é também um exercício para a aquisição da linguagem pela criança que, interessada mais no som e na rima do significante do que no seu significado, já passeia pelo universo simbólico.

Rezende e Vorcaro (2018) afirmam:

Estamos, então, diante da indubitável assimetria entre o adulto e o *infans*. Aquele que dispõe de uma bagagem, uma reserva de cultura que lhe permitirá reconhecer, interpretar e suprir o signo do que toma como mal-estar do neonato, inoculando, assim, o simbólico. (pp. 51-52)

Nessa experiência ultraprecoce com a linguagem, os efeitos da experiência musical se fazem incidentes e nos permite resgatar a descrição do uso das palavras nos chistes. Quinet (2019) também faz essa aproximação ao afirmar que “essa equivocidade faz com que cada língua tenha uma *musicalidade assemântica* própria com palavras cujos sons podem ser próximos e independentemente do que significam” (p. 208, grifo do autor). O que interessa à criança é a ginha sob a qual dançam os significantes assim como no efeito chistoso. A brevidade das poucas palavras diz muito mais do que vocabulário escasso ou não apreendido. Trata-se da transcrição de registros que o aparelho em formação faculta com facilidade, capturando a materialidade das palavras, consonantes às ferramentas estéticas, no que elas concernem ao aparelho um escoamento da pulsão. Daí, a criança não naufraga no transbordamento da vividez sensorial característica da infância. Rezende e Vorcaro (2018) desdobram tal pensamento, destacando que “na origem, as palavras excitam o corpo por meio do som e do ritmo, ressoando uma carga afetiva, produzindo e demarcando o que Freud

(1905/1996) nomeou como satisfação” (p. 56). Por isso, também compreendemos o *Fort-Da*, a brincadeira *chef d’oeuvre* do *infans*, composto pelo ritmo que o concatena com a alteridade.

Para Quinet (2019):

Trata-se também, nos indica Lacan, de uma experiência de simbolização em que a partir do jogo a criança metaforiza a mãe e pode se separar dela, pois a representa em seu jogo lúdico. Eis uma experiência de criação: de *performance* e música. (p. 212)

Supomos que o desenvolvimento do aparelho leve a uma sofisticação do prazer do *nonsense* oriundo do balbucio, “que se manteria nas aliteraões dos jogos de palavras até alcançar a complexidade da construção dos jogos e brincadeiras a partir dos quais a criança ingressaria no pacto social” (Rezende & Vorcaro, p. 60). Assim, pensamos que, no *Fort-Da*, o ritmo da musicalidade franqueia a alternância na qual o sujeito poderá se embalar também pelo mundo.

E concluímos com Lacan (1964/2008) que as experiências sensíveis do *infans*, acolhidas pelo adulto cuidador, não como ações ínfimas desprovidas de importância, mas como produto do laborioso trabalho criativo da criança de se inscrever psiquicamente, fomentam elementos substanciais para que ela se invente como sujeito encenador e encenado do seu próprio drama ficcional:

A natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhe dão as estruturas e as modelam. O importante, para nós, é que vemos aqui o nível em que – antes de qualquer formação do sujeito, do sujeito que pensa, que se situa aí – isso conta, é contado, e no contado já está o contador. Só depois que o sujeito tem que se reconhecer ali, reconhecer-se ali como contador. (p. 28)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na tese de que a estrutura do jogo do *Fort-Da* distinguida pela psicanálise pode ser tomada como paradigma para os desdobramentos da sustentação civilizatória implicada na intervenção do adulto nas brincadeiras de criança, validamos os preceitos da extensão universitária ao sugerir uma modalidade de intervenção em abrigos institucionais capaz de ultrapassar os limites da atenção psicológica prestada às crianças e adolescentes neles abrigadas. Tentamos, assim, explicitar à comunidade como a academia pode reconhecer e recortar elementos de uma prática clínica extra-acadêmica, para demarcar e formalizar construtos teóricos capazes de atingir diretamente um funcionamento institucional quando a pesquisa nele se inclui de modo a considerar especificidades, limites e condições de possibilidade próprios à instituição. Assim, sem transgredi-la ou impor-lhe mudanças, mas apenas ocupando um vácuo que insistia nela, a instituição em que desenvolvemos nossa pesquisa de campo foi envolvida nas medidas de intervenção propostas. Por outro lado, norteados pela linha de pesquisa que considera os conceitos fundamentais da psicanálise articulados a investigações no campo clínico e cultural, efetivamos um modo de declinar a associação entre psicanálise e universidade sem nos abstermos da ética da psicanálise e do nosso papel social.

Refutamos o descrédito daqueles que insistem que a pesquisa psicanalítica é de pouca relevância no cenário cultural por não corresponder aos critérios positivistas de se fazer ciência. Uma *práxis* que se autoriza a partir da formulação dos seus impasses não se torna ilegítima, justamente porque são os caminhos inesperados que enriquecem seu processo. É no desencontro entre a teoria e a prática que se pode capturar o que de fato acomete o sujeito compreendido como produção e produto da cultura.

Freud assegurava sua doutrina a partir de um modelo de aparelho psíquico capaz de esclarecer os processos inconscientes, mas não hesitou frente à necessidade de reformulá-la. Vivendo no período entreguerras, no qual pacientes deitaram em seu divã por atuarem no *front* de batalha, o pai da psicanálise se prontificou a compreender fenômenos que contrapunham sua própria teoria. Nas neuroses de guerra, o aparelho psíquico insistia em transcrever a situação traumática em conteúdo onírico, o que problematizava a afirmativa de que todo sonho é a realização de um desejo. Supunha-se que esses sujeitos não desejavam reviver a situação de angústia avassaladora, mas mesmo assim ela insistia em se repetir no sonho, o que abalou a afirmativa de que ele é sempre a realização de um desejo. Freud não se intimida pelo fenômeno que provoca a tese fundamental de sua obra-prima, nem o conceito

fundador da psicanálise, devido à audácia de uma *práxis* capaz de se reinventar na cultura. Assim, ele reformula a teoria das pulsões.

Na primeira tópica das pulsões, Eros designa as pulsões que estabelecem os laços do sujeito com o mundo, inflando a noção do princípio de prazer no aparelho psíquico. Já a pulsão de morte inaugura a segunda tópica e esvazia esse primado por definir tudo aquilo que coage o sujeito a se desintegrar em existência. Nessa perspectiva, a tendência homeostática seria, para Freud (1920/2020), um compulsório retorno ao inanimado, pois “tudo o que é vivo morre por razões *internas*, retorna ao inorgânico” (p. 137, grifo do autor). Conclui-se, então, que o aparelho é coabitado por um imperativo destrutível.

Em *Além do princípio de prazer* (1920/2020), obra que formaliza o conceito de pulsão de morte, a teoria das pulsões avança de forma a estremecer a própria eficiência da cura pela fala, já que existe um ponto de irreducibilidade inerente ao desprazer, intransponível à linguagem. Não é por acaso que a repetição da brincadeira infantil junto aos impulsos hostis que a atravessam é tratada a essa altura da obra freudiana pela menção ao *Fort-Da*. “Freud depreende, desse movimento, o mais além que parasitaria a brincadeira infantil a serviço de outra satisfação não prevista pelo até então vigente princípio de prazer” (Bedê & Iannini, 2020, p. 240). Com as contribuições de Lacan sobre o tema, compreendemos que o fracasso do recalque tende tanto a lançar o sujeito sobre o abismo das impressões traumáticas, quanto a oferecer-lhe meios de circunscrevê-las no simbólico para ‘de novo’, inventar uma ‘novidade’, o singular, o que não havia antes. Isso nos permite operar clinicamente com o conceito, mas não o isenta das inúmeras polêmicas e críticas. Indigesto até no próprio meio psicanalítico, a incorporação desse conceito na teoria provocou cisões em suas instituições e diferentes visões de sua teoria que ainda repercutem.

Freud (1920/2020) escreveu *Além do princípio de prazer* em um momento de turbulência histórica e pessoal. Iannini e Tavares (2020) explicam:

Texto de difícil compreensão, com passagens bruscas entre temas aparentemente desconexos, cheio de idas e vindas que parecem mimetizar o próprio jogo do carretel nele tematizado, cheio de interrupções e repetições, o ensaio está longe de entregar ao leitor uma leitura fluida, como um passeio tranquilo numa tarde de outono, como tantos outros ensaios de Freud proporcionam. Com efeito, o APP²² foi escrito de forma descontínua, interrompido pela escrita de outros importantes trabalhos e por circunstâncias subjetivas terríveis, incluindo a morte prematura de sua filha Sophie, em janeiro de 1920, vitimada pela gripe espanhola, que não demorou mais do que cinco dias para levar a jovem e saudável mãe de Ernst, o menino cuja brincadeira seria descrita pelo avô como jogo do *fort-da*. (p. 22)

²² Essa é a abreviação do título *Além do princípio de prazer* que, segundo os organizadores, é “como carinhosamente nos referimos a ele nessa edição” (Iannini & Oliveira, 2020, p. 9).

Essa escrita atravessada por “incertezas e incompletudes abertamente admitidas pelo próprio autor” (Iannini & Tavares, 2020, p. 31) faz avançar a teoria psicanalítica porque considera o malsucedido, seja do próprio desenvolvimento da teoria afetado por fenômenos que não previa, seja dos aspectos subjetivos do autor impactados pelo percurso da civilização que atravessam o processo de escrita para além do puramente racional. “O APP espelharia o pessimismo de Freud, seu luto, suas perdas” (Iannini, 2020, p. 39). Isso excede o campo intelectual e não é bem-vindo nas pesquisas das ditas ciências humanas, mas é acolhido pela *práxis* psicanalítica porque toca o inconsciente daqueles que dela participam. Ela se trata de uma experiência transformadora porque afeta o corpo do sujeito da pesquisa e do próprio pesquisador.

Passados cem anos da publicação desse texto, é curioso que nossa época aporte certas semelhanças com a datada pela publicação original. A pulsão de morte ainda fascina e desnorteia ao ser constatada nos fenômenos da cultura. Seu caráter *perturbador* ainda é legítimo porque o “‘pensamento pensante’, que vai se descortinando e se desenvolvendo diante dos olhos do autor e do leitor ao mesmo tempo” (Iannini & Tavares, 2020, p. 24) pode ser relido e reescrito na atualidade. Assistimos boquiabertos à capacidade destrutiva do ser humano frente à pandemia que também enfrentamos e das guerras políticas a ela entrevadas, mesmo vivendo em tempos mais modernos que o de Freud. O inconsciente não faz temporada, e isso exclui a psicanálise das técnicas obsoletas, porque ela assume o compromisso de revalidar seus conceitos na cultura.

Observamos os efeitos de sua inserção nas instituições pelas últimas décadas e sabemos que nelas pode existir espaço para a escuta psicanalítica, mesmo pelas brechas daquilo que os outros discursos científicos não capturam. Supomos que a prática fora da clínica já é legítima, não só porque cada prática estabelece seu próprio *setting*, mas também porque hoje variadas pesquisas de psicanalistas confirmam como a psicanálise favorece a escuta subjetiva no contexto institucional. Por isso, não priorizamos os desafios de sua inserção social, mas a formalização da *práxis* para além dos pares. Afinal, “uma pesquisa especializada pode se tornar *verdadeira* se tiver consciência de sua própria limitação e se for capaz de se integrar às demais disciplinas, ampliando o campo de visão sobre a sociedade em seu todo” (Repa, *n.d.*, p. 17, grifo nosso). Apostamos que nossa pesquisa revalida a efetividade de seus resultados quando transmitida à comunidade, também ‘desabrigada’ de espaços comuns que favoreçam a sustentação subjetiva, o que reforça a relevância da psicanálise no meio acadêmico.

No último ano, nos servimos da efetiva eficácia da tecnologia no âmbito pessoal e doméstico, possibilitando o encontro e a circulação de trocas das mais variadas quando são concretamente impossíveis ou inviáveis. O isolamento social não obstrui por completo o funcionamento do mundo porque esses recursos estão disponíveis, ao passo que as pessoas estão enfiadas de se relacionar pelo meio virtual. Nunca pensei em escutar da paciente adolescente, excessivamente beneficiária das redes sociais para se esquivar dos desafios da puberdade, que ela estava exaurida de conversar com seus amigos pelo *WhatsApp* ou pelo *Facebook*. Esse é o paradoxo da pandemia, que não permite ao sujeito escapar do abismo que entrincheira as condições de subjetivação frente às novas formas de relações mobilizadas pelo virtual.

Se, no início do século, a pergunta que intrigava os psicólogos era se a máquina em seu perfeccionismo poderia superar seu criador, metaforizada em filmes como *Inteligência artificial*, hoje os psicanalistas problematizam o maquinismo do sujeito.

Laurent esclarece (2016):

O corpo máquina é posto em evidência por outras máquinas e essa aparelhagem prolonga o movimento de longa duração pelo qual o homem, cercado de máquinas, torna-se ele mesmo, elemento da máquina, da escala nano à escala macro. [...] No nível macro, a diversificação dos meios de produção da imagem não apenas aprimorou o seu efeito de “instantaneidade”, como também reforçou a exigência de que toda situação se transforme de imediato em imagem. (p. 15)

Pelo imediatismo que suspende as capacidades de elaboração, a imagem repercutida nas redes sociais contrapõe os conceitos aqui trabalhados como capazes de promover o processo constitutivo. Trata-se de uma áspera controversa na qual “não se vê o sujeito, mas se veem as imagens do corpo, de sua forma e de seu funcionamento. Querer reduzir o sujeito ao seu corpo faz parte da tentativa de identificar o ser falante (*être parlant*) ao seu organismo (Laurent, 2016, p. 16). O corpo habitado pela pulsão não é só um efeito de superfície. Pensar e agir como tal é eliminar o arbatamento pulsional que invade o sujeito, marca suas experiências e o põe a trabalho para significá-las, como se com o humano tudo se resolvesse num clique. Essa lógica exclui a contradição inerente à própria constituição, na qual o inconsciente invade a consciência e captura o sujeito em sua divisão.

Certa parcela da pulsão é sempre inapreensível e transborda no aparelho. Testemunhamos a prova do gozo pelo efeito do significante sobre o corpo desde as brincadeiras mais remotas da infância. A criança experimenta o transbordamento pulsional que a invade frente à escassez significante e se subtrai desse excesso pela invenção de uma brincadeira que prescinde da dimensão simbólica, ao passo que a instaura. Assim, ela

materializa o irrepresentável. Nesse paradoxo, a criança reinsere o gozo no circuito corporal, contrapondo-o à tendência destrutiva do aparelho. Aquilo que excede não anseia ser apenas eliminado para manter sua homeostase, pois é investido no trabalho psíquico de estabelecer os laços do sujeito com o mundo, eternizando a relação com o desejo. “O jogo repetitivo da criança com o *fort-da* (Freud, 1920, 51-6) é o operador crucial para isso” (Laurent, 2016, p. 39). Nesse automatismo não há robotização. Registra-se no corpo a dimensão do gozo sempre transbordante ao significante que pode abastecer a maquinaria subjetiva através da repetição incitada pelo mal-estar.

O embrião da simbolização é demonstrado nesse jogo aparentemente inocente que Freud muito perspicazmente observou em seu neto. O pequeno sujeito tenta se apoderar dos símbolos que já estão no campo do Outro e explicita a relação da pulsão de morte com os problemas da fala. “E a partir de então, desde que esta simbolização mínima se produziu, a presença materna será sempre habitada de ausência, e, reciprocamente, sua ausência efetiva não será mais incompatível com a presença simbólica (Soller, 2019, p. 103). O nascimento do símbolo comporta um toque de morte não só porque a palavra é a morte da coisa materna, mas também porque sempre haverá algo inapreensível pela linguagem a movimentar o sujeito de forma paradoxal. É o que o desaparecimento da mãe explicita nessa brincadeira, pois incita a criança a exercitar binários significantes a cada nova vez complexificados como forma de apreender a experiência.

O malsucedido do desencontro em teoria e prática e da constituição atrelada aos equívocos da linguagem são embaraços permanentes que justificam nossa releitura do *Fort-Da*. A “‘célula inicial da formação da linguagem’, aquela brincadeira de um garoto observado por mãe e avô que deu pano pra mangas no mundo analítico” (Iannini & Oliveira, 2020, p. 252) e reverbera em nossa pesquisa. Discorrer sobre o cerne da constituição psíquica e explicitar os efeitos estéticos entrevados ao lúdico nas brincadeiras estruturantes, reafirma a dimensão de criação implicada nos processos subjetivos. Algo cada vez mais ‘abandonado’ pelo imediatismo da atualidade que restringe os adultos da elaboração de suas próprias experiências, e decorre no embaraço deles situar a criança como ser falante. Conviver ou trabalhar com as crianças e desconhecer o processo constitutivo, numa época em que as brincadeiras estão esvaziadas de criatividade, pode limitar a potencialização dos jogos estruturantes. Corre-se o risco de que eles sejam desclassificados de sua relevância quando tidos como banalidades, ficando largados à reprodução de seus mesmos elementos sem operar a translação de posições. A teoria psicológica que almeja uma efetiva intervenção subjetiva se

atenta para fenômenos corriqueiros, às vezes imperceptíveis aos modos de fazer ciência tradicional.

Iannini e Oliveira pontuam (2020):

É toda a distância entre a voz (quase-palavra) e a palavra (quase-não-mais-voz) que se insinua aqui. Temos assim situações inéditas, em que a matéria bruta de uma teoria com pretensões científicas circula entre avô e mãe, pai e filha, que observam uma criança, neto e filho; ou em que um pai observa sua filha observando seu neto, filho dela. (p. 249)

Nossa pesquisa não se desenrolou no ambiente doméstico tradicional e, ainda assim, se beneficiou do *Fort-Da* nas propostas de brincadeiras das crianças e adolescentes, agenciadores do saber em nosso estudo. O agente materno nos era indiferente porque os sujeitos da pesquisa moravam em instituições de acolhimento temporário. Desmitificamos a crença de que os psicanalistas culpabilizam as mães sobre a estruturação psíquica dos filhos, pois toda constituição conta com efeitos singulares da experiência sobre o ser, e não sobre o que efetivamente ocorreu, sendo esses efeitos são incalculáveis. E de que a psicanálise se respalda por conceitos e técnicas mais acertados em espaços conservadores porque intervirmos em experiências incomuns de subjetivação.

A dimensão estruturante do *Fort-Da*, atualizada na urgência subjetiva do sujeito impedido de se inserir na série simbólica de sua linhagem é, ao mesmo tempo, a denúncia de seu desamparo e o instrumento com o qual ele pode operar com seu sofrimento. Pensamos que, através da propulsão dos movimentos de jogos estruturantes, lhes foi possível se recolocar frente às circunstâncias de abrigo que lhes eram extraordinárias por transpor suas referências subjetivas primárias. Legitimamos a capacidade do potencial criativo desses sujeitos ao acolhermos suas invenções e as relançamos como possibilidade de trabalho psíquico. Aquilo que para outros profissionais poderia ser inutilizável transformou-se numa orientação lúdica referida à ética da psicanálise. Nessa inclusão, os padrões normalizados de conduta sucumbiram ao espontâneo, e a criação se tornou o âmbito da expressão subjetiva. Supomos que a escuta psicanalítica como “uma situação que consagra a irremediável solidão do indivíduo, mas, ao mesmo tempo, deveria lhe possibilitar uma saída de seu enclausuramento na repetição da mesmice particular” (Gagnebin, *n.d.*, p. 61), cumpriu com sua função crítica em nossa pesquisa.

E por que não apostar que, com essas ferramentas subjetivas afiadas, essas crianças e adolescentes também poderão ser menos deserdadas da relação com o próprio desejo em outras situações adversas à singularidade que podem os acometer nesse futuro tão incerto?

Teríamos com essa *práxis* exercitada condições medulares de elas resistirem a diferentes formas de alienação?

Sabemos que nossos resultados estão muito aquém de atingir uma efetiva transformação no acolhimento dos aspectos subjetivos dentro da complexidade do contexto socioassistencial. Até porque a tensão particular-universal, que lhe é característica, talvez trate de um impasse indissolúvel, mas articulável. Pensamos ter feito desse obstáculo a própria condição para o trabalho, incluindo-o como conflito produtivo que se apresenta na modalidade de intervenção proposta. Longe de encontrar uma solução para as adversidades apresentadas, sugerimos um modo de trabalho que pode ser efetivo enquanto algo ‘maior’ não se consolida nesse cenário. Frente ao inacabamento desse percurso, façamos “como alguém que tem de sair de casa e deixar um brinquedo para que as crianças brinquem enquanto estiver fora [...]. Agora cabe-lhes brincar [*to play*] com essa ideia” (Freud, 1930, citado por Iannini & Oliveira, 2020, p. 17).

Oferecemos ao nosso leitor um instrumento que não comunga com a sigla já incluída no linguajar atual para definir os aplicativos. Nosso APP não é um facilitador da redução do tempo de execução por um usuário. Pelo contrário, ele demanda o precioso momento da repetição para fins de criação e elaboração. Mesmo assim, esperamos que ele suscite o interesse dos leitores dispostos a se entreter com as relevâncias do labor psíquico. Ansiamos, assim, que outros profissionais que lidam com as crianças também possam compreender a condição de linguagem do *infans*. As brincadeiras inventadas pelas crianças abrigadas lhes permitem fazer uma passagem com acontecimentos traumáticos, o que as situa na condição psíquica da infância de polimorfismo das vicissitudes pulsionais. Por essa borda, pegamos as crianças e seus familiares de maneira geral. Assistidas por adultos que são desprovidos de ludismo e não conseguem lhes sustentar o ato criativo, a propulsão para que as crianças inventem suas cenas fica barricada. Esperamos que nossos apontamentos demarquem a importância de lhes preservar o acesso à condição subjetiva pelo brincar, acolhendo-as em sua originalidade.

REFERÊNCIAS²³

- Aguiar, G. M. R. (2019). *Às voltas com o impossível: uma experiência psicanalítica com educadores sociais no trabalho junto a crianças e adolescentes com perspectiva de longa institucionalização*. DOI: 10.1106/D.47.2019.tde-11112019-184353
- Almeida, T. L. (2019). *História oral de vida de ex-abrigadxs: narrativas de vidas possíveis*. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/334628>.
- Amorim, M. (2018). A questão enunciativa na pesquisa em ciências humanas. In T. Ferreira, A. Vorcaro (Orgs.). *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita* (pp. 17-40). Belo Horizonte: Autêntica.
- Andrade, C. J.; Rosa, V. I. (2018). *Crianças institucionalizadas: projeto pessoal e perspectivas de futuro*. Recuperado de http://labcom.ubi.pt/ficheiros/201812181515-201812_filcomsubjectividade2_agradimabaratafxaraojcorreia.pdf#page=305.
- Andrade, R. G. N.; Lima, M. B. (2017). *A experiência do brincar para o cuidado com a clínica e a vida*. Recuperado de <http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/587>.
- Anuniação, C. R. (2019). *O trabalho do psicanalista em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes: Táticas, estratégias e a política do psicanalista na instituição*. DOI: 10.11606/D.47.2019.tde-13112019-185700.
- Assis, M. O., & Souza, M. F. S. (2018). *Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo*. recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15978>.
- Barbosa, A. P. S. (2017). *O brincar como possibilidade de desenvolvimento infantil em acolhimento institucional*. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23584>.
- Bartolomeu, G. (2017). *O trabalho do psicanalista na política de assistência social: escuta do sujeito e problematização dos direitos e práticas*. DOI: 10.11606/D.47.2018.tde-21022018-151454.
- Bassani, M. T. (2016). *A psicanálise para além do setting “tradicional”: reflexões a partir de uma experiência em uma instituição de acolhimento*. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149014>.
- Bedê, H., & Iannini, G. (2020). Fontes psicanalíticas: pequeno atlas de referências freudianas. In S. Freud, *Além do princípio de prazer*. (M. R. S. Moraes, trad., pp. 225-302). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1920).
- Benjamim, W. (2002). Livros infantis velhos e esquecidos. In W. Benjamim, *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. (M. V. Mazzari, trad., pp. 53-68). São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34.

²³ De acordo com o estilo APA (*American Psychological Association*).

- Chaves, E. (2020). O paradigma estético de Freud. In S Freud, *Arte, literatura e os artistas*. (E. Chaves, trad., pp. 7-39). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Costa, B. M. (2018). *Paradigmas do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil: a Casa Crescer e Brilhar*. São Vicente, SP. DOI: 10.11606/D.100.2019.tde-19122018-091008.
- Costa, M. H.; Cunha, C. F.; Guerra, A. M. C.; Silva, T. L. (2014). *Risco e sinthome: a psicanálise no sistema socioeducativo*. DOI: 10.1590/S0102-37722014000200006.
- Cottet, S. (1988). Puberdade catástrofe. *Estudos clínicos, Transcrição 4*. (pp. 101-106). Salvador: Fator
- Cruz, S. V. O. (2017). *A adoção e o desejo não anônimo na psicanálise em meio às vicissitudes do sintoma da criança na estrutura familiar*. Recuperado de <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23939>.
- Diniz, M. (2018). O(a) pesquisador(a), o método clínico, e sua utilização na pesquisa”. In T. Ferreira, & Â. Vorcaro (Orgs.), *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita* (pp. 111-128). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Felix, C. S. (2018). *O sofrimento psíquico de crianças abrigadas e a esperança de ser adotado*. Recuperado de <http://186.251.225.226:8080/handle/123456789/120>.
- Ferreira, T. (2018). Prefácio. In T. Ferreira, & Â. Vorcaro (Orgs.), *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita* (pp. 13-16). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Ferreira, T. (2018). Pesquisa em psicanálise: a conversação e a entrevista clínica como ofertas de palavra - a aposta na invenção subjetiva. In T. Ferreira, Â. Vorcaro (Orgs.), *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita* (pp. 129-152). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Fraga, M. G. C. (2017). *Para além de um lugar: a transferência e a construção de narrativas no acolhimento institucional*. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169037/001046809.pdf?sequence=>.
- Freud, S. (1996). Sobre os sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., vol. V, pp. 655-700). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1901).
- Freud, S. (1996). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., vol. VIII). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., vol. XIV, pp. 81-108). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996). O inconsciente. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., vol. XIV, pp. 171-222). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).

- Freud, S. (1996). O ego e o id. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., vol. XIX, pp. 25-51). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1996). Inibição, sintoma e ansiedade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (J. Salomão, trad., vol. XX, pp. 91-152). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2019). O trabalho do sonho. In S. Freud, *A interpretação dos sonhos*. (R. Zwick, trad., pp. 299-534). Porto Alegre, RS: L&PM. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (2019). Sobre a psicologia dos processos oníricos. In S. Freud, *A interpretação dos sonhos*. (R. Zwick, trad., pp. 535-648). Porto Alegre, RS: L&PM. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (2019). As pulsões e seus destinos. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (P. H. Tavares, trad., Vol. 2: *As pulsões e seus destinos*, pp. 13-69). Belo Horizonte, MG: Autêntica, (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2020). O poeta e o fantasiar. In S. Freud, *Arte, literatura e os artistas*. (E. Chaves, trad., pp. 53-68). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (2020). Sobre o sentido antitético das palavras primitivas. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (M. R. S. Moraes, trad., Vol. 5: *Neurose, psicose e perversão*, pp. 59-70). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (2020). Caminhos da terapia psicanalítica. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (C. Dornbusch, trad., Vol. 6: *Fundamentos da clínica psicanalítica*, 2a ed., pp. 191-202). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2020). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Além do princípio de prazer*. (M. R. S. Moraes, trad., pp. 57-220). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (2020). A negação. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (M. R. S. Moraes, trad., Vol. 5: *Neurose, psicose e perversão*, pp. 305-314). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (2020). O aparelho psíquico. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (P. H. Tavares, trad., Vol. 3: *Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados*, pp. 15-21). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1940).
- Freud, S. (2020). Doutrina das pulsões. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (P. H. Tavares, trad., Vol. 3: *Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados*, pp. 23-31). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1940).
- Freud, S. (2020). O aparelho psíquico e o mundo exterior. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (P. H. Tavares, trad., Vol. 3: *Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados*, pp. 147-171). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1940).

- Freud, S. (2020). Personagens psicopáticos no palco. In S. Freud, *Arte, literatura e os artistas*. (E. Chaves., trad., pp. 45-52). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1942).
- Gagnebin, J. M. (n.d). Walter Benjamin: memória, história e narrativa. *Mente, Cérebro & Filosofia: o século XX*. Vol. 7, pp. 59-67.
- Glusberg, J. (2005). Da *body art* à arte da *performance*. In J. Glusberg, *A arte da performance*. (R. Cohen, trad., pp. 39-45). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Grossi dos Santos, L. (2004). O objeto surrealista: a experiência do objeto encontrado. In G. Iannini, G. M. Rocha, J. M. Pinto, & V. Safatle. (Orgs.), *O tempo, o objeto e o avesso* (pp. 103-112). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Iannini, G. & Tavares, P. H. (2019). Apresentação. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud* (P. H. Tavares, trad., Vol. 2: As pulsões e seus destinos, pp. 7-11). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Iannini, G., & Oliveira, L. E. P. (2020). Prefácio. In S. Freud, *Além do princípio de prazer*. (M. R. S. Moraes, trad., pp. 7-20). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Iannini, G. & Tavares, P. H. (2020). Para introduzir *Além do princípio de prazer*. In S. Freud, *Além do princípio de prazer* (M. R.S. Moraes, trad., pp. 21-35). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Iannini, G. (2020). Pequeno guia visual: Além do princípio de prazer em camadas. In S. Freud, *Além do princípio de prazer*. (M. R. S. Moraes, trad., pp. 39-41). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Iannini, G., & Oliveira, L. E. P. (2020). Fontes psicanalíticas: pequeno atlas de referências freudianas. In S. Freud, *Além do princípio de prazer*. (M. R. S. Moraes, trad., pp. 247-255). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Ishara, Y. (2016). *Da violência à ética: considerações sobre o enquadre de entrevistas com crianças no âmbito do judiciário*. DOI: 10.11606/D.47.2016.tde-10112016-153043.
- Jerusalinsky, J. (2002). Demanda de tratamento na clínica com bebês – quando o futuro fica em cheque. In J. Jerusalinsky, *Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês*. (pp. 114-131). Salvador, BA: Ágalma.
- Jerusalinsky, J. (2014). Prosódia e enunciação na clínica com bebês. In J. Jerusalinsky, *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê* (pp. 67-84). Salvador, BA: Ágalma.
- Jerusalinsky, J. (2014). Jogos constituintes do sujeito. In J. Jerusalinsky, *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê* (pp. 231-271). Salvador, BA: Ágalma.
- Jerusalinsky, J. (2017). Que rede nos sustenta no balanço da web? o sujeito na era das relações virtuais. In A. Baptista & J. Jerusalinsky (Orgs.), *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações digitais*. (pp.13-38). Salvador, BA: Ágalma. (Psicanálise da criança).

- Lacadée, P. (2007). A passagem ao ato nos adolescentes. *Asephallus*. v. 2, n. 4, pp. 85-92. Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_02.htm.
- Lacan, J. (1986). A báscula do desejo. In J. Lacan, *Seminário 1: os escritos técnicos de Freud*. (B. Milan, trad., 3a ed, pp. 189-203). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)
- Lacan, J. (1986). As flutuaes da libido. In J. Lacan. *Seminário 1: os escritos técnicos de Freud*. (B. Milan, trad., 3a ed., pp. 204-216). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)
- Lacan, J. (1986). Relao de objeto e relao intersubjetiva. In J. Lacan, *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. (B. Milan, trad., 3a ed., pp. 238-250). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)
- Lacan, J. (1988). O fenmeno psictico e seu mecanismo. In J. Lacan, *O seminário, livro 3: as psicoses*. (A. Menezes, trad., 2a ed. revista, pp. 90-108). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- Lacan, J. (1988). Da rejeio de um significante primordial. In J. Lacan. *O seminário, livro 3: as psicoses*. (A. Menezes, trad., 2a ed. revista, pp. 170-186). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- Lacan, J. (1991). *Das Ding* (II). In J. Lacan, *O seminário, livro 7: a tica da psicanálise*. (A. Quinet trad., 2a ed., pp. 75-90). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960).
- Lacan, J. (1991). A morte de Deus. In J. Lacan, *O seminário, livro 7: a tica da psicanálise*. (A. Quinet, trad., 2a ed., pp. 205-218). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960).
- Lacan, J. (1995). A dialética da frustrao. In J. Lacan, *O seminário, livro 4: a relao de objeto*. (D. D. Estrada, trad., pp. 59-75). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957).
- Lacan, J. (1995). O falo e a mãe insaciável. In J. Lacan, *O seminário, livro 4: a relao de objeto*. (D. D. Estrada, trad., pp. 182-199). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957).
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da funo do eu. In J. Lacan, *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 96-103). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1949).
- Lacan, J. (1998). Funo e campo da fala e da linguagem. In J. Lacan, *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 238-324). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998). De uma questo preliminar a todo tratamento possível da psicose. In J. Lacan, *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 537-590). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955-1956).

- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 591-652). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (1999). Os três tempos do Édipo. In J. Lacan, *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. (V. Ribeiro, trad., pp. 185-203). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (1999). Da imagem ao significante no prazer e na realidade. In J. Lacan, *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. (V. Ribeiro, trad., pp. 221-240). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2003). Lição IV, 06 dez. 1961. In J. Lacan, *O seminário, livro 9: A identificação*. (I. Corrêa & M. Bagno, trads., pp. 51-66). Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1961).
- Lacan, J. (2003). Lição IX, 24 jan. 1961. In J. Lacan, *O seminário, livro 9: A identificação*. (I. Corrêa & M. Bagno, trads., pp. 133-146). Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1961-1962).
- Lacan, Jacques (2003). Nota sobre a criança. In J. Lacan, *Outros escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 369-370). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969).
- Lacan, J. (2005). O que engana. In J. Lacan, *O seminário, livro 10: a angústia*. (V. Ribeiro, trad., pp. 66-80). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963).
- Lacan, J. (2008). O inconsciente freudiano e o nosso. In J. Lacan, *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno, trad., 2a ed. corrigida, pp. 25-35). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2008). Tiquê e autômaton. In J. Lacan, *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno, trad., 2a ed. corrigida, pp. 58-68). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2008). Desmontagem da pulsão. In J. Lacan, *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno, trad., 2a ed. corrigida, pp. 159-170). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2008). A pulsão parcial e seu circuito. In J. Lacan, *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno, trad., 2a ed. corrigida, pp. 171-182). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2008). Do sujeito suposto saber, da díade primeira e do bem. In J. Lacan, *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno, trad., 2a ed. corrigida, pp. 224-236). Rio de Janeiro, RJ: Zahar, (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2008). Da interpretação à transferência. In J. Lacan, *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno, trad., 2a ed. corrigida, pp. 237-252). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).

- Lacan, J. (2008). Lição I, 16 nov. 1966. In J. Lacan, *O seminário, livro 14: a lógica do fantasma*. (A. Lyra, C. B. Fleig, D. A. L. Araújo, I. Chaves, I. Corrêa, L. P. Fonsêca, L. A. Tavares, M. L. Q. Santos, & M. Fleig, trads., pp. 11-28). Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2016). Construção do grafo. In J. Lacan, *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. (C. Berliner, trad., pp. 11-33). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958-1959).
- Lacan, J. (2016). A função da fenda subjetiva na fantasia perversa. In J. Lacan, *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. (C. Berliner, trad., pp. 436-451). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958-1959).
- Laurent, É. (2016). Introdução. Entre vazios e imagens. In É. Laurent, *O avesso da biopolítica. Uma escrita para o gozo*. (S. Laia, L. Scofiel, V. Ribeiro, trads., pp. 13-24). Rio de Janeiro, RJ: Contracapa. (Coleção Opção Lacaniana, v.13).
- Laurent, É. (2016). O corpo entre vazio e excesso. In É. Laurent, *O avesso da biopolítica. Uma escrita para o gozo*. (S. Laia, L. Scofiel, V. Ribeiro, trads., pp. 25-42). Rio de Janeiro, RJ: Contracapa. (Coleção Opção Lacaniana, v. 13).
- Lucero, A., & Vorcaro, Â. (2018). Do Outro simbólico ao Outro real. In A. Martins, L. Santos, Â. Vorcaro (Orgs.). *O bebê e o laço social: uma leitura psicanalítica*. (pp. 21-44). Belo Horizonte, MG: Artesã.
- Lucero, A., Martins, L., & Vorcaro, Â. (2018). Quando a dor constitui a primeira alteridade. In A. Martins, L. Santos, & Â. Vorcaro (Orgs.). *O bebê e o laço social: uma leitura psicanalítica*. (pp. 205-236). Belo Horizonte, MG: Artesã.
- Machado, R. N., Magalhães, A. S., & Sampaio, D. S. (2020). *Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade*. DOI: 10.4025/psicoestud.v25i0.44926.
- Marcos, C. (2018). A escrita do caso clínico em psicanálise: uma lógica não toda. In Ferreira, T., & Vorcaro, Â. (Orgs.). *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita*. (pp. 97-110). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Maturana, A. P. M., Oliveira, J. A., Parra, A. C. O. (2019). *O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco?* DOI: 10.5752/P.1678-9563.2019v25n1p155-175.
- Merli, L. F. (2017). *Assistência social e as contribuições da psicanálise: um processo de supervisão institucional*. DOI: 10.11606/T.47.2017.tde-29052017-153734.
- Miller, J.-A. (2012). *Cinedigital*, volume (11), pp. 5-9. ISSN 2178- 499X.
- Montezi, A. V. (2016). *O futuro do adolescente abrigado no imaginário coletivo de psicólogos*. DOI: 10.11606/T.47.2016.tde-10112016-154432.
- Moura, M. D. (1999). *Psicanálise e hospital - a criança e sua dor*. Rio de Janeiro, RJ: Revinter.

- Pinto, J. M. (2018). O lugar da contingência na clínica e na pesquisa em psicanálise: mais ainda sobre o problema do método. In T. Ferreira, & Â. Vorcaro (Orgs.), *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita* (pp. 63-78). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Quinet, A. (2019). O gozo do *fort-da*. In A. Quinet, *O inconsciente teatral* (pp. 65-66). Belo Horizonte, MG: Atos e Divãs.
- Quinet, A. (2019). O gozo do dar-a-ver. In A. Quinet, *O inconsciente teatral* (pp. 74-77). Belo Horizonte, MG: Atos e Divãs.
- Quinet, A. (2019). Saber sobre a *lalíngua*. In A. Quinet, *O inconsciente teatral* (pp. 206-209). Belo Horizonte, MG: Atos e Divãs.
- Quinet, A. (2019). O teatro musical do *fort-da*. In A. Quinet, *O inconsciente teatral*. (pp. 212-213). Belo Horizonte, MG: Atos e Divãs.
- Repa, Luís Sérgio (n.d.). A crise da Teoria Crítica: razão instrumental e declínio do indivíduo. *Mente, Cérebro & Filosofia: o século XX*, volume 7, pp. 16-23.
- Rezende, A., & Vorcaro, Â. (2018). Os (des)encontros do *infans* com a linguagem. In A. Martins, L. Santos, & Â. Vorcaro (Orgs.), *O bebê e o laço social: uma leitura psicanalítica* (pp. 45-68). Belo Horizonte, MG: Artesã.
- Ribeiro, A. M. (2005). *Uma reflexão psicanalítica acerca dos CAPS: alguns aspectos éticos, técnicos e políticos*. DOI: 10.1590/S0103-65642005000300003.
- Roza, E. S. (1993). Jogo como categoria: abrangência e universalidade. In E. S. Roza, *Quando brincar é dizer: a experiência psicanalítica na infância* (pp. 23-26). Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.
- Roza, E. S. (1993). O brincar e a constituição do sujeito. In E. S. Roza, *Quando brincar é dizer: a experiência psicanalítica na infância* (pp. 49-53). Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.
- Santana, M. L. C. (2020). *Análise do afastamento familiar e do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes à luz do abrigo institucional em Salvador/BA*. Recuperado de <http://ri.ucs.br:8080/jspui/handle/prefix/2736>.
- Santos, C. L. (2019). *Reflexões winnicottianas acerca do cuidador e crianças em abrigos institucionais*. Recuperado de <https://repositorio.ucs.br/11338/6028>.
- Santos, L. C. (2016). *Implicações da patologia e da hospitalização do bebê ao nascer: do desenvolvimento à psicanálise*. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A96GFW>.
- Santos, L., & Vorcaro, Â. (2018). O bebê, do desenvolvimento à constituição do sujeito: uma releitura de Spitz. In A. Martins, L. Santos, & Â. Vorcaro (Orgs.), *O bebê e o laço social: uma leitura psicanalítica* (pp. 87-126). Belo Horizonte, MG: Artesã.
- Santos, T. M. (2018). *O trabalho do psicólogo no Cras: diferentes formas de cuidar*. Recuperado de http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2821.

- Soller, C. (2019). Quarta aula em 16 de janeiro de 2002. In C. Soller, *O em-corpo do sujeito: seminário 2001-2002*. (G. Pamplona, C. Oliveira, E. Saporiti, S. Magalhães, trads., pp-82-106). Salvador, BA: Ágalma.
- Souza, C. R., Caetano, M. C., Lobo, M. G. (Orgs). (2013). *Lar de Maria: 50 anos*. Conselheiro Lafaiete, MG: Central Gráfica.
- Souza, M. F. S. (2018). *Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo*. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15978>, em 10 fev. 2021.
- Souza, M. L. (2017). *As representações sociais de crianças em acolhimento institucional no município de Paranaíba - MS*. Recuperado de <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134108.pdf>.
- Spielberg, Steven (Diretor). (2001). *A.I. Inteligência artificial* [DVD]. Burbank, CA: Warner Bros.
- Stevens, A. (2004). Adolescência como sintoma da puberdade. *Curinga: Clínica do contemporâneo*. Belo Horizonte, n. 20, p. 27-39.
- Vorcaro, Â. (2018). Transmissão e saber na psicanálise: (im)passes da clínica. In T. Ferreira, & Â. Vorcaro (Orgs), *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita* (pp. 41-62). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Vorcaro, Â. (2020). O dizer das crianças que não falam. In R. Voltorini, & R. Gurski (Orgs.), *Retratos da pesquisa em psicanálise e educação* (pp. 229-252). São Paulo, SP: Contracorrente. (Coleção Psicanálise e Educação).